UNIVERSIDADE FEDERAL DA PRAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Emoções e Sociabilidade Urbana
Uma etnografia sobre a Comunidade do Timbó, João Pessoa - PB

Williane Juvêncio Pontes

Orientador: Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury

João Pessoa,
Fevereiro de 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PRAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Emoções e Sociabilidade Urbana
Uma etnografia sobre a Comunidade do Timbó, João Pessoa - PB

Emotions and Urban Sociability
An ethnography about the Timbó Community, João Pessoa - PB

Williane Juvêncio Pontes

Dissertação apresentada como requisito necessário à obtenção do título de mestre em antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury.

João Pessoa,
Fevereiro de 2020

Ficha Catalográfica

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P814e Pontes, Williane Juvêncio.
Emoções e sociabilidade urbana : uma etnografia sobre a comunidade do Timbó, João Pessoa - PB / Williane Juvêncio Pontes. - João Pessoa, 2020.
282 f. : il.

Orientação: Mauro Guilherme Pinheiro Koury.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Etnografia. 2. Pessoalidade. 3. Sentimento de pertencimento. 4. Redes homofílicas. 5. Marcadores sociais da diferenciação. 6. Cultura emotiva. I. Koury, Mauro Guilherme Pinheiro. II. Título.

UFPB/BC CDU 39(043)

Elaborado por Larissa Silva Oliveira de Mesquita - CRB-15/746

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Wiliane Juvencio Pontes

EMOÇÕES E SOCIABILIDADE URBANA: UMA ETNOGRAFIA SOBRE A COMUNIDADE DO TIMBÓ, JOÃO PESSOA-PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: APROVADO

Em: 29 de junho de 2020.

Banca examinadora

Prof.Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury
(Orientador)
PPGA/UFPB

Profa. Dra. Maria Patrícia Lopes Goldfarb
(Examinadora Interna)
PPGA/UFPB

Prof. Dr. Raoni Borges Barbosa
(Examinador Externo)
PPGISH/UERN

AGRADECIMENTOS

Construir uma pesquisa é um processo coletivo que conta com a contribuição de várias pessoas. É a essas pessoas que dedico este espaço de agradecimento, celebrando o apoio e a contribuição daqueles que, de uma forma ou de outra, participaram da construção dessa Dissertação e tornaram os anos de mestrado fraternos.

Agradeço ao meu orientador, Mauro Koury, pelo auxílio na construção do projeto de pesquisa e pela imensurável contribuição para o desenvolvimento desta Dissertação. Sou grata pelos anos de parceria e pela convivência!

Agradeço a equipe GREM pelas colaborações e o apoio durante a produção da pesquisa, em especial ao Prof. Mauro, ao Prof. Raoni e a querida Idayane. É uma grande experiência fazer parte desse grupo que colabora para com o meu desenvolvimento profissional e acadêmico.

Agradeço aos moradores da Comunidade do Timbó, sem os quais essa pesquisa não seria possível. Sou grata, em especial, aqueles que se tornaram interlocutores e compartilharam seu tempo e conhecimento comigo durante os meses de trabalho de campo.

Agradeço a banca pela leitura atenta e cuidadosa da Dissertação, em especial ao Prof. Dr. Raoni Barbosa e a Profa. Dra. Patrícia Goldfarb que acompanharam o desenvolvimento da pesquisa desde a qualificação. Obrigada pela ajuda em complexificar às discussões deste trabalho.

Agradeço também a minha querida Turma 2018 do Mestrado em Antropologia do PPGA-UFPB, com quem compartilhei momentos alegres e delicados. Obrigada pelas trocas de conhecimento e de afeto!

Agradeço aos professores e professoras do PPGA pela rica troca de conhecimento antropológico.

Agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa que resultou na Dissertação e ressalto a importância do incentivo à pesquisa científica no país.

Agradeço aos amigos que o curso de Ciências Sociais me proporcionou e que acompanharam e incentivaram meu percurso no mestrado. Obrigada pelo companheirismo e apoio, Alencar e Edi Jr!

Agradeço ao meu namorado, Natanael, pelo apoio e pela partilha de afetos!

Agradeço aos meus pais pelo imenso incentivo, pelo cuidado e pelo amor. Obrigada pelo apoio neste ano tão difícil e pelo estímulo para que eu continuasse no caminho. Esta empreitada é por e para vocês!

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa etnográfica que busca analisar a sociabilidade de uma comunidade periférica da cidade de João Pessoa. O universo de pesquisa estudado é a Comunidade do Timbó, localizada no bairro dos Bancários, zona sul da cidade, situada em uma área de crescente valorização imobiliária, o que influencia processos de reconfiguração urbana e social que perpassam o cotidiano dos moradores. Neste contexto em que a Comunidade do Timbó está circunscrita, objetiva-se compreender a sociabilidade que caracteriza o viver no Timbó, de modo a identificar a cultura emotiva e os códigos de moralidades que constituem a experiência do morador e conformam o lugar Timbó – lugar de pertença e pessoalidade onde os vínculos afetivos estreitos e duradouros são preservados e exercitados. A análise se baseou na discussão do sentimento de pertença, da pessoalidade, das redes homofílicas e dos marcadores sociais de diferenciação e dessemelhança como elementos que configuram as relações que se estabelecem entre os moradores da comunidade. Elementos estes que informam a cultura emotiva e os códigos de moralidades em vigência e contribuem para uma forma singular do morador entender a si mesmo e ao outro relacional a partir do Timbó, lugar em que está inserido e constrói uma individualidade. Os dados etnográficos produzidos no trabalho de campo revelam a lógica pessoalizada que norteia a forma de sociabilidade no Timbó e propicia elementos de solidariedade e conflito presentes no cotidiano, tais como as estratégias de diferenciação, as ajudas mútuas, as acusações, as justificativas e as formas de administração do conflito.

Palavras-chave: Cultura emotiva; Pessoalidade; Sentimento de pertença; Redes homofílicas; Marcadores sociais da diferenciação

ABSTRACT

This work is an ethnographic research that seeks to analyze the sociability of a peripheral community in the city of João Pessoa - PB. The research universe studied is the Timbó Community, located in the Bancários neighborhood, south of the city, which is sited in an area of increasing real estate appreciation in the city, which influences urban and social reconfiguration processes that permeate the daily lives of residents. In this context in which the Timbó Community is circumscribed, the objective is to understand the sociability that characterizes living in Timbó, in order to identify the emotional culture and the codes of moralities that constitute the experience of the resident and make up the Timbó place - place of belonging and personality where close and lasting affective bonds are preserved and exercised. The analysis was based on the discussion of the feeling of belonging, of the personality, of the homophilic networks and of the social markers of differentiation as elements that configure the relationships that are established between the residents of the community. These elements inform the emotive culture and the codes of morality in force and contribute to a unique way for the resident to understand himself and the other relational from Timbó, a place where he is inserted and builds an individuality. The ethnographic data produced in the field work thus reveal the personal logic that guides the form of sociability in Timbó and provides elements of solidarity and conflict present in everyday life, such as differentiation strategies, mutual assistance, accusations, justifications and forms of conflict management, which are present in the sociability of the Timbó Community and be discussed in this work

Keywords: Emotional culture; Personality; Feeling of belonging; Homophilic networks; Social markers of differentiation

Lista de Siglas

ACMVT – Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Timbó

CREI – Centro de Referência em Educação Infantil

ECI FAC – Escola Cidadão Integral Francisca Ascensão Cunha

EpiSaúde – Educação Popular na Construção da Integralidade da Formação e do Cuidado em Saúde

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano

LED - Light-Emitting Diode

NESE – Núcleo Espírita Sócio Educacional

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa

PPGA – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

USF – Unidade de Saúde da Família

Figuras

Figura 1 – Localização da Comunidade do Timbó, com ênfase para os bairros circunvizinhos, pág. 44.
Figura 2 – Mapeamento das ruas e dos acessos à Comunidade do Timbó, pág. 71.
Figura 3 – Compilação das ruas que constituem os acessos de entrada e saída da Comunidade do Timbó, pág. 72.
Figura 4 – Muro da Rua Arnaldo Leite com regra sobre o uso da rua, pág. 75.
Figura 5 – O tecido urbano da cidade de João Pessoa – PB, com ênfase para a localização do bairro dos Bancários e da Comunidade do Timbó, pág. 82.
Figura 6 – Escavação da jazida de saibro, em 1978, no Vale do Rio Timbó para a construção do conjunto habitacional dos Bancários e dos Professores, pág. 84.
Figura 7 – Característica urbana da Comunidade do Timbó, pág. 95.
Figura 8 – Conformação da *parte alta* e da *parte baixa* da Comunidade do Timbó, pág. 212.
Figura 9 – Compilação de fotografias da Rua Abelardo Pereira dos Santos e da Rua Margarida Maria Alves, *parte alta* da Comunidade do Timbó, pág. 217.
Figura 10 – Rua Margarida Maria Alves antese depois do projeto de urbanização da Comunidade do Timbó, pág. 218.
Figura 11 – Prédios residenciais construídos ao redor da Comunidade do Timbó, no bairro do Jardim Cidade Universitária, entre os anos de 2010 a 2019. Com ênfase para o mapa que situa a localização dos residenciais, pág. 222.
Figura 12 – *Parte baixa* da Comunidade do Timbó vista de cima da encosta, na Rua Margarida Maria Alves, *parte alta*, pág. 224.
Figura 13 – Características do projeto de urbanização da Comunidade do Timbó realizado pela PMJP, pág. 271.
Figura 14 – Condomínios residenciais verticais em construção no entorno da Comunidade do Timbó, pág. 274.

Sumário

Introdução 12

Capítulo 1 – A Comunidade do Timbó no contexto urbano da cidade de João Pessoa: a construção do lugar Timbó 78

Capítulo 2 - Transformando o espaço em lugar de moradia e pertencimento: sentimento de pertença e redes homofílicas 94

Capítulo 3 – Solidariedade e conflito na sociabilidade pessoalizada da Comunidade do Timbó 141

Capítulo 4 – Marcadores sociais de dessemelhança e diferenciação na sociabilidade no Timbó 206

Considerações Finais 259

Referências 273

Introdução

Esta Dissertação é resultado de uma pesquisa etnográfica sobre a Comunidade do Timbó, localizada na zona sul da cidade de João Pessoa – Paraíba, que tem como objetivo compreender o cotidiano do morador da comunidade e desvendar a forma de sociabilidade que nela se desenvolve. A Dissertação foi produzida com base no projeto *A Comunidade do Timbó: Emoções, Pertença e Medos no Cotidiano*, que integra uma agenda de pesquisa que estuda a cidade de João Pessoa sob a ótica das emoções.

A escolha por realizar uma pesquisa etnográfica na Comunidade do Timbó é fruto do interesse acadêmico em integrar uma agenda de pesquisa que desenvolve estudos sobre o urbano a partir do arcabouço teórico-metodológico da Antropologia das Emoções e da Antropologia Urbana. Esta agenda de pesquisa, em desenvolvimento no Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções – GREM é configurada a partir do projeto guarda-chuva *Medos Corriqueiros: a construção social da semelhança e dessemelhança entre os habitantes urbanos das cidades brasileiras na contemporaneidade*, (KOURY, 2002)[1] que apreende a cidade de João Pessoa como

[1]A característica de projeto guarda-chuva da pesquisa *Medos Corriqueiros* se processa pelo fato de ser um projeto amplo que agrega uma variedade de subprojetos que estão interligados temáticos, teórica e metodologicamente, mas que possuem um desenvolvimento autônomo, possibilitando a verificação constante de uma totalidade no interior do projeto maior, que toma a cidade de João Pessoa como universo sistemático de pesquisa. As pesquisas que compõem o projeto guarda-chuva *Medos Corriqueiros* trabalham a cidade de João Pessoa através da ótica das emoções, com ênfase para os medos corriqueiros, construindo um mosaico científico (BECKER, 1993) sobre a cidade, visto que estas pesquisas se caracterizam como etnografias cooperativas (HANNERZ, 2015) que se vinculam e configuram uma rede compreensiva sobre a cidade a partir de um diálogo teórico-metodológico. Este projeto guarda-chuva, por sua vez, apreende o medo como uma construção social significativa que configura formas societárias, a discussão sobre a relação entre Medo e Sociedade é produzida com base no cotidiano dos moradores das cidades brasileiras na contemporaneidade, com ênfase para a cidade de João Pessoa. O objetivo deste projeto guarda-chuva é compreender a construção do imaginário social do medo no homem comum urbano e analisar as formas de sociabilidade decorrente da emergência de uma nova sensibilidade no Brasil urbano contemporâneo a partir dos anos de 1970 (PONTES, 2017, 2017a). No interior deste projeto guarda-chuva, além da produção extensa de Koury, parte da qual citada no

universo sistemático de pesquisa para a análise compreensiva dos processos interacionais do homem comum urbano, dos modos e estilos de vida e das formas de viver, sentir e narrar a cidade.

A construção do projeto de pesquisa que orienta esta etnografia, como parte da agenda de pesquisa do GREM, é resultado do interesse teórico-metodológico do grupo de pesquisa de refletir sobre bairros e comunidades na cidade de João Pessoa como um todo. No caso específico, o projeto sobre a Comunidade do Timbó visa compreender como o morador constrói formas de sociabilidade, de pertencimento e de conformação ao lugar[2] em que habita. Contribuindo, assim, para o mosaico científico (BECKER, 1993)[3] sobre a cidade de João Pessoa com a análise da cultura emotiva (KOURY,

---

decorrer dessa dissertação, diversos trabalhos acadêmicos se desenvolveram em formatos monográficos, dissertativos e teses, entre eles: SILVA (1984); BARRETO (1996); LIRA (1997); HONORATO (1999); VILAR (2001); SILVA (2003); SOUZA (2003); SOUSA (2004); SILVA (2004); CAVALCANTE FILHO (2005); ALMEIDA (2005); SOUZA (2005); SILVA (2006); CAMPOS (2008); PONTES (2017); BARBOSA, 2015 e 2019 que dialogam com o arcabouço teórico-metodológico geral do projeto, ao mesmo tempo em que seguem caminhos autônomos para a construção da análise, evocando especificidades no âmbito do projeto guarda-chuva. A presente pesquisa de dissertação – *A Comunidade do Timbó: Emoções, Pertença e Medos no Cotidiano* – é uma das investidas teórico-metodológicas que integra a agenda de pesquisa do projeto guarda-chuva *Medos Corriqueiros*.

[2] Como será discutido no decorrer deste tópico introdutório, a Comunidade do Timbó é apreendida enquanto lugar devido o vínculo afetivo, de pertencimento, que o morador ali desenvolve. O lugar é o local do vivido, onde se situa o cotidiano e as relações que o morador produz e vivencia, sendo produto das relações sociais. Nesse sentido, o lugar se diferencia de outros tipos de espacialidade pela significação e pelo sentimento de pertencimento que adquire na relação dos moradores com o lugar e com os outros relacionais com quem produz e compartilha este lugar. Deste modo, a Comunidade do Timbó enquanto lugar expressa as práticas cotidianas e os modos de vida dos moradores, bem como a configuração do sentimento de pertença e a forma como os sujeitos se situam enquanto moradores da comunidade.

[3] A ideia de mosaico, enquanto esforço conjunto de um grupo de pesquisadores e formandos de captação de uma cidade foi pensado por Becker (1993) ao falar da particularidade e riqueza de um esforço coletivo desenvolvido pela Escola de Chicago. Este mosaico científico proposto por Becker para análise da experiência de pesquisa pela Escola de Chicago, tendo a cidade de Chicago como universo sistemático de análise, parte da noção da imagem de um mosaico, onde cada trabalho desenvolvido contribui para a compreensão da totalidade do quadro analisado. Esta configuração de um todo analítico, através de um mosaico em Becker indica a ideia de pesquisa coletiva e solidária, que convoca e provoca vários pesquisadores em busca de uma composição temática mais ampla, a partir das especificidades do universo ou subtemas pesquisados.

2017)[4]de uma comunidade periférica situada em uma área de crescente valorização imobiliária da cidade.

Com o propósito de integrar o mosaico sobre a cidade, esta etnografia preocupou-se em analisar a forma de sociabilidade que caracteriza o viver na Comunidade do Timbó, para isto, perseguiu objetivos específicos que nortearam o caminho teórico-metodológico da pesquisa, tais como:

a) Discutir o processo de surgimento e o desenvolvimento da Comunidade do Timbó;
b) Compreender como se configura o sentimento de pertença nos moradores;
c) Analisar como a pessoalidade se processa na comunidade;
d) Explorar as semelhanças e diferenciações entre a *parte baixa* e a *parte alta* da Comunidade do Timbó;
e) Entender como os moradores vêem a si mesmos e aos demais moradores da comunidade;
f) Esmiuçar como os moradores constroem a imagem do lugar de moradia;
g) Identificar que elementos caracterizam a cultura emotiva da Comunidade do Timbó;

Estes objetivos são resultados de um aprofundamento das questões relevantes que surgiram no desenvolvimento do trabalho de campo na Comunidade do Timbó. No decorrer do fazer etnográfico foram observadas situações cotidianas e identificadas narrativas que chamaram a atenção da pesquisadora para elementos de solidariedade e de conflito presentes na vivência do morador na comunidade, o que possibilitou a elaboração de questões relevantes que nortearam a construção analítica desta etnografia.

[4] Koury (2017, p. 10) define cultura emotiva como o processo de trocas emocionais entre os indivíduos que contribui para a criação de práticas comuns no jogo relacional e proporciona formas de continuidade, de elaboração de alianças e de estabelecimento de um saber comum. A cultura emotiva permite que indivíduos vivenciem e partilhem um lugar comum, uma vez que seu conteúdo possui sentidos morais e se apresenta como recheada de elementos de predisposição ao outro relacional. Neste sentido, a cultura emotiva é produzida através das trocas recíprocas – tanto materiais quanto simbólicas – entre indivíduos localmente situados (BARBOSA, 2015, p. 13) que, ao produzirem e se inserirem em uma dada cultura emotiva, conformam o self, estabelecem relações e desenvolve um sentimento de pertença a comunidade, ao bairro ou ao grupo.

Tais questões se apresentam como fundamentais para alcançar o objetivo central da pesquisa, que é compreender a forma de sociabilidade que se desenvolve e caracteriza a Comunidade do Timbó, abordando, assim, a tensão do viver no Timbó.

As questões relevantes buscam entender o cotidiano da Comunidade do Timbó através da problematização dos fatos etnográficos produzidos durante o trabalho de campo, com a pretensão de refletir sobre: De que modo o processo de constituição da Comunidade do Timbó configura a forma de sociabilidade local? Que elementos do cotidiano representam a pessoalidade na comunidade? Quais os sentimentos de conforto e de desconforto advindos da vivencia cotidiana na Comunidade do Timbó? A característica geográfica do terreno do Timbó – que o conforma em uma *parte alta* e uma *parte baixa* – influencia a relação entre os moradores dessas duas partes? Quais são os marcadores da dessemelhança e da diferenciação entre os moradores? De que maneira os moradores lidam/veem o processo de valorização do espaço urbano da Comunidade do Timbó?

É a partir dessas questões e objetivos que se processa a reflexão sobre a construção da sociabilidade de uma comunidade periférica da cidade de João Pessoa e que se organizam os fatos etnográficos que fundamentam a análise antropológica desta Dissertação. Estas preocupações analíticas auxiliaram na composição do olhar da pesquisadora sobre os elementos que configuram o cotidiano dos moradores da Comunidade do Timbó, responsáveis por formarem e informarem a sociabilidade que se desenvolve na comunidade. Sociabilidade esta construída continuamente pelos moradores, com base na cultura emotiva que integram – cultura emotiva que é formada pelos moradores e que forma estes moradores –, que comunica códigos de moralidade e de conduta, modos e estilos de vida e formas de semelhança, de dessemelhança[5] e diferenciação.

A construção do campo de pesquisa se processa através das questões e dos objetivos supracitados, que conforma o olhar da pesquisadora sobre o caso do Timbó, apreendido como universo de pesquisa desta etnografia. O Timbó é uma comunidade periférica da cidade de João Pessoa que se localiza no Bairro dos Bancários, tendo seu

[5] A dessemelhança é entendida enquanto um marcador social específico que ordena e distribui indivíduos e objetos a partir de um dado suporte simbólico/ideológico considerado como singular e como matriz cultural e social por onde as moralidades são construídas e montadas em uma dada formação societária, de modo que propicia estratégias de posição e distinção entre indivíduos e grupos, bem como de objetos e coisas (KOURY, 2002 e 2014a; FOUCAULT, 1988).

processo de constituição e desenvolvimento em paralelo com a ocupação e o crescimento do bairro. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Comunidade do Timbó possui 3.122 moradores distribuídos em 830 domicílios próprios ou alugados, dados que são atualizados pelo Censo Comunitário realizado entre os anos de 2015 e 2016 pela Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Timbó – ACMVT (2016) que informa a existência de mais de 1000 casas distribuídas pela comunidade, com uma média de 05 pessoas residindo em uma mesma casa, o que aponta para a presença de mais de 5000 moradores[6].

Constituindo a Comunidade do Timbó: uma breve discussão teórico-metodológica sobre pertença, lugar, redes de ajuda mútua e pessoalidade

A Comunidade do Timbó surge de uma ocupação irregular do Vale do Rio Timbó, no início dos anos de 1980. Antes de ser considerada uma ocupação irregular, em fins dos anos de 1970 o Vale do Rio Timbó foi ocupado por uma construtora civil que utilizava o espaço[7] para a retirada de matéria prima para a edificação dos conjuntos habitacionais em construção na zona sul e para a acomodação temporária dos

[6] Os moradores do Timbó ocupam as vagas de emprego na construção civil, no trabalho doméstico, na limpeza urbana, no setor informal de vendas, na coleta de material reciclável, bem como desempenham a ocupação de porteiros, flanelinhas, balconistas, mecânicos, atendentes, vendedores, motoristas, costureiras, cabeleireiras, professoras, manicures, entre outros. Há, também, os moradores que são aposentados, aqueles que se encontram desempregados, os que são estudantes do ensino médio e superior, as crianças e os adolescentes (ACMVT, 2016).

[7] A categoria analítica de espaço é compreendida aqui como um ambiente onde não há a construção de um sentimento de pertença, possuindo uma dimensão ampla e abstrata que pode ser categorizada desde como uma paisagem esma, ou como um ambiente geográfico que delimita um território, - que pode conter, no seu interior diversos lugares que conformam o que Michael de Certeau (2014a) chama de *espaço praticado*, isto é, o espaço em que existem lugares em seu interior. A ideia de lugar usada aqui, diferente da do *espaço* ou a de *espaço praticado*, diz respeito diretamente a modo de vida através do uso e da ocupação de um determinado espaço, onde há o sentido de pertencer e onde se processa o cotidiano dos indivíduos nele presentes. Assim, antes de se consolidar como Comunidade do Timbó, o Vale do Rio Timbó era considerado um espaço, visto como um ambiente esmo, de modo que o processo de transformação dele em um lugar se deu mediante a ocupação e a formação de vínculos entre os indivíduos e de uma experiência afetiva comum, configurada por modos de uso, formas de sociabilidade, códigos morais e uma cultura emotiva que é formada e forma os moradores. Deste modo a noção de espaço não apreende as dimensões do cotidiano e não possui um aspecto relacional – como a de lugar –, se caracterizando como um ambiente amplo e vazio de sociabilidade, ou de sociabilidades abstratas como indica a noção de *espaço praticado* de Certeau.

trabalhadores civis em barracas de apoio. Esta utilização do espaço ocasionou na abertura de uma cratera que conformou o terreno em uma *parte alta*, situada no terreno superior da encosta, e uma *parte baixa*, situada no terreno inferior da encosta[8]. Foi na *parte baixa* que os trabalhadores civis foram acomodados em barracas de apoio e, de acordo com o Censo Comunitário ACMVT, estes trabalhadores são os primeiros moradores do Vale do Rio Timbó – que posteriormente se tornaria a Comunidade do Timbó (ACMVT, 2016).

A Comunidade do Timbó se consolida como comunidade no ano de 1983, quando chega ao fim o conflito entre os moradores e a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, que realizou investidas para deter a ocupação do Vale do Rio Timbó, como será discutido no capítulo 1. Com a consolidação, a comunidade adquire o nome do Rio Timbó[9] pelo fato da ocupação se processar em seu Vale e pelo papel que este rio possuiu no começo da ocupação da comunidade, servindo como fonte para o consumo da água, para a pesca e para a plantação, bem como para a lavagem de roupas. Com a construção de casas se procedendo principalmente nas proximidades do Rio Timbó.

[8] A ocupação do Vale do Rio Timbó pela construtora ocasionou uma remodelação no terreno devido à retirada de saibro – um tipo de areia grossa, conhecida por ser misturada com argila, encontrada próximo aos rios –, que resultou na abertura de uma cratera semicircular que conforma o terreno em uma *parte alta* situada no terreno superior a encosta criada pela escavação, e uma *parte baixa* situada no terreno inferior à encosta, dentro da cratera aberta. A *parte baixa* é composta por 14 ruas, sendo a área mais extensa e onde se situa a maioria dos moradores na comunidade, para acessá-la é necessário tomar uma das quatro entradas da comunidade, que são conformadas por ruas inclinadas que contornam a encosta. A *parte alta*, por sua vez, é composta por 02 ruas, sendo uma delas a rua principal da comunidade – a Rua Abelardo Pereira dos Santos –, e está situada em um terreno plano com o bairro dos Bancários e o bairro do Jardim Cidade Universitária. Esta *parte alta* é a área mais valorizada da comunidade, tanto pela condição do terreno, que é plano e propicia a construção de prédios residenciais, quanto por ser uma via de acesso rápido entre as zonas sul e leste e por ter uma forte característica comercial. Esta particularidade da Comunidade do Timbó será discutida no decorrer da Dissertação, ao se abordar as singularidades e as semelhanças entre a *parte baixa* e a *parte alta*, sendo uma problematização presente principalmente no capítulo 4.

[9] Afluente do Rio Jaguaribe, o principal rio da cidade de João Pessoa, o Rio Timbó nasce entre o bairro de Jardim Cidade Universitária e o bairro do Portal do Sol, percorrendo 5.5 km na direção sul-norte até encontrar o Rio Jaguaribe (DIEB e MARTINS, 2017). O Rio Timbó ganha esta denominação devido à especificidade da vegetação presente em suas encostas, que conta com o Timbó. Segundo o *Dicionário Online de Português*, o Timbó é uma planta tradicionalmente usada para ajudar na pesca devido à seiva tóxica que possui, responsável por causar paralisia temporária nos peixes.

Neste processo de constituição, a Comunidade do Timbó foi formada e é composta por homens comuns pobres (KOURY, 1986, 2017)[10] advindos principalmente de cidades paraibanas, e recém-chegados ou já residentes na cidade de João Pessoa. Em geral, a chegada à cidade se processa pela busca por inserção no mercado de trabalho ou devido a períodos de crise na saúde de algum parente, recorrendo à capital para oportunidades de emprego ou para atendimento médico. Nesta circunstância a Comunidade do Timbó surge para esses homens comuns pobres como uma possibilidade de conseguir uma casa própria e fazer a vida na capital paraibana, como foi identificado na narrativa dos moradores.

Ao se estabelecerem na Comunidade do Timbó, esses homens comuns pobres se tornam moradores, não somente pelo fato de fixarem residência na comunidade, mas pela construção de um sentimento de pertença (HONORATO, 1999; KOURY, 2003). O sentimento de pertença é um dos conceitos centrais para a análise da Comunidade do Timbó, pois contribui para a compreensão da construção da comunidade como um lugar comum[11] que serve como ponto de partida para o indivíduo apreender a si e ao outro. Quando se produz um sentimento de pertencimento em relação ao lugar, este lugar passa a possuir um significado pessoal e coletivo que configura o viver cotidiano,

[10] Koury (1986) entende por homens comuns pobres os homens e mulheres livres e proprietários de sua força de trabalho, que possuem vínculos empregatícios ou uma profissão específica, bem como aqueles que não possuem nenhum vínculo empregatício e nem profissão. A noção de homens comuns pobres, trabalhada por Koury, possibilita uma ampliação metodológica do universo de pesquisa, considerando-o analiticamente para além de atributos de gênero, idade, raça ou etnicidade. Koury (1986, p. 134) entende que a análise do homem comum pobre proporciona uma "visualização da diversidade no cotidiano vivenciado pelos indivíduos e por segmentos específicos onde estão situados parte desses homens, no estreito limite do procurar enquadra-se na ordem social em processo de consolidação e de sua negação diurnal desta ordem", de modo a apreender a complexidade do cotidiano em que os homens comuns pobres estão inseridos.

[11] O lugar como vimos é produto das relações sociais e se relaciona com a dimensão do vivido. Neste sentido, o lugar surge como resultado de experiências e do pertencimento a uma localidade, processo que se configura através do cotidiano (TUAN, 1983), de modo que o lugar agrega o convívio, as experiências afetivas, a memória e a construção identitária do indivíduo e do coletivo que ali se forma. A noção de lugar, por fim, remete a um tipo de envolvimento com o mundo, que está baseado na necessidade de raízes e de segurança (RELPH 1979 apud LEITE 1998, p. 10), é um envolvimento configurado pelo sentimento de pertença (KOURY, 2017), responsável por transformar o espaço em um ambiente inteiramente familiar, isto é, em um lugar.

expressando os conflitos e as tensões presentes na relação de viver o lugar e na construção da identidade.

O conceito de pertença é discutido a partir da noção de fazer parte de um lugar, noção esta que estabelece relações cotidianas que dão sentido à vida do morador. Rossana Honorato (1999), em seu estudo sobre os produtores culturais da cidade de João Pessoa, indica que a pertença se desenvolve em sua relação com o lugar, estabelece

> uma relação que evoca simbolicamente o... contingente de memória. Uma naturalidade construída conjugando relações afetivas e efetivas, desenvolvidas e em desenvolvimento, nas quais uma pessoa é fundada, funda-se e funde-se em tensas intersecções com os grupos aos quais pertence (HONORATO, 1999, p. 39).

As relações praticadas no lugar estabelecem situações construídas nas interações entre os indivíduos a ele pertencentes e enquanto expressão de um sentimento comum partilhado, de pertença.

Honorato (1999) indica que o reconhecimento construído em relação à cidade é composto por um sentimento tenso de estranhamento e de pertença que estimula a memória e a evocação de raízes simbólicas criadas na construção do lugar. O sentimento de pertencimento do qual Honorato discute joga com o orgulho, os medos e os receios em relação ao lugar de moradia – a cidade de João Pessoa –, que é modificado pelas transformações urbanas fomentadas pelo discurso modernizador na capital paraibana. Surge nesse jogo de pertencimento, a tensão entre a aspiração pelo progresso da cidade e o anseio pela preservação das peculiaridades locais.

A pertença analisada por Honorato se configura através da tensão entre o desejo da modernização da cidade e o receio de que tal transformação altere significativamente a relações, a arquitetura e as festas tradicionais da capital paraibana, promovendo uma perda das singularidades que caracterizam, para os produtores culturais, a cidade de João Pessoa. Esta discussão, realizada em fins dos anos de 1990, coloca em questão a ambivalência do sentimento de pertença, do aspirar ao progresso para que a cidade se desenvolva através de um projeto de modernização, mas recear as consequências que este progresso pode ocasionar. A questão da ambiguidade do sentimento de pertença, presente na discussão de Honorato, pode ser identificada entre os moradores da Comunidade do Timbó, onde há uma satisfação pela transformação urbana da comunidade e uma inquietação pelo aguçamento dos marcadores sociais da

diferenciação [12] entre a *parte baixa* e a *parte alta*, bem como pelo receio da possibilidade de deixar a comunidade devido o processo de gentrificação[13].

A transformação urbana pela qual a Comunidade do Timbó passou durante os últimos 41 anos contribuiu para a construção da noção de *Timbó hoje*, que corresponde à concepção da comunidade como um lugar urbanizado, com os problemas de riscos

[12] Marcadores sociais são formas de classificações que emulam identidades e se configuram como operadores das dessemelhanças e diferenças (MOUTINHO, 2014). Laura Moutinho (2014), ao analisar a utilização da categoria marcadores sociais na produção acadêmica recente, indica que marcadores sociais da diferenciação é uma categoria analítica que opera de maneira contextual e relacional, sendo um elemento que constrói cotidianamente as configurações relacionais entre os indivíduos. Assim, os marcadores são significativos para compreender a semelhança e a dessemelhança, as continuidades e as descontinuidades relacionais que norteiam a percepção do outro e do lugar. Nesse processo a diferenciação é um elemento importante na construção de marcadores sociais – como raça, gênero, geração, classe, territorialidade, modos e estilos de vida – e é entendida a partir do seu aspecto relacional, com marcadores sendo acionada como forma de diferenciação e como negociação de diferenças. Isto é, a construção dos marcadores sociais de diferenciação ocorre através da constituição de fronteiras e normas que produzem parâmetros para a ação, para a valorização do mundo comum, para a produção de identidades, de sentimento de pertença, de dessemelhanças e de disputas. Os marcadores sociais de diferenciação e de dessemelhança são compreendidos no interior de um dado contexto relacional, neste trabalho a análise se processa a partir do caso da Comunidade do Timbó, onde os marcadores evocam diferença, dessemelhança e códigos de moralidade, construindo indivíduos, lugares e situações diversas. O morador utiliza os códigos de conduta, os valores sociais e os lugares como atributos morais que classificam e diferenciam a si mesmos e aos outros relacionais através de um sistema tensional de diferenciação e dessemelhança operado a partir de acusações, de dissensos, de medos, de fofocas e de ressentimentos. No capítulo 4 é realizada a discussão e análise dos marcadores construídos na forma de sociabilidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó.

[13] Gentrificação é um processo de renovação urbana que resulta na valorização imobiliária de áreas centrais e periféricas das cidades, ocasionando uma renovação de moradias, a alta do preço imobiliário e o deslocamento da classe baixa que habitava essas áreas. Patrícia Novaes (2018), ao analisar o processo de gentrificação em favelas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, chama atenção para o papel do Estado – com as reformas urbanas – e do mercado na promoção da gentrificação dos espaços periféricos que passam por um processo de crescente valorização imobiliária, reformulando a concepção do Estado e do mercado em relação a esses espaços. A gentrificação, neste sentido, proporciona condições de mercado nos espaços que passam por um processo de requalificação espacial, econômica, social e cultural (NOVAES, 2018), contribuindo para uma mudança na especulação imobiliária, no padrão dos estabelecimentos comerciais e no aumento no custo de vida – com uma elevação nos preços dos alugueis, da cesta básica e demais serviços comerciais que buscam se enquadrar no novo padrão de valorização.

ambientais atenuados[14], em crescente valorização, que é tranquilo e que mantém a característica de um lugar de pessoalidade, onde impera as relações pessoais de vínculo estreito e há um conhecimento mútuo entre os moradores. Nesse processo o sentimento de pertença vai sendo constantemente construído, com os moradores ressaltando os aspectos positivos que, para eles, caracterizam o presente da Comunidade do Timbó. É a satisfação e o bem-querer à comunidade que assinala o afeto sobre o lugar em que se estabeleceu na cidade, onde construiu relações de vínculo estreito de amizade e onde é conhecido pelos outros relacionais. A transformação urbana pela qual passou a comunidade contribui para que os moradores desempenhem um esforço de

[14] Como medida preventiva para abrandar os riscos de desastres ambientais, a PMJP realocou cerca de 214 famílias em área de risco ambiental – nas proximidades das encostas e do rio – para unidades habitacionais construídas na *parte baixa* da comunidade do Timbó, bem como realizou drenagem no rio e contenção das encostas. Estas obras realizadas pela PMJP foi parte de uma intervenção para a urbanização da Comunidade do Timbó, fruto da campanha SOS Timbó que organizou as ações dos moradores na reivindicação por melhorias na infraestrutura da comunidade e para a resolução dos problemas ambientais. Ao entregar as obras de urbanização da comunidade, a PMJP criou o slogan de *Novo Timbó* para indicar a nova configuração da comunidade após a urbanização, o prefeito da cidade de João Pessoa, Luciano Cartaxo, fala sobre "uma nova comunidade" ao indicar a implementação de saneamento básico, iluminação em LED – Light-Emitting-Diode é um dispositivo que emite luz elétrica de forma eficaz e econômica –, rede de esgoto, drenagem do rio, contenção das encostas e a construção de unidades habitacionais. O *Novo Timbó* refere-se a uma comunidade urbanizada que não enfrenta os problemas ambientais e na infraestrutura que se fazia presente no cotidiano dos moradores, de modo que essa transformação no lugar é apreendida pelos moradores através da noção de *Timbó hoje*, que enfatiza os aspectos positivos da Comunidade do Timbó. O leitor terá acesso à discussão sobre a noção de *Timbó hoje* no capítulo 2. Vale ressaltar que no *Timbó hoje* os problemas de risco ambientais foram atenuados, mas não completamente resolvidos, pois há famílias que não foram realocadas por se situarem fora das áreas de risco do Rio Timbó, isto é, com as casas construídas além das margens do rio, permanecendo na Rua Abelardo Pereira dos Santos. No entanto, estas famílias têm os jardins da casa e a própria casa alagada quando as fortes chuvas que caem sobre a cidade ocasionam o transbordamento do rio, que acaba atingindo as casas mais próximas. Segundo Zezão, um morador da Comunidade do Timbó que reside na *parte baixa* há 35 anos, os problemas de alagamento causados pelo Rio Timbó acontecem pelo o aterramento do rio, que dificulta o escoamento da água e facilita o transbordamento do rio. É no período intenso de inverno que a água do rio chega até a casa dessas famílias e ocasiona pequenos transtornos, sem que seja preciso sair da casa para um abrigo, como ocorria antes das intervenções urbanas na comunidade, os moradores limpam a lama e procuram resoluções frente à PMJP para a resolução, e não somente atenuação, desse problema ambiental.

reconfiguração da imagem do Timbó, evidenciando as melhorias na infraestrutura, o alcance de uma tranquilidade e a continuidade das relações pessoais.

Esta satisfação é tensionada pela inquietação em diferenciar-se do morador visto como responsável pela má fama da comunidade – concebida pelo bairro dos Bancários e noticiada nos jornais locais como um espaço de violência, de perigo e de vulnerabilidade social e econômica –, que é sujeita a um processo de segregação social, econômica e espacial pelo bairro dos Bancários (SOARES, 2009; PITA, 2012)[15].A inquietação é fomentada, também, pela acentuação da moradia na *parte alta* ou na *parte baixa* como questão de diferenciação e dessemelhança entre os moradores, que se distinguem, trocam acusações e guardam mágoas.

Nesse processo, os moradores se agradam com as transformações ocorridas na comunidade e se ressentem de serem associados a uma imagem de lugar perigoso mesmo diante o esforço em diferenciar o passado – associado à precariedade na

[15] Segregação socioespacial é uma categoria analítica que se refere ao processo de marginalização de grupos sociais no espaço urbano, fenômeno relacionado a fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que norteiam uma dada configuração social da cidade. A segregação socioespacial da Comunidade do Timbó no bairro dos Bancários – onde está localizada – foi analisada por Cristiane Soares (2009) e Ana Luiza Pita (2012). Cristiane Soares (2009, p. 75) discute a segregação da Comunidade do Timbó como uma forma de violência que foi favorecida pela discrepância no acesso à infraestrutura urbana, com o investimento público para a promoção de melhores condições de habitação sendo direcionado para o bairro, enquanto a comunidade permaneceu sem infraestrutura básica. Nesse processo os moradores do bairro dos Bancários constroem uma imagem negativa da comunidade e seus moradores, sendo vista como um espaço de vulnerabilidade social, de pobreza, de precariedade – sem saneamento básico e com problemas ambientais – e de violência – devidos os casos de morte e de prisão na comunidade que foram noticiados pela mídia local e pela concepção dos moradores do bairro dos Bancários de que a violência urbana no bairro é promovida pela comunidade (SOARES, 2009). De acordo com Soares (2009, p. 96), a segregação também se processa no mercado de trabalho, com o estigma surgindo enquanto elemento que reforça a segregação ao gerar obstáculos para empregar os moradores da comunidade que buscam emprego sem indicação. Ana Luiza Pita (2012), por sua vez, também chama atenção para a diferenciação nas condições de infraestrutura entre o bairro dos Bancários e a Comunidade do Timbó, apontando a ausência de serviços públicos na comunidade como um elemento que reforça a segregação socioespacial, que dificulta a integração da comunidade ao bairro. A deficiência na infraestrutura da comunidade, que surge de uma ocupação irregular, associa o espaço à pobreza e a precariedade, de modo que os moradores da Comunidade do Timbó não exercem plenamente sua condição de cidadão, pois não tem acesso à cidade urbanizada, a moradia digna, aos serviços públicos, a espaços de lazer e ao mercado de trabalhado (PITA, 2012, p. 182), circunstância promovida pela segregação socioespacial.

infraestrutura, a vulnerabilidade ocasionada pelos problemas ambientais, à violência e a pobreza – e o presente – associado à urbanização, atenuação dos riscos ambientais e a tranquilidade – da comunidade. Bem como pela diferença nas formas de produção da comunidade (ARAÚJO, 2014), que possui uma parte mais valorizada – a *parte alta*, utilizada por outros habitantes da cidade – e uma parte menos valorizada – a *parte baixa*, usada principalmente pelos moradores da comunidade –, que promove tensões entre os moradores e configura o sentimento de pertença à Comunidade do Timbó, ocasionando em duas formas de vivenciar a comunidade.

A moradia na *parte alta* ou na *parte baixa*, nesse sentido, se processa enquanto um marcador social de diferenciação e dessemelhança devido a configuração geográfica do terreno, que propicia uma maior valorização da *parte alta*, que é plana, em detrimento da *parte baixa*, que é acidentada. Bem como pelo fato de o principal comércio da comunidade estar centrado na *parte alta*, na Rua Abelardo Pereira dos Santos, onde circulam os transportes coletivos que atendem a população. A *parte alta* da comunidade também é bastante utilizada pelos habitantes da cidade, pois se tornou uma via de acesso que interliga as zonas sul e lesta da cidade de João Pessoa. Esta configuração fomenta a valorização da *parte alta*, onde os moradores exercem um esforço de se distanciar dos problemas da comunidade – a vulnerabilidade socioeconômica, o comércio de drogas e os eventuais casos de violência divulgados na mídia local – e relegá-los à *parte baixa*.

Os moradores da *parte baixa*, por sua vez, rebatem as acusações ao afirmarem que a *parte alta* também é comunidade, se ressentindo da atribuição de bagunçada, violenta e desvalorizada construída na narrativa de diferenciação entre os moradores. A contrapartida dos moradores da *parte baixa* se baseia na ressalva de que todo o terreno é comunidade e por este motivo a valorização deveria ser equivalente entre ambas as partes, ao mesmo tempo em que reconhecem a existência e buscam se diferenciar dos moradores da *parte baixa* que são entendidos como responsáveis por fomentar uma imagem negativa sobre a comunidade[16].

Tais circunstâncias tensionam o sentimento de pertença dos moradores por jogar com o gostar e o desgostar da comunidade, o ressentimento em ser apontado e/ou confundido como morador problemático, o constrangimento de precisar justificar a

[16] Os moradores problemáticos para a sociabilidade do Timbó são compreendidos como aqueles que desviam dos códigos de conduta e moralidade e propiciam a continuidade de práticas de criminalidades urbanas que se tornam notícias nos jornais locais, como será discutido no decorrer do trabalho.

permanência na comunidade, as trocas de acusações e as estratégias de diferenciação. Deste modo, a ambivalência é um elemento comum ao sentimento de pertença e proporciona uma complexificação analítica sobre a vivência do morador na Comunidade do Timbó, pois apreende a tensão da contínua construção do sentimento de pertença em relação ao lugar em que mora e aos outros relacionais – semelhantes ou dessemelhantes – com quem constrói e compartilha o lugar.

A ambivalência do sentimento de pertença é discutida por Mauro Koury (2001, p. 131), que enfatiza a mistura do amor e do ódio que o sentido de pertencer provoca no indivíduo que vive um determinado grupo, bairro, comunidade ou cidade. Esta ambivalência é vivenciada de uma forma única pelo indivíduo e norteia o modo como este qualifica a sua individualidade, enquanto morador, e produz modos e estilos de vida. Ao apreender teórica e metodologicamente o sentido de pertencer, Koury (2001) indica que o sentimento de amor e de ódio é fortalecido através da reciprocidade e da animosidade, do encantamento e do estranhamento, da semelhança e da dessemelhança que torna a vivência em um determinado grupo ou o viver em um dado bairro, comunidade ou cidade uma experiência maior do que morar. Constrói-se uma experiência comum que apreende não somente o bairro, a comunidade ou a cidade em que mora, mas também o bairro, a comunidade ou a cidade imaginária, isto é, aquela em que se deseja morar, que se distingue e se diferencia daquela que se diz morar.

Em concordância com Koury, identifico a ambivalência que configura e complexifica o sentimento de pertença, bem como saliento a necessidade de estar atento a esta ambivalência que circunscreve o pertencer e que é constituída pelas tensões do viver cotidiano. Como afirma Koury, é preciso considerar e refletir sobre as

> Polaridade[s] a que o lidar diário de uma gestão cultural deve estar atenta ao viver individual e de grupos e no expressar-se sempre em intercruzamentos contraditórios entre o gosto e o desgosto. O prazer e a desilusão. Os desejos e os anseios. O amor ao lugar com doses de desamor, que é o amor demais ressentido ou por demais assentido. Cruzamentos entre o querer e o poder, entre o que foi e o que poderia ter sido, entre o que é e o que poderá ser (KOURY, 2001, p. 136).

A pertença é composta por elementos emocionais que se configuram enquanto o construto subjetivo do viver em um determinado lugar, no caso aqui analisado, a Comunidade do Timbó. Neste sentido, a atenção requisitada ao pesquisador para a análise do sentimento de pertenças e processa pelo motivo da pertença provocar no

indivíduo o sentido de fazer parte do lugar que deseja construir, planejar, modificar ou gerir uma ação ou um produto cultura específico (KOURY, 2001), ou melhor, uma cultura emotiva (KOURY, 2017).

A pertença é entendida por Koury (2001) como uma reinvenção cotidiana que se configura através do encontro entre atores sociais na construção de relações e dos lugares, se constituindo no âmbito da tensão e não somente da solidariedade. O sentimento de pertença é permeado pela ambivalência marcada pelo jogo entre o amor e o ódio em relação ao lugar e as pessoas com que fazem e compartilham o lugar. Tal composição se processa pelo fato da pertença se referir à construção de um projeto comum, sendo um movimento continuado na construção do social, pois nunca tem um fim, mas sempre recomeços. Neste sentido a construção da pertença é palco de disputas, se conforma através de acordos cotidianos e configura a Comunidade do Timbó como um lugar de semelhança, de familiaridade e de laços afetivos de solidariedade, ao mesmo tempo em que é um lugar de diferenciação, dessemelhança e individuação.

Na Comunidade do Timbó a ambivalência que envolve o sentimento de pertença joga com o gostar do lugar em que vive. Lugar compreendido e apresentado como bom de morar, bem localizado na cidade, em crescente valorização, que é tranquilo e onde se estabelece relações de vínculos pessoais estreitos, o que fomenta o paraíso da pessoalidade (PRADO, 1998), isto é, um lugar onde há um conhecimento mútuo entre os moradores. Por outro lado, há o desgostar devido à imagem negativa atribuída pelo bairro dos Bancários à Comunidade do Timbó – visto como um espaço periférico, de vulnerabilidade social e econômica e que é responsável por promover a violência urbana no bairro –, bem como pelo inferno da pessoalidade (PRADO, 1998), que se caracteriza pelo controle social exercido entre os moradores. Tal controle é possibilitado pelo tipo de sociabilidade que se processa na Comunidade do Timbó, onde o conhecimento mútuo proporciona que os mais variados acontecimentos e assuntos sejam conhecidos e comentados pelos moradores.

Pertencer à Comunidade do Timbó é ter sem si o lugar, é vivenciar cotidianamente os elementos emocionais que configuram o sentimento de pertença, de modo que a análise desta categoria permitem compreender o sentido de fazer parte da comunidade, que ultrapassa o desgosto e o ódio e constitui o amor, o querer bem, o reclamar a degradação, o esforçar-se por melhorias e o empenhar-se na construção de uma imagem positiva da comunidade na cidade. O sentimento de pertença, assim, é uma noção vivenciada através da tensão entre o amor e o ódio, o ontem e o hoje, o eu e

outro, a solidariedade e o conflito, proporciona que o indivíduo situe a si mesmo a partir do lugar em que mora e vive e, através desse lugar, apreenda e hierarquize o outro relacional, seja ele semelhante ou dessemelhante, sendo também situado pelos outros (KOURY, 2010, p. 288).

Analisar o sentimento de pertença da Comunidade do Timbó é construir uma compreensão sobre a vivência dos moradores, sobre a experiência comum de morar, produzir e compartilhar a comunidade enquanto mundo comum, que forma e informa a experiência do *nós*. Ao mesmo tempo em que é fundada pela experiência dos indivíduos, a Comunidade do Timbó funda estes indivíduos constantemente, processo que configura a construção de um eu a partir do lugar do *nós*, de modo que o sentimento de pertença é produto de uma experiência comum que se desenvolve em um lugar específico. Deste modo, a pertença permite compreender a fundação da Comunidade do Timbó enquanto lugar de moradia e, principalmente, de pertencimento, onde os indivíduos tornam-se parte do lugar e se reconhece a partir dele.

Neste sentido, a Comunidade do Timbó transforma-se em lugar a partir das práticas cotidianos dos indivíduos, que acaba por configurar as relações de vizinhança, e os sentimentos comuns de usos e desusos do lugar. O Timbó se apresenta como pertença e como cultura emotiva, como lugar que é fundado e que funda códigos de moralidade, modos de conduta, relações de vizinhança e formas de sociabilidade. O lugar é o espaço do vivido fundamentado nas relações interpessoais cotidianas que articulam cooperação e conflito, reciprocidade e estranhamento e que configura o mundo da vida. Assim, morar na Comunidade do Timbó significa não apenas residir, mas viver uma determinada cultura emotiva construída na fundação do lugar, uma vez que um lugar se constitui enquanto tal a partir da pertença que adquire através das relações intersubjetivas que nele se desenvolve, sendo permeado por dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais.

Ana Fani Carlos (2004) discute a noção de lugar e as práticas cotidianas em sua reflexão sobre o espaço urbano da cidade na contemporaneidade marcada pela globalização e complexidade da relação entre o local e o global. Carlos (2004) entende o lugar como uma construção social que resulta das relações sociais, construindo significações e sentidos, e como lócus do vivido, onde se desenvolve as práticas cotidianas dos indivíduos, sendo o lugar a base da reprodução da vida. O lugar, segundo a autora, pode ser analisado através da relação habitante-lugar-identidade, pois “a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade,

e, nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar" (CARLOS, 2004, p. 47).

A partir do lugar o indivíduo percebe o mundo, constrói formas de habitar e elaboram uma identidade, dimensões que, para Carlos, abarcam a vida social. Um bairro, uma comunidade e/ou uma rua são entendidos como lugar por ser o lócus imediato da vida, onde os moradores estabelecem relações de amizade e vizinhança, encontra os conhecidos, criam laços de identidade entre os moradores e com o lugar, configurando a dimensão cotidiana da vida. Há uma articulação entre o lugar, onde se realiza a vida, a identidade e o cotidiano, onde a vida ganha dimensão real (CARLOS, 2004, p. 50), de modo que o plano do lugar é a reprodução da vida e configura a constituição da identidade. Na discussão de Carlos o lugar ganha sentido por meio das apropriações vividas e exprimem modos de usos, relações de amizade e vizinhança, construções identitárias e modos e estilos de vidas específicos, uma vez que o lugar é o plano da vida cotidiana e resguarda singularidades que o caracteriza.

Carlos aborda, em sua análise, a relação entre o lugar e a identidade dos indivíduos que nele habitam, enfatizando que a identidade é produzida na relação entre as pessoas no lugar, proporcionando um reconhecimento de si e do outro. Esta discussão aproxima-se da abordagem que esta Dissertação desenvolve ao compreender a Comunidade do Timbó como um lugar de pertencimento, que ganha sentido através das experiências afetivas dos moradores, transformando o espaço – enquanto um agregado de áreas[17] – em um lugar a partir de onde o morador constrói a si mesmo e ao outro relacional. O sentimento de pertença se refere a uma relação interpessoal entre os indivíduos com o lugar, contribuindo para a construção da identidade, uma vez que ao pertencer o indivíduo sente-se integrado a comunidade, lugar onde o indivíduo adquire existência para si mesmo e para o outro. É o sentimento de pertencer que torna o indivíduo um morador da Comunidade do Timbó, uma pessoa que é vista e se ver em relação ao lugar de moradia e, principalmente, de pertencimento.

Ao discutir a pertença Koury (2001, 2003) também aborda o lugar, que é apreendido a partir do local. O local é concebido como o elemento intrínseco de pertença, sendo o lócus onde se desenvolve o sentido de comunidade ou a sua antítese, o sentido de individualismo (KOURY, 2001, p. 131). O lugar é entendido enquanto produto das experiências afetivas, das trocas simbólicas, das relações cotidianas, da

[17]A área, por sua vez, é entendida como um terreno de extensão limitada.

construção contínua de pertencimento e da construção de mapas imaginários como forma de singularizar os olhares sobre o lugar comum. O local e o lugar são duas dimensões socioespaciais configuradas através do aspecto relacional, sendo que o conteúdo do lugar – isto é, a memória, a pertença, as trocas intersubjetivas, as formas de sociabilidade e os códigos morais – possibilitam uma multiplicidade de locais.

O local apreende as diversas características que conformam a singularidade do lugar, sendo uma categoria analítica que integra a noção de lugar na medida em que o seu uso aciona a referência de um determinado lugar. Ao discutir o conceito de local, Tânia Fischer (1992, p. 106) compreende que o local se refere a uma delimitação socioespacial que pode ser identificada como base – como um bairro, uma comunidade ou uma cidade – e é constituído por relações sociais que indica a interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. De acordo com a autora, "ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto" (FISCHER, 1992, p. 106).

Neste sentido, o local indica práticas sociais localizadas devidos ao seu caráter de ser fisicamente situado e, principalmente, socialmente construído, sendo formado pela convivência e cooperação, bem como competição e conflito entre indivíduos temporal e espacialmente situado. Por este motivo o local integra o lugar, pois se relacionam na conformação cotidiana, de modo que a partir da análise compreensiva do lugar – isto é, das circunstâncias de sua constituição, das relações estabelecidas, da construção de uma cultura emotiva e de códigos de moralidade – é possível identificar a vida local, ou seja, os elementos que caracterizam o lugar analisado, no caso dessa Dissertação, a Comunidade do Timbó.

Michel de Certeau (2014) é outro autor que discute as noções de lugar e espaço, desempenhando um esforço analítico para diferenciar as duas noções. Para Certeau (2014) o lugar é compreendido como um espaço simbólico vivido, isto é, o lugar é identificado e possui um bem simbólico. Um determinado local é construindo enquanto lugar quando as pessoas produzem dinâmicas de uso que o potencializam e o transformam em um lugar comum praticado, que é ressignificado e reatualizado constantemente pelas pessoas através da prática cotidiana. Neste sentido, o lugar permite uma memória e um sentido de pertencimento e reconhecimento, e a sua história está impregnada por aqueles que fazem e vivenciam o lugar.

O lugar é caracterizado por ser uma configuração instantânea de posições que implica uma indicação de estabilidade, imperando a lei do próprio (CERTEAU, 2014). Nesta leitura proposta do trabalho de Certeau, entende-se que a pertença é o elemento que possibilita a construção do lugar, uma vez que é a vivência de um determinado lugar, em um dado período temporal, que contribui para que um determinado espaço seja transformado em lugar. Lugar que é praticado cotidianamente e onde se produz memórias e histórias, sendo um local de reconhecimento para as pessoas que fazem o lugar, isto é, que ali residem ou frequentam.

Nesta perspectiva, enquanto o lugar é compreendido como instância da vivência, da pertença e da memória, onde se processam as práticas cotidianas, o espaço é entendido como uma área, um ambiente de dimensão maior do que o lugar e que pode conter no seu interior vários lugares. Certeau (2014, p. 184), por exemplo, indica que o espaço é preenchido por lugares e "é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais".

A noção de espaço, em Certeau, possui um sentido específico, indicando a ideia geográfica de território onde se produzem modos de vida, visto como abstratamente espaços praticados. Espaço e lugar são noções que se relacionam. No entanto, diferente do lugar, o espaço não possui unidade e a estabilidade de um si próprio, que é característico do lugar (*idem*, 2014). O espaço pode ser compreendido como espaço praticado e espaço não praticado, de modo que no espaço praticado existe lugar – ou lugares – em seu interior e leva em consideração os vetores de direção, de quantidade e a variável tempo. Já o espaço não praticado é aquele onde não há a existência do lugar no seu interior, se caracterizando apenas como uma área.

O Vale do Rio Timbó, neste sentido, se apresentava como um espaço não praticado, já que não possuía nenhum tipo de ocupação da área, até que o processo de expansão da cidade, com a construção do bairro dos Bancários, propicia o uso desse espaço através da extração de saibro e, sobretudo, da residência "temporária" dos trabalhadores da construção civil que estavam empregados na obra. Além da ocupação do espaço pelos trabalhadores, há também a presença de outros sujeitos pobres que começam a utilizar o local ao entorno da jazida de saibro para residência, contexto em que se processam relações cotidianas e práticas de lugar, que são itensificadas com a ocupação do espaço após a finalização das obras do bairro dos Bancários.

Neste processo, o Vale do Rio Timbó se torna a Comunidade do Timbó, que passa de um espaço não praticado para um espaço praticado, nos termos de Certeau, e se constitui como um lugar de moradia e de pertencimento, aproximando-se da discussão de Koury. A luta pela permanência e moradia no local e o estabelecimento de relações cotidianas de cumplicidade, de reciprocidade, de amizade, de vizinhança, de tensões e de conflitos resulta na transformação da área em um lugar comum de compartilhamento e pertença, como será discutido no decorrer do trabalho.

Com a transformação da Comunidade do Timbó em lugar, se inicia o processo de crescimento e desenvolvimento da comunidade, que acontece através das redes de apoio e reciprocidade que auxiliam na chegada de novos moradores. O auxílio para a chegada desses novos moradores à comunidade acontece através de uma rede de apoio, onde a ida ao lugar é mediada por um morador estabelecido – geralmente um parente ou amigo –, que concede abrigo para o novo morador, ajudando-o a encontrar um trabalho e a se estabelecer na comunidade e na cidade. Os interlocutores dessa pesquisa chegaram à Comunidade do Timbó e estabeleceram moradia por meio de informações prestadas por um amigo ou familiar sobre a possibilidade de conseguir um terreno na ocupação – no caso dos moradores mais antigos – ou devido a proposta e auxílio de parentes para comprar uma casa ou ocupar um terreno ao fundo – o popularmente chamado de puxadinho[18].

Os novos moradores integram esta rede de apoio social e a exercitam cotidianamente entre os outros relacionais com quem compartilha o lugar, bom como, assim como foram auxiliados, ajudam os parentes e amigos a chegarem e se estabelecerem na comunidade. É comum ouvir dos moradores da Comunidade do Timbó a recorrência em ajudar parentes a se estabelecerem na capital, acolhendo o indivíduo em sua casa e o auxiliando no estabelecimento de relações no local, o integrando em redes de apoio, fornecendo informações sobre oportunidades de empregos, sobre como transitar pela cidade e sobre como viver na comunidade – repassando códigos de comportamento e moralidade, alertando em que se pode ou não confiar e com quem se pode ou não andar. Quando tal indivíduo consegue um emprego e compra ou aluga uma casa para morar, sai da casa daquele que o acolheu, mas dá

[18] Puxadinho é um termo utilizado para designar uma construção anexa à principal, no mesmo terreno, com o objetivo de anexar mais ambientes ao já existente ou de construir uma nova unidade residencial ou comercial. Na Comunidade do Timbó é comum encontrar puxadinhos, isto é, uma casa construída aos fundos da casa principal, que geralmente são destinados aos filhos casados.

continuidade à rede de reciprocidade estabelecida e reafirmada, conformando uma relação estreita de confiança, confiabilidade e lealdade entre as famílias.

Estas relações de solidariedade estabelecidas pelas redes de apoio são configuradas pelos elementos da reciprocidade e da proximidade, com as ajudas mútuas dos moradores para se estabelecerem no lugar, tais como os pequenos empréstimos de alimentos, os cuidados com as crianças, as indicações de emprego, os cuidados nos momentos de debilidade na saúde, entre outros. Relações estas que perpassaram o momento de constituição da Comunidade do Timbó e integra os códigos de condutas e as formas de sociabilidade local, conformando a cultura emotiva da comunidade. As redes de apoio, caráter homofílica, possuem um papel fundamental da sociabilidade da Comunidade do Timbó, sendo importante a análise do seu funcionamento para compreender não somente o processo de constituição da comunidade, mas também a bases que alicerçam a construção da cultura emotiva e dos códigos de moralidade.

Nesta direção, Eduardo Marques e Renata Bichir (2011) discutem as redes de apoio social entre os habitantes mais pobres da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, que acionam vínculos próximos pra angariar auxílios cotidianos e empregos, bem como para enfrentar crises de saúde. As redes de apoio que constituem as relações analisadas são de tipo homofílica, isto é, baseada na semelhança devido à mesma origem, ao localismo ou a um ancestral comum entre os sujeitos envolvidos. Esta rede possui importância na sociabilidade cotidiana dos indivíduos que a integram, pois funciona como mediação ao acesso de bens e serviços. As redes homofílicas se apresentam de forma mais possante entre os indivíduos pobres, que contam com um forte localismo e acionam familiares e vizinhos para conseguir apoios cotidianos.

As redes, de acordo com Marques e Bichir (2011, p. 66), dependem de um conjunto de contatos que um indivíduo dispõe em sua sociabilidade. Contatos que incluem tanto os de vínculos diretos – de familiares e de amigos – quanto os de vínculos indiretos – de conhecidos da família ou de amigos de amigos. As redes de apoio analisadas são acionadas para auxílios em caso de saúde, para ajudas cotidianas e para a obtenção de empregos, e os indivíduos acionados para exercitar esta rede de apoio homofílica são, principalmente, parentes, seguidos por vizinhos e, depois, por amigos (MARQUES e BICHIR, 2011, p. 72).

Na Comunidade do Timbó há redes de apoio homofílicas para obter oportunidades de emprego, com os moradores indicando aqueles que fazem parte de sua

rede, pessoas próximas e de confiança[19], para vagas de trabalho. Não é qualquer pessoa que pode ser indicada, apenas aquelas em que se tem confiança e sabe ou espera que será feito um bom trabalho, isso porque a indicação de pessoas de confiança faz parte das relações de reciprocidade e proporciona um sentimento de segurança para aquele que indica. A indicação de pessoas próximas ocorre não somente como um exercício da solidariedade e reciprocidade que envolve os moradores que integram uma rede homofílica, mas para assegurar que a pessoa exerça um bom desempenho e não "manche" – no sentido de sujar, devido uma má indicação – a imagem daquele que indicou.

Neste sentido, as redes de apoio são estabelecidas principalmente entre os vizinhos que possuem um vínculo estreito, mas também pode ser ampliada para toda a vizinhança, entre aqueles com quem o morador mantém uma relação cordial e que passam por uma situação que requer a ajuda. Na Comunidade do Timbó são estabelecidas redes de apoio para indicação de empregos, entre outras variedades de apoio recíproco entre os moradores, que é intensificado entre aqueles que mentem uma relação afetiva estreita.

De modo a complexificar a análise, aciono a discussão realizada por Nizete Nascimento (1983) ao analisar as redes de ajuda mútua como uma forma de sobrevivência e fonte de renda entre as famílias de baixa renda na cidade de Recife – PE. A ajuda mútua se apresenta como uma estratégia de sobrevivência entre as famílias mais pobres da capital pernambucana e se caracteriza pelo desejo de apoio entre as famílias ou os indivíduos que integram uma rede, que se pretende enquanto realização do consumo cotidiano e como forma de superar urgência e emergência (NASCIMENTO, 1983, p. 112). Esta rede, aponta a autora, se estrutura informalmente entre os indivíduos, não possuindo um mecanismo jurídico que obrigue as famílias e/ou

[19] O conceito de confiança aqui é entendido a partir dos trabalhos de Mauro Koury (2006; 2010), que analisa a confiança como importante um importante elemento para a conformação do pertencer, baseando sua discussão a partir de um grupo – o Delta – que se autocaracteriza como comunidade de apoio, sendo composto por jovens habitantes de bairros populares da cidade de João Pessoa. De acordo com Koury (2010, p. 32) confiança é compreendida como uma atitude que concede ao sujeito que a possui ou coloca em prática um sentimento de segurança íntima, pois o outro – sujeito que tem confiança – é visto como uma extensão do eu. A confiança remete à familiaridade, à segurança no procedimento, configurando laços afetivos estreitos e intensos entre os sujeitos que exercem uma relação baseada na confiança. O sujeito de confiança, deste modo, é aquele que se situa em acordo com os códigos de confiança que norteia um determinado grupo ou forma comunitária.

indivíduos ingressarem em redes de trocas. Assim, as trocas se vinculam ao espírito de iniciativa das pessoas, a simpatia (*idem*, 1983), a solidariedade, a reciprocidade, a gratidão e a lealdade.

Nascimento (1983) argumenta que o elemento central que configura a manutenção da regularidade das redes de ajuda mútua é a proximidade espacial, de modo que se pode contar com os parentes que moram próximo e com os vizinhos. Vizinhos estes que, segundo a autora, são constituídos de uma homogeneidade nos padrões de renda e de consumo para que a rede se mantenha em exercício e fomente a prática da reciprocidade. Tal homogeneidade é apontada como importante por diferenciar as diversas configurações que uma rede de ajuda mútua pode possuir, de modo que entre as famílias de baixa renda esta rede surge como uma estratégia de sobrevivência que correlaciona a intensificação da ajuda à destituição das famílias, onde Nascimento (1983) afirma que "tanto mais se troca quanto menos se tem o que trocar"[20].

A rede de ajuda mútua analisada por Nascimento descortina formas de ajuda mútua que transparecem diferentes formas intensidades no processo de troca. As três formas identificadas foram os presentes e agrados, os pequenos empréstimos e a partilha ou divisão entre membros que integram uma rede. Nesse processo de configuração do exercício da rede a partir de uma dessas três formas, os recursos que integram a ajuda mútua são organizados a partir de cinco elementos que norteiam as trocas e os auxílios, são eles: os alimentos, a habitação – no que se refere principalmente à ajuda na construção, na reforma ou no reparo da casa –, os bens de consumo como peças de roupas, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal, as pequenas prestações de serviço e o dinheiro. Deste modo, os recursos que integram as trocas e auxílios abarcam bens de consumo e de serviço que são importantes para a manutenção das famílias (NASCIMENTO, 1983).

A análise das redes de apoio e ajuda mútua está centrada, principalmente, no elemento do localismo (MARQUES e BICHIR, 2011; NASCIMENTO, 1983) e se

[20] As famílias que possuem certo nível de renda, mais elevado e estável que as demais famílias, fomentam uma heterogeneidade nos padrões de renda e consumo na vizinhança. Entre essas famílias que possuem uma renda fixa a troca deixa de ser rentável como estratégia de sobrevivência, embora continuem a exercer um papel completar (*ibidem*, 1983, p. 117). Isso porque a renda fixa surge como uma autonomia das famílias, que favorece outros mecanismos para a complementação do consumo, tais como os empréstimos, as compras a crédito e o fiado na barraca, uma vez que o nível de salário é importante para o indivíduo refletir sobre como usar e integrar uma rede de ajuda mútua.

apresentam como uma forma de estabelecer ou reforçar relações de reciprocidade, solidariedade e amizade devido o caráter que tais redes assumem no cotidiano dos indivíduos. Estas redes são, sobretudo, formas de suprir necessidades básicas – como os empréstimos e as partilhas de alimentos –, de ajudar nas crises de saúde, na obtenção de emprego e nos pequenos favores, sendo um componente importante na vida dos indivíduos e das famílias pobres, como aponta as discussões de Marque e Bichir (2011) e de Nascimento (1983), brevemente abordadas aqui e que serão retomadas no decorrer dessa Dissertação.

O diálogo com esses estudos é acionado devido a presença das redes de apoio e ajuda mútua na Comunidade do Timbó, possuindo um caráter homofílico, centrado não somente no localismo, mas também na semelhança entre os indivíduos, seja pela origem em comum em relação aos parentes, pelas relações de amizade que estabelece com os vizinhos ou pelo compartilhamento de trajetória de vidas próximas. Estas redes de apoio e ajuda mútua são exercitadas cotidianamente pelos moradores e se baseiam na reciprocidade e solidariedade, bem como nas tensões que envolvem a prática da troca e dos pequenos auxílios cotidianos, que em dados momentos são entendidos como abuso das relações de solidariedade.

Estas redes são importantes no cotidiano do morador da Comunidade do Timbó e sua análise possibilita a compreensão do viver na sociabilidade local, bem como auxilia no entendimento sobre o processo de crescimento do lugar de pertença. Ao integrar uma rede de apoio e de ajuda mútua o morador se insere em uma relação de vínculos pessoais estreitos e duradouros que configura esta rede não como um sistema de trocas monetárias, ou apenas de trocas materiais, mas, sobretudo, de trocas simbólicas, de exercício da reciprocidade, da confiança e da gratidão, reforçando os laços sociais ao mesmo tempo em que supre necessidade básicas ou auxílios corriqueiros. As redes de apoio e ajuda mútua se apresenta, também, como um elemento configurado pela pessoalidade que se desenvolve na comunidade e caracteriza a vivência dos moradores.

A pessoalidade configura as redes de apoio e ajuda mútua na medida em que proporciona uma relação estreita onde prevalece o conhecimento mútuo entre os moradores e fomenta relações intersubjetivas que resultam em processos recíprocos de trocas e estabelecimento de redes homofílicas. Esta configuração possibilita a construção de redes entre semelhantes que exercem uma relação de proximidade e de amizade, pois apesar da pessoalidade assegurar o conhecimento mútuo entre os pares relacionais, não indica necessariamente a existência de relações de proximidade e

semelhança entre todos os moradores. As trocas e ajudas corriqueiras são situações de reciprocidade que acontece principalmente entre parentes, vizinhos e amigos, mas as redes podem obter proporções mais amplas no auxílio a outros moradores que são conhecidos e se encontram em situação de "precisão", mesmo que a pessoa que ajuda não mantenha laços estreitos de amizade com o respectivo morador e sua família.

A pessoalidade, assim, refere-se ao conhecimento mútuo entre os moradores da Comunidade do Timbó, fundamentando a circunstância de todos os moradores se (re)conhecerem e dos acontecimentos ocorridos na comunidade ou que digam respeito a alguém que mora na comunidade se tornarem do conhecimento de todos os moradores. É neste sentido que Rosane Prado (1998) identifica o paraíso e o inferno da pessoalidade ao analisar o modo de vida de uma cidade pequena brasileira, indicando a marca da pessoalidade como uma característica da cidade de Cunha – SP a autora discute a pessoalidade como uma moeda de duas faces composta pelo paraíso de compartilhar a cidade com pessoas que conhece e que é por elas reconhecida, o que demonstra o espelho do reconhecimento como algo reconfortante. Por outro lado, há o inferno que o conhecimento mútuo fomenta, com fronteiras não rígidas entre as dimensões do público e do privado, e que proporciona o controle social entre as pessoas.

O paraíso e o inferno da pessoalidade só são possíveis devido ao "mundo de pessoas" (PRADO, 1998, p. 36) que rege as relações entre os habitantes da cidade pequena brasileira. Estar em uma condição permanente de pessoa em uma dada sociabilidade permite que aqueles que a integram situem a si mesmo e aos outros em quadros de referências pessoais que identifica quem é o outro. O conhecimento generalizado entre as pessoas, alerta Prado, configura uma forma de sociabilidade onde as relações pessoais imperam e perpassam todas as dimensões da vida na cidade pequena, desenvolvendo vários elementos característicos do exercício da pessoalidade, como o fiado, o uso de caderno para anotar as compras, a política de clientela, entre outros (*idem*, 1998, p. 41).

A pessoalidade, no entanto, não é algo exclusivo da sociabilidade nas cidades pequenas brasileiras, sendo presente, também, em sociabilidade nas cidades grandes e capitais de estados, como a cidade de João Pessoa (ALMEIDA, 2005; BARBOSA, 2015, 2015a; KOURY, 2006, 2017, 2018; KOURY e BARBOSA 2016, 2017). A Comunidade do Timbó é um exemplo de que a pessoalidade também é encontrada enquanto elemento norteador das relações sociais em capitais de estados brasileiros.

Com uma sociabilidade marcada pela pessoalidade enquanto conhecimento mútuo e como proximidade física e social, os moradores da comunidade estabelecem relações pessoais que configuram modos e estilos de vida. A pessoalidade na Comunidade do Timbó pode ser registrada através de suas instâncias, isto é, de elementos que indicam o exercício da pessoalidade, como o sistema de nominação, a circulação de crianças, o fiado, a fofoca, as redes de apoio e os auxílios cotidianos, que serão discutidos no capítulo 3.

A pessoalidade configura e é configurada pelo sentimento de pertença e pelas redes de apoio social e ajuda mútua, sendo elementos característicos da sociabilidade da Comunidade do Timbó e que contribuíram para a constituição do lugar e para a construção da cultura emotiva (KOURY, 2017) da comunidade. A análise desses três elementos contribui para a construção de uma compreensão da cultura emotiva da Comunidade do Timbó, que é responsável por nortear a experiência afetiva do morador sobre como é viver na comunidade. Assim, as emoções[21] são imprescindíveis no jogo

[21]A construção cultural e social das emoções nos estudos antropológicos é um elemento que Catherine Lutz e Geoffrey White (1986) chamam atenção. Lutz e White discutem a importância de contextualizar o conceito de emoção, chamando atenção para a dimensão pública, social e cognitiva da experiência afetiva. Para esses autores, a preocupação em compreender o papel do emocional nas relações pessoais e sociais da vida surge através da insatisfação com a visão de que o homem é um maquinário de informação processada e da emergência de abordagens interpretativas nas ciências sociais que discutem a experiência sociocultural a partir da perspectiva das pessoas que a vivem. Estes autores partem da concepção de que cada cultura elabora possibilidades, no cotidiano, de uma lógica construtivista das emoções e do social, de modo que a cultura significa modos de experiência emocional. As emoções emergem como se moldando socialmente de maneiras particulares e configuram no processo formas de sentir e de vivenciar situações cotidianas. Nesse sentido, as emoções são consideradas um idioma primário para definir e negociar as relações sociais do eu em uma ordem moral, isso porque as emoções são vivenciadas pelos indivíduos como um elo crítico de interpretações e negociações da ação. Assim como Lutz, Lila Abu-Lughod também parte da noção de construção cultural aplicada às emoções, defendendo que as emoções são fenômenos culturalmente variáveis (COLEHO, 2012). Abu-Lughod e Lutz (2005) propõem uma perspectiva contextualista para analisar as emoções, baseando-se na ideia de discurso de Foucault, de modo que os indivíduos são formados por sua própria cultura e são, também, formados por suas emoções – ou pela cultura emotiva. Nesse jogo o discurso é analisado como objeto teórico que redefine os termos de cultura e de ideologia. O discurso é um elemento que se sobressai ao indivíduo, o que existe são os discursos, que, por sua vez, são entendidos como "práticas que sistematicamente formam os objetos de que falam" (ABU-LUGHOD e LUTZ, 2005, p. 24). Isto é, o discurso é tomado como um conjunto de práticas sociais situadas de pessoas que escrevem e falam, sendo um ponto de acesso ao estudo das emoções (*idem*, 2005, p. 25). Estas autoras defendem uma compreensão da emoção enquanto prática

interacional que dá origem ao lugar Timbó. Lugar aqui entendido como um elemento intrínseco do processo de formação da pertença (KOURY, 2001; 2003; 2017), são elas que dão sentido as relações sociais que se estabelecem no Timbó e que podem ser compreendidas a partir da experiência do morador, que funda e é fundado pela cultura emotiva.

A análise das emoções é processada a partir do conceito de cultura emotiva formulado por Koury (2017), compreendendo que os indivíduos constroem uma cultura emotiva, baseada em uma concepção sobre o mundo comum, em que se compartilham valores, normas, tomadas de posição, justificativas, desculpas, acusações, negociações e aceitações em determinados situações. Cultura emotiva esta que cristaliza valores morais, mas que é ou pode ser redefinida a cada nova troca interacional, configurando

---

discursiva e entendem que "a ênfase no discurso no estudo das emoções nos leva a focar no fato de que as emoções são fenômenos que podem ser observados na interação social, que é principalmente verbal" (*ibidem*, 2005, p. 26). O estudo das emoções como um discurso, deste modo, indica como as visões dos indivíduos sobre o lugar e sobre determinadas situações cotidianas podem se tornar efetivas e significantes através da análise da fala, do discurso. Assim, as emoções são estudadas através do seu caráter discursivo, apontando para a micropolítica do cotidiano de discursos emotivos, onde os indivíduos agem dentro de padrões, das regras sociais de um dado contexto. É preciso entender as situações para além dos discursos emotivos, pois toda organização humana está integrada em padrões e regras específicas que criam a cotidianidade. É nesse sentido que se coloca as dimensões do micro para compreender as práticas cotidianas, onde as emoções são reproduzidas – como produtos culturais – pelos indivíduos, e o relativismo se apresenta como central no caminho para o contextual, proposto na análise de Abu-Lughod e Lutz. Michele Rosaldo (1984) é outra figura importante para os estudos no campo da Antropologia das Emoções. Esta autora propõe uma concepção das emoções enquanto pensamentos incorporados, sendo culturalmente formadas. Rosaldo compreende os códigos culturais como uma espécie de mapa em que possibilidades podem ser processadas e que podem ser remodificadas no jogo relacional. A ideia de jogo surge na discussão como leques de ações que se abrem para os jogadores, dando ênfase para as relações e tensões envolvidas. A cultura, nesta perspectiva, é produzida no jogo, o que aponta para a dificuldade do outro, de fora, em integrar o jogo por não conhecer os códigos culturais que constituem a ação e forma as emoções. Para Rosaldo, o sentimento são práticas sociais configuradas pelos modos de concepção do corpo, do afeto e do self (COELHO e REZENDE, 2011), de modo que as lógicas de pensamento e sentimento são construídas culturalmente, lançando crítica às abordagens baseadas na universalidade de sentimento. Rosaldo se preocupa com a questão da interpretação pública das emoções, discutindo o significado como público e a cultura enquanto associação de significados. A análise das emoções, deste modo, está vinculada a compreensão da pessoa como construção cultural, onde a constituição de um self configura visões culturalmente organizadas de possibilidades e de sentidos do que é uma pessoa (*idem*, 2011, p. 16).

as situações cotidianas que dão sentido a manutenção do jogo interacional entre os indivíduos (KOURY, 2017, p. 10-11).

O conceito de cultura emotiva, proposto por Koury, analisa as emoções no jogo situacional, de modo a compreender como as emoções configuram esse jogo na prática comum da troca relacional, onde os indivíduos convivem e partilham concepções sobre o mundo comum, pois a cultura emotiva é preenchida por valores morais que são apreendidos e sentidos pelos indivíduos como especificidades do pertencer (*idem*, 2017, p. 11). Por cultura emotiva Koury (2017, p. 09-10) entende

> o processo de troca entre indivíduos e grupos, de recepção e de reelaboração dos seus conteúdos, de formas de dar continuidade ao processo, de elaboração de alianças e critérios de continuidade, de conformação de um saber comum – que permite o prosseguir das relações, enquanto ação comunicacional.

A pessoalidade, a pertença e as redes homofílicas fomentam o estabelecimento de relações pessoais entre os moradores na Comunidade do Timbó e configura enquanto continuidade de uma cultura emotiva constituída desde o processo de ocupação da comunidade. As trocas relacionais possibilitadas pela criação de uma rede de apoio e solidariedade fundamentam os processos intersubjetivos dos moradores no lugar e elaboram formas de sociabilidade que concedem meios para a continuidade das relações cotidianas e das negociações que reconfiguram cotidianamente a cultura emotiva local e cristaliza os valores morais em que baseiam os projetos individuais e coletivos, bem como os códigos de comportamento.

A análise da cultura emotiva no Timbó é importante para se compreender o viver no lugar e os elementos significativos das relações de vizinhança. Tal importante se processa porque são as emoções que norteiam a cultura emotiva e informam e conformam a vivência dos moradores no ambiente comum de moradia e pertença. A cultura emotiva da Comunidade do Timbó tem como elemento basilar, como já dito anteriormente, o sentimento de pertença, a intensa pessoalidade e as redes de apoio, e está calcada na proximidade, na semelhança e na dessemelhança, na confiança e na confiabilidade, na gratidão, na reciprocidade, no medo, na fofoca e nas justificativas de diferenciação e preservação do *eu* em relação ao outro. Assim, as relações cotidianas que se desenvolvem no lugar integram vínculos afetivos estreitos e códigos de moralidade que tornam as relações prazerosas e tensas.

Após esta breve discussão teórico-metodológica que buscou apresentar os principais conceitos discutidos ao longo do trabalho, adentro na construção metodológica da pesquisa, enfatizando o processo de aproximação a Comunidade do Timbó e os caminhos percorridos para o desenvolvimento do fazer etnográfico que dá corpo a esta Dissertação. A discussão sobre os caminhos metodológicos que orientaram o desdobramento da pesquisa é realizada a partir da reflexão sobre como se procedeu a constituição deste conhecimento antropológico.

Caminhos Metodológicos: sobre a aproximação ao campo

Este tópico objetiva apresentar os caminhos metodológicos percorridos para o desenvolvimento desse empreendimento etnográfico, reflexão que será realizada através da aproximação com o universo de pesquisa, da execução do trabalho de campo e das condições de produção (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) dos fatos etnográficos (PEIRANO, 2008). Tal discussão configura o processo de amadurecimento teórico-metodológico na construção da pesquisa etnográfica junto a Comunidade do Timbó.

Nesta dissertação pretendo desenvolver o olhar compreensivo e objetivador[22] (BOURDIEU, 2017), em uma aproximação com o que Mariza Peirano (2008, p. 6) denomina de "uma boa etnografia", que se baseia

> (i) Na habilidade de considerar a comunicação no "contexto da situação" - expressão e a ideia são de Malinowski; (ii) na difícil transformação, para a linguagem referencial escrita, do que foi indéxico e pragmático na pesquisa de campo; e, finalmente, (iii) na possibilidade de detectar, de forma analítica, a eficácia social das ações das pessoas.

A boa etnografia se baseia, assim, em uma construção teórico-metodológica da pesquisa, do trabalho de campo e do exercício analítico que resulta na escrita. Etnografia e teoria se relacionam na construção do conhecimento antropológico que é

[22] O trabalho de campo que orientou esta pesquisa esteve atento à noção de objetificação participante de Bourdieu (2017), como um aporte compreensivo que trabalha o fazer etnográfico enquanto um exercício que propicia a prática de uma escrita reflexiva (KOURY, 2014; BARBOSA, 2016, 2019). Nessa perspectiva, a etnografia se configura como uma forma de compreensão da alteridade proporcionada pela reflexão teórico-metodológica da experiência do pesquisador em campo, sendo esse exercício reflexivo construído através da objetificação da construção interna da pesquisa

empiricamente produzido e teoricamente analisado, se constituindo enquanto teoria e metodologia, ao mesmo tempo.

O processo de produção do conhecimento antropológico se constituiu a partir de três momentos de construção teórico-metodológica da pesquisa (URIARTE, 2012):

1. O levantamento da produção acadêmica sobre o universo de pesquisa, com consultas em sites de repositório de Dissertações e Teses e no Google Acadêmico utilizando as palavras-chave: Comunidade do Timbó e Rio Timbó, acrescentando a delimitação – João Pessoa-PB ao final de cada palavra. A partir dessa pesquisa tive acesso a produção sobre o bairro dos Bancários que cita a Comunidade do Timbó (SILVA, 2011; OLIVEIRA, 2018), um trabalho sobre o Rio Jaguaribe que também cita o Rio Timbó (DIEB, 2017), um conjunto de produção sobre a Comunidade do Timbó (DANTAS 2003; SOARES, 2009 e 2013; PITA, 2012; ARAÚJO, 2014) e um conjunto de produção sobre a zona sul, quando a comunidade está localizada (LAVIERI e LAVIERI, 1992 e 1999; NEGRÃO, 2015; SILVA, 2015; VALE e GARGIA 2011).

   A pesquisa também realizou o levantamento de dados censitários sobre a comunidade produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, bem como as matérias publicadas nos jornais locais sobre a Comunidade do Timbó e a pesquisa de material produzido e divulgado pela PMJP sobre a comunidade. Neste primeiro momento de levantamento da produção, buscava-se uma aproximação ao campo para a construção das problemáticas e dos objetos de pesquisa, para tanto realizei três incursões iniciais para elaborar um conhecimento geral sobre a Comunidade do Timbó e os seus moradores. Com a aproximação geral realizada pela pesquisadora nas incursões iniciais e a leitura da produção sobre a comunidade, iniciei uma esquematização do arcabouço teórico-metodológico que discute a temática de interesse da pesquisadora – sobre a noção de lugar, o sentimento de pertença, a pessoalidade, a confiança, a fofoca, as redes de apoio social, o estigma e diversos outros conceitos e categorias analíticas que foram refletivas no fazer etnográficos.
2. As incursões ao campo, através da conversa e do acompanhamento das vivencias cotidianas dos moradores, com a construção de estratégias teórico-metodológicas que perfazem as condições de produção da pesquisa. As conversas e a caminhada constituíram os principais instrumentos utilizados para a aproximação a Comunidade do Timbó, que possibilitou a elaboração de um mapeamento sobre o local e da identificação de comportamentos, discursos e acontecimentos que indicam a sociabilidade exercitada na comunidade, baseada na pessoalidade.

As conversas com os moradores nas calçadas, principalmente aqueles que se tornaram interlocutores da pesquisa, com que se construiu uma relação a partir das investidas da pesquisadora, bem como da mediação dos moradores, que me apresentava aos seus vizinhos e amigos, como discutido anteriormente. As conversas com os interlocutores em formato de entrevistas semiestruturadas realizaram-se com o uso do gravador, no entanto, a maioria das conversas com os interlocutores são informais e se procederam nas calçadas, principalmente durante o final da tarde e começo da noite, sem o uso de gravador.

As incursões em campo, por sua vez, se procederam em horários variados para que se apreendessem as diversas situações, comportamentos e usos dos lugares que configura a lógica societária da Comunidade do Timbó. Nestas incursões a câmera fotográfica do celular foi um equipamento presente na construção do mapeamento sobre a comunidade, com a captura de registros sobre as ruas e os diversos lugares que compõem o Timbó.

Outro instrumento essencial para a sistematização da produção dos dados etnográficos foi o diário de campo, onde se registrou a experiência da pesquisadora, as situações observadas, os trajetos realizados na companhia dos moradores e as conversas com os interlocutores e moradores, bem como com os frequentadores da comunidade. Registro que possibilita a pesquisadora uma rememoração das situações e do material coletado, assim como propicia reflexões sobre as condições de produção do conhecimento antropológica a partir do fazer etnográfico. Neste sentido, o diário de campo se constitui como uma ferramenta de exímio valor para a análise da sociabilidade da Comunidade do Timbó, registrada a partir das práticas cotidiana dos moradores no lugar.

3. O processo de escrita, construindo a narrativa etnográfica que proporciona coerência e linearidade aos fatos captados e compreendidos em campo. A escrita é o processo que se pretende enquanto exercício reflexivo que confronta teórico-metodologicamente os dados etnográficos produzidos nas incursões ao campo. É principalmente no processo de escrita que se configura o amadurecimento da reflexão crítica de estranhamento das situações observadas, identificadas, classificadas e registradas, auxiliando na análise compreensiva destas situações que configuram as relações cotidianas que se desenvolve no local.

É com base nas circunstâncias aqui indicadas que se processa a produção do conhecimento antropológico que caracteriza esta pesquisa. Produção esta que, para Roberto Cardoso de Oliveira (1996), atenta para a reflexão sobre as condições de produção da pesquisa etnográfica. Pensar as condições em que a pesquisa é produzida

mostra-se importante porque configura as estratégias metodológicas e as possibilidades analíticas na construção do texto antropológico. Para ele,

> O bom texto etnográfico, para ser elaborado, deve ter pensadas as condições de sua produção, a partir das etapas iniciais da obtenção dos dados (o Olhar e o Ouvir), tal não quer dizer que ele deva se emaranhar na subjetividade do autor / pesquisador. Antes, o que está em jogo é a "intersubjetividade" - esta de caráter epistêmico -, graças à qual se articulam num mesmo "horizonte teórico" os membros de sua comunidade profissional. E é o reconhecimento dessa intersubjetividade que torna o antropólogo moderno um cientista social menos ingênuo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p. 28).

O trabalho do antropólogo, neste sentido, é a construção do conhecimento partilhado, pois submetido às discussões e análises dos pares acadêmicos, mas também da comunidade geral. Conhecimento que é produzido, na perspectiva deste autor, através do olhar, do ouvir e do escrever as situações observadas, identificadas e vivenciadas em campo. Produção antropológica que, para Cardoso de Oliveira, baseia-se na descrição densa, que propõe a interpretação de uma dada realidade estudada.

O fazer etnográfico é um exercício reflexivo atravessado pela teoria e pela prática, elementos que não se separam (URIARTE, 2012). Neste sentido, o trabalho etnográfico requer uma escrita que leva em conta todo o processo de construção teórico-metodológica da pesquisa e da análise produzida. É a partir desta concepção que a compreensão sobre o processo de constituição e desenvolvimento da Comunidade do Timbó é realizada, configurando a reflexibilidade científica que norteia este estudo etnográfico. O processo de aproximação ao campo, assim, é realizado através de um exercício reflexivo sobre a vivência do interlocutor com base em um arcabouço teórico-metodológico.

Este tópico, deste modo, buscou abordar as estratégias metodológicas que orientou a produção dos dados etnográficos que serão analisados neste trabalho, de modo a discutir as condições em que se processam o fazer etnográfico na Comunidade do Timbó. Fazer etnográfico este que orienta a construção teórico-metodológica da reflexão sobre a sociabilidade na comunidade, discutindo os processos interacionais entre os moradores, os códigos de conduta, as experiências emocionais, as redes de apoio social, o sentimento de pertença e a intensa pessoalidade que se fazem presentes no cotidiano do morador.

O acesso aos elementos que caracterizam a sociabilidade da Comunidade do Timbó se processou por meio das diversas incursões a campo, circunstância em que foi estabelecida uma relação de interlocução entre a pesquisadora e os moradores. Esta relação propiciou conhecer as práticas discursivas e sociais que perfazem a experiência do morador e que configuram a tensão de viver no Timbó, um lugar onde as relações passam pelo filtro da pessoalidade. Os capítulos que se seguem constroem uma análise compreensiva sobre a Comunidade do Timbó a partir dos dados etnográficos produzidos em campo, com uma proposta de escrita preocupada abordar as descobertas e os estranhamentos que pormenoriza a reflexão crítica.

Esta análise compreensiva toma corpo na escrita etnográfica que comunica ao leitor o processo de construção teórico-metodológica da pesquisa. Não é apenas o momento da escrita que é perpassado pela teoria, mas também as incursões a campo, realizadas a partir de um olhar e um ouvir treinado por arcabouços teóricos e metodológicos continuamente produzidos. Nesse momento de sistematização dos dados etnográficos, práticas sociais, códigos morais, modos e estilos de vida são identificados e classificados e constitui modelos analíticos que acomoda uma análise sobre a sociabilidade na Comunidade do Timbó.

É com base nestes aspectos de produção do trabalho antropológico que esta pesquisa se configura. É um exercício etnográfico onde a teoria e a prática são elementos inseparáveis e contribuem para a reflexão teórico-metodológica sobre as evidências empíricas e os dados produzidos em campo.

A aproximação ao campo de pesquisa

A Comunidade do Timbó é apreendida como universo de pesquisa pela singularidade que ocupa em relação à cidade e pelas circunstâncias que vivencia. A comunidade é um espaço periférico localizado na zona sul da cidade. É uma área que passa atualmente por uma crescente valorização imobiliária, situada que está em um espaço que interessa aos agentes públicos e privados que fomentam essa valorização, como os setores da construção civil e a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP.

Como mostra a Figura 1, abaixo, a Comunidade do Timbó se situa entre bairros de classe média, média alta e alta da cidade de João Pessoa e tornou-se uma importante via de acesso rápido entre as zonas sul e leste, constituindo um corredor de passagem para a orla marítima. O espaço que a comunidade ocupa interessa à valorização imobiliária não somente por estar entre bairros nobres – como os bairros de Altiplano e Cabo Branco e

o bairro do Portal do Sol, – e de classe média – como os bairros dos Bancários e Jardim Cidade Universitária –, pela proximidade ao Campus da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e de equipamentos e serviços urbanos, além de suas principais avenidas e da BR que corta a cidade.

Figura 1: Localização da Comunidade do Timbó, com ênfase para os bairros circunvizinhos.

Fonte: Mateus Araújo (2014).

Os elementos acima apontados impulsionam a crescente valorização pela qual passa a zona sul, com ênfase para o bairro dos Bancários, onde está localizada a comunidade. A Comunidade do Timbó, porém, se de um lado acaba se beneficiando dessa valorização, com a urbanização local, o fortalecimento do comércio da Rua Abelardo Pereira dos Santos – a rua principal da comunidade, bastante frequentada por ser um corredor viário – e a valorização do lugar. Por outro lado, e em contrapartida, fomenta a emergência de um processo de gentrificação que demonstra suas primeiras consequências, com o aumento do custo de vida local e o aumento do aluguel das casas.

O contexto atual vivido pela Comunidade do Timbó suscitou o interesse em desenvolver este estudo antropológico no respectivo lugar. As aproximações ao campo se iniciaram desde o momento de construção do projeto de pesquisa, com o levantamento da produção acadêmica feita sobre a comunidade (DANTAS, 2003; SOARES, 2009 e 2013; PITA, 2012; ARAÚJO, 2014), a coleta dos dados censitários disponibilizados pelos IBGE, a coleta das informações disponíveis sobre a Comunidade do Timbó no site da PMJP e o reconhecimento das ruas da comunidade a partir dos mapas produzidos pelo *Google Maps*.

Durante o período de construção do projeto também realizei três caminhadas pelas ruas principais da Comunidade do Timbó para observar as ruas, a dinâmica interna de circulação e interação dos seus moradores e configurar questões relacionadas ao quadro

teórico-metodológico contraposto com as experiências vividas nestas incursões iniciais ao universo da pesquisa fomentando reflexões que configuraram nas questões e balizamento dos objetivos do projeto de pesquisa. Nessas três caminhadas [23] não conversei com os moradores sobre a pesquisa, as breves conversas foram para tomar conhecimento sobre o horário de funcionamento do comércio, as linhas de ônibus que circulam no local e o tempo de residência na comunidade.

O objetivo dessa primeira aproximação ao campo foi o de caminhar por algumas ruas, identificar semelhanças e diferenças entre elas, acompanhar os seus fluxos de movimentação, identificar os comércios locais e observar as possíveis atividades em desenvolvimento pelas pessoas. As breves conversas surgiram na padaria, ao comprar um café e sentar para observar sobre o que estava acontecendo ao redor, e nas *salgaterias*, ao comprar lanche com o intuito de aproximação dos moradores. A compra de lanches ou bebidas, deste modo, foi uma estratégia utilizada para recolher informações gerais sobre o lugar.

No dia 12 de setembro de 2017 retornei novamente à Comunidade do Timbó na companhia de Ruanna, um contato que conheci através da mediação do orientador desta pesquisa de Mestrado. Naquele ano, Ruanna desenvolvia atividades voluntárias com os moradores da comunidade no Núcleo Espírita Sócio Educacional – NESE, localizado na Rua Antônio Camilo dos Santos, na *parte baixa* da comunidade. Era um sábado à tarde quando a acompanhei, junto com mais três voluntários, até o NESE para conhecer o núcleo, seus integrantes e as pessoas atendidas por ele.

Os integrantes do núcleo são voluntários que, em sua maioria, frequentam o centro espírita no bairro dos Bancários ao qual o NESE está ligado. Há, também, uma moradora da comunidade que fica responsável por guardar a chave e realizar a limpeza do local, recebendo o pagamento em dinheiro pelos serviços de limpeza prestados. A aproximação ao campo através do NESE possibilitou o acesso a moradores e não moradores da comunidade, de modo a compreender as diversas experiências no interior da Comunidade do Timbó.

Durante o final do ano de 2017 sistematizei as primeiras aproximações ao campo, que norteou a constituição dos primeiros objetos e problemáticas da pesquisa. Essas

[23]Ocorridas nos dias 30 de agosto de 2017 (uma quinta-feira), e 03 e 04 de setembro de 2017 (segunda e terça-feira, respectivamente). As duas primeiras no horário da manhã, das 9h às 11h, e a última no horário da tarde, das 15h às 18h.

aproximações iniciais abriram caminhos de entrada ao campo, ampliados no ano de 2018, quando novas formas de entrar na Comunidade do Timbó se apresentaram com o acesso à Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Timbó – ACMVT, ao projeto de Extensão da UFPB Educação Popular na Construção da Integralidade da Formação e do Cuidado em Saúde – EpiSaúde e a Escola Cidadão Integral Francisco Ascensão Cunha – ECI FAC. A relação de interlocução com moradores e frequentadores da comunidade foi, assim, ampliada e complexificada com o contato junto a uma parcela das diversas instituições presentes no lugar.

No ano de 2018 a frequência sistemática a Comunidade do Timbó processou-se, inicialmente, a partir do contato com a ACMVT. A aproximação com a ACMVT aconteceu através de uma conversa com a então líder comunitária, que tive acesso através de uma página da internet sobre a comunidade. Marquei um encontro presencial na sede da Associação e estabeleci uma relação de pesquisa.

O objetivo em aproximar-se da ACMVT foi o de ter acesso às demandas da comunidade, as atividades que se desenvolvem no local e aos documentos sobre a comunidade, o que produziu dados etnográficos valiosos para a construção da análise pelo acesso a documentos sobre a condição socioeconômica dos moradores, e pelas conversas sobre o processo de transformação urbana da comunidade. Processo esse que foi acompanhado por esta líder comunitária.

Laura[24], uma moradora, se dispôs a apresentar a Comunidade do Timbó e alguns moradores que poderiam contribuir para a construção da pesquisa. Em sua companhia realizei incursões por entre as ruas e lugares da comunidade, e com ela percorria as áreas de risco ambiental do local[25]. Estas incursões eram guiadas por Laura e seguidas de informações sobre "como era e como está" o lugar; sobre a campanha dos moradores para conseguir resolver os problemas infraestruturais e ambientais da comunidade, e sobre o processo de urbanização. Nesses percursos penetrava e conhecia a Comunidade

[24] Optou-se por utilizar nomes fictícios para os interlocutores que contribuíram com o desenvolve da pesquisa como forma de resguarda a identidade desses sujeitos.

[25]Áreas de risco de onde famílias tinham sido realocadas, resolvendo um drama recorrente na comunidade durante os períodos de forte chuva na cidade. A discussão sobre as áreas de risco da comunidade e o drama nos períodos de forte chuva na cidade, que causavam alagamento nas casas próximas ao Rio Timbó devido ao transbordamento, e deslizamento e desmoronamento da encosta, será abordada no capítulo 1.

do Timbó a partir dos trajetos de Laura, isto é, pelos locais que para ela eram os significantes e constitutores da comunidade, pois presentes na sua vivência cotidiana.

Com Laura conheci o Rio Timbó, que dá nome à comunidade e foi importante no processo de constituição do lugar por servir como fonte de água potável utilizada no ambiente doméstico em um período que a comunidade não possuía água encanada, e era o usado para a lavagem de roupas e outras possibilidades. Rio este que também causou períodos dramáticos na comunidade durante as fortes chuvas na cidade, alagando as casas construídas nas proximidades das suas margens. Percorri também as áreas inferiores e superiores das encostas formadas durante a década de 1970 quando a área do Vale do Rio Timbó funcionava como local de extração de material para a construção dos conjuntos habitacionais da zona sul. A Comunidade do Timbó emergiu do grande buraco aberto para extração de saibro, área descartada pela especulação imobiliária de então.

Conheci a Unidade de Saúde da Família – USF Timbó II, a Capela Santo Antônio, o Salão São José e o conjunto habitacional construído nas obras de urbanização da comunidade, nas caminhadas com Laura pela comunidade. Nessas caminhadas conheci os lugares que para ela compõem a comunidade e demonstram a transformação urbana pela qual o Timbó passou.

O mesmo trajeto que fizera comigo também foi realizado por mim com outras pessoas que representavam instituições e procuravam a ACMVT para desenvolve atividades no lugar. Foi assim que a comunidade me foi também apresentada pelos membros da Organização Não Governamental – ONG Engenheiros Sem Fronteiras e pelos membros do Projeto de Extensão Universitária da UFPB, o EpiSaúde.

Nessas diversas incursões na companhia de Laura, da ONG Engenheiros Sem Fronteiras e do EpiSaúde construí um mapeamento inicial a partir dos lugares que havia conhecido e frequentado. Este mapeamento proporcionou uma visão geral da comunidade, que foi recheado de informações sobre a infraestrutura, os estabelecimentos comerciais, as unidades de saúde os locais de atividades religiosas e a Associação Comunitária. Era preciso completar o mapeamento com as ruas e os lugares que ainda não tinha percorrido, neste momento iniciei a construção dos meus próprios trajetos para conhecer a comunidade e completar o mapeamento sobre o lugar.

Em paralelo as caminhadas que realizei sozinha pela comunidade, conversando com os moradores sobre os nomes das ruas e sobre como chegar a tal lugar – mesmo quando já sabia a resposta –, estratégia utilizada para me aproximar dos moradores e

iniciar uma conversa, bem como para conhecer possíveis novas rotas indicadas, que configurariam mapas simbólicos sobre como o morador transita na comunidade.

O trabalho de campo desenvolvido durante o ano de 2018 foi incrementado com o acesso ao material produzido durante a disciplina eletiva "Timbó: um bairro, várias vidas várias histórias" da ECI FAC, ministrada pelos professores de Sociologia, de História e de Filosofia. O conhecimento e acesso ao material da disciplina sobre a Comunidade do Timbó foi possível devido o intermédio de um pesquisador do GREM, que conhecida o diretor financeiro da escola e fez a ponte para que eu o conhecesse. Ao conversar com o diretor financeiro da escola tomei conhecimento da disciplina e conheci os três professores que a ministravam, bem como participei das reuniões de planejamentos para acompanhar a avaliação dos professores sobre a respectiva disciplina.

Esta disciplina eletiva foi sugerida pelos professores pelo motivo de que o público atendido pela ECI FAC é constituído em 80% de moradores da Comunidade do Timbó. A disciplina tinha por objetivo, segundo os professores, construir a história da comunidade através dos alunos, fazer visitas à comunidade guiadas pelos alunos que apresentariam os lugares que mais gostavam, além da criação de um acervo de fotografias e construir textos sobre o que a comunidade representa para estes moradores[26]. Do material produzido na disciplina, tive acesso às fotografias das visitas a comunidade, que foram registradas pelos professores. Algumas dessas fotografias são utilizadas no decorrer deste trabalho, onde o leitor poderá identificar as fotos desse material com base na autoria creditada à disciplina eletiva da ECI FAC, bem como pela discussão da pesquisadora, que indicará tal uso.

Com esses vários acessos à comunidade durante o ano de 2018 foi desenvolvido um trabalho de campo mais verticalizado na comunidade. Apesar de ser uma figura frequente no cotidiano da comunidade, o que possibilitou identificar relações e situações presentes na sociabilidade, as incursões ao campo se davam principalmente na presença de outras figuras institucionais – os Engenheiros Sem Fronteiras são vistos pelos moradores como "o pessoas da ONG", os membros do EpiSaúde como "da universidade" e eu, que me apresentava enquanto pesquisadora da UFPB, também

[26] Não consegui acompanhar as aulas e as atividades de campo da disciplina porque, - quando o contato com a ECI FAC foi possibilitado, - a escola estava no período de recesso junino e as disciplinas eletivas já haviam sido concluídas, pois tem duração de um a dois bimestres. Apesar de não tem acompanhado as aulas conversei com os professores e alguns estudantes sobre a experiência proporcionada pela disciplina.

estava associada à “universidade”. Ao refletir sobre as relações que estabelecia com os moradores e com os sujeitos institucionais que os Engenheiros Sem Fronteiras e o EpiSaúde representavam, compreendi que era necessário me afastar aos poucos desses grupos e investir na construção de relações sem a ligação a esses grupos supracitados, como havia feito no trabalho de campo do início do ano quando fazia meus próprios trajetos e criava estratégias para conversar com os moradores sem o intermédio de terceiros.

Foi no ano de 2019 que me debrucei sobre a construção de uma relação com os moradores sem o intermédio dos que chamei de sujeitos institucionais. Do mês de fevereiro a julho e de meados do mês de agosto a começo de setembro desenvolvi o trabalho de campo com assiduidade na Comunidade do Timbó. Nesse período me fiz presente cotidianamente na comunidade, seja conversando com os interlocutores com quem já havia estabelecido uma relação em 2018 ou construindo novos interlocutores, caminhando pelas ruas e sentando nas calçadas, conversando e escutando as conversas, observando e sendo observada.

Nesse processo testei o mapeamento construído durante o ano de 2018. Mapeamento que foi complexificado com a inclusão de mais informações, como, por exemplo, a descoberta de becos e vielas que ligam as ruas e constituem as vilas, e circulando além das ruas oficialmente nomeadas. As caminhadas pela comunidade continuaram de forma sistemática, mas a ênfase nesse momento do trabalho de campo centrou-se no sentar nas calçadas com os moradores e conversar sobre a vida na Comunidade do Timbó. Neste aprofundamento da construção de uma relação de interlocução para o desenvolvimento da pesquisa, as conversas nas calçadas foram impulsionadas por perguntas dos moradores a mim. que envolviam a curiosidade em relação a pesquisa.

“Mas o que você quer saber?”, “a pesquisa é para quê?”, “é da universidade?”. Estas foram algumas das questões que precisei esclarecer para tentar estabelecer uma relação de interlocução. Questões que surgiram no momento do trabalho de campo quando realizava incursões no Timbó e no contato com o morador sem o intermédio de outros institucionais já conhecidos na comunidade por serem moradores, como Laura, ou por já frequentarem o local há algum tempo, como o EpiSaúde.

Assim, as primeiras conversas com os moradores se configuraram como uma troca de informações, enquanto perguntava sobre questões referente a pesquisa, respondia questões de interesse dos moradores. Nesse sentido, perguntava sobre o que

costumavam fazer na comunidade? O que achavam da rua? O que tem de bom na rua? O que tem de ruim? Quem costuma sentar na rua você? Quem são as pessoas a quem procura quando precisa de ajuda ou favores? Como é ser morador da Comunidade do Timbó? Entre várias outras questões iniciais que tracei para nortear a conversa e abrir possibilidades para a realização de outras perguntas.

Os moradores, por sua vez, perguntavam o que eu estudava, porque desejava fazer a pesquisa na comunidade, onde morava, entre outras questões que serviam para satisfazerem a curiosidade sobre mim. Uma pessoa de fora da comunidade que estava se fazendo presente no cotidiano e caminhando pelas ruas ou conversando com alguns moradores, na sociabilidade pessoalidade que foi identificada na Comunidade do Timbó, despertava a curiosidade sobre este sujeito não morador que passa a frequentar o lugar e demonstrar interesse em saber sobre a trajetória dos moradores e sua vivência na comunidade. É o interesse movido em procura de saber quem é o desconhecido que circula pelo lugar.

O contato frequente com o morador foi o que possibilitou a manutenção da relação de interlocução para a construção da pesquisa. O momento de estabelecimento da relação com os interlocutores em que os *silêncios* que frequentemente surgiam na conversa, quando o morador respondia as questões e, sem elas, ficavam calados já haviam sido substituídos por assuntos acionados pelo próprio morador. A conversa, nesse sentido, não era norteada apenas pelas minhas perguntas sobre o lugar, mas passou a ser também sobre os vizinhos, os artistas, os políticos, entre outros assuntos corriqueiros.

As conversas nas calçadas, às vezes, aconteciam apenas na companhia de um morador, outras vezes, na companhia de um grupo de moradores, com assuntos que variavam entre comentar sobre o episódio da novela – o que ocorria nos grupo de mulheres –, sobre os casos divulgados no "Samuka" – o apresentador do programa *Correio Verdade*[27] –, sobre a busca de emprego, um comentário sobre alguém que

[27] Samuel, popularmente conhecimento como Samuka, é o apresentador de um programa televisivo transmitido pela TV Correio de segunda à sábado, das 12horas às 13h30min. O programa tem a denominação de *Correio Verdade*, mas é referenciado pelos moradores da Comunidade do Timbó apenas pelo apelido do apresentador, de modo que quando um morador comenta que viu uma respectiva reportagem em Samuka refere-se ao programa televisivo, que tem sua imagem associada à pessoa do apresentador. O programa *Correio Verdade* veicula diariamente notícias policiais sobre os casos de violência urbana ocorridos na cidade de João Pessoa e região metropolitana – como a cidade do Conde,

transitou pela rua – se está bem, se está mal, se está gordo ou magro – e as várias interrupções para dar ou responder os cumprimentos cordiais daqueles que transitam pela rua. De modo que o contato com o morador se processava principalmente a partir de conversas informais que contribuíram para identificar aspectos do cotidiano da Comunidade do Timbó.

Estas conversas, que forneceram elementos novos para construção dos fatos etnográficos analisados neste trabalho, aconteceram no momento da transformação dos moradores em interlocutores de pesquisa. De modo que a observação das situações cotidianas foi enriquecida com as informações dadas pelos interlocutores, que acionavam situações passadas para desenvolver as suas concepções sobre questões de interesse da pesquisa, tais como o processo de constituição da comunidade, o sentimento de pertença, as redes de apoio social, os códigos morais, a sociabilidade pessoalizada e os diversos elementos que a caracterizam- como a confiança, a reciprocidade, o conhecimento mútuo, o conforto, o controle social, o desconforto e a fofoca.

Os interlocutores da pesquisa

Os interlocutores que contribuíram para a produção desta pesquisa são em sua maioria moradores que residem na Comunidade do Timbó há mais de 10 anos. Alguns deles chegaram à comunidade no final dos anos de 1970, quando o espaço ainda era utilizado para a retirada de saibro; outros tantos quando o espaço já havia sido

---

de Bayeux, de Santa Rita e de Cabedelo –, como também casos de destaque que aconteceram nas cidades do interior do estado. As notícias veiculadas no programa são acompanhadas de imagens de violência que apresentam os casos de homicídio, de latrocínio, as trocas de tiros, os roubos e diversas outras situações registradas pelas delegacias de polícia. Ao final de cada reportagem o apresentador comenta os casos e reclama pela justiça e pela defesa do cidadão de bem (VELOSO, 2013). De acordo com Wanessa Veloso (2013, p. 92-93), que analisou programa *Correio Verdade*, Samuka mantém um papel de homem do povo, honesto e justo que está preocupado em informar a população com a verdade dos fatos, com o discurso verdade e os ideais de justiça baseados em um discurso religioso e em críticas a legislação criminal do país, associando o problema da violência a ausência da experiência religiosa e a crise do poder público. Veloso indica que o sucesso de audiência do programa se processa pela sua construção como um espaço de justiça utilizado pela população – tanto pelas vítimas quando pelos acusados pelo ato criminoso. Programas televisivos locais que veiculam notícias policiais, tal como o *Correio Verdade*, produzem, também, uma classificação de mais e menos perigosos na cidade a partir das estatísticas policiais, sendo os bairros periféricos aqueles que geralmente são tratados como foco de violência urbana na cidade de João Pessoa (VELOSO, 2010, p. 8).

considerado uma ocupação irregular, agora um lugar, no início dos anos de 1980. Há também os que chegaram ao local quando a ocupação já estava instituída como Comunidade do Timbó, a partir do ano de 1984, e os que chegaram quando os serviços de água encanada e energia elétrica já haviam sidos implementados, no final dos anos de 1980. Bem como há os que aportaram na comunidade ainda crianças, e as que nasceram no local, crescendo na sociabilidade da comunidade.

A maioria dos interlocutores com quem mantive relação foi formada por mulheres. Estas foram moradoras apresentadas por Laura. Um composto de mulheres, acima dos 30 anos e casadas. Estas mulheres, por sua vez, me apresentaram a outras mulheres, - às amigas e vizinhas, - com quem mantém uma relação de amizade. As mulheres que contatei se encontravam em seus estabelecimentos comerciais e, a maioria, nas calçadas de suas casas. Os homens com quem mantive uma relação de interlocução foram contatados em seus locais de trabalho, nas calçadas e nos espaços de lazer de frequência predominantemente masculina, como a quadra de esportes, por exemplo.

O conjunto dos 21 interlocutores desta pesquisa foi constituído por 12 mulheres e 09 homens que residem na Comunidade do Timbó, são eles:

- *Laura*, é uma moradora da comunidade que contatei pela internet, através da rede social Fecebook. Esta interlocutora chegou ainda criança na Comunidade do Timbó, no ano de 1989, quando o local já havia se estabelecido como comunidade e não sofria com as tentativas de remoção, já tinha água encanada e energia e passava pelo período de crescimento populacional. Laura mora com seus pais em uma casa que possui um puxadinho, onde reside seu irmão, a esposa e os dois filhos. Foi esta interlocutora que inicialmente me apresentou a outros moradores, que se tornaram interlocutores da pesquisa, e que contribuiu para o conhecimento do processo de urbanização da comunidade por ter participado ativamente da luta dos moradores por melhorias no local.
- *Seu Abel*, morador da comunidade há 30 anos, chegou ao Timbó com a esposa e os filhos após ser demitido do trabalho de caseiro em uma granja no bairro do Castelo Branco. Nos primeiros anos de moradia na comunidade, residiu em uma casa alugada, onde permaneceu até a compra de uma casa própria na mesma rua em que já residia e onde permanece atualmente. As conversas com Seu Abel se processaram na presença da filha, quando conversávamos em sua casa, bem como na presença de amigos, quando conversávamos na oficina de motos e bicicletas que possui.

- *Dona Cláudia*, moradora da comunidade há 40 anos, sendo a interlocutora com quem conversei que possuía o maior tempo de moradia no local. O que auxiliou na compreensão do processo de ocupação e do desenvolvimento da comunidade vivida a partir da *parte alta* da comunidade. Contatei esta interlocutora durante as incursões a campo, quando a encontrei sentada na calçada e me aproximei para conversar. É comum vê-la todas as tardes na calçada de sua casa sentada, geralmente, na presença de sua vizinha ou dos filhos que residem na comunidade. Dona Cláudia mora com seu neto, que trabalha em uma loja de calçados no centro da cidade, e recebe a visita diária dos filhos que também moram na comunidade.
- *Dona Ivete* é uma moradora que conheci através do intermédio de Laura. Dona Ivete chegou à comunidade no ano de 1981, no início da ocupação irregular, quando viu na ocupação a possibilidade de permanecer residindo na cidade e refazer a vida após a falência do seu negócio, que a fez vender seus bens para pagar a dívida. Atualmente reside com seu marido, quatro filhos e uma nora em uma casa no declive para a *parte baixa* da comunidade, mas quando chegou na ocupação residia nas proximidades do Rio Timbó, vivenciando o processo de ocupação e constituição da comunidade a partir da *parte baixa*.
- *Dona Pâmela* e *Seu Bernardo* também foram interlocutores com quem construí uma relação através de Laura, que me apresentou Dona Pâmela. A partir de Dona Pâmela tive contato com seu Seu Bernardo, seu o marido, com quem também construí uma relação de interlocução. A chegada do casal à comunidade aconteceu no ano de 1983, quando as ações de tentativa de remoção dos moradores pela PMJP estavam cessando. O processo de mudança para o local passa pela negociação de Seu Bernardo e a sogra para que Dona Pâmela se mude para o local que, para ela, já surge estigmatizado por ser uma ocupação irregular. Atualmente, Seu Bernardo e Dona Pâmela residem em uma casa no mesmo terreno de quando chegaram, a 38 anos atrás, na comunidade, onde moram com a neta.
- *Amanda* é uma interlocutora que conheci em uma das visitas à casa de Laura. Amanda chegou à Comunidade do Timbó por volta do ano de 1993, quando se mudou para a comunidade para cuidar da mãe que estava doente e já residia no Timbó. Com o falecimento da mãe, Amanda continuou residindo na comunidade, atualmente mora com o filho mais novo e o sobrinho, ambos menores de idade e sob a responsabilidade de Amanda, que trabalha como diarista na casa de famílias da cidade.

- *Zezão* é um interlocutor que contatei através das incursões no campo, o encontrei sentado na calçada com sua filha e neto, que residem com ele. É comum, também, encontrá-lo conversando com amigos nas calçadas ou em um dos mercadinhos locais. Nossas conversas, no entanto, ocorreram principalmente na calçada de sua casa, que em algumas ocasiões contava com a presença da filha. Este interlocutor chegou à comunidade no ano de 1984, onde ocupou o terreno em que reside atualmente para morar com sua esposa – hoje falecida – e seus filhos.
- *Dona Fabiana* também foi uma interlocutora que conheci durante as incursões ao campo. Esta moradora chegou à comunidade no ano de 1985, após separar-se do marido e comprar uma casa na comunidade para morar com duas três filhas. Comprou a casa com o dinheiro que conseguiu juntar trabalhando como lavadeira, profissão que também proporcionou a manutenção da casa e a criação das filhas. Atualmente mora com a filha mais nova e um cachorro, as filhas mais velhas também residem na comunidade e ajudam a mãe, que não possui renda por não ser aposentada, no custeio da casa. Dona Fabiana vive, também, com a ajuda de doações da igreja católica e do Núcleo Espírita Sócio Educacional – NESE, instituições que participa paralelamente.
- *Dona Bete* foi uma interlocutora que conheci através de Dona Fabiana, que nos apresentou. Ambas são vizinhas que possui relações estreitas e casas próximas – uma em frente a outra –, compartilhando essa relação de vizinhança e amizade desde a sua chegada ao local. Dona Bete mora na comunidade há 27 anos, para onde se mudou com suas filhas, a mãe e o tio. Com o falecimento da mãe e, posteriormente, do tio, ambos aos cuidados de Dona Bete, esta interlocutora residiu com suas duas filhas até a saída da mais nova, que se casou e mora três casas depois da mãe. Com a saída dessa filha, Dona Bete atualmente mora com a filha mais velha, que trabalha o dia todo fora de casa, e o neto de 10 anos, que estuda pela manhã e passa à tarde aos cuidados da avó.
- *Seu Abdias* foi um interlocutor que conheci a partir do contato com Dona Fabiana e Dona Bete, com quem costuma conversar todas as tardes, na calçada da casa de Dona Fabiana, a única que está na sombra durante a tarde. Pela manhã, quando estão na calçada, estes vizinhos e amigos se sentam na calçada entre as casas de Seu Abdias e Dona Bete, que estar na sombra pelo período da manhã. Seu Abdias chegou à comunidade em 1983, junto com a esposa e três filhos, ocupou o terreno em que mora atualmente e, com a esposa, tiveram mais dois filhos na comunidade. Sua

esposa, falecida a 2 anos, também integrava a relação de amizade mantida com Dona Bete e Fabiana, com que compartilham a comunidade desde a chega ao dessas ao local.

- *Seu Alfredo* foi um interlocutor que conheci na Rua Abelardo Pereira dos Santos, onde se encontra diariamente com seu carrinho de *bomboniere*. Este interlocutor chegou à comunidade no ano de 1984, quando soube da ocupação por um amigo de trabalho, Seu Alfredo foi até o local de ocupação e assentou-se em um terreno, construiu uma casa e, posteriormente, trouxe sua esposa e filhos que haviam permanecido na cidade paraibana Araruna. Atualmente é aposentado e ocupa seu tempo com a venda de mercadorias voltada a *bomboniere*, além de cerveja, refrigerante e água, que guarda em um carrinho de mão deslocada todos os dias de onde mora para onde trabalha. As conversas com Seu Alfredo aconteceram durante o período em que o encontrava trabalhando com seu carrinho de *bomboniere*. Conversas que aconteciam apenas em sua presença, bem como na presença de cliente e amigos, e na presença do seu neto, que o ajudava na locomoção do carro.
- *Samuel* é o neto de Seu Alfredo, que possibilitou o contato com este interlocutor. Nascido quando os pais já residiam na Comunidade do Timbó, cresceu no lugar onde mora atualmente com os avós, no puxadinho feito para abrigar seus pais, que se separam quando Samuel era criança. Com a saída da mãe da casa dos avós de Samuel, devido o início de um novo relacionamento, este morador optou por não se mudar com a mãe e continuar morando com os avós. As conversas com Samuel se processavam principalmente no espaço de trabalho de Seu Alfredo, nos finais da tarde, quando Samuel retornava da academia de musculação e ficava com o seu avô até o horário de levar o carro para casa.
- *Angélica e Osvaldo* são interlocutores com quem construí uma relação a partir das incursões ao campo. Contatei Angélica em sua loja de cosméticos, situada em um vão da sua casa, onde estava sentada a espera de clientes. Foram nas conversas corriqueiras com Angélica, em sua loja, que estabeleci uma interlocução com a mesma e, através dela, tive contato com Osvaldo, seu marido. O contato, no entanto, se processou se maneira mais frequente com Angélica do que com Osvaldo, que trabalha como pedreiro e geralmente não estava em casa durante as conversas com Angélica. As conversas que tive com Osvaldo ocorreram nos finais de tarde, - período em que ele se encontrava em casa. O casal, que mora na comunidade há 21 anos, já residiu em três lugares diferentes: abaixo da encosta, de onde saíram devido

à condição de risco ambiental ao qual estavam expostos; em uma casa nas proximidades do Rio Timbó, ambos na *parte baixa* da comunidade; e na casa que residem atualmente, na *parte alta* da comunidade. O casal reside com a filha e o neto e o filho e a nora, sendo que os dois últimos passam o dia fora de casa trabalhando e a filha ajuda a mãe nos afazeres domésticos e no cuidado com a loja de cosméticos.

- *Dona Creuzinha* foi uma interlocutora que conheci através de Laura. Esta moradora reside na comunidade desde 1987, quando se mudou com o marido e os filhos para o local em que mora atualmente, sendo os filhos as pessoas com quem divide a vizinhança. Divide a vizinhança, também, com uma amiga que conheceu no processo de estabelecimento de relações na comunidade, com quem possui uma amizade estreita de 30 anos, Dona Fatinha. Dona Creuzinha é aposentada e ocupa seu tempo com o trabalho doméstico e as atividades da igreja católica, que frequenta assiduamente. Nos finais da tarde encontra-se sentada na calçada entre a sua casa e a de Dona Fatinha, na companhia dessa vizinha, de Seu Dadá – marido da vizinha –, de suas noras e netos. As conversas quem tive com Dona Creuzinha inicialmente se deram na área da sua casa, somente entre nós duas, e posteriormente passaram a ocorrer também na calçada, junto com as pessoas com quem convive diariamente.
- *Dona Fatinha* foi uma interlocutora que conheci através de Dona Creuzinha, que a convidava para participar das conversas na área de sua casa. Dona Fatinha mora na comunidade desde 1984, quando ganhou um terreno da ex-patroa, que comprou uma casa para que Dona Fatinha morasse com sua família. Casada, esta interlocutora compartilha a casa com o marido, seu Dadá, com dois filhos e um neto, e possui mais dois outros filhos que moram nos bairros do Geisel e de Valentina de Figueiredo. Assim como com Dona Creuzinha, as conversas com Dona Fatinha ocorriam principalmente na calçada, mas também na área de Dona Creuzinha, com quem mantém uma relação estreita de amizade.
- *Beto* é morador da comunidade desde criança – por volta por 6-7 anos, como comentou em nossa conversa –, quando se mudou, em 1989, com os pais e os irmãos para a Comunidade do Timbó. Aos 14 anos foi morar na cidade de Cosmópolis, São Paulo, com familiares, onde trabalhou no crediário para um primo, retornando à cidade de João Pessoa aos 27 anos, devido o falecimento da mãe, no ano de 2009. Nesta ocasião não retornou ao estado de São Paulo, passou a residir na casa que era da sua mãe e a trabalhar como camelô no centro da cidade de João Pessoa. Foi nesse período que conheceu Tais, que também é moradora da comunidade, e começou a

relacionar-se com ela. Para iniciar a vida a dois, Beto e Tais compraram uma casa na *parte alta* da comunidade, acima da encosta, mas por se configurar uma área de risco ambiental, no ano de 2013 os dois foram retirados de sua casa pela PMJP, ações que objetivavam demolir as casas e realocar as famílias em áreas de risco ambiental para as unidades habitacionais construídas na comunidade. Por isso, de 2013 a 2014, Beto e Tais moraram de aluguel com o auxílio temporário que receberam da PMJP até que as obras fossem finalizadas.

- *Dona Valéria* foi uma interlocutora que conheci através das incursões em campo. Esta interlocutora é uma das poucas moradoras que se senta na calçada de sua casa, situada na *parte alta*, na rua principal da comunidade. Desde que chegou à comunidade, em 1989, Dona Valéria mora de aluguel, a vinda desta interlocutora ao lugar se procedeu pela busca de casas com preços mais acessíveis para morar com sua filha, que se mudou para o bairro do Geisel há 05 anos, quando se casou com seu atual marido. Dona Valéria é aposentada e reside sozinha na comunidade, está há 12 anos residindo na casa em que se encontra atualmente, mas conta que percorreu boa parte da rua nas mudanças de casa, que geralmente eram entregues, - afirma - devido ao aumento no preço do aluguel ou quando o proprietário pedia para desocupar a casa. Sua experiência de moradia na comunidade se configura a partir da Rua Abelardo Pereira dos Santos, onde mora desde sua chegada ao lugar.
- *Flávia* também foi uma interlocutora que conheci através da mediação de Dona Valéria, que me apresentou para esta vizinha com quem mantém laços de amizade. Flávia divide a vizinhança com Dona Valéria há 12 anos, desde que esta passou a morar em uma casa próxima a sua, mas reside na comunidade desde 1987, quando chegou ao local com os pais, aos 13 anos. Sempre residiu na parte alta, mudando apenas de rua após seu casamento com Evandro, indo morar na casa em que atualmente reside. Casa esta que pertencia ao pai de Evandro, que morou com o casal até o seu falecimento, em 2015. Com o casal também reside dois filhos, Tiago e Patrícia, e três netos, todos os filhos de Patrícia são fruto de relacionamentos que não deram certo.
- *Alisson* é um interlocutor que conheci nas incursões ao campo, com um contato realizado por frequentar seu comércio de venda de espetinhos e bebidas – como refrigerante e cerveja. A conversa, no processo de estabelecimento de uma relação de interlocução, acontecia no período de final da tarde, quando este morador iniciava os preparos para a venda dos espetinhos – como acender o fogo da churrasqueira e

organizar as mesas na área da casa, que funcionava também como garagem. Alisson é morador da comunidade há 31 anos, e chegou ao local aos 17, com seus pais, Dona Flávia e Seu Jeferson, e seus dois irmãos, Alex e André. Antes de morar na Comunidade do Timbó, Alisson conta que morou cerca de três anos no bairro do Roger, mudando-se para a comunidade em 1988, quando seu pai comprou a casa em que reside atualmente. Quando se casou com Gabriele continuou morando com os pais, que compartilhavam a casa com Alisson e a esposa e mais 02 filhos, André e Alex, que saíram de casa após se casarem – atualmente André reside no bairro do Cuiá e Alex reside no bairro das Costa e Silva. Com o falecimento do pai de Alisson, no ano de 2005, e a saída dos irmãos, permanecem morando na casa Alisson, Gabriela, Augusto e Dona Flávia – o interlocutor e sua esposa, filho e mãe, respectivamente.

Todos os interlocutores são moradores que vivem na Comunidade do Timbó há mais de 10 anos, que estabeleceram relações no lugar e com o lugar, onde criaram vínculos pessoais estreitos e duradouros e acompanharam e acompanham a transformação urbana do local. Como será discutido no capítulo seguinte, a Comunidade do Timbó, assim, é o lugar onde os moradores configuram continuamente as relações cotidianas.

Os interlocutores como já informado foram contatados através das investidas da pesquisadora ou por meio de indicação de moradores com quem construí uma relação. Estes moradores tornaram-se interlocutores através do contato continuado que foi estabelecido com eles, o que possibilitou ter acesso às informações sobre suas vidas e sobre o cotidiano das relações pessoais que se desenvolvem na comunidade. Informações que foram cruzadas com as observações das situações cotidianas que se processam nas ruas da Comunidade do Timbó, bem como com as conversas corriqueiras entre e com os vizinhos nas calçadas.

A relação com os interlocutores permitiu conhecer suas trajetórias, - como chegaram ao lugar de moradia, as transformações pelas quais a comunidade passou e o tipo de relação baseada na pessoalidade que se estabeleceu por lá, a criação de redes de auxílio cotidianas, os lugares que a comunidade frequenta, as pessoas com quem os interlocutores se relacionam, e diversos outros elementos que conformam o viver na Comunidade do Timbó. É, portanto, na relação com esses interlocutores e com os demais moradores que foram sendo produzidos os dados etnográficos e aprimorados os instrumentos para a construção analítica sobre a Comunidade do Timbó.

A construção do conhecimento antropológico que compõe a discussão analítica deste trabalho baseia-se nas entrevistas semiestruturadas, com o uso do gravador, baseadas em um rol de perguntas ajustada a cada situação e contexto em que se davam as entrevistas e em conversas informais sobre assuntos corriqueiros que acionaram elementos característicos da sociabilidade local, – como os assuntos sobre a vida do outro relacional, sobre ações dos vizinhos e o acionamento de redes de apoio[28]. A análise pauta-se, ainda, nas situações etnográficas observadas que configura as relações cotidianas no lugar.

Tais situações etnográficas foram vivenciadas através das incursões em campo, das diversas caminhadas pelas ruas da comunidade, permitindo compor um mapa situacional sobre as mesmas. Observações e vivências do pesquisador embasadas em pressupostos teórico-metodológicos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) que buscavam identificar as relações que se processavam nas diversas situações e contextos experimentados, identificando as formas de uso, costumes e moralidades de cada situação no exercício diário da sociabilidade local. As caminhadas pelas ruas contaram também com paradas sistemáticas nas calçadas em que os moradores se encontravam, onde me sentava com eles e conversava sobre o dia-a-dia pessoal dos interlocutores e sobre a comunidade.

A estratégia metodológica das caminhadas

As incursões a campo foram impulsionadas pela *caminhada interessada*, que buscava elaborar um mapeamento sobre a Comunidade do Timbó de modo a identificar as formas de uso e vivência dos moradores e transeuntes nas ruas. A *caminhada interessada* se diferencia do simples ato de percorrer, andando a pé, um determinado caminho, e se apresenta como uma importante estratégia metodológica por apreender o campo de pesquisa através de um olhar e ouvir (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) atentos aos caminhos, às paisagens, às casas, ao comércio, aos locais de atividades religiosas, aos sons, aos cheiros, às práticas cotidianas, aos usos dos lugares e à presença das pessoas.

É uma *caminhada interessada* por estar preocupada em conhecer e mapear o espaço percorrido, e interessada, ainda, em reconhecer padrões que delineiam o exercício da sociabilidade e às práticas corriqueiras que constituem a rotina dos

[28] Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com os interlocutores, quem serão trabalhadas no decorrer desta Dissertação.

moradores na Comunidade do Timbó. Nessas diversas caminhadas fez-se presente o uso do telefone celular para produzir *material fotográfico* sobre as ruas da comunidade, criando um acervo de imagens que contam com fotografias registradas pela pesquisadora, bem como coletadas do *blog Armadura Cristão*[29], do site da PMJP[30], do Google Maps e da ECI FAC.

Cada período do dia em que se caminha pela Comunidade do Timbó demonstra diferentes formas de usar os lugares. Fez-se necessário, portanto, realizar incursões nos diversos horários do dia, com o objetivo de apreender o máximo possível as diferentes configurações do lugar. Com base nas caminhadas pela comunidade foram construídos os cenários que apresentavam o padrão de atividades e ações desenvolvidas na comunidade a cada período do dia, e montando um quadro com sua configuração cotidiana, conformando aquilo que pode ser chamado de *rotina*, isto é, a organização e a repetição de práticas que informam a dinâmica local.

Ao chegar à Comunidade do Timbó no período da manhã é possível observar os moradores saindo para trabalhar, utilizando como veículo de transporte motos e carros, no caso daqueles que possuem tais veículos. Nas paradas de ônibus da Rua Abelardo Pereira dos Santos, principalmente a localizada na proximidade da ligação com a Rua Travessa São Paulo, formam-se conjuntos de moradores que esperam pelo transporte coletivo para se deslocarem até o trabalho e a escola, no caso dos moradores que não estudam nas escolas ou trabalham no bairro dos Bancários.

O fluxo de moradores saindo da comunidade em direção aos locais de trabalho ou de estudo tem início a partir das 07h da manhã. Horário em que os estabelecimentos comerciais começam a abrir as portas para mais um dia de serviço, com proprietários e, no caso das lojas maiores, funcionários iniciam a organização do estabelecimento para atender ao público. As crianças com uniforme do Centro de Referência em Educação Infantil – CREI Dr. Rita Gadelha, - localizada no bairro dos Bancários, nas proximidades da comunidade, - passam de mochila nas costas e mãos dadas com os responsáveis que vão deixá-las na respectiva CREI. Assim como os alunos das escolas

[29] O *blog Armadura Cristão* pode ser acessado pelo endereço eletrônico: http://www.armaduradocristao.com.br/search?q=Timb%C3%B3. O link conduzirá o leitor para uma página com a filtragem de todas as notícias relacionada à campanha SOS Timbó.

[30] O site da PMJP pode ser acessado pelo endereço eletrônico: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/?s=Timb%C3%B3. O link conduzirá o leitor para uma página com a filtragem de todas as notícias relacionada à Comunidade do Timbó.

próximas, como as escolas estaduais EEEF Dom Carlos Coelho, e ECI FAC e a escola municipal EMEF Olívio Ribeiro Campos, se deslocam a pé até os locais de estudo.

Na CREI Nossa Senhora de Fatinha, localizada dentro da comunidade, na Rua Nossa Senhora de Fatinha, forma-se um aglomerado de mães e avós que chegam para deixar seus filhos e param para se cumprimentar e dar início a uma conversa rápida. Neste aglomerado juntam-se também as responsáveis que se deslocam até o local para deixar as crianças no Instituto Vem Cuidar de Mim, situado ao lado da CREI, que atende crianças da comunidade para o início da formação educacional.

Ao entregar o filho às pedagogas do Instituto e ao guarda da CREI, essas mães e avós permanecem paradas em pequenas rodas de conversas, umas próximas às outras, ocupando o espaço da rua e, vez ou outra, abrindo pequenas brechas para as motos passarem. Situação que rapidamente se desfaz, com as respectivas responsáveis tomando o caminho do trabalho ou de casa, com a rua voltando a ter um ritmo calmo de pouco trânsito de pessoas.

Nesse horário de início da manhã as ruas tornam-se movimentadas, com as presenças de moradores que transitam pelas ruas para ir ao trabalho, para ir à escola, para deixar os filhos e netos na escola e na CREI e para comprar pães. É comum observar moradores que transitam pelas ruas em direção às padarias que atendem a comunidade, sendo frequente observar moradores indo e vindo com sacolas brancas de pães.

Os moradores que residem nas ruas localizadas na parte superior da encosta se deslocam de suas casas até à Panificadora Patoense, na Rua Abelardo Pereira dos Santos, para comprar pães e outros alimentos tipicamente comercializados em padarias. Há também “o Pedro”, um padeiro que produz pães na Rua Margarida Maria Alves, onde alguns moradores dessa rua, bem como moradores das ruas localizadas na parte inferior da encosta, costumam comprar seus pães. Outra padaria é a do “Gago” - como é conhecido o pequeno estabelecimento comercial que revende pães, devido ao apelido do dono, – na Rua Bento Manoel de Barros, onde os moradores que residem próximo compram os pães.

A vassoura é outro elemento presente durante o início da manhã, período em que as casas são varridas, assim como as calçadas em frente às casas. Principalmente durante o período da manhã as portas das casas encontram-se abertas, dando uma visão do ambiente interno para os que passam pela rua e olham em direção das casas. A ação de abrir as portas da casa enquanto a arruma também é acompanhado por outro

elemento bastante presente no cotidiano da comunidade: músicas tocadas em volume alto que, por vezes, se mistura com a música tocada em outra casa, o que causa uma mistura de sons. Nesses casos, é preciso aproximar-se da casa de onde vem o som para entender a música tocada, quando identificada geralmente é uma música que pertence ao gênero musical conhecido como brega *funk*, mas também se escuta forró, rap e músicas religiosas.

A prática de colocar música para tocar decresce na medida em que a limpeza das casas é concluída e, junto à pausa nas músicas, inicia um período de silêncio e tranquilidade nas ruas da comunidade. A partir das 10h as ruas são pouco utilizadas pelos moradores, que se encontram dentro das casas, sendo poucos os moradores que transitam durante esse horário. As poucas pessoas presentes nas calçadas são na maioria idosos que ocupam as poucas calçadas que estão na sombra, devido à posição alta do sol.

O silêncio na rua só é interrompido pelos ecos que resultam das brincadeiras das crianças na quadra de esporte. Local[31], por sinal, frequentado durante todo o dia. As batidas de bola e gritos das crianças ecoam pelas ruas próximas da quadra, - reformada recentemente, e inaugurada no dia 13 de julho de 2019. Estas crianças que brincam na quadra são predominantemente do sexo masculino e frequentam a quadra diariamente, principalmente nos horários da manhã e da tarde, quando o uso do lugar é exclusivamente realizado pelas crianças.

O silêncio também é quebrado por volta das 12h, quando a caminhada pelas ruas é acompanhada da voz de Samuka, o apresentador do programa de televisão Correio Verdade, que tem grande audiência na Comunidade do Timbó. Neste horário não há moradores nas calçadas, as pessoas que são observadas quando trânsito pela rua são aquelas que trabalham no Frigorífico Nossa Senhora Aparecida, no Mercadinho Pais e Filhos e na loja de concertos de cadeiras. Os demais estabelecimentos comerciais também se encontram abertos, mas sem ninguém dentro deles, o que é comum presenciar. Quando algum cliente chega para comprar e o proprietário não se encontra, este grita pelo nome da pessoa que, em seguida, aparece para atendê-lo.

[31]A categoria analítica de local, neste sentido, é utilizada como a menor configuração do lugar, de modo que o lugar Timbó possui diversos locais – que são elementos intrínsecos de pertença (KOURY, 2003) –, como a quadra de esportes, as igrejas, a calçada e a rua.

A conformação tranquila das ruas da comunidade segue até meados da tarde, quando os moradores começam a ocupar o espaço das calçadas, no momento em que o sol fica mais brando, com as calçadas contempladas por sombras que dão espaço à organização de cadeiras onde o morador, geralmente acompanhado dos vizinhos, senta-se. A partir das 15h tem o início uma nova configuração na dinâmica das ruas, com a presença de crianças brincando com bolas, outros andando de bicicleta e os menores brincando na calçada sob o olhar da mãe que, vez ou outra, lança um grito de alerta para que a criança não saia em direção à rua devido ao trânsito de motos.

Homens e mulheres se fazem presentes nas calçadas da comunidade, em uma prática corriqueira no cotidiano do lugar. Nas calçadas são conversados os mais variados tipos de assunto que percorrem desde comentários preocupados ou jocosos sobre a vida dos conhecidos, trocas de informações sobre a ocorrência de atividades religiosas, comentários sobre reportagens reproduzidas nos jornais locais, ou sobre alguma fofoca envolvendo celebridades e sobre acontecimentos na comunidade. O encontro na calçada é um exercício de sociabilidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó e se organiza a partir de dupla, trios e grupos um pouco maiores que formam rodas de conversa.

Os moradores que começam a retornar do dia de trabalho ou de estudos ou da busca das crianças nas CREI, percorre um caminho longo devido às constantes paradas nas calçadas para cumprimentar os conhecidos e trocar informações. Durante o período de final da tarde caminhar pela Comunidade do Timbó requer contínuos cumprimentos de boa tarde e paradas para dizer como estão, e em duas ou três calçadas depois a situação se repete sucessivamente. Esta circunstância é proporcionada pela intensa pessoalidade vivenciada pelos moradores, sendo algo corriqueiro para o morador que tem interesse não só nos cumprimentos, mas nas paradas nas calçadas dos conhecidos para também tomar conhecimento sobre as novidades.

As ruas da comunidade permanecem movimentadas até as 20h quando, aos poucos, os moradores saem das calçadas e adentram as casas para assistir a programação dos canais de televisão. Há aqueles que permanecem nas ruas após as 20h, mas o movimento torna-se tranquilo, com os estabelecimentos comerciais já fechados. O movimento maior é na Rua Nossa Senhora de Fatinha, na quadra de esportes, onde jogam homens jovens e adultos que proporcionam os gritos e ruídos que ecoam pelas ruas próximas a este lugar de lazer.

Nos finais de semana o movimento é constante nas ruas da comunidade, com o aumento da presença de jovens que se sentam nas calçadas para observar o movimento da rua e conversar. A quadra de esporte é o "lugar badalado," onde se reúnem várias crianças e homens jovens e adultos, que organizam seus times para iniciar os jogos de futebol de quadra – sem contar com as crianças, que ficam como espectadores. Também fazem uso de locais fora do domínio geográfico da comunidade, como o campo de futebol localizado no bairro dos Bancários, que é visto pelos moradores que o frequentam como uma extensão da comunidade.

É, também, no final de semana que as músicas em caixas de som se tornam frequentes e se reproduzem nas ruas em que as casas estão localizadas. Acompanhado com as músicas às alturas se processa a "arrumação" e "lavagem" das casas, que constitui situações corriqueiramente presenciadas. Não só as casas, mas também motos e carros são lavados nas ruas pelos moradores, sistematizando práticas de arrumação locais semanais, com o objetivo de "se iniciar a semana limpos". A situação de limpeza das casas e lavagens dos veículos é complementada pela presença das crianças nas ruas, que correm e brincam com os amigos e irmãos.

O ápice de um dia de sábado se dá no final da tarde, quando as ruas estão na sombra e são intensamente ocupadas pelos moradores, que ligam os sons da casa e sentam-se nas calçadas para consumir cerveja. Há, ainda, os bares locais que são abertos apenas nos finais de semana, quando os moradores costumam frequentá-los para o lazer. Aqueles moradores que não bebem nessa situação e permanecem sentados nas calçadas observam atentamente os acontecimentos que, em um momento posterior, serão comentados nas rodas de amizade. E o ritmo continua ativo, com a presença dos moradores na rua – no uso dos bares, das calçadas e da quadra, bem como a circulação constante de motos e carros –, até o período da noite, quando aos poucos as ruas vão ganhando tranquilidade e os moradores retornam às suas casas.

No domingo, contudo, o ritmo não é tão agitado quanto no sábado, mas contém grande presença dos moradores usando os locais de sociabilidade na Comunidade do Timbó. O movimento durante o dia é de ida aos estabelecimentos comerciais no local, e o uso das calçadas e da quadra, além dos círculos de oração que a igreja evangélica Assembléia de Deus movimenta no começo da manhã. Já durante o período da tarde os moradores encontram-se assistindo os programas televisivos que são transmitidos aos domingos, como é possível notar durante as caminhadas pelo som e pela visualização das televisões ligadas. À noite os moradores se movimentam para participar das

atividades religiosas que ocorrem no local, com o trânsito de pessoas pelas ruas em buscas das respectivas igrejas que frequentam, onde criam rodas de conversa na frente das igrejas após o término da atividade religiosa[32].

As igrejas contribuem para a conformação de códigos de moralidade e fomentam a pessoalidade na medida em que prezam por relações pessoais de vínculos estreitos, mediadas pela fé. Na Comunidade do Timbó, a igreja surge como um ponto de apoio espiritual e de referência moral, bem como está inserida nas relações de solidariedade ao construir uma rede homofílica que liga todos os membros no reforço de laços religiosos que auxiliam cotidianamente o morador. Estas instituições se apresentam como um elemento importante para a circulação de benefícios materiais para lidar com as necessidades imediatas do corpo – com a doação de alimentos, roupas, itens de higiene – e da alma – orações, apoio emocional.

Neste sentido, a igreja assume um papel de cuidados com os mais carentes, incentivando a ajuda mútua como um sentido de solidariedade e reciprocidade entre semelhantes. A solidariedade é posta como uma conduta moral, de modo que a pessoalidade, a pertença e as redes homofílicas são orquestradas cotidianamente na construção de códigos morais que norteiam códigos de conduta e asseguram a continuidade da cultura emotiva. A igreja, assim, surge como um contraponto da realidade violenta do comércio de drogas, onde moralidades estão em disputa e negociação.

A pessoalidade, que perpassa todas as instâncias da vida cotidiana no local, é intensificada através dos laços religiosos que são, também, de pertencimento. A igreja auxilia na construção do lugar próprio e do lugar do outro, processo configurado pela relação entre pertença e moralidade. Norteando modos e estilos de vidas que se relacionam com a cultura emotiva que, em seu processo de continuidade, cristaliza códigos de moralidades, como será discutido no capítulo 2.

Retornando para a singularidade das ruas que compõe a comunidade, cabe destacar, ainda, que a única rua que se diferencia da configuração geral da Comunidade do Timbó, discutido anteriormente, é a Rua Abelardo Pereira dos Santos, que possui um ritmo constante de circulação de carros e motos, com vários estabelecimentos

[32] Na Comunidade do Timbó há 04 igrejas que sistematizam as atividades religiosas, sendo 03 igrejas evangélicas e 01 igreja católica. As igrejas evangélicas que possuem sede na comunidade são: a Assembleia de Deus Vale do Timbó, a Missionária Evangélica Betel Brasileiro, e a Igreja Batista. Há também a igreja católica Santo Antônio e o núcleo espírita NESE – Núcleo Espírita Socio-Educacional.

comerciais que fomenta a movimentação local. Esta rua constitui uma das principais vias de acesso à orla, sendo utilizada pelos habitantes da cidade como modo de acessar rapidamente outros bairros da cidade de João Pessoa. O fluxo constante de veículos na Rua Abelardo Pereira dos Santos se intensifica nos horários de pico, entre as 7h30m e 9h entre as 11h às 14h e entre as 17h às 19h, quando o transito aumenta em toda a cidade por marcar horários de entrada e saída do trabalho, das escolas e das universidades.

Durante todo o dia essa rua recebe a presença de moradores do bairro dos Bancários e do bairro do Jardim Cidade Universitária que residem nas redondezas da comunidade, recorrendo à Rua Abelardo Pereira dos Santos para o uso do comércio que disponibiliza. O comércio diurno se organiza a partir de lanchonetes, salões de beleza, frigorífico, panificadora, papelaria, bancas da sorte, sacolão, oficinas de moto, lojas de roupas e confecções, brechó, magazine, loja de materiais de construção, entre diversos outros pequenos e médios estabelecimentos comerciais que atendem aos moradores da comunidade, dos bairros circunvizinhos e da cidade em geral.

A Rua Abelardo Pereira dos Santos se diferencia das demais ruas pelo caráter comercial, por ser uma via de acesso para espaços da cidade e pelo uso que os moradores fazem da rua. São poucos os moradores que exercem a prática de sentar nas calçadas com os vizinhos, apenas os moradores que possuem comércio na residência e os funcionários e proprietários de estabelecimentos comerciais estão presentes nas calçadas quando não há clientes para atender. Os moradores que residem em casas onde não há estabelecimento comercial não utilizam as calçadas, alguns poucos observam a rua no final da tarde em pé no portão, outras pegam as cadeiras e sentam na calçada, mas são situações eventuais que não se repetem cotidianamente.

No período da noite, quando a maior parte do comércio encerra o expediente de trabalho, permanecem abertos apenas os depósitos de bebidas, as lanchonetes, e os *espetinhos* iniciam os trabalhos de atendimento ao público. Neste período, no entanto, a movimentação na rua se faz mais tranquila, com poucas pessoas transitando e com um fluxo diminuto de veículos circulando pelo local da rua. A Rua Abelardo Pereira dos Santos é concebida como uma via de passagem para transitar entre os bairros da zona sul e da zona leste, no caso dos habitantes da cidade, que também param pelo comércio da rua para consumir.

A Rua Abelardo Pereira dos Santos se singulariza, ainda, pela forte característica comercial, dispondo de uma variedade de pequenos e médios estabelecimentos que

atendem os moradores da comunidade, do bairro dos Bancários, do bairro do Jardim Cidade Universitária e os habitantes da cidade que transitam por esta rua. A consolidação do comércio da Rua Abelardo Pereira dos Santos é resultado da sua transformação em uma via de acesso na cidade, possibilitando o deslocamento rápido entre bairros da zona sul e da zona leste. Ao tornar-se uma via de acesso à Rua Abelardo Pereira dos Santos passa a receber um fluxo contínuo de carros, motos, caminhões e ônibus que transitam diariamente pela rua.

Esta configuração da rua enquanto comercial e via de passagem a outros bairros proporciona uma maior valorização da Rua Abelardo Pereira dos Santos em relação às demais ruas da Comunidade do Timbó, o que colabora, também, para formas específicas de uso da rua pelos moradores e frequentadores. Na Rua Abelardo Pereira dos Santos as calçadas são utilizadas principalmente pelas pessoas que são proprietárias ou trabalham nos estabelecimentos comerciais, que, quando não estão dentro do estabelecimento ou atendendo ao cliente, ficam nas calçadas conversando com os funcionários ou proprietários das lojas vizinhas.

Os moradores da comunidade que residem na Rua Abelardo Pereira dos Santos, mas que não possuem um estabelecimento comercial funcionando em algum vão da casa, não fazem o mesmo uso da rua como os moradores que residem em outras ruas da Comunidade do Timbó. Na Rua Abelardo Pereira dos Santos estes moradores não são vistos sentados nas calçadas de suas casas conversando com os vizinhos ou mesmo sozinho a observar o movimento da rua. As casas[33] desses moradores geralmente se

[33] Sobre o padrão de construção das casas na Comunidade do Timbó é interessante indicar que há dois padrões arquitetônicos que podem ser identificados. Na Rua Abelardo Pereira dos Santos a maioria das casas possui uma arquitetura que não permite ao caminhante observar o interior das casas por causa dos muros e portões que separam a casa da rua. São muros e portões altos que dificultam a visualização da dos jardins e da parte interior das casas, mas esta característica de muros que encobrem a frente da casa não é exclusivo da Rua Abelardo Pereira dos Santos, mas esta arquitetura é predominante nesta rua, com poucas casas divergindo desse padrão ao possuir muros baixos. Assim como na Rua Abelardo Pereiro dos Santos, na Rua Margarida Maria Alves e as demais ruas da comunidade, em menor número, é possível visualizar casas que possuem muros que encobrem a frente da residência. A Rua Margarida Maria Alves, que é cortada ao meio pela Rua Travessa São Paulo, como mostra a Figura 2 abaixo, possui duas conformações geográficas: de um lado a rua é ampla, retilínea e possui casas com padrão arquitetônico de muros que encobrem a frente da casa, enquanto que do outro lado, após a conexão com a Rua Travessa São Paulo, a rua é estreita e tortuosa, o que impede a circulação de carros por todo o traçado da rua, e possui casas que não possuem muro na frente como uma delimitação da casa e da rua, sendo a porta da

encontram fechadas e o movimento que pode ser observado é o de entrada e saída desses indivíduos.

Durante o trabalho de campo encontrei alguns poucos moradores da Rua Abelardo Pereira dos Santos que dedicam um período de tempo para observar o movimento da rua, período este geralmente do final da tarde, quando a rua se encontra na sombra. Estes moradores observam a rua do portão da casa, conversam com os que transitam a pé pela calçada e retornam para o ambiente da casa.

Apenas duas moradoras, Dona Valéria[34] e Flávia[35], utilizavam frequentemente a calçada para conversar e acompanhar o movimento da rua e quando Flávia está trabalhando, Dona Valéria costuma sentar no jardim de sua casa, que possui um muro baixo, para observar a rua e as pessoas que transitam por ela. Estas duas moradoras comentam que apesar de conhecer as pessoas da vizinhança não costumam utilizar a calçada para conversar com os vizinhos, só havendo um encontro com trocas de cumprimentos cordiais nos horários de entrada e saída da casa.

Dona Valéria e Flávia são vizinhas e amigas há 12 anos e indicam que frequentemente utilizam à calçada para conversar, é na calçada onde as duas compartilham assuntos e trocam informações, é na calçada onde se encontram. Dona Valéria, em uma de nossas conversas no jardim de sua casa, conta que não costuma

---

residência a responsável por tal delimitação. Este lado tortuoso da rua se diferencia, sobretudo, por só dispor de uma fileira de casas, pois devido uma parte da rua se situar em área de risco ambiental, as casas que conformavam a segunda fileira da rua foram demolidas. Outro elemento interessante da Rua Margarida Maria Alves é que as duas partes da rua não se conectam, de modo que ao parar no lado retilíneo da rua não é possível enxergar o lado tortuoso, com o mesmo se aplicando ao contrário. As demais ruas da Comunidade do Timbó dispõem de casas que mesclam entre a arquitetura de muros altos que encobrem a frente da casa, de muros baixos e, principalmente, de casas sem muros. As casas que possuem muros e portões, mesmo quando os donos se sentam nas calçadas para conversas com os familiares e vizinhos os portões permanecem fechados, impossibilitando a visualização do interior da casa. Já as casas que não possuem muros e portões geralmente permanecem com as portas abertas durante quase todos os períodos do dia, mesmo quando os moradores não estão presentes nas calçadas, de modo que os ambientes da casa ficam à disposição dos olhares daqueles que transitam pela rua.

[34] Dona Valéria chegou à Comunidade do Timbó em 1989, desde então reside na *parte alta*, mudando apenas de casa, pois mora de aluguel. Encontra-se há 12 anos na casa em que reside atualmente, onde mora sozinha e vive da aposentadoria.

[35] Flávia chegou à Comunidade do Timbó em 1987, acompanhada de seus pais. Atualmente ela mora na *parte alta* com o marido, dois filhos e três netos, tem um pequeno comércio de venda de *dindim* e trabalha como costureira na confecção de fardamentos em geral.

entrar na casa de nenhum dos vizinhos, nem mesmo de Flávia, com quem tem uma relação de amizade.

Quando quer conversar ou está cansada de ficar sozinha em casa, vai até o portão da casa de Flávia e pergunta se ela está desocupada para sentar na calçada. No entanto, a maioria dos moradores da Rua Abelardo Pereira dos Santos – que não possuem um estabelecimento comercial – faz uso da calçada apenas para passagem, e quando estão em casa permanecem dentro da residência.

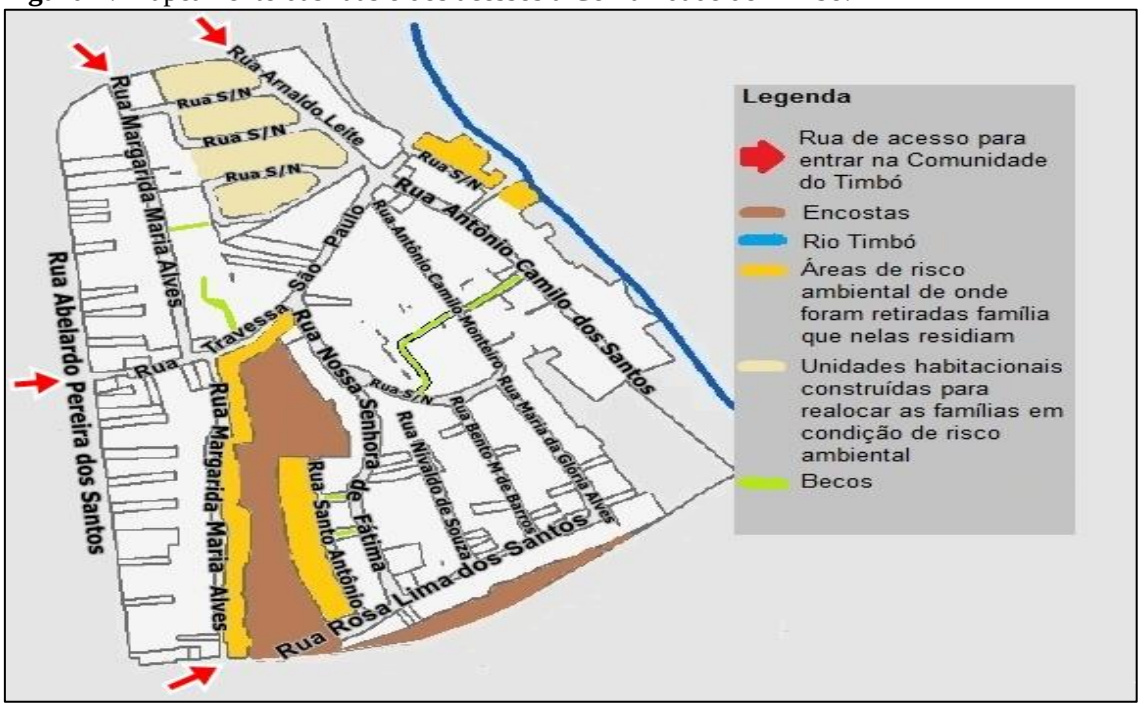
Neste sentido, o uso predominantemente comercial da Rua Abelardo Pereira dos Santos provoca a pouca utilização da calçada, pelos moradores, para as trocas de conversas. A rua é uma via de passagem e de comércio e possui um fluxo constante de pessoa e veículos, sendo utilizada para esperar o transporte coletivo, para comprar algo ou para pagar boletos.

É o comércio que concentra o movimento das pessoas, como foi comum observar durante o trabalho de campo. Ao ir à banca da sorte, a padaria, ao frigorífico, ao mercadinho, ao sacolão ou a qualquer outro estabelecimento comercial da rua a compra é realizada e o morador ainda permanece algum período conversando com os funcionários e o proprietário do estabelecimento. O exercício da sociabilidade se processa nos estabelecimentos comerciais, nos pontos de ônibus e, entre os moradores que estabelecem um vínculo estreito, no ambiente da casa.

A Rua Abelardo Pereira dos Santos também se singulariza por delimitar a fronteira oficial entre a Comunidade do Timbó e o bairro dos Bancários, sendo a única rua da comunidade que pode ser transitada sem precisar acessar as entradas para adentrar no Timbó. Para adentrar as demais ruas da comunidade, como é possível observar na Figura 2, abaixo, é preciso dirigir-se até uma das quatro entradas fornecidas pelas ruas: Rua Rosa Lima dos Santos, Rua Travessa São Paulo e Rua Margarida Maria Alves, que possibilitam o acesso à *parte alta*, situada no terreno superior à encosta, e a *parte baixa*, situada no terreno inferior à encosta. E pela Rua Arnaldo Leite, que possibilita o acesso à *parte baixa* da comunidade.

Cada um desses acessos possui uma característica geográfica que requer esforços diferentes para percorrê-las, especificidade a que foi delineada no processo de retirada de material para a construção civil, que resultou na abertura de uma cratera no local e conformou a presença de encostas na comunidade, como será abordado no capítulo 1.

Figura 2: Mapeamento das ruas e dos acessos à Comunidade do Timbó.



Fonte: Dados cartográficos do IBGE, 2010, mapeamento elaborado por Williane Pontes em 2020.

Adentrar a comunidade pela Rua Rosa Lima dos Santos requer um maior esforço físico do caminhante devido à inclinação que esta rua possui no declive para a parte inferior da encosta. É preciso cuidado ao descer e ao subir esta rua, pois sua inclinação requer dos transeuntes habilidades para descer ou subir a rua, como forma de adequar o corpo e evitar escorregar durante esse trajeto. Inclinar o corpo para trás enquanto desce as ruas que delineiam a encosta, principalmente a Rua Rosa Lima dos Santos, a mais inclinada, ritmando os passos que se tornam mais rápidos na descida. A subida, por outro lado, requer a suspensão do corpo para frente e uma administração de passadas mais lentas, pois durante a subida a transeunte lida com o peso do corpo. São essas técnicas corporais (MAUSS, 2003) desenvolvidas cotidianamente para entrar ou sair da comunidade.

O esforço desempenhado para subir a Rua Rosa Lima dos Santos é maior do que para descê-la, pois na subida é preciso lidar com a inclinação e o peso do próprio corpo, de modo que descer a rua é mais rápido do que para subi-la. Subir a Rua Rosa Lima dos Santos é visto pelos moradores como uma “batalha diária”, como disse uma moradora que acompanhei no momento da subida. Batalha diária porque constitui o esforço cotidiano de subir e descer a rua a pé, para sair e entrar na comunidade. Na Figura 3, abaixo, é possível que o leitor tenha a dimensão da conformação física da rua.

Figura 3 – Compilação das ruas que constituem os acessos de entrada e saída da Comunidade do Timbó.

Fonte: Fotografias da Rua Rosa Lima dos Santos, da Rua Travessa São Paulo e da Rua Margarida Maria Alves foram registradas por Williane Pontes em 2019. A Fotografia da Rua Arnaldo Leite foi retirada do Google Maps, imagens em 2011 – obs.: atualmente a rua é pavimentada.

A via de acesso pela Rua Travessa São Paulo também possui uma inclinação devido à encosta, mas o declive desta rua é menor do que a da Rua Rosa Lima dos Santos. A Rua Travessa São Paulo, que corta a comunidade ao meio, é o acesso mais utilizado pelos moradores devido à interligação que possui com a maioria das ruas e por conduzir o morador até as proximidades da parada de ônibus.

O acesso possibilitado pela Rua Margarida Maria Alves não possui nenhum declive, por ficar situado na parte superior da encosta. No entanto, é uma via de entrada e saída pouco utilizada pelos moradores que transitam a pé, sendo geralmente moradores ou frequentadores que circulam em carros e motos os que fazem uso desse acesso.

A última via de entrada e saída da comunidade é a Rua Arnaldo Leite, que possibilita o acesso à parte inferior da encosta e não possui inclinação. Este acesso, por sua vez, é o menos utilizado pelos moradores que transitam a pé por ser o percurso mais longo para chegar até a Rua Abelardo dos Santos, que dá acesso ao comércio principal da comunidade, ao bairro dos Bancários e aos pontos de transporte público.

Os moradores transeuntes da *parte baixa* da comunidade geralmente recorrem a via de entrada e saída da Rua Travessa São Paulo que, apesar de possuir uma inclinação e exigir certo esforço para percorrer a rua ao subir a encosta, direciona o caminhante ao meio da Rua Abelardo Pereira dos Santos, com pontos de ônibus nas proximidades e uma gama de estabelecimentos comercial.

A Rua Arnaldo Leite é um acesso utilizado principalmente por motos e carros que entram ou saem da comunidade, com poucas pessoas transitando pela rua. Aquelas pessoas que utilizam esta rua para a passagem são, principalmente, os moradores do *conjunto novo* que transitam pela Rua Arnaldo Leite como forma de acessar a igreja católica, o NESE e os pequenos mercadinhos que atendem aos moradores da rua. É, assim, uma rua utilizada apenas para a passagem pelos interlocutores que residem na Rua Antônio Camilo dos Santos. O pouco trânsito de pedestres e de motos e carros – estes últimos se tornam frequentes no período de ida e volta ao trabalho – transforma a Rua Arnaldo Leite em um local pouco movimentado, a não ser pelas eventuais entradas de carros para comprar droga, se retirando logo em seguida.

O pouco movimento desta rua também se processa por não haver construção de casas, como é possível identificar na Figura 3, nas páginas anteriores, um lado da rua é ocupado pelo *conjunto novo* construído para realocar as famílias em condição de risco ambiental. A construção dessas unidades habitacionais que constitui o *conjunto novo* criou quatro ruas laterais a Rua Arnaldo Leite, a construção situada de um lado da rua, visível na Figura 3, é a lateral de uma das unidades habitacionais. O outro lado da rua, sem construção, é o início das margens do Rio Timbó e constitui uma área[36] de preservação, sendo proibida a construção de casas pelo risco ambiental.

Dona Creuzinha[37] conta que já houve uma tentativa de construir casas no lado desocupado da Rua Abelardo Pereira dos Santos, "um homem murou isso aí tudinho para fazer casas para alugar... fazer uma vila", mas foi impedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA que barrou a construção por ser uma área de preservação da vegetação do Rio Timbó e com potencial de se tornar uma área de risco ambiental caso casas fossem construídas. Esta configuração da rua proíbe a construção de casas, o que transforma a rua, para os interlocutores com quem conservei, em acesso de saída e entrada da comunidade que é

[36]Área é uma categoria analítica utilizada neste trabalho para se referir

[37]Dona Creuzinha chegou à Comunidade do Timbó no ano de 1987 e desde então reside na parte baixa.

preciso estar atento ao passar, por ser pouco frequentado e possibilitar a ocorrência de assaltos.

Ao conversar com Dona Bete sobre as ruas da Comunidade do Timbó, esta interlocutora chamou a atenção da pesquisadora sobre os cuidados ao transitar pela Rua Arnaldo Leite. O cuidado foi justificado pelo caso da sua filha que, ao voltar do trabalho, no início da noite, foi assaltada na Rua Arnaldo Leite por uma pessoa que saia da comunidade em moto e de capacete – que o dificultou o reconhecimento da pessoa – que a parou e pediu o celular.

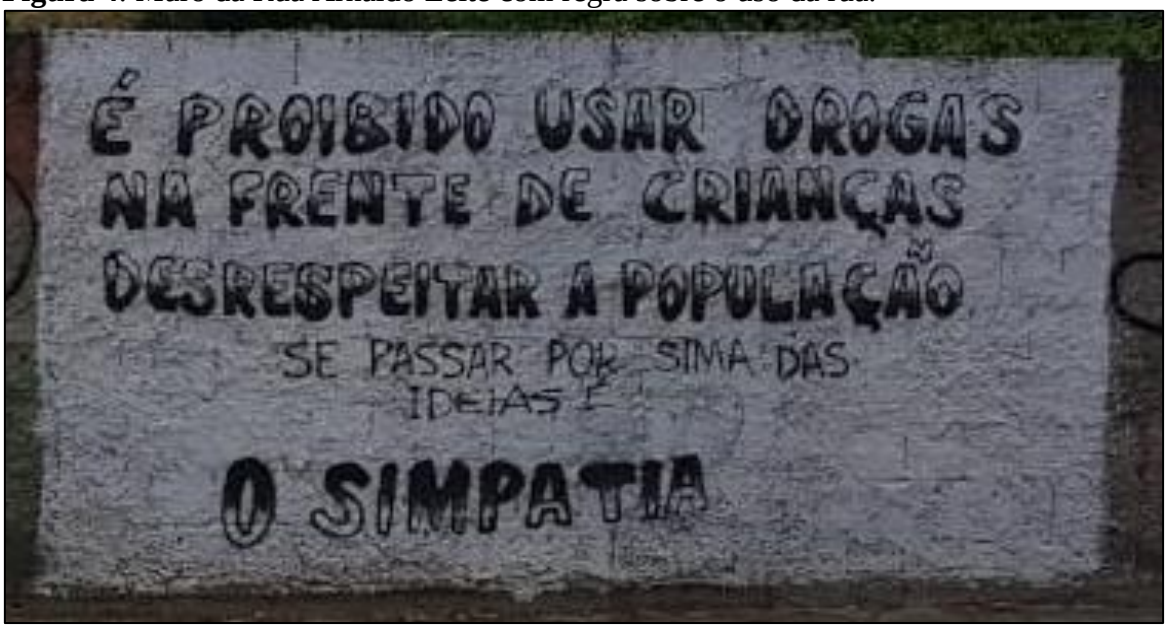
Este caso isolado, como a interlocutora faz questão de ressaltar, fez com que a filha de Dona Bete ficasse atenta ao transitar pela respectiva rua, mesmo sem saber se a pessoa que lhe assaltou é moradora ou não da comunidade. O fato da rua não contar com construções de casa e ser mais longe dos pontos de ônibus do que o acesso pela Rua Travessa São Paulo – a mais utilizada da comunidade – contribui para a pouca circulação de pedestres pela Rua Arnaldo Leite. Vale enfatizar que este foi o único episódio relatado pelos interlocutores, que constantemente ressaltam a tranquilidade local.

Além de ser um acesso de entrada e saída da Comunidade do Timbó, a Rua Arnaldo Leite possui outras utilizações, como ser local para os casais namorarem à vontade e ser um ponto para o consumo de drogas. A configuração, sem casas e com pouco movimento de pedestres, fomenta os usos marginais – no sentido se estar à margem dos códigos morais –, mas não necessariamente indica que estes usos acontecem sem restrições.

O consumo de drogas na rua segue uma regra básica, em evidência na parede do muro: “É proibido usar drogas na frente de crianças”, como ilustra a Figura 4 abaixo. A regra em evidência na parede, registrada sobre um retângulo branco pintado, lembra aos frequentadores da rua a proibição do uso de drogas na frente das crianças da comunidade, bem como enfatiza a necessidade de respeitar a população e seus códigos de moralidades.

As utilizações marginais da rua acontecem levando em questão o respeito ao morador, não se usa droga na frente das crianças, assim como é preciso evitar o uso na frente do morador e, principalmente, evitar que o morador se sinta desrespeitado por algum uso indevido da rua na sua presença. A configuração singular da Rua Arnaldo Leite possibilita que usos que tenham resistência para acontecer em outras ruas da comunidade encontrem nela a sua prática.

Figura 4: Muro da Rua Arnaldo Leite com regra sobre o uso da rua.



Fonte: Fotografia registrada por Williane Pontes em 2018.

A Rua Arnaldo Leite, assim como a Rua Margarida Maria Alves, a Rua Travessa São Paulo e a Rua Rosa Lima dos Santos, fornece uma experiência singular de adentrar a comunidade. Entrar na Comunidade do Timbó por esses quatro acessos possíveis foi empreendido pela pesquisa durante as incursões a campo, a fim de mapear e identificar a frequência com que eles são utilizados. As diversas caminhadas realizadas eram constituídas a partir de experiências prévias sobre as ruas, adquiridas através das incursões guiadas por Laura, no início das aproximações ao campo de pesquisa. Dessas experiências previas o mapa mental da pesquisa sobre a Comunidade do Timbó foi sendo complexificado com a descoberta de novos lugares e uso desses lugares.

Através da observação atenta, as caminhadas funcionaram como uma estratégia metodológica que permitiam identificar e classificar a sociabilidade na Comunidade do Timbó visualizada por meio das situações cotidianas identificadas durante as incursões. Essas situações integraram um processo de reflexão para a construção de questões e hipóteses para a pesquisa, como a classificação da sociabilidade pessoalizada, os questionamentos sobre a transformação urbana do local, os espaços de maior vulnerabilidade social, os espaços de maior valorização, a fronteiras físicas e simbólicas e os marcadores sociais da dessemelhança e diferenciação[38]. Questões propostas para a observação e conversa com os moradores, com o objetivo de construir uma reflexão cuidadosa sobre a vida cotidiana na Comunidade do Timbó.

[38] Questões que serão discutidas no decorrer dos capítulos, principalmente no capítulo 4.

As incursões, deste modo, propiciaram uma aproximação geral com a Comunidade e os seus moradores, permitindo a pesquisadora identificar e compreender o cotidiano da sociabilidade local. Deste modo, através do caminhar pela comunidade pude perceber os modos e estilos de vida dos moradores, compreendidos enquanto indivíduos relacionais que constroem continuamente a lógica societária que configuram a vivência na Comunidade do Timbó.

Notas finais: a sistematização do trabalho de campo e a estrutura da Dissertação

O empreendimento etnográfico aqui realizado buscou estabelecer uma relação dialógica (URIARTE, 2012) com os moradores da Comunidade do Timbó, os compreendendo enquanto pessoas que tem algo a dizer, que são detentoras de palavra e de saber, e que são responsáveis pela construção do lugar de pertença. Neste sentido, as conversas com os moradores foram uma fonte permanente de novos dados que ajudaram a reflexão sobre as narrativas, os discursos[39] e as práticas de percepção de si, do outro e do lugar de moradia e pertencimento – do lugar Timbó, onde o morador estabelece vínculos afetivos e formas de sociabilidade –, relacionando estas narrativas e discursos com as práticas sociais que perfazem as relações pessoais que se estabelecem na comunidade.

[39] Narrativa é uma forma de interpretação do vivido (ROCHA e ECKERT, 2004), por isso se configura através da experiência individual e coletiva do sujeito. A narrativa é perpassada por uma dimensão subjetiva e pessoal e ao narrar o sujeito transmite um sentido, uma experiência (MALUF, 1999). Compreender a narrativa dos moradores da Comunidade do Timbó é poder construir um saber sobre as experiências afetivas, individuais e coletivas, sobre o viver na comunidade, desde o período de chegada até o momento atual, uma vez que o morador reflete sobre a trajetória no lugar Timbó através da narrativa de acontecimentos selecionados por ele como característicos dessa vivência. As narrativas dos moradores são perpassadas por elementos da cultura emotiva da Comunidade do Timbó, pois ao narrar sobre como é viver no lugar Timbó o morador aciona elementos que integram o cotidiano, como o sentimento de pertença, as redes de apoio, os conflitos, a dessemelhança e a semelhança e as relações pessoais. O discurso, por sua vez, é construído e sustentado a partir da cultura emotiva da comunidade, se ancorando nos códigos morais para elaborar uma fala que expresse os interesses e concepções da comunidade. Quando os moradores defendem que a Comunidade do Timbó – uma comunidade periférica que tem a imagem associada, pelo bairro dos Bancários, à vulnerabilidade social e econômica, a violência e ao perigo – é composta por gente de bem, trabalhadora, honesta e temente a Deus, está manifestando um discurso que se baseia na cultura emotiva para produção de uma dada imagem para a comunidade. Deste modo, o discurso aciona um contexto em que o grupo que o produziu está inserido e ocupa a dimensão do social, pois é necessariamente compartilhado por um grupo (STRÔNGOLI, 1993). No caso desta Dissertação o discurso torna-se discurso quando compartilhado pelos moradores.

Foi por meio do estabelecimento de relações com interlocutores, das caminhadas pelas ruas da Comunidade do Timbó, da observação de situações cotidianas que acontecem no lugar – constituído pela dimensão do cotidiano que conforma a experiência afetiva que configura os modos de uso, as formas de sociabilidade, os códigos morais –, da vivência de rodas de conversas nas calçadas e da leitura da produção acadêmica sobre o universo de pesquisa que os dados etnográficos foram sendo apreendidos, em um trabalho cotidiano de reflexão que uniu a todo instante as descobertas em campo, com as hipóteses e questões relevantes iniciais do projeto e com a literatura lida, permitindo à pesquisadora uma elaboração analítica cotidiana, que resultou na descrição densa aqui proposta nesta dissertação.

Este exercício de produção etnográfica e antropológica, deste modo, é produto de um olhar específico da pesquisadora sobre a Comunidade do Timbó, olhar disciplinado por um arcabouço teórico-metodológico da Antropologia das Emoções e da Antropologia Urbana e preocupado em analisar uma sociabilidade urbana a partir de uma dada cultura emotiva. A construção analítica da sociabilidade da Comunidade do Timbó está organizada a partir de quatro capítulos, além desta introdução e de uma conclusão, que compõem esta Dissertação e sistematizam a compreensão dos dados etnográficos produzidos no trabalho de campo.

O Capítulo 1 – *A Comunidade do Timbó no contexto urbano da cidade de João Pessoa: A construção do lugar Timbó* analisa o processo de constituição e desenvolvimento da Comunidade do Timbó, identificando os elementos que caracterizaram a ocupação do Vale do Rio Timbó no final dos anos de 1970. A discussão busca traçar uma compreensão sobre a construção do lugar Timbó, onde os indivíduos se entendem enquanto moradores e conformam uma cultura emotiva e códigos de moralidades.

O Capítulo 2 – *Transformando o espaço em lugar de moradia e pertencimento: Sentimento de pertença e redes homofílicas* discute os elementos que contribuíram para a transformação do espaço do Vale do Rio Timbó em lugar Timbó, onde são estabelecidos vínculos afetivos estreitos entre os moradores no e com o lugar de pertença e moradia. A análise, neste sentido, se baseia nas redes homofílicas e no sentimento de pertença como dois elementos fundamentais no processo de constituição do lugar.

O Capítulo 3 – *Solidariedade e Conflito na sociabilidade pessoalizada da Comunidade do Timbó* analisa a pessoalidade que configura a sociabilidade da

Comunidade do Timbó, que fomenta formas de solidariedade e conflito entre os moradores. Busca-se refletir sobre as instâncias da pessoalidade que caracterizam a tensão do viver no Timbó, um lugar de pertença onde se experiência relações de vínculos afetivos estreitos e duradouros.

O Capítulo 4 – *Marcadores sociais de dessemelhança e diferenciação na sociabilidade no Timbó* analisa a construção e os usos dos marcadores sociais de diferenciação na sociabilidade do Timbó, com o objetivo de compreender a configuração dos sentidos de semelhança, dessemelhança e diferenciação que complexifica as relações no local. Este último capítulo discute, ainda, as disputas, as tensões, as acusações e os conflitos que perpassam o esforço dos moradores para preservação da imagem positiva do lugar Timbó.

Capítulo 1 – A Comunidade do Timbó no contexto urbano da cidade de João Pessoa: a construção do lugar Timbó

A Comunidade do Timbó surge no momento de expansão urbana da cidade de João Pessoa, nos anos de 1970. Período em que a cidade começa a se desenvolver em duas frentes: para a orla marítima e para o sul (LAVIERI e LAVIERI, 1992); duas novas áreas na cidade destinadas a populações específicas. A população mais abastada se desloca em direção ao mar e a população menos abastada passa a ocupar os caminhos em direção ao sul e a oeste da capital (LAVIERI e LAVIERI, 1999; NEGRÃO et al, 2016; KOURY, 2018, 2018a).

Nesse processo de expansão urbana da cidade os homens comuns pobres (KOURY, 1986) vão ocupando os espaços vazios da cidade e neles construindo suas moradias, estabelecendo relações de amizade, confiança (KOURY, 2002a), reciprocidade e gerando redes homofílicas (MARQUES e BICHIR, 2011) de apoio, solidariedade, tensão e conflito. O espaço, antes esmo, vai se constituindo enquanto um lugar (CERTEAU, 2014a) de moradia, compartilhamento e pertencimento (KOURY, 2003). Um lugar onde esses homens, agora moradores, vivenciam experiências morais e emocionais que singularizam e constroem uma cultura emotiva (KOURY, 2017), configurando formas de sociabilidade, os códigos morais e de comportamento.

Este capítulo discute esse processo de constituição da Comunidade do Timbó, analisando a ocupação e o desenvolvimento do local a partir da experiência dos moradores. Busca compreender a construção do lugar Timbó, onde os indivíduos se entendem enquanto moradores, edificam uma cultura emotiva e passam a vivenciar a cidade. A cultura emotiva é configurada constantemente nos processos intersubjetivos cotidianos, caracterizando-se, como aponta Barbosa (2019, p. 10), como lugar de pertença e de realização de projetos, bem como lugar de medo e de envergonhamento. Assim, a noção de cultura emotiva revela um conjunto de conceitos linguísticos, comportamentais e simbólicos que organizam uma dada sociabilidade, sendo construída e vivenciada pelos atores sociais.

A cultura emotiva apreende emoções específicas – como a pertença, o medo, a vergonha, o amor, o ódio – que são construídas e comunicadas no jogo interacional e que configuram o discurso, a ação e a forma de sociabilidade (BARBOSA, 2019, p. 10). Quando objetificadas através dos processos intersubjetivos, estas emoções se cristalizam em códigos de moralidade, em projetos individuais e coletivos e em fronteiras simbólicas (BARBOSA, 2019, p. 10).

A troca relacional é conduzida pela cultura emotiva, que configura as relações intersubjetivas onde parceiros convivem e compartilham sobre um mundo comum espacial e temporalmente delimitado, este jogo situacional forma e informa os códigos morais que perpassam a construção de uma cultura emotiva. Ao refletir sobre a relação entre cultura emotiva e moralidades Koury (2017, p. 11) afirma que

> A cultura emotiva está recheada de sentidos morais, ao mesmo tempo a absorvendo e a sentindo como significados específicos do pertencer, e os sentimentos de medo que o pertencer trazem na convivência com os outros relacionais e os outros generalizados. Mas, por outro lado, tensiona o interior da lógica da moralidade instituída em processos de negociação possível sobre as práticas do fazer institucionalmente constituídas, consolidadas e ameaçadas de cristalização.

A cultura emotiva e os códigos morais, deste modo, integram um processo incessante de fabricação cotidiana.

A moralidade é fruto de disputas, negociações e tensões dos indivíduos em troca relacional e, quando cristalizada, expressa um conjunto de normas e valores construídos continuamente. Ao produzir códigos morais, os indivíduos são fundados pelos códigos e sentidos morais que construíram. Deste modo, códigos morais implicam em princípios e regras e configuram sentidos de pertencer que joga com a semelhança e a dessemelhança [40] . Neste sentido, os códigos morais de uma cultura emotiva

[40] A *semelhança* é compreendida enquanto um elemento que se baseia em uma relação onde há uma valorização entre o eu e o outro, um fomenta relações sociais de proximidade, de amizade e de familiaridade baseada em laços de solidariedade e reciprocidade entre os indivíduos. A semelhança configura o sentimento de pertença e contribui para o estabelecimento de vínculos afetivos estreitos, pois o indivíduo enxerga no outro relacional uma continuidade da forma de sociabilidade por compartilhar os mesmos códigos morais. A *dessemelhança*, por outro lado, estimula formas de diferenciação, de distanciamento e de indiferença em relação ao outro, representando um esgarçamento dos códigos morais e, consequentemente, da cultura emotiva. A dessemelhança leva a uma quebra da continuidade das

proporcionam sentidos ao mundo comum construído pelos indivíduos nas relações intersubjetivas.

Ao refletir sobre o processo de ocupação e constituição da Comunidade do Timbó, este capítulo busca identificar as circunstâncias que configuraram a construção da cultura emotiva e dos códigos morais que norteiam a forma de sociabilidade que se desenvolve na comunidade. A discussão, deste modo, busca situar a Comunidade do Timbó na cidade de João Pessoa, centrando a discussão no processo de ocupação do Timbó por homens comuns pobres e de origem interiorana, – ocupação considerada como irregular pela Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP e pelo Governo Estadual, de modo a refletir sobre a constituição do lugar Timbó.

Daremos início ao capítulo construindo a análise a partir do processo de ocupação do Vale do Rio Timbó para discutir como se verifica a ocupação, quem são os indivíduos que se fixam no Vale e como eles contribuem para um desenvolvimento específico da comunidade. Construção analítica que permite situar a singularidade do universo de pesquisa e compreender a configuração urbana e emotiva que contribuiu para a composição atual da comunidade trabalhada.

A ocupação da Comunidade do Timbó

Durante a década de 1970 a cidade de João Pessoa passou por um processo de expansão que ampliou o espaço urbano da cidade e contribuiu para a conformação do mapa atual da capital. Nesse processo a cidade cresceu, além do caminho para o mar, em direção à zona sul, área planejada para atender uma população de menor renda, integrando os interesses da modernização conservadora (KOURY, 2018)[41] na cidade de

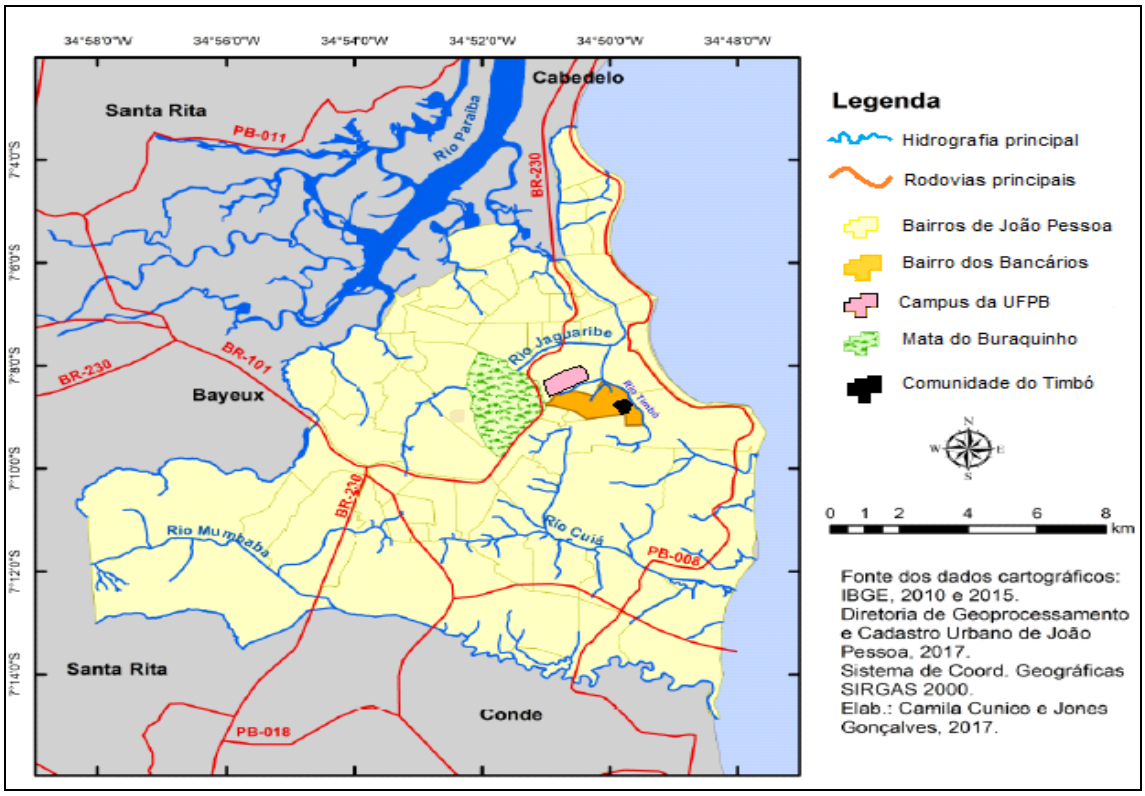
relações sociais e proporciona um rompimento no elo civilizatório que une os indivíduos – elo este pautado na moralidade partilhada entre os indivíduos, presente nas relações de *semelhança*.

[41] Koury (2018a) denomina de modernização conservadora o processo de expansão da cidade de João Pessoa, que se baseia em projetos urbanísticos que criam bairros nobres e bairros periféricos na cidade. A modernização conservadora constrói, nos primeiros quarentas anos do século XX, um universo de periferização da cidade com base na expulsão da pobreza urbana dos espaços destinados ao projeto de modernização (KOURY, 2018a, p. 16), com a população pobre passando a ocupar os espaços esmos e afastados do centro urbano, enquanto que a população rica se desloca progressivamente em direção à orla marítima. O clima expansionista e modernizador do desenho urbano da cidade de João Pessoa excluem o homem comum pobre, que habita precariamente a cidade. Barbosa (2019) também discute a modernização conservadora da cidade de João Pessoa ao analisar o processo de formação e desenvolvimento do bairro Varjão/Rangel. Em diálogo com Koury, Barbosa (2019, p. 40) compreende que a modernização conservadora da cidade produz conformações autoritárias e excludentes do espaço

João Pessoa. É na zona sul, construída enquanto espaço periférico que a Comunidade do Timbó surge e se desenvolve.

Ocupada em finais dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a Comunidade do Timbó se ergueu às margens do Rio Timbó e ganha o nome do rio local. A ocupação do Vale do Rio Timbó teve início com a construção dos conjuntos habitacionais localizados mais ao sul da cidade – após o Campus Universitário da Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Este uso da área foi feito por uma empresa de construção civil que a usou, como vimos anteriormente, para extração de saibro para a construção dos conjuntos que hoje conformam o bairro dos Bancários. Na Figura 5abaixo se encontra a localização do bairro dos Bancários e da Comunidade do Timbó em João Pessoa.

Figura 5: O tecido urbano da cidade de João Pessoa – PB, com ênfase para a localização do bairro dos Bancários e da Comunidade do Timbó.



Fonte: Camila Cunico e Jonas Gonçalves, acessado em Gonçalves (2017). Modificado por Williane Pontes.

urbano, compondo um desenho urbano da cidade que é concebido através de ofensivas civilizadoras (REGT, 2017) sobre os espaços e sobre as populações. A modernização conservadora que se inicia no século XX, é uma imposição, por parte da elite urbana, de uma dinâmica de transformações profundas nas relações entre sociedade, cultura e indivíduo, modernizando economicamente as potencialidades da economia nacional, sem permitir uma contrapartida política e social de modernização (BARBOSA, 2019, p. 47), se caracterizando como projetos de controle social da pobreza urbana.

A área do Vale do Rio Timbó – destacado em preto – não foi utilizada apenas para a retirada de material de construção, mas, também, como um local de apoio aos trabalhadores da construção civil que residiam em outros municípios paraibanos ou em locais mais afastados na cidade. Para estes trabalhadores foram erguidas barracas de apoio durante o período das obras dos conjuntos que hoje constituem o bairro dos Bancários. Esses alojamentos funcionavam como dormitório temporário para os trabalhadores, evitando grandes deslocamentos cotidianos devido a distância desses empreendimentos residenciais e o debilitado transporte público do período. Os alojamentos possibilitavam um maior controle e uso do tempo dos trabalhadores pela empresa.

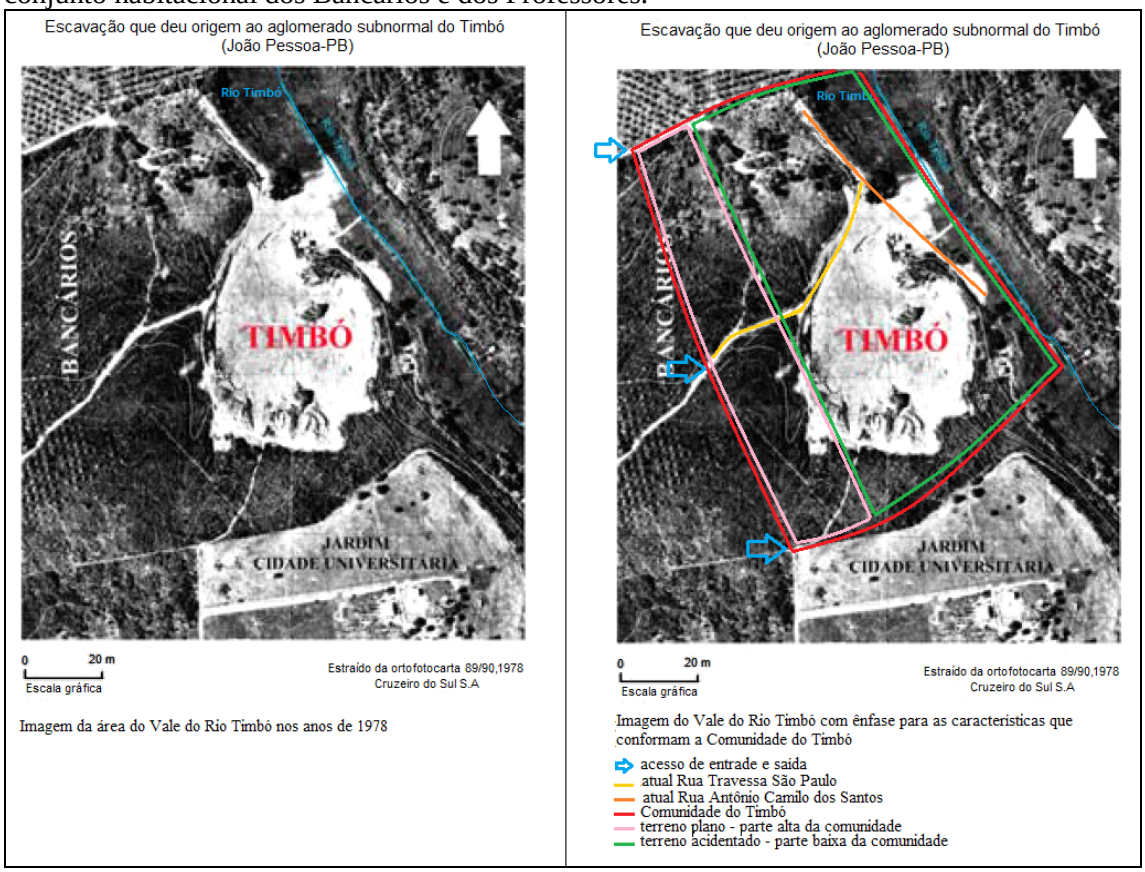
Esta utilização do terreno pelo empresa de construção civil é considerada a primeira ocupação do Vale do Rio Timbó, realizada com o intuito de alocar os trabalhadores e de retirar material de construção, como o saibro, para a edificação dos conjuntos habitacionais na zona sul, principalmente o conjunto que deu origem ao bairro dos Bancários. A ocupação atendia aos interesses dos empresários e da Administração Pública da cidade, integrando os objetivos do projeto de modernização conservadora pela qual a capital paraibana passava no período de expansão do tecido urbano.

A ocupação pela empresa se deu até a finalização da obra do Conjunto Habitacional dos Bancários e dos Professores, no ano de 1980. Concomitante à ocupação da área como alojamento temporário dos trabalhadores surgiu pequenos postos de comércio local, que abastecia as necessidades básicas dos operários, ao mesmo tempo em que, esses pequenos comerciantes aproveitavam o local como residências. Antes dos anos de 1980, esse pequeno comércio que servia também de moradia foi montado no terreno acima da cratera aberta para a retirada de saibro. Local onde hoje está localizada a Rua Margarida Maria Alves.

Durante o período de ocupação do Vale do Rio Timbó pela construtora civil, foram realizadas ações de escavação do terreno para a retirada do saibro, o que ocasionou a abertura de uma cratera semicircular na parte direita do terreno e contribuiu para o agravamento dos problemas relacionados ao risco ambiental, principalmente, após o crescimento da ocupação, em fins dos anos de 1980. A vinda crescente de homens comuns pobres (KOURY, 1986) adensou o Vale do Rio Timbó em torno da cratera, com construções localizadas em áreas de risco - nas margens do rio e nas proximidades das encostas. As características atuais da Comunidade do Timbó foram

delineadas e delimitadas no final dos anos de 1970, durante o processo de construção dos conjuntos habitacionais que constituíram o Bairro dos Bancários. A Figura 6, abaixo, apresenta a conformação do Vale do Rio Timbó no período da retirada de saibro, enfatizando alguns contornos atuais da Comunidade do Timbó que foram esboçados nos anos de 1970.

Figura 6: Escavação da jazida de saibro, em 1978, no Vale do Rio Timbó para a construção do conjunto habitacional dos Bancários e dos Professores.



Fonte: Ortofotocarta 89/90, 1978, Cruzeiro do Sul S. A, em Maria Auxiliadora Dantas (2003), modificado por Williane Pontes em 2019.

É possível identificar as vias de acesso ao Vale do Rio Timbó abertas para a passagem dos caminhões com o material de construção civil (ACMVT, 2016). Essas vias se tornaram as ruas atuais de entrada e saída da comunidade, configurando o contorno inicial de algumas das maiores ruas que cruzam a comunidade, como a Rua Antônio Camilo dos Santos e a Rua Travessa São Paulo.

É no espaço delimitado em vermelho, na Figura 6, que se formou a ocupação do Vale do Rio Timbó, com a fixação de homens comuns pobres que por lá se achegaram, principalmente, a partir dos anos 80, no interior da cratera aberta (DANTAS, 2003). Atualmente, é nesta área que se concentra o setor mais populoso da comunidade.

A abertura da cratera ocasionou uma modificação na área do Vale do Rio Timbó, de modo que o local se constituiu em uma *parte alta* e uma *parte baixa*. A *parte alta* é formada por um terreno plano não atingido pelas escavações, mantendo-se nivelado com o terreno dos demais bairros circunvizinhos – como o bairro dos Bancários e o bairro de Jardim Cidade Universitária. É composta por duas ruas, sendo uma área pequena e com uma densidade populacional menor em comparação com a extensão e a população da *parte baixa* da comunidade.

A *parte baixa*, por sua vez, possui um terreno acidentado, com a presença de encostas ocasionadas pela retirada de saibro do local. É próxima às margens do Rio Timbó e abrange uma das áreas de risco ambiental pela proximidade das casas às encostas e margens do rio, sendo o setor mais extenso e populoso da comunidade onde a ocupação se procedeu de forma mais ampla devido à dimensão e às condições do terreno.

Zezão, um senhor simpático que trabalhou por muitos anos no setor da construção civil e atualmente está aposentado, é um morador da Comunidade do Timbó. Zezão é um dos moradores que construiu sua casa na *parte baixa*. Natural da cidade paraibana Junco do Seridó, chegou à comunidade por volta do ano de 1984, quando a esposa, hoje falecida, compartilhou a informação de uma nova ocupação na cidade, que se apresentada como uma possibilidade de conseguir uma casa própria. A esposa de Zezão trabalhava como lavadeira, pegando roupas de algumas famílias para lavar em casa, pois tinha que cuidar dos filhos enquanto o marido trabalhava fora. As roupas eram lavadas no Rio Paraíba, o mais próximo da casa onde morava com a família, no bairro do Alto do Mateus, podendo levar as crianças junto para supervisioná-las e receber pequenos auxílios no enxágue da roupa.

A casa em que Zezão residia com a família era alugada e pertencia ao primo de um amigo, que reside na casa ao lado. Em uma das idas da esposa de Zezão para entregar as roupas limpas na casa de uma família para quem costumava prestar serviços, soube da empregada doméstica, que conheceu durante os anos de serviços para a respectiva família, que havia uma ocupação nas proximidades do Campus Universitário da UFPB e que o marida da empregada doméstica estava planejando ocupar um terreno, aconselhando a esposa de Zezão a conversar com o marido para fazer o mesmo. Foi através dessa informação que Zezão fez algumas visitas à ocupação para tentar ocupar um pedaço do terreno.

Este interlocutor conta que visitou o local por duas vezes para “ver se dava pra gente ficar”, e na segunda visita demarcou um pedaço de terra e por lá ficou. Construiu, a princípio, um barraco de madeira – que posteriormente se tornou uma casa de taipa e atualmente é uma casa de alvenaria – e levou para lá a sua esposa e seus quatro filhos.

A conversa com Zezão aponta para alguns dados interessantes para pensar a densa ocupação da *parte baixa* da comunidade. Esses dados emergem na conversa que perpassam os motivos da escolha do local na comunidade em que construiu a casa. Zezão informou que procurou um lugar que fosse próximo do rio, já que na época não havia água encanada para abastecer a população e que a esposa trabalhava com a lavagem de roupas. A escolha do terreno envolveu questões práticas do cotidiano, como as vantagens de residir próximo ao Rio Timbó, e os receios em torno de ocupar um local em que a probabilidade de ser retirado é maior, fomentando anseios e medos e perder a casa. Nesta direção podemos pensar sua afirmação de que no período em que chegou ao Timbó decidiu residir construir uma casa na *parte baixa* porque “tinha gente comentando que se fosse lá pra cima era [tempo] perdido porque [o terreno] tinha dono”. Ocupar a *parte baixa* parecia ser algo com maior garantia de permanência em relação à *parte alta*.

Apesar da ocupação da Comunidade do Timbó ter se iniciado timidamente na *parte alta*, ela se intensifica na *parte baixa* e vai se desenvolvendo em direção à encosta, que marca um limite físico entre as duas partes. Intensifica-se principalmente nas proximidades do Rio Timbó, que possuía um papel fundamental para o abastecimento da população. O Rio Timbó funcionava como uma fonte de consumo doméstico de água, possibilitou o plantio de pequenas hortas e contribuiu para a criação de animais para consumo e para comercializar, seja o próprio animal ou os produtos derivados dele, como os ovos de galinha. As proximidades do Rio Timbó eram, assim, as áreas mais disputadas para a construção de barracos e casas, pois prestava uma assistência essencial para consumos básicos, como a água e alimento – através da pesca, da horta e da criação de animais.

Zezão ao mesmo tempo em que afirma que ocupou o terreno em que reside atualmente pensando em questões práticas que auxiliam o rendimento mensal familiar – a esposa precisa do rio para lavar as roupas e a família precisa do rio para o consumo da água –, justifica que o terreno foi ocupado porque “era garantido que ninguém queria aqui!”. A ambiguidade na fala deste interlocutor é perpassada pela justificativa do porquê ter ocupado um terreno em uma comunidade da cidade. Ocupou não somente

porque precisava, sendo uma oportunidade de conseguir uma casa própria e sair do aluguel, destinando o dinheiro pago com aluguel para outras despesas familiar, mas principalmente porque ninguém queria morar naquela área, o que assegurava a garantia da ocupação, como ressalta a sua justificativa do Zezão ao responder a pergunta da pesquisadora.

Seguindo a justificativa do Zezão, *parte alta* provavelmente por estar próxima ao conjunto habitacional e em um terreno plano, por sua vez, era interpretada como uma área onde a ocupação teria mais chances de sofrer tentativas de desapropriação por parte de possíveis proprietários; ou, ainda, por ser uma área destinada a projetos habitacionais. Mas foi evitada durante os primeiros anos de ocupação por se situar relativamente longe do Rio Timbó, de modo que o relativamente surge como representação do percurso a ser percorrido até chegar o rio, sendo preciso descer e subir a encostas com baldes para fazer o transporte da água. É somente em fins dos anos de 1980, com a instalação de água encanada e energia elétrica, que a *parte alta* começa a se desenvolver com a chegada de novos moradores, período em que a *parte baixa* da comunidade já tem toda a sua extensão ocupada por casas e barracos.

A ocupação do Vale do Rio Timbó, desse modo, se deu nos espaços considerados vazios da cidade, e que foram deixados de lado pelo projeto de modernização e urbanização da capital. A Comunidade do Timbó surgiu este processo, integrando o contexto mais amplo em que se desenvolve a cidade em expansão. É um dos locais classificados pela prefeitura de João Pessoa como aglomerado subnormal, produto do projeto de modernização urbana e alternativa ao déficit habitacional da capital.

A produção acadêmica sobre a modernização da cidade de João Pessoa ressalta esta característica que também marca o surgimento da Comunidade do Timbó: a construção de espaços periféricos na cidade que frutos de ocupação, por migrantes pobres, de espaços vazios desconsiderados pela valorização imobiliária – geralmente espaços impróprios para a moradia e de risco ambiental. Lavieri e Lavieri (1992), ao analisar a evolução urbana de João Pessoa, apontam que um dos efeitos do processo de expansão e modernização da cidade, com a construção dos conjuntos habitacionais, foi a expulsão de moradores das áreas mais valorizadas da cidade e o surgimento das nucleações de ocupações irregulares. Nas palavras dos autores, essas

> nucleações de favelas na cidade... começaram a ganhar significativa expressão ao final da década de 70, proliferando-se ainda mais a partir de 80 nas faixas de domínio da rodovia... ou em outras áreas

> impróprias a exploração imobiliária, como vales de rios, os mangues, regiões de topografia acidentada e linhas de transmissão de energia elétrica (LAVIERI e LAVIERI, 1992, p. 32).

São essas áreas impróprias para a exploração imobiliária que se apresentam como uma alternativa para pessoas pobres na cidade. Compõe assim uma "cidade informal", frente à "cidade formal". Cidade informal esta habitada a partir das suas margens (AGIER, 2015), por não integrar o projeto de modernidade urbana dirigido a e para a cidade formal.

Para esses homens comuns pobres a cidade é vivenciada a partir das suas margens. Vivida a partir do vazio, do precário, com construções de moradias em situações de risco, de vulnerabilidade e de conflitos (KOURY, 2018a), como outras tantas ocupações, como o bairro do Varjão/Rangel (KOURY, 2016; BARBOSA, 2015), ou os espaços periféricos do bairro da Torre (KOURY, 2018, 2018a), etc..

Nessa direção há semelhanças, por exemplo, entre o surgimento de uma rua em um bairro popular da cidade, nos anos de 1940, analisado por Koury (2018), e a ocupação que se processou no Timbó nos anos de 1980. Koury aborda a Rua X do bairro da Torre como um empreendimento que surgiu após a ocupação de um espaço periférico do bairro por um conjunto de famílias à margem esquerda da várzea do Rio Jaguaribe, as encostas que margeavam o rio e a Mata do Buraquinho. Famílias estas vindas de cidades interioranas em busca de melhores condições de vida na capital, e que ao desembarcarem na estação ferroviária seguiram juntas até um pedaço de mata e lá se alojaram e acabaram construindo uma rua e, em torno dela, uma comunidade de afetos baseada na intensa pessoalidade e no sentimento de pertença. Neste espaço ocupado se configurou uma sociabilidade estreita e solidária que serviu como elemento organizador das vidas e trajetórias – individuais e coletivas – dos seus membros.

Ao se estabelecerem em um pedaço do terreno à margem esquerda do Rio Jaguaribe essas famílias se depararam com situações de conflito com possíveis proprietários locais. No terreno onde construíram suas casas, travaram uma luta pela permanência no local e transformaram o espaço de ocupação em lugar de moradia e de cooperação intensa.

Resguardando as diferenciações em relação à temporalidade, às dimensões geográfica e populacional e aos empreendimentos emocionais e morais na construção de uma coletividade, a Comunidade do Timbó passou por um processo semelhante para a sua constituição enquanto lugar. A ocupação do Vale do Rio Timbó também enfrentou

situações de conflito com proprietários da terra, contudo diferentes dos vividos pela Rua X, na qual os moradores precisaram sofrer ações de agentes privados. No Vale do Rio Timbó, por sua vez, os moradores tiveram que lidar com agentes públicos, como a PMJP e o Governo do Estado. Estes dois agentes conduziram tentativas de remoção da população assentada no Vale do Rio Timbó através da demolição dos barracos levantados, sendo uma prática que tinha por objetivo frear o processo de ocupação e efetuar a desapropriação do local, e que encontraram a resistência dos moradores. Estes últimos se organizaram na luta pela permanência na área ocupada, defendendo o local como lugar de moradia.

As ações sobre a ocupação do Vale do Rio Timbó se concentraram na tentativa de retirada das famílias assentadas na *parte baixa*, isto é, com barracos construídos no interior da cratera aberta pelas escavações para a retirada de saibro. Os poucos moradores que haviam construído suas casas no terreno acima da cratera – no que venho chamando de *parte alta* – não tiveram que lidar diretamente com as ações de desapropriação e não tiveram suas casas derrubadas como aconteceu com aqueles situados na cratera, entretanto, temiam que essas ações de desapropriação chegassem até eles.

Dona Cláudia é uma dessas moradoras que reside na *parte alta* do Vale do Rio Timbó. Esta interlocutora acompanhou "de longe" todo o processo de luta travada pelos moradores da *parte baixa* contra a ação da prefeitura e do Estado para a retirada de seus moradores. Chegou ao Vale do Timbó em 1979, após ter "comprado" um "pedaço de chão", e para lá se mudou com os filhos ainda pequenos. Ela relembra que

> Ninguém nunca me incomodou aqui não... não tentaram me tirar daqui. [*entendi! E a senhora sabe dizer se houve essa tentativa aqui no Timbó?*] Teve uma confusão com o povo lá de baixo, parece que diziam que não podiam construir ali porque era perigoso e tinha que sair... não sei direito... não me metia nisso aí não. Isso foi bem no começo, quando cheguei aqui. Mas não deu em nada ó o tamanho disso aí [risos]! Ainda bem né? Porque era capaz de nem eu tá mais aqui (Dona Cláudia, moradora da Comunidade do Timbó desde 1979).

Mesmo não sendo incomodada pelas ações dos agentes públicos, Dona Cláudia afirma que vendo a retirada das pessoas da *parte baixa*, temia que essas ações acabassem chegando até ela e provocando a sua remoção do local, mesmo ressaltando sempre que o seu "pedaço de chão" havia sido comprado. O fato de não "se meter"

naquela “confusão”, contudo, tinha por motivo o medo dessa “confusão” chegar até ela. Principalmente, por que o seu trabalho como empregada doméstica, como relatou, resultava em sua ausência de casa durante grande parte do dia, ficando o filho mais velho responsável pelos demais. Dona Cláudia não se “metia”, no entanto, desejava que houvesse um abrandamento daquela situação que acompanhava de longe, de modo que não tivesse que lidar diretamente com a “confusão”.

Dona Cláudia acompanhou de longe, porém, Dona Ivete informa que vivenciou de perto as ações de desapropriação que se iniciaram nos anos de 1980. Dona Ivete chegou ao Timbó no ano de 1981 em busca de reestruturar a vida após a falência do seu estabelecimento comercial. A sua prima, que já estava morando no local, auxiliou a vinda de Dona Ivete e sua família, que se fixou em um terreno ao lado da casa da parenta.

Ao relembrar o começo da ocupação no Vale do Rio Timbó, esta moradora conta que tudo “era sofrido demais” e, referindo-se às ações de desapropriação, afirma “foi com a ajuda de todos que conseguimos ficar”. Com duas crianças de colo, Dona Ivete relembra os tratores chegando pela tarde para derrubar as barracas de madeira, de palha ou lona do lugar. Fala que alguns moradores, como ela, saíam da barraca com medo de que a situação se agravasse e “terminasse ruim”, podendo até ocasionar prisões ou mortes. Relembra que outros enfrentavam os agentes e se opunham à derrubada.

A presença desses agentes não era diária, acrescenta Dona Ivete, eles apareciam periodicamente para efetuar as ações de remoção das poucas casas erguidas. Pois, informa,

> Aqui não era cheio de gente não, cresceu bem depois... Tu tinha que ver quando cheguei aqui, era casa contada, um aqui e outra lá não sei onde...tinha mais era barreiras, o que dificultava para a gente quando começava a chover... Ave Maria! (Dona Ivete, moradora da Comunidade do Timbó desde 1981).

Quando aconteciam as ações de derrubada os moradores se auxiliavam na reconstrução das barracas, que, com o passar dos anos, foram se modificando para casas de taipa. O auxílio para a reconstrução integra, dessa forma, a luta pela permanência no lugar, com ajudas mútuas dos moradores para se manterem no local através da manutenção e reconstrução das casas destruídas. A resistência dos moradores

configurou, assim, a defesa do lugar de viver e morar (VARGAS, 2016); lugar no qual se estabeleceram para viverem a cidade.

As ações de remoção realizadas pelos agentes públicos, na figura da PMJP e do Governo do Estado, remetem ao conceito de Howard Becker (2008) que permite interpretar esses agentes como empreendedores morais. Isso porque as ações desempenhadas no Vale do Rio Timbó e, de forma mais intensiva, em outras ocupações irregulares da cidade (LAVIERI e LAVIERI, 1992, 1999), tinha o objetivo não só de realizar o controle sobre a ocupação do solo urbano, mas, também, um objetivo moral, mantendo um projeto de uma cidade moderna e ordenada, dentro do projeto de urbanização defendido pela elite da cidade de João Pessoa. Processo que integra o movimento de modernização conservadora que estava preocupada em organizar o espaço urbano social e moralmente hierarquizado com o objetivo de beneficiar a população economicamente privilegiada e politicamente empoderada (BARBOSA, 2019, p. 47).

As ações desses empreendedores morais buscavam impedir que os homens comuns pobres e sem lugar para morar ocupassem as áreas que circundavam o projeto modernizador e lá fixassem residência. Levantavam suas vozes em prol de um ordenamento e disciplinamento da pobreza urbana, vista como perigosa e danosa para o projeto modernizador da cidade. Assim, processava-se o clamor por um controle eficaz da pobreza urbana, mantendo-a disciplinada e concentrada em áreas determinadas e que se enquadravam nos códigos de urbanismo e da ordem moral.

A Comunidade do Timbó é um exemplo desse tipo de ocupação pela pobreza sem casa, em que homens comuns pobres, que não possuíam condições econômicas de financiar uma casa nos conjuntos habitacionais em construção na zona sul, ou mesmo adquirir uma casa em outros bairros populares da cidade, ocuparam uma cratera abandonada no Vale do Rio Timbó e a transformaram em um lugar para se viver. Muito dos moradores chegaram assim ao Timbó, como Dona Creuzinha e Seu Daniel e outras mais.

As pessoas que se fixaram no Timbó mencionam o fato dessa comunidade ser o lugar onde conseguiram comprar uma casa, pelo baixo valor do terreno. Nessa direção as narrativas e trajetórias dos moradores como Dona Cláudia, Angélica e Osvaldo, Dona Creuzinha e Seu Daniel, Dona Fabiana e outros mais, se assemelham. Todos revelam que aproveitaram a desvalorização da área para adquirir um terreno e construir a casa própria para iniciar a vida familiar – como Angélica e Osvaldo, – para sair da casa dos

pais – como Dona Cláudia, – para se fixar na cidade – como Seu Alfredo, – ou sair do aluguel – como Dona Creuzinha. Há ainda aqueles que ocuparam um pedaço de terra na Comunidade do Timbó para conseguir uma casa própria, ou para reestruturar a vida sem precisar sair da cidade. É nessa direção e sentido que se alocam as narrativas e trajetórias de Zezão, Dona Ivete e Seu Alfredo.

Há moradores também que chegaram ao lugar quando crianças, acompanhados dos pais. Eles cresceram na comunidade e permanecem ainda hoje morando no lugar: por residir ainda com seus pais ou por constituir outra família nuclear na vizinhança ou como um puxadinho feito atrás ou ao lado da casa de parentes; - nesses casos estão situados os interlocutores: Laura, Beto e Taís.

A permanência no lugar se tornou uma luta e resistência cotidiana pela não serem expulsos do local de moradia e assim enfrentaram as ações dos empreendedores morais da cidade oficial para a desocupação do lugar. Haja vista que tais empreendedores morais olhavam o esforço de os homens comuns pobres buscarem um local para viver, e seus movimentos em busca de moradia era visto como uma ocupação desordenada da pobreza, que promove desordem moral e a falência do projeto modernizador em prática para uma cidade moderna e civilizada.

As ações dos empreendedores morais se apresentam assim como ofensivas civilizadoras (REGT, 2017). Como ações que buscam controlar a paisagem da cidade e, sobretudo, administrar a pobreza através de ações planejadas e realizadas por empreendedores morais no intuito de intervir pública e politicamente no controle de ocupações irregulares e dos homens comuns pobres urbanos em geral. Essas ações, no Vale do Rio Timbó, duraram cerca de dois anos, diminuindo a partir de 1983 quando ocorreu uma política de aproximação com os movimentos sociais por moradia, no governo estadual de Wilson Braga. Neste período algumas ocupações irregulares em João Pessoa foram legalizadas, como foi o caso da ocupação do Vale do Rio Timbó. Desde então, a Ocupação do Vale do Timbó passou a ser denominada de Comunidade do Timbó.

Com a legalização do espaço ocupado pela agora Comunidade do Timbó, o local recebe cada vez mais morador que vão construindo suas casas em um espaço que não dispõe de infraestrutura, saneamento básico, água encana e energia elétrica (ACMVT, 2016). A comunidade vai se desenvolvendo como uma área de vulnerabilidade e precariedade, principalmente após a intensificação dos problemas de desastre ambiental

motivado pelo aumento da construção de casas nas proximidades das encostas e nas margens do rio.

As situações de risco, precariedade e vulnerabilidade se tornavam mais graves, ano após ano, durante o período de inverno (KOURY, 2018a). Período de fortes chuvas que provocavam desmoronamento das encostas e inundações dos rios, e ocasionavam desastres naturais com grande número de flagelados locais[42]. Nesse período de fortes chuvas, a população era obrigada a deixar suas casas temporariamente e se abrigar em escolas, igrejas, centros comunitários, etc. para evitar maiores tragédias (DANTAS, 2003; ARAÚJO, 2014). Eram períodos em que os jornais da capital estampavam em matérias de primeira página a Comunidade do Timbó e outras comunidades da cidade como lugares vulneráveis e precários e que precisavam de um ordenamento urgente por parte da administração da cidade.

Notas Finais

Em uma síntese final do capítulo se pode afirmar que o processo de crescimento da Comunidade do Timbó, assim, se organizou em três momentos:

1º. Pela ocupação dos espaços desconsiderados pela administração pública e pelos investidores imobiliários da cidade para a construção das moradias. Como foi o caso da ocupação gradativa da cratera deixada no Vale do Rio Timbó pela empresa que construiu os conjuntos residenciais que hoje conformam o bairro dos Bancários.

2º. através da organização e resistência dos moradores para permanecerem no lugar.

3º. Na luta da comunidade para que fossem implantados serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos no lugar. Todos os três estágios acima relatados parecem ter ocorrido, com nuance

[42] Koury (2018a, p. 22) utiliza o termo *flagelado social* para se referir às vítimas de catástrofes ambientais, aqueles que passam por necessidades devido a calamidades como as secas, quedas de barreiras e enchentes. Os flagelados sociais na cidade de João Pessoa são indivíduos que, por residirem em espaços esmos e vivenciar situações de risco, precariedade, vulnerabilidade e conflitos, são atingidos periodicamente por enchentes durante o período de inverno, o que ocasiona a saída temporária desses indivíduos para abrigos improvisados nas escolas públicas, estádios e igrejas da cidade.

diferencial, na maior parte das ocupações de pobres urbanos da cidade de João Pessoa.

Os moradores da Comunidade do Timbó relembram as adversidades presentes no cotidiano da ocupação e a luta por infraestrutura. Ao relembrarem as adversidades também comemoram as vitórias conseguidas localmente, como, por exemplo, a chegada da água encanada (1987), da energia elétrica (1988/1989), do saneamento básico e da infraestrutura (2015). De tal modo, as narrativas dos moradores que chegaram ao local antes do ano de 1987 são semelhantes quando relembram como era o lugar antes dos equipamentos e serviços urbanos. Vitórias estas também indicadas no *Relatório Censitário de 2016* realizado pela *Associação Comunitária dos Moradores da Comunidade do Timbó* – ACMVT.

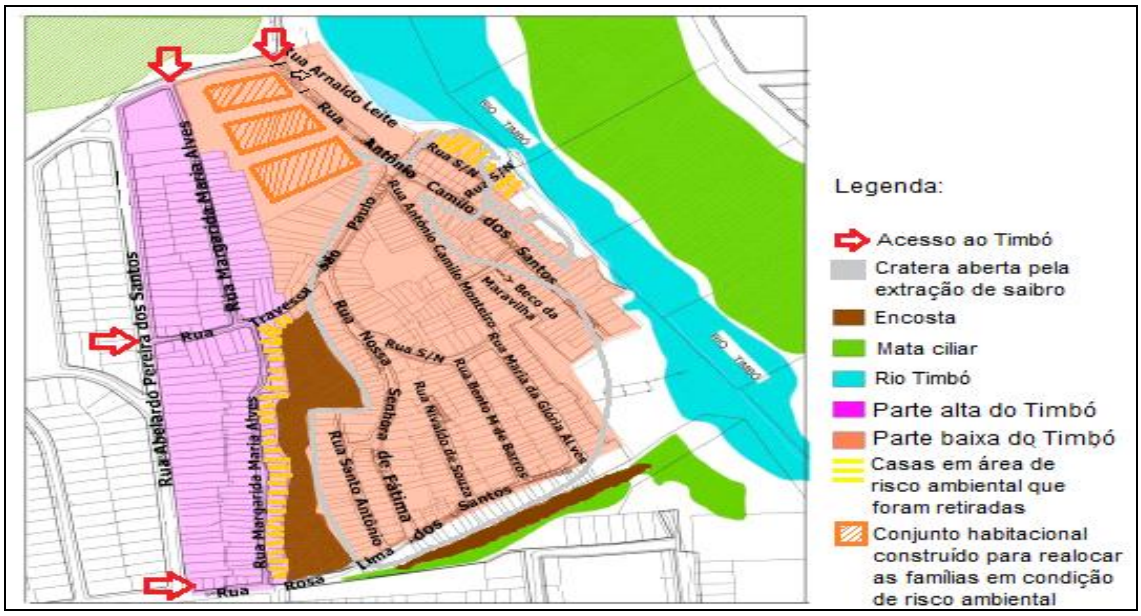
De acordo com os dados do relatório censitário da ACMVT, a instalação da água encanada e a regularização da energia elétrica contribuíram para atrair mais pessoas para o lugar, propiciando o crescimento e o adensando dos problemas ambientais já existentes. Este crescimento local se processou, principalmente, como já anteriormente dito, por meio de redes homofílicas, que contribuiu para a vinda de novas famílias através da mediação de moradores do Timbó.

A Comunidade do Timbó, dessa forma, se constitui enquanto lugar de moradia e de pertencimento, onde residem pessoas de origem interiorana que chegaram ao local por meio de redes homofílicas, e com uma bagagem de experiências afetivas baseadas em vínculos relacionais estreitos e de forte solidariedade.

Capítulo 2 - Transformando o espaço em lugar de moradia e pertencimento: sentimento de pertença e redes homofílicas

Em seu processo de crescimento a Comunidade do Timbó vai ganhando pouco a pouco o formato do seu mapa atual, com a criação de ruas, vielas e becos, como ilustra a Figura 7 abaixo. Além de alcançar o traçado de uma configuração urbana, também vai construindo uma conformação emotiva, ou melhor, uma cultura emotiva norteadora da sociabilidade local. O sentimento de pertença e as redes homofílicas são alguns dos elementos basilares da montagem da cultura emotiva da Comunidade do Timbó.

Figura 7: Característica urbana da Comunidade do Timbó.



Fonte: Mateus Araújo (2014), modificado por Williane Pontes.

O espaço de ocupação se tornou em lugar de moradia, pelo qual o morador luta para permanecer. Ao se estabelecer produz e reproduz as relações de entreajuda com os vizinhos, muitos deles parentes, e outros que vão se tornando amigos ou conhecidos. Lugar de integração solidária e de memória comum, a partir de onde consegue se fixar na cidade e construir a vida com a família. Configura, portanto, uma sociabilidade em formação, pela mediação de parentes e amigos que auxiliaram a vinda de cada morador para o local, através da interposição possibilitada pelas redes homofílicas criadas e afirmadas no acionamento de relações de reciprocidade.

É nesse processo que a Comunidade do Timbó se desenvolve. Para refletir parto, de um lado, dos elementos que configuram a comunidade como cultura emotiva. E de outro lado, das conformações de moralidades e suas tensões advindas da forma peculiar de cultura emotiva emergida no lugar. São esses os dois pontos que serão destacados no capítulo, para isso a discussão é sistematizada a partir de três elementos importantes para a cultura emotiva: as redes homofílicas, o sentimento de pertença e a construção da imagem local da comunidade, sendo elementos perpassados pelos códigos morais que informa modelos de ação e de interpretação do lugar Timbó.

A reflexão proposta discute a transformação do espaço em lugar a partir do estabelecimento de vínculos afetivos e de relações de amizade e vizinhança, e da criação de redes homofílicas, gerando um sentimento de pertença. O objetivo é compreender o papel das redes homofílicas e do sentimento de pertença na construção da Comunidade do Timbó e no fomento de uma sociabilidade ancorada na intensa pessoalidade. Processo que permite analisar a constituição e singularidades da cultura emotiva do Timbó e as disposições morais que conformam as relações cotidianas em exercício na comunidade.

O sentimento de pertença e as redes homofílicas são apreendidas enquanto elementos que contribuíram para a transformação do espaço esmo do Vale do Rio Timbó – que não possuía a dimensão do cotidiano, isto é, de relações estabelecidas no e com o lugar construído através de vínculos afetivos de pertencimento, se caracterizando apenas como uma área (CERTEAU, 2014a; KOURY, 2001, 2003, 2017) – em lugar Timbó, ou seja, na Comunidade do Timbó. No processo de construção e desenvolvimento da comunidade, as redes homofílicas e o sentimento de pertença fomentam e são fomentados pela pessoalidade que perpassa todas as dimensões da vida no Timbó.

Na análise da relação entre cultura emotiva e códigos morais na Comunidade do Timbó as redes homofílicas, o sentimento de pertença, a intensa pessoalidade e os marcadores sociais de diferenciação se apresentam como elementos importantes para as relações cotidianas que se desenvolve no Timbó. É sobre a análise de cada um desses elementos que configuram a comunidade enquanto cultura emotiva que me detenho nos tópicos seguintes, construindo a discussão a partir dos dados etnográficos construídos em campo.

Redes Homofílicas locais e constituição do sentimento de pertença ao lugar

A Comunidade do Timbó se consolida a partir da ocupação de homens comuns pobres, de origem interiorana, recém-chegados ou já morando na cidade de João Pessoa, que veem na ocupação uma oportunidade de se estabelecerem na cidade ou de refazerem a vida. São pessoas que se tornaram moradores do lugar Timbó e que configuram constantemente os processos intersubjetivos cotidianos que conformam a cultura emotiva.

O contexto de ocupação da comunidade ocorre através de redes homofílicas – entre pessoas que nutrem uma relação de proximidade e semelhança – que auxiliaram no processo de estabelecimento dos moradores ao lugar, por meio da mediação de um parente ou amigo já residente na comunidade. É a partir das redes homofílicas que tais pessoas chegaram Ao Timbó e tornaram-se moradores, gestando um sentimento de pertencimento.

As redes homofílicas estabelecidas entre os moradores contribuem para a constituição do sentimento de pertença ao lugar, pois aciona o localismo e a semelhança como elementos que permeiam as relações de troca material e simbólica entre as pessoas no lugar Timbó. Ao estabelecer relações de solidariedade, reciprocidade, confiança, gratidão, mas também de conflito e tensão, os moradores conformam vínculos afetivos estreitos com os outros relacionais e com o lugar construído, configurando o sentimento de pertencimento.

As redes homofílicas são configuradas pela proximidade física e social dos indivíduos, aproximação concebida pela noção de semelhança entre estes indivíduos envolvidos nas ajudas mútuas que funda as redes homofílicas. Estas redes propiciam a construção de projetos coletivos para a fundação de um lugar comum de pertencimento e moradia, processo que marcou a consolidação da Comunidade do Timbó. O lugar de pertencimento, por sua vez, é o lugar de reconhecimento do outro relacional como pessoa e como comunidade, onde se encontra a reciprocidade, o estranhamento e a animosidade que fortalece vínculos afetivos e mistura sentimentos de amor e ódio, tornando o viver no Timbó em uma experiência comum de vivência de uma cultura emotiva em contínua construção (KOURY, 2003, p. 85).

Estas redes homofílicas são permeadas por uma intensa pessoalidade que resulta das relações duradouras e estreitas que se estabelecem entre os moradores da Comunidade do Timbó. É possível identificar uma variedade de apoio recíproco entre

os moradores: para o estabelecimento no lugar, para conseguir emprego, para auxílio em questões de saúde e para troca de favores cotidianos – como cuidar das crianças ou pagar um boleto ou empréstimos de alimento. Estas redes são complexificada pelo sentimento de pertença e pela intensa pessoalidade envolvida nas formas de interação local, que configuram as tensões do viver no Timbó, como indica a análise dos dados etnográficos a seguir.

Os interlocutores que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, resguardada suas singularidades, possuem trajetórias que se assemelham e se destingem, mas em todas as narrativas as redes homofílicas estão de uma forma ou de outra, presentes no processo de chegada e estabelecimento na Comunidade do Timbó. Nesse processo, as redes homofílicas contribuem para a construção de um sentimento de pertença a comunidade e para o fomento de relações pessoais de vínculos estreitos e duradouros baseados na reciprocidade. Parto do caso de Dona Creuzinha, que se assemelha ao de outros moradores locais, para pensar o funcionamento das redes homofílicas locais e a constituição do sentimento de pertença ao lugar Timbó.

Dona Creuzinha é natural da cidade paraibana de Tacima. Quando ela chegou à cidade de João Pessoa estava recém-casada, em busca de oportunidade de trabalho e melhores condições de vida. Antes de se fixar no Timbó morou de aluguel em uma casa no bairro do Novaes e, posteriormente, no bairro dos Novais, onde teve os seus três filhos. Em 1987 se mudou para a Comunidade do Timbó, adquiriu casa própria e permanece com os seus até hoje.

A compra da casa foi realizada através da mediação do cunhado, Leandro – irmão de Seu Daniel, marido da interlocutora – que já morava na comunidade e o informou da venda de uma casa de taipa vizinha à dele. Dona Creuzinha relembra a chegada a Comunidade do Timbó e afirma que

> A gente veio através dele [o cunhado] ... ele conseguiu apalavrar a casa quando apareceu, que meu marido queria comprar uma casinha por aqui pra sair do aluguel... e o canto mais barato era nesses cantos assim... mais humildes. Porque em outro canto mais ou menos não dava pra gente comprar, como um conjunto... Não dava. Só se fosse assim... numa comunidade mais barata (Dona Creuzinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1987).

Leandro indicou a casa para o irmão, Seu Daniel, com a ressalva de que seria um bom negócio por possibilitar a aquisição de uma casa própria e, sobretudo, por

aproximar fisicamente as duas famílias aparentadas para a intensificação da rede homofílica[43]. Enquanto conversava com Seu Daniel sobre a possibilidade de compra de uma casa na comunidade, Leandro negociava com o vizinho o preço a ser pago pela respectiva casa. O processo de negociação de valores, de compra e de mudança foi intermediado por Leandro, que conversava diretamente com o proprietário da casa e ajustava os pormenores.

Dona Creuzinha conta que não chegou a conhecer a casa e a comunidade antes da mudança definitiva, apenas Seu Daniel havia ida até a Comunidade do Timbó, na primeira vez para olhar a casa, na segunda para fechar o negócio da compra e na terceira já com a família em mudança. Leandro "apalavrou" a casa e acompanhou o processo de compra, a rede homofílica acionada entre os irmãos na mediação para a aquisição da casa objetivava mais do que simplesmente uma proximidade física entre familiares, mas indicava a intensificação da rede homofílica no compartilhamento da vizinhança.

Ao analisar as redes homofílicas, Eduardo Marques e Renata Bichir (2011) chama atenção para o papel dos parentes próximos como uma importante fonte de apoio social. Os laços familiares, apesar de não serem os únicos – há aqueles entre amigos e vizinhos –, são os mais acionados para a alocação de recursos e para diversos tipos de apoio social e ajuda mútua na continuidade das redes homofílicas. A concentração em

[43] Nesta direção é interessante citar o trabalho de Nizete Nascimento (1983, p. 115), que discute a ajuda mútua como uma estratégia de sobrevivência entre famílias de baixa renda na cidade de Recife – PE. Em sua análise, Nascimento (1983) atenta para a proximidade espacial como um elemento básico para a manutenção da regularidade das redes de ajuda. Para a autora, a proximidade genealógica e/ou física é apontada como um dos princípios das redes de ajuda mútua enquanto estratégia de sobrevivência, pois os recursos empregados nas ajudas mútuas são importantes para a manutenção da família, como o alimento, as roupas – repassadas entre famílias –, a moradia, o empréstimo de dinheiro, a indicação de trabalho e outros. Esta Dissertação, no entanto, não pretende centrar a discutição na ajuda mútua como uma estratégia utilizada por famílias pobres para a sobrevivência, o objetivo é compreender a ajuda mútua que integra as redes homofílicas enquanto um elemento importante na formação da cultura emotiva da Comunidade do Timbó. Neste sentido, não somente a aproximação espacial entre os indivíduos é um requisito importante na conformação da ajuda mútua, mas principalmente a aproximação social, que configuram códigos de semelhança. As redes homofílicas – que incorporam ajudas mútuas –, deste modo, se baseiam no sentido de semelhança entre os indivíduos, de modo que na Comunidade do Timbó o estabelecimento e a continuidade de redes homofílicas se processam entre aqueles que se veem como iguais, e não apenas pela proximidade espacial. A proximidade espacial, por sua vez, é um elemento presente e em constante relação com a proximidade social, sendo dois elementos interdependentes na constituição das redes homofílicas, que fomenta e é fomentada pelo sentimento de pertença.

vínculos homofílicos, segundo Marques e Bichir, se processa principalmente entre parentes, sendo complexificada e ampliada com a inclusão de vizinhos e de amigos com quem se estabelece um vínculo próximo baseado na confiança e na reciprocidade.

O caso de Dona Creuzinha se assimila aos demais moradores na medida em que a rede homofílica na Comunidade do Timbó se inicia através dos vínculos com parentes, que mediam a vinda de novas famílias para a comunidade e auxilia na introdução destas famílias no lugar. Nesse sentido, Marques e Bichir indicam que no início da criação de redes homofílicas os parentes ocupam um papel central e possui uma presença elevada nas ajudas mútuas que conformam relações recíprocas entre os indivíduos, mas a centralidade nas relações com os parentes diminui na medida em que as redes se complexifica com a entrada de novos membros, principalmente de parentes e vizinhos. Vejamos este movimento no caso desenvolvimento de Dona Creuzinha, refletindo a partir do crescimento da comunidade através das redes homofílicas, introduzindo os demais casos no compasso das semelhanças ou dos contrastes surgidos.

A casa comprada por Seu Daniel, marido de Dona Creuzinha, se localizava próximo à de Leandro, na Rua Antônio Camilo dos Santos, e a ajuda prestada foi uma ação de reciprocidade entre semelhantes e busca estreitar social e fisicamente as relações pessoais com a convivência cotidiana. As duas casas, uma ao lado da outra, compartilhavam um mesmo jardim situado nos fundos do terreno. Com a mudança da família de Dona Creuzinha para a comunidade, Seu Daniel e Leandro uniram os jardins das casas, antes divididos por uma cerca de arame farpado, de modo a facilitar o acesso às duas casas pela cozinha. Ao compartilharem a vizinhança, as relações de solidariedade e reciprocidade se intensificam na dimensão do cotidiano, a copresença continuada entre as famílias configura uma rede homofílica densa e tensa que se baseia na confiança, na lealdade e na gratidão.

Seu Daniel trabalhava na construção civil e, quando estava empregado passava o dia fora de casa, ficando sob a responsabilidade de Dona Creuzinha o cuidado com os filhos e com a casa. No bairro da Ilha do Bispo Dona Creuzinha desempenhava pequenos trabalhos como costureira, tanto no concerto como na elaboração de peças de roupas, e a mudança para comunidade resultou na perca de sua antiga freguesia pela distância e dificuldade em deslocamento. Nessa circunstância dedicava o tempo para o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, auxiliando, também, a família de Leandro.

A esposa de Leandro trabalhava como empregada doméstica em uma casa de família na cidade, enquanto Leandro administrava um pequeno bar construído no

terreno ao lado de sua casa e supervisionava as crianças enquanto a esposa trabalhava fora. Com a chegada de Dona Creuzinha, a tarefa de cuidar e alimentar as crianças foi assumida por esta interlocutora, que também auxiliava Leandro no bar com a lavagem dos copos e utensílios utilizados.

O cuidado das crianças e das casas, bem como os pequenos auxílios no bar, integrava relações de reciprocidade comum das redes homofílicas, era a forma como a família de Dona Creuzinha, através dela, exercitava a solidariedade e a gratidão pela ajuda prestada por Leandro. Os auxílios prestados por Dona Creuzinha também produziam o fortalecimento e a continuidade da rede homofílica com confecção de relações recíprocas entre as famílias, gestando uma lógica de ajudas mútuas. As duas famílias, assim, se auxiliavam cotidianamente na manutenção da rede, com auxílios na supervisão das crianças, na limpeza doméstica, na lavagem de roupas, na partilha de alimentos e no empréstimo de pequenas quantias de dinheiro.

Durante a semana, narra Dona Creuzinha, costumava cuidar das duas casas e realizava idas eventuais ao bar para recolher copos e utensílios utilizados para lavar. Aos domingos recolhia as roupas das duas casas – a de sua família e a da família de Leandro – e lavava no cacimbão aberto pelo marido e pelo cunhado no jardim das casas. Aos domingos também eram os dias em que Seu Daniel estava em casa e ajudava Leandro no bar ou permanecia naquele local conversando com o irmão e os fregueses. Os dias em que a esposa de Leandro estava em casa os serviços de cuidados com as casas eram divididos e, juntas, preparavam o almoço que servia as duas famílias. Era nessas circunstâncias que se desenrolava as relações de ajuda mútua entre as duas famílias que vivenciam uma intensa pessoalidade.

Nesse processo Dona Creuzinha e sua família foi inserida na vizinhança através de Leandro e sua esposa, que os apresentaram para os demais moradores e auxiliaram na composição de uma nova freguesia para que a respectiva interlocutora continuasse desenvolvendo atividades de costura. Dona Creuzinha e sua família começam a estabelecer laços de amizades com os amigos da família de Leandro e volta a fazer pequenos bicos com a costura de roupa.

A rede homofílica estabelecida com a família de Leandro se baseava na solidariedade e na gratidão, mas também em relações tensas e conflituosas ocasionados pela intensa pessoalidade entre as famílias e por ranhuras na confiança, gerando ressentimentos constantemente tensionados com o sentimento de gratidão. Essas relações conflituosas de desenvolve, segundo Dona Creuzinha, com o início da prática

de Seu Daniel beber diariamente no bar de Leandro, o que ocasionou situações de tensas entre as famílias. Estas situações geram sentimentos ambivalentes em Dona Creuzinha que causam fissuras na rede homofílica entre a família.

Dona Creuzinha administra os sentimentos de gratidão e ressentimento em relação a Leandro, o que contribui para a tensão na relação entre as famílias e para a abertura de novas redes homofílicas que ganham centralidade na vivência desta interlocutora na comunidade. Dona Creuzinha se mostra grata a Leandro por ter apalavrado a casa comprada e pelo auxílio inicial prestado a família, com trocas materiais e simbólicas que consolidava conformavam os laços de amizade e confiança. Por outro lado, a gratidão pela ajuda prestada é tensionada pelo ressentimento por Leandro não ter impedido ou dificultado o consumo de bebida alcóolica de Seu Daniel no bar, contribuindo para o desenvolvimento da dependência de Seu Daniel ao Álcool.

Na narrativa de Dona Creuzinha o Leandro não surge como o culpado pela condição de alcóolatra a qual Seu Daniel chega, o ressentimento da interlocutora é de não considerar ter acontecido uma ação por parte de Leandro para dificultar o consumo de álcool por Seu Daniel, como, por exemplo, não vender bebida no bar para ele. Dona Creuzinha esperava uma atitude de Leandro, a quem confiava ser a pessoa que poderia negar o acesso do marido ao álcool, pelo menos no bar em que administrava. Ao Leandro continuar vendando bebida ao irmão, Dona Creuzinha interpretou a circunstância como uma quebra de confiança, de modo que a prática de Seu Daniel beber no bar de Leandro gerou relações tensas entre as famílias, como o afastamento gradual de Dona Creuzinha nos auxílios cotidianos referentes ao bar e a casa da família do cunhado.

A prática de beber, no entanto, não era algo novo na vida de Seu Daniel, Dona Creuzinha conta que quando se casou seu marido já costumava beber e esta prática era motivo de pequenos desentendimentos entre o casal, pois, justifica a interlocutora, resultava no gasto do pouco dinheiro da família. Ao se mudar para a comunidade a frequência com que o marido bebida se tornou constante, o que é interpretado por Dona Creuzinha pela perca da responsabilidade de pagar o aluguel que fez Seu Daniel ponderar que poderia usar o dinheiro para outras coisas, como, no caso, a bebida.

> A gente veio de lá né [do bairro dos Novais], a gente lá pagava aluguel... acho que quando chegou aqui ele pensou assim: lá eu pagava aluguel aqui não vou pagar. Aí o irmão tinha uma barraca e ele pegou e foi beber na casa do irmão e ficou todo desmantelado,

Conta Dona Creuzinha ao relembrar o caso. Seu Daniel gastava o dinheiro que recebia do trabalho com bebida e algumas vezes chega a ir bêbado ao trabalho, a condição em que Seu Daniel se encontrava propiciou a sua demissão. Sobre este caso limite Dona Creuzinha conta que "A gente chegou a passar até necessidade, eu com meus três meninos e ele bebia... estava bebendo muito... Só não me separei porque a gente tenta não fazer certas coisas por causa dos filhos".

A frequência cada vez mais constante de Seu Daniel no bar de Leandro fez com que esta interlocutora adotasse uma postura distanciada de Leandro e parasse se auxiliar nas atividades relacionadas ao bar. Na medida em que se distanciava da rede homofílica construída com Leandro e sua família, pelo ressentimento pelo cunhado não ter correspondido às atitudes que esperava, Dona Creuzinha se aproximava das amizades que estava construindo na igreja, onde encontrava conforto e força para continuar, como relatou durante nossa conversa.

Na igreja Dona Creuzinha começou a estabelecer novas redes homofílicas com as pessoas com quem participava das atividades religiosas. Na narrativa desta interlocutora a igreja surge como um suporte emocional que a fortaleceu e a ajudou a, junto com sua família, sair do momento difícil pelo qual passavam. Além do suporte emocional, foi através da igreja que Dona Creuzinha conseguiu um emprego e garantiu uma renda para suprir as necessidades básicas da família. Foi Dona Fatinha, uma vizinha com quem estabeleceu vínculos estreitos de amizade através da igreja, que ofereceu ajuda para conseguir um emprego para Dona Creuzinha, que aceitou.

Dona Fatinha trabalhava como empregada doméstica na casa de uma família e prometeu conversar com a patroa sobre pessoas que estivessem a procura de uma empregada para indicar Dona Creuzinha. Além disso, Dona Fatinha ofertava pequenos empréstimos de alimento que, no início, era recebido por Dona Creuzinha com certa resistência pelo medo de que posteriormente não pudesse pagar o empréstimo. A relação entre as duas moradoras, que se tornaram grandes amigas e cultivam uma relação de 30 anos de amizade, também contava com auxílios nos cuidados e na alimentação das crianças.

Enquanto a vaga de emprego não aparecida, o padre que administrava a igreja naquele período ofereceu uma pequena ajuda monetária para Dona Creuzinha em troca dos serviços para a limpeza e cuidados com a igreja. Montou-se, assim, uma rede homofílica através da igreja e das pessoas que frequentavam as atividades religiosas que

ali se desenvolviam, rede está ancorada no apoio ao próximo, criando a partir da igreja um sentimento de comunidade que unia aquelas pessoas.

A rede homofílica estabelecida através da igreja cria laços de amizade entre aqueles que integram e frequentam as atividades religiosas, fomentando um pertencimento entre os membros de tal rede. A rede homofílica estabelecida apreendida relações de solidariedade e reciprocidade entre os moradores que frequentavam a igreja, que, segunda a narrativa desta interlocutora, buscavam se ajudar nos momentos difíceis, sem depender se a pessoa mora ou não na vizinhança da rua. A igreja surge, assim, como uma instituição que apoia e presta auxílios àqueles que passam por dificuldades familiares e financeiras, integrando aquele que a procura em uma rede homofílica em exercício.

Foram as "amigas da igreja" que a ajudaram a conseguir um emprego, que lhe deram o suporte emocional e que lhe auxiliaram na busca de curar o marido do vício na bebida. Foi com a ajuda das "amigas da igreja" que Dona Creuzinha conseguiu o endereço do grupo de *Alcoólicos Anônimos* – AA para levar o seu marido, Seu Daniel, para que este iniciasse um processo de recuperação. O endereço foi ofertado por uma das "amigas da igreja" que o marido também sofria com problemas de alcoolismo e que frequentava o AA. Dona Creuzinha conta que

> Ele conheceu o AA através de uma amiga que vinha aí para a igreja... aí eu essa amiga tinha um esposo que ia para o AA aí foi e... Ela viu meu sofrimento com ele bebendo, gritando os meninos, batendo nos meninos... Aí ela foi e perguntou: "Creuzinha tu sabe se ele tem vontade de parar de beber?", eu disse: "Dona Márcia ele fala de parar de beber, até inclusive ele assiste um programa de rádio que fala de um tal do AA"... Eu não conhecia né!... "fala de um AA e ele diz que se soubesse onde era, se desse o endereço, ele ia". Aí ela pegou e disse assim: "Então quer dizer que ele quer ir né?" ... Ela ficou assim... Depois disse: "Meu esposo é de lá! Você acha que ele vai?", eu disse: "Eu acho que ele vai". Aí ele disse: "Pois amanhã ou depois, quando meu esposo estiver disponível a vim aqui aí vou convidar ele [Seu Daniel] para vim aqui falar com ele [o esposo de Dona Márcia]. Com bem uns dois dias ele veio e conversou com ele [Seu Daniel] e ele foi.

Foi através dessa rede homofílica construída na igreja que Dona Creuzinha consegue tem conhecimento do endereço do AA, quando se inicia o processo de

recuperação de Seu Daniel. A rede homofílica aciona não somente Dona Creuzinha sua amiga da igreja, Dona Márcia, mas também o marido dessa amiga, que participa do AA, para conversar e acompanhar Seu Daniel nos encontros.

Nesse processo, Dona Creuzinha conta sobre como a igreja a ajudou a superar a situação em que se encontrava a sua família. A frequência de Seu Daniel ao AA o leva a parar de beber, a procurar um emprego e o aproxima das atividades religiosas que acontecem na igreja. A partir da igreja Dona Creuzinha constrói relações estreitas de amizade e vizinhança, como a amizade entre Dona Creuzinha e Dona Fatinha, que surge a partir da igreja e se desenvolve para além dela, no cotidiano da vizinhança.

As duas interlocutoras conservam uma amizade longa que serve como apoio para as horas difíceis e alegria nas horas mais calmas. Dona Fatinha acompanhou de perto o alcoolismo de Seu Daniel e as necessidades pelas quais Dona Creuzinha e seus filhos passavam. Ela também ajudou a família com empréstimos de alimentos, de dinheiro e no cuidar ("olhar") das crianças enquanto Dona Creuzinha trabalhava. Essas ações de entreajudas geram reciprocidade e alimentam o sentimento de confiança (KOURY, 2002a) em relação ao outro. Até hoje as duas amigas se auxiliam cotidianamente: com troca de alimentos, com empréstimos de dinheiro e através de ações de companheirismo. Sempre, em qualquer circunstância, as duas estão próximas e atentas: como elas costumam dizer, sempre "uma acoberta a outra".

A relação de amizade construída nos primeiros anos de moradia na comunidade e alimentada com ações de reciprocidade e solidariedade durante os 30 anos de vizinhança propicia ações de companheirismo e acobertamento, mencionadas por essas duas moradoras em uma conversa na sala da casa de Dona Creuzinha durante uma tarde de quinta-feira. Estas duas moradoras constroem estratégias em que "uma acoberta a outra" para "enrolar" os maridos em relação à fonte do dinheiro para determinados usos, de modo que

> Eu e ela só a gente sabe dos nossos *moídos*[44], sabe? Às vezes nem o marido dela sabe nem o meu, a gente *tramenha*[45] escondido. Não é escondido, é entre a gente pra não ter ninguém dizendo 'pra quê isso?', 'isso aqui é pra quem?'... o povo diz 'dá com a mão esquerda

[44] O termo *moído*, no sentido dado pela interlocutora, se refere a uma situação complicada, a um evento embaraçoso, mas também pode ser aplicado no sentido de uma criação de caso.

[45] *Tramenha* refere-se as pequenas manobras secretas realizadas entre duas ou mais pessoas com o objetivo de ajuda mútua sem o conhecimento de outros, referindo-se, também, à obtenção de pequenos benefícios, a realização de atos ilícitos e ao propósito de prejudicar alguém. *Tramenha*, nesse sentido, indica o ato de tramar.

> que a direita não veja, né?' então é assim com nós duas. Tem coisas que é nossa (Dona Creuzinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1987).

Há ações de entreajuda que não passa pelo conhecimento imediato da família, como o empréstimo de alimentos ou de dinheiro, sendo ações negociadas entre as duas amigas. Isso porque o empréstimo de alimentos entre Dona Creuzinha e Dona Fatinha passa por uma lógica onde a devolução é realizada quando aquela que emprestou precisa de algum material que não tem em casa, mas que a amiga possui. O que significa dizer que uma pode recorrer a outra para conseguir o material em falta.

A devolução não passa pelo mesmo material emprestado, mas sim pela ação recíproca de emprestar e saber que quando precisar pode contar com a reciprocidade. É nesse sentido que a fala de Dona Fatinha é interpretada, quando ela afirma que

> Eu mais ela... se eu disser: ei minha filha o açúcar acabou, me dá aí um quilo! Aí ela me dá e eu não pago não [*risos*]... porque as vezes acontece né, um dia desses meses eu levei foi quase uma feira, levei açúcar, duas fubás, feijão... foi um bocado de coisas. Aí ela diz: não, não, não precisa trazer não e eu não trago mesmo não! Porque se for [*precisar*] pega lá em casa. Aí quer dizer que nós somos assim (Dona Fatinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1984).

As relações de amizade e reciprocidade entre Dona Creuzinha e Dona Fatinha passam por um estranhamento dos maridos e, por vezes, dos filhos, por causa da proximidade demasiada entre as duas. A proximidade demasiada entre as duas mulheres, principalmente em relação à troca de alimentos é mal vista pelos maridos de ambas, que questionam a todo o momento sobre o "para quem é tal coisa ou onde conseguiu, tal coisa, ou o que vai fazer com isso aí..." como comentou Dona Fatinha.

Por isso, as duas amigas desenvolvem estratégias de proteção e acobertamento. No caso de, por exemplo, quando uma ou outra está com dinheiro e não quer que o marido ou filhos saibam, construírem a desculpa de que conseguiram o dinheiro emprestado com a amiga.

A amizade estreita entre as duas moradoras, como supracitado, perpassa a família, principalmente, nos auxílios que envolvem questão de saúde. Uma família tem a chave da casa da outra para eventuais prestações de socorro, como já aconteceu. No dia em que Dona Fatinha passou mal, foram os filhos de Dona Creuzinha que pularam o portão para socorrê-la, pois ela estava sozinha em casa.

Desde esse dia as duas famílias passaram a trocar as chaves das casas e até abriram uma janela na cozinha, dando acesso às duas casas, como forma de facilitar checagens corriqueiras quando uma ou outra está sozinha em casa. As duas famílias também costumam se reunir durante o final da tarde e começo da noite na calçada, onde conversam e acompanham o movimento da rua. Mas, o acesso direto e cotidiano de uma casa à outra é realizado pelas duas amigas, que são "unha e carne", como disse Laura, certo dia, ao comentar com ela que também havia conhecido Dona Fatinha.

São as relações cotidianas estabelecidas com os moradores da vizinhança, que aos poucos se tornam amigos, que contribuem para o aprofundamento das redes homofílicas locais. Contribuem, também, sobretudo, para a construção de um sentimento de pertencimento ao lugar e às pessoas com quem compartilham o lugar.

O morador, assim, chega à Comunidade do Timbó a partir das redes homofílicas e se mantêm na comunidade ampliando as redes com amigos e familiares. Os que chegaram ao lugar através do auxílio de um parente, como Dona Creuzinha e Seu Daniel, Angélica e Osvaldo e Dona Ivete, também acabam auxiliando outros parentes que solicitam ajuda para chegar e arranjar uma moradia na comunidade.

Angélica e Osvaldo, por exemplo, também é um casal que chegou à Comunidade do Timbó através do intermédio de um parente que já residia (e reside) no lugar. O casal, que se conheceu na cidade de João Pessoa, havia recém casados e estavam morando na casa dos pais de Angélica, no bairro do Bessa. Angélica costumava fazer visitas sistemáticas a uma prima que residia na comunidade e, em uma dessas visitas, escutou os vizinhos da prima comentar sobre uma casa a venda nas proximidades da encosta. O assunto foi conversado com a prima que se informou sobre os valores e a condição da casa, repassou para Angélica e apresentou o proprietário a Osvaldo quando este foi até a comunidade para conhecer a casa.

A prima de Angélica foi um canal de intermediação para a compra da casa que, diferente do caso de Dona Creuzinha e Seu Daniel, não se localizava na vizinhança da casa onde a prima morava (e ainda mora). Mesmo não residindo na mesma rua, Angélica e sua prima se viam cotidianamente, pois ambas costumavam visitar a casa da outra. As entreajudas também se processavam nos empréstimos de itens domésticos – como ferro de passar, liquidificador, panelas e outros –, de roupas e de dinheiro.

Angélica já conhecia a vizinhança da prima devido as eventuais visitas que realizava antes de morar na comunidade, mas não conhecia as pessoas que morava na rua onde Osvaldo comprou a casa. A associação que ela realizada para se apresentar aos

vizinhos era se relacionar a pessoa da sua prima e do marido deste parente, de modo que foi gradualmente construindo relações de amizade e vizinhança na rua em que residia. A casa adquirida, no entanto, se situava em uma das áreas de risco da comunidade, na parte inferir da encosta, o que a deixava aflita pelo receio de que um deslizamento pudesse ocorrer, "morava no pé da barreira, quando estava chovendo eu tinha o maior medo da barreira cair", conta está interlocutora.

O medo do risco real que ameaçava Angélica e Osvaldo fez o casal economizar dinheiro para comprar uma casa em outra rua da comunidade, fora das áreas de risco ambiental. Osvaldo diz não recordar ao certo quando tempo permaneceram na primeira casa que compraram no Timbó, "uns seis meses... por aí... foi só o tempo de arranjar dinheiro e comprar outra", e nesse processo constaram novamente com o auxílio da prima de Angélica para que esta ajudasse a falar para os moradores sobre o desejo de compra do casal. Quando surgiu a oportunidade de aquisição, o casal foi informado da venda de um terreno da Rua Antônio Camilo dos Santos.

O casal comprou o terreno e colocou à venda a casa na proximidade da encosta, quando conseguiram vender a antiga casa se mudaram para a casa da prima de Angélica, na Rua Antônio Camilo Monteiro, e iniciaram o processo de construção da nova casa. Com o dinheiro da casa vendida Osvaldo comprou o material de construção para levantar a casa, o que aconteceu com a ajuda do marido da prima de Angélica e com o apoio de outros homens da rua que eram amigos da prima. Angélica, que estava grávida, acabou ganhando seu primeiro filho durante o período de construção da casa, passando o resguardo da gravidez na casa da prima aos seus cuidados.

O caso de Angélica e Osvaldo, como o de Dona Creuzinha e Seu Daniel, ilustram o exercício da rede homofílica no processo de estabelecimento na Comunidade do Timbó, com auxílios na mediação para a chegada à comunidade e, sobretudo, na construção de casa e no cuidado do outro. Nos dois casos, as redes homofílicas são iniciadas através de parentes e são continuadas com a introdução de novos membros que complexifica e ampliam estas redes. Angélica, por exemplo, recebeu os cuidados da prima no pós-parto em todas as quatro gravidezes que teve, diferente da primeira, em que estava morando na casa da prima, as outras três gravidez ocorreram na casa nova – construída através de um mutirão de ajuda – e a prima realizava visitas cotidianas, passando o dia na casa de Angélica e cozinhando para as duas famílias.

Angélica conta que assim como recebeu os cuidados da prima também a socorreu em períodos de crise de saúde na família, como no período em que o filho mais velho da

prima precisou ser operado da fimose e passou três dias no hospital. Durante esse período, Angélica cuidou do filho mais novo da prima, que ficou em sua casa, bem como recebia o marido da prima para almoçar e jantar enquanto a respectiva parente estava no hospital acompanhando o filho. As redes homofílicas são, nesse sentido, constituídas por relações de ajudas mútuas que fortalece os vínculos sociais e reafirma as relações de reciprocidade, confiança e gratidão.

O caso de Angélica e Osvaldo se distingue do caso de Dona Creuzinha e Seu Daniel dado suas singularidades, como o leitor pode notar. Mas fazendo um paralelo entre ambos podemos notar que a continuidade de uma rede homofílica se pauta, principalmente, na confiança e na gratidão, que conforma relações recíprocas entre os moradores. Ao considerar que o cunhado quebrou a confiança depositada nele, pois Dona Creuzinha esperava que Leonardo impedisse ou dificultasse o acesso de Seu Daniel ao consumo de bebida em seu bar, o que não aconteceu. Circunstância que propiciou uma tensão entre ambos, uma vez que Dona Creuzinha mostrava ser grata pelas ajudas de Leonardo, mas, ao mesmo tempo, se ressentia do rumo que a situação tomou, não como forma de indicar que Leonardo foi o culpado por tal rumo, mas por esperar dele uma posição que não foi tomada.

Dona Creuzinha interpretou esta circunstância como uma ranhura nas relações de confiança e se afastou gradualmente desta rede homofílica, que perdeu sua centralidade na vivência desta interlocutora. Outras redes foram estabelecidas através da igreja, onde encontrou apoio, auxílio e caminhos para resolver o problema de Seu Daniel. Enquanto que no caso de Angélica e Osvaldo, a rede homofílica estabelecida com a prima de Angélica e sua família é reafirmada pela confiança, pela gratidão e pela reciprocidade, continuidade até hoje. Quando não há uma quebra de confiança a rede homofílica tem continuidade do período de chega na comunidade até a atualidade, quando há fissuras nas relações de confiança a rede homofílica não necessariamente é rompida, mas perde a centralidade na vida do morador ressentido.

Uma rede homofílica, desta forma, envolve relações tensas e conflituosas e podem ou não levar ao rompimento da rede. Vejamos o caso de Dona Ivete, que fala sobre a tensão que envolve as entreajudas, diferenciando a ajuda mútua do se aproveitar da boa vontade alheia. Dona Ivete chegou até a Comunidade do Timbó através de uma prima que residia no lugar e a convidou para ocupar um terreno vizinho ao seu e reconstruir a vida, pois Dona Ivete e seu falecido marido haviam que tiveram que vender a casa e o carro que possuíam, no bairro da Ilha do Bispo, para arcar com os prejuízos do negócio

falido. Também, neste caso, o Timbó surge como uma possibilidade de conseguir uma casa própria e refazer a vida na capital, assim, no ano de 1981, Dona Ivete chega ao Timbó com o seu falecido marido e duas filhas de colo.

Ao saber que Dona Ivete e a família estavam vendando os bens para arcar com as despesas da loja de tecidos que tinham no centro da cidade e acabou falindo, a prima de Dona Ivete a convida para ocupar um terreno na comunidade, ao lado de sua casa. Quando foi para a comunidade, a ocupação estavam se iniciando e havia poucas casas no lugar. Dona Ivete e seu falecido marido ocuparam um terreno ao lado dos familiares – a prima e seu marido –, nas proximidades do Rio Timbó, que servia para o consumo doméstico de água, bem como para a pesquisa e plantação de uma pequena horta que auxiliava nas necessidades básicas para alimentação das duas famílias.

A casa foi construída em material de taipa e com ajuda dos dois casais, que compartilhavam a vizinhança, como conta está interlocutora ao relembrar que por muito tempo morava só a sua família e a da prima no lugar em que haviam ocupado as outras famílias que chegavam, ao poucos, foram construindo as casas um pouco mais afastadas, "era uma casa aqui e outra lá não sei onde e muita barreira". Durante este período as famílias consolidaram uma rede homofílica conformada por pequenos auxílios cotidianos de alternância na coleta de água no rio, nos cuidados com a horta, na partilha do alimento, na lavagem de roupa e nos cuidados com as crianças.

Dona Ivete relembra, ainda, que ficava cuidado dos meninos e da casa enquanto seu falecido marido ia trabalhar, ele havia conseguido uma vaga de emprego como segurança de uma loja por indicação de um amigo do antigo bairro em que moravam, no bairro da Ilha do Bispo. Sua prima também trabalhava em uma casa de família e o marido da prima era mecânico em uma loja no centro da cidade. Para aumentar o rendimento familiar Dona Ivete começou a criar galinhas para negociar a venda dos ovos e do animal, vivo ou já morto e tratado para o consumo.

As relações da rede homofílica entre essas duas famílias foram se modificando com o crescimento da comunidade, com a vinda de novos moradores. Conforme ganhavam mais vizinhos a rede homofílica da família de Dona Ivete foi se ampliando com a introdução de moradores com que estava construindo relações estreitas de amizade. Com o desenvolvimento do local as ajudas mútuas foram sendo modificadas, não mais se apanhava água no rio depois a implementação de água encanada, a poluição do rio fez com que este também não fosse mais utilizado para a lavagem de roupa e as

construções de casas cada vez mais próximas foram diminuindo o tamanho da horta, que aos poucos foi parando de ser plantada.

A ajuda mútua ganhava a conformação de pequenos empréstimos de dinheiro e utensílios domésticos – que foram sendo adquiridos de acordo com a melhoria nas condições de vida –, empréstimos de alimentos e partilha de comida, cuidados com as crianças e indicações de trabalho. Mudam as condições em que se processam as relações da rede homofílica, mas tais relações continuam sendo exercidas através da reciprocidade e solidariedade. A relação de Dona Ivete e sua prima passa por esse processo de transformação da comunidade, com o seu crescimento, e das condições de vida e tem continuidade até os dias de hoje. Uma dessas modificações é o fato de Dona Ivete ter mudado de casa no começo no crescimento acelerado da comunidade, em final dos anos de 1980, quando comprou uma casa no declive da encosta próximo a delimitação da *parte alta* do Timbó.

A rede homofílica utilizado como forma de conseguir pequenos auxílios cotidianos (MARQUES e BICHIR, 2011; 2012) acaba fomentando, também, tensões entre os moradores. As tensões identificadas na fala de Dona Ivete se referem ao que ela chama de se aproveitar da boa vontade, o que gera pequenos conflitos nas relações de empréstimos como forma de entreajuda. Um exemplo é o a reclamação feita sobre o aborrecimento que determinados empréstimos podem gerar, como quando Dona Ivete empresta algum utensílio doméstico para a prima, e esta demora a devolver o item emprestado.

A reclamação sobre o emprestar e ter que ir buscar depois para utilizar porque o item não foi devolvido após o uso é o que gera a tensão de emprestar com um desagrado que é maquiado. Isto é, quando a prima vai até a casa de Dona Ivete pedir a batedeira emprestada, a respectiva interlocutora logo se prontifica a emprestar o equipamento, e assim o faz, mas ao mesmo tempo se chateia por saber que o item não será devolvido após o uso e que ela terá que ir à casa da prima para buscar, seja porque vai precisar ou porque inventou uma desculpa que usaria tal item. E quando recebe o equipamento, antes de se despedir coloca-o novamente a disposição da prima quando esta precisar.

O que acontece, nesse caso, não é uma má vontade em emprestar o item, mas uma chateação pela demora para que este equipamento seja devolvido. Empresta-se como uma das formas de entreajuda, caso Dona Ivete precise de algo era também recorre a prima para conseguir algum auxílio, o empréstimo é algo comum e feito com agrado. O desagrado ou a chateação é uma consequência do que o empréstimo pode gerar, como o

atraso pela devolução. Mesmo com tal desagrado o item será posto à disposição, pois indica a continuidade da relação e uma reafirmação dos laços de reciprocidade, que também é tenso.

Vale salientar que tal tensão se apresente nesse caso porque marca uma situação singular: o empréstimo de um item doméstico que deverá retornar para o proprietário. Quando Dona Ivete fala sobre o empréstimo de alimento, por exemplo, esta tensão não é identificada, pois o alimento não necessariamente será substituído pelo mesmo produto que foi pego, não havendo, a princípio, uma equivalência. Quando Dona Ivete empresta 1kg de arroz para sua prima ou para alguma vizinha com quem compartilha uma rede homofílica, o produto emprestado não é cobrado e não há preocupação quando a demora da devolução. Se precisar de algo vai até a casa da prima ou de alguma amiga e pega emprestado um determinado produto que precisar, seja arroz, feijão ou macarrão. O item emprestado, na maioria dos casos, é devolvido quando o morador realiza a feira mensal.

Além dos casos em que a chagada à comunidade é possibilitada por um parente, há também aqueles que chegam ao Timbó por intermédio da troca de informações entre amigos, como foi o caso de Seu Alfredo, natural da cidade paraibana de Araruna. Seu Alfredo chegou à cidade de João Pessoa em busca de emprego, onde trabalhou no setor de construção civil. Seu Alfredo trabalhava e o dinheiro que recebia enviava para a família que havia ficado no interior, até ele conseguir dinheiro suficiente para comprar uma casa e trazê-los para a capital. Quando podia estava sempre conversando com os amigos do trabalho para saber sobre casas a venda, até que um dia um amigo comentou sobre uma nova ocupação que estava crescendo nas proximidades do conjunto dos Bancários, foi assim que Seu Alfredo chegou até a Comunidade do Timbó.

A informação prestada pelo amigo foi conferida por Seu Alfredo, que foi até o local da ocupação e conseguiu pegar um terreno na *parte alta*, que estava começando a crescer. Construiu sua casa e trouxe a família para a cidade de João Pessoa. Seu Alfredo e sua esposa, Dona Andréia, foram, aos poucos, se integrando nas relações de vizinhança locais e construindo amizades com outros moradores da rua, prestando ajuda e sendo ajudado por todos da comunidade. É desse jeito que os relatos dos interlocutores aludem às redes de apoio e solidariedade existentes na Comunidade do Timbó, e sobre como elas são estabelecidas entre os vizinhos com quem se aproximaram.

Esses vizinhos, segundo relatou Seu Alfredo, indicaram e ajudaram Dona Andréia para conseguir lavagem de roupas de algumas casas no bairro do Miramar e no bairro dos Estados; em contrapartida, o Seu Alfredo também ajudou alguns vizinhos, os indicando assim que surgiam vagas de trabalho nas obras em que estava trabalhando.

A troca de informações sobre vagas de emprego é um dos desdobramentos dessas redes de apoio e solidariedade que se desenvolvem na Comunidade do Timbó. Outro desdobramento é o de auxílio para que novos moradores se estabeleçam no lugar, como anteriormente abordado. Mas, também, há a assistência cotidiana de favores, que forma a base das relações de reciprocidade e confiança na comunidade.

A proximidade e a reciprocidade, portanto, são dois elementos importantes para o desenvolvimento das relações de solidariedade proporcionadas através do fomento das redes de apoio homofílicas (MARQUES e BICHIR, 2011). São relações que perpassaram o momento de constituição da Comunidade do Timbó, e integram os códigos de condutas e as formas de sociabilidade local, conformando a cultura emotiva do lugar.

Sobre o sentimento de pertença ao lugar

As redes homofílicas contribuem para a constituição do sentimento de pertença ao lugar, pois propicia o estabelecimento de vínculos afetivos entre os moradores no e com o lugar em construção. As relações de confiança, de solidariedade, de reciprocidade e de gratidão que conformam as redes homofílicas contribuem para a construção do lugar Timbó, onde os moradores criam um sentimento de pertencer, de fazer parte do lugar que funda e que é por ele fundado (KOURY, 2001).

Ao estabelecer relações no lugar e com o lugar, o morador constrói uma experiência comum a partir de um processo complexo de disputas e negociações em torno de visões de mundo e desejos de realização, de onde emerge uma cultura emotiva que conforma uma experiência afetiva de viver no Timbó. A pertença joga, assim, com a ideia de enraizamento a partir de onde o morador constrói o lugar comum e é por ele construído, configurando um sentimento de ser e estar no mundo (KOURY, 2001, 2003).

É pela aproximação e ligação ao lugar, construída através das relações cotidianas com os outros relacionais com quem constrói o lugar, que o morador planeja e, ao mesmo tempo, se sente parte de um projeto (KOURY, 2005). Nesse movimento contínuo na configuração de fazer parte sentimentos de amor e ódio, de agrado e

desagrado são misturados na vivência da Comunidade do Timbó. Enquanto lugar de pertencimento, a comunidade é apresentada pelos moradores que declaram seu amor, seu desamor, as preocupações, as críticas, as acusações e as justificativas que conformam o lugar comum.

Vejamos o caso de Dona Fatinha, brevemente mencionado a partir de uma rede homofílica que integra com sua vizinha, Dona Creuzinha. Rede esta que auxilia o morador na configuração do sentimento de pertença ao lugar através das relações que nele exercita cotidianamente. Esta dimensão do cotidiano funda o Timbó como um lugar de enraizamento, onde a pertença se exerce enquanto um fundamento de si a partir de um lugar (KOURY, 2017).

Dona Fatinha é uma das interlocutoras que acompanhou o processo de transformação urbana da Comunidade do Timbó, que influencia a configuração do sentimento de pertença. Dona Fatinha chegou à cidade de João Pessoa devido uma crise na saúde do marido, que precisava operar um mioma, e foi encaminhado para um hospital da cidade. Tal encaminhamento se processou através do intermédio de um expatroa que havia se mudado para a cidade de João Pessoa e conhecia alguns médicos, que foram acionados. A marcação de uma consulta foi realizada e Dona Fatinha veio até a capital paraibana para acompanhar o marido, que já ficou internado a espera do procedimento cirúrgico.

Quando a cirurgia foi realizada, o marido de Dona Fatinha ainda permaneceu alguns dias no hospital em observação pós-cirúrgica, a ex patroa foi até o hospital fazer uma visita ao casal e conferir o estado clínico do paciente. Nessa ocasião também fez uma proposta para Dona Fatinha, que voltaria para a cidade de Cuitegí – PB, ofertando um emprego como empregada doméstica em sua residência e prometendo encontrar uma casa para que pudesse trazer os filhos para perto. Dona Fatinha prometeu conversar sobre a proposta com o marido para responder depois informá-la sobre a resposta, que foi positiva.

O terreno da casa em que mora foi comprado pela patroa de Dona Fatinha, que se mudou com a família para a comunidade que estava em processo de crescimento. Quando chegou ao Timbó ainda não havia água encanada e energia elétrica e, assim como as demais famílias que residiam na comunidade, utilizada água do rio para o consumo e um lampião a gás durante a noite. Durante este período inicial da ocupação Dona Fatinha conta que algumas vezes pensou em desistir da casa, devolvê-la para a patroa e voltar para a cidade natal,

> Era muito sofrimento, não tinha água, não tinha luz, quando chovia a lama tomava de conta de tudo... Tião [o marido] não podia trabalhar no pesado por causa da cirurgia e ficava em casa com as crianças pra eu ir trabalhar... Cai muitas vezes nessa barreira aí subindo e descendo... Sentia uma saudade da minha casinha em Cuitegí, mas Deus foi maior e me deu forças para continuar.

Com o desenvolvimento da comunidade veio a água encanada e a energia elétrica, o que contribuiu para uma pequena melhora no Timbó, que passou a receber mais moradores. Nesse processo também chegou a primeira igreja na comunidade, que começou a reunir os moradores nas atividades religiosas que aconteciam, no início, uma vez na semana. Ao entrar na igreja Dona Fatinha consolidou vínculos afetivos de vizinhança, construindo uma relação de proximidade com os vizinhos que partilhavam de códigos morais semelhantes.

A entrada na igreja aparece na fala de Dona Fatinha como um elemento importante na constituição do sentimento de pertença ao lugar, pois a partir da igreja surge uma rede homofílica onde os indivíduos que a integram se compreendem enquanto semelhantes. A igreja assume um papel de apoio aos moradores, com o início de ações voluntárias de auxílio ao morador através da doação de roupas e cestas básicas, bem como o acolhimento aqueles que foram retirados de suas casas pelos riscos ambientais, recebendo essas famílias na sede da Igreja Menino Jesus de Praga, no bairro dos Bancários.

É o estabelecimento de vínculos afetivos estreitos no e com o lugar que o sentimento de pertencimento se configura, sendo permeado pelo exercício das redes homofílicas nos pequenos auxílios cotidianos. O pertencer ao Timbó e o se reconhecer como moradora da Comunidade do Timbó é um processo que se desenvolve através da dimensão do cotidiano, por isso é permeado pelas tensões que envolvem a vida cotidiana, como o amor ao lugar onde criou os filhos, construiu a vida e possui relações de amizade e vizinhança e o ódio pelas relações de dessemelhança que acontecem no lugar Timbó – como os casos de violência noticiados nos jornais locais – e pela imagem negativa de precariedade, vulnerabilidade, pobreza violência e perigo que é associada pelo bairro dos Bancários e pela cidade à comunidade.

Ao acompanhar o processo de desenvolvimento e urbanização da comunidade, Dona Fatinha pondera: “essa favela é o céu!”,

> Eu gosto muito daqui sabe? Tenho minha casa aqui! As pessoas às vezes dizem assim: “Mulher”... porque a gente faze de tudo para forrar a casinha, para ficar mais bonitinha... Aí o povo diz: “mulher gastar dinheiro aqui”. Oxe eu vivo aqui! Graças a Deus criei os quatro filhos aqui, vivo aqui... Gosto muito daqui, gosto da minha casa! Tem coisas que eu não gosto... Tem muita coisa assim... Que é palavrão, nome feio, palavrão com as crianças desse tamanho [gesto de criança pequena] e nesse mundo de Deus que nós estamos vivendo o povo não tem respeito com as crianças. E não só é aqui, porque eu acho que minha filha ver televisão... O mundo está geral, em todo canto.

O sentimento de pertença integra os elementos que constituem o gostar do lugar construído, onde conseguiu uma casa própria criou os filhos e estabeleceu vínculos. Assim como também integra os elementos que constituem o desgostar do lugar construído, onde há pessoas dessemelhantes que contribuem para uma degradação do lugar. O palavrão, enquanto enunciação de xingamentos em relação ao outro, em referência as crianças, por exemplo, são vistas por Dona Fatinha como uma ranhura nos códigos morais por ser considerado um comportamento inadequado já que se “eu falo com meu filho... Meu filho fala com outro... E assim vai. É cada menininho desse tamanho [gesto de criança pequena] falando cada palavrão desse tamanho que meu Deus do céu”.

Esta interlocutora ao mesmo tempo em que fala sobre as “coisas” que gosta e as “coisas” que não gosta, justifica a existências que situações que para ela degrada o lugar Timbó. O uso do palavrão é “feio” e, quando em relação a criança toma uma preocupação maior da concepção de Dona Fatinha pois o “não tem respeito com as crianças” é condicionado, também pela complementação de que a criança reproduz este comportamento reprovado.

Assim, o sentimento de pertença joga com o encantamento e o estranhamento, com a proximidade e o distanciamento na construção do lugar de pertença, de entrecruzamento do amor e do ódio, do prazer e da desilusão, do gosto e do desgosto. Sentimentos que são vivenciados na dimensão do cotidiano, responsável por tornar o espaço esmo em lugar comum onde se (re)elabora a individualidade. O sentimento de pertença, deste modo, possibilita pensar as diversas maneiras de viver o lugar, que é continuamente construído através da interdependência de fatores que contribuem para a

construção de uma dada cultura emotiva – como a pertença, a pessoalidade e as redes homofílicas, no caso do Timbó.

A vivência de Dona Valéria é contraponto interessante a ser pensado nesta discussão sobre o sentimento de pertença ao lugar Timbó. Esta interlocutora mora na *parte alta* desde que chagou a Comunidade do Timbó, no ano de 1989, onde alugou uma casa para morar com sua filha na rua principal, a Rua Abelardo Pereira dos Santos. Quando chegou ao Timbó Dona Valéria alugou uma casa com a frente ampla que possibilitava a abertura de um pequeno negócio para complementar a renda familiar, pois Dona Valéria mantinha as despesas domésticas com a pensão que ganhava (e ainda ganha) do falecido marido. Levou a ideia de montar um pequeno comércio para o seu vizinho Pedro, que possuía um pequeno bar, com o intuito de saber sobre eventuais fornecedores e com a ajuda dele montou o fiteiro. Pedro indicou a Dona Valéria supermercados que trabalhavam com atacado, onde ela poderia conseguir os produtos em um menor preço.

Durante o período em que morou nesta primeira casa, cerca de quatro anos, Dona Valéria trabalhou em seu fiteiro e, através dele, conheceu moradores de outras ruas da Comunidade do Timbó. Durante este período também estabeleceu relações de amizade com os vizinhos, com quem costumava sentar na calçada em frente ao comércio, como Rosália, a esposa de Pedro, que ia toda tarde à casa de Dona Valéria fazer crochê enquanto conversavam. A filha de Dona Valéria se tornou amiga das filhas de Rosália, o que propiciou, também, uma aproximação entre as duas, que além de sentar na calçada também se encontravam para assistir novela no final da tarde, relembra a interlocutora.

A moradia no Timbó surge como algo bom na narrativa de Dona Valéria, as amizades que foi estabelecendo na vizinhança contribuíram para que vínculos afetivos com as pessoas e com o lugar construíssem um sentimento de pertença, bem como possibilitasse o estabelecimento de redes homofílicas. Ao relembrar a chega no Timbó, a precariedade na infraestrutura não é um dos elementos comentados por esta interlocutora, o que despertou a atenção para saber como era a estrutura da rua e ao ser questionada sobre isso Dona Valéria diz que,

> Quando cheguei aqui era na terra essa rua, não tinha essa pista [o asfalto na rua], sabe? Mas já era cheio de casa desse lado... Do outro estava acabando de completar... Mas não era como lá embaixo não, essa pista todinha dava um terreiro grande com muita poeira... vixe se desse um redemoinho podia pater as portas se não desgraçava tudo...

> tinha uns esgotos na rua, mas nada que se compare a como era ali embaixo.

As diferentes formas de vivenciar o lugar estão relacionadas a partir de onde se processa a experiência do sujeito, de modo que as condições estruturais não se processavam da mesma forma na *parte alta* e na *parte baixa* da comunidade. A *parte baixa* sofria uma precariedade e vulnerabilidade maior devido às áreas de risco ambiental e o terreno tortuoso, enquanto que a *parte alta*, em terreno plano, sofria pela falta de infraestrutura sem lidar com as áreas de risco ambiental, exceto um pedaço da Rua Margarida Maria Alves.

A condição estrutural da Comunidade do Timbó influencia na construção do sentimento de pertença, como pode ser percebida em comparação ao caso anterior de Dona Fatinha. Dona Valéria vivencia uma área urbanizada já nos anos de 1990, quando a Rua Abelardo Pereira dos Santos ganha pavimentação, modificando a experiência do morador no lugar, como conta Dona Valéria ao relembrar que quando foi renovar o contrato de aluguel recebeu a notícia do proprietário de que o valor seria reajustado. Tal reajuste, que aumentava o preço do aluguel da casa, se deu após a pavimentação da rua, que ocasionou uma valorização devido à circulação cada vez mais frequente de carros por aquela rua.

Neste período a Rua Abelardo Pereira dos Santos ainda não se constituía como uma via de acesso na cidade, mas se beneficiava com o início do processo de valorização imobiliária do bairro dos Bancários, que trouxe melhorias na infraestrutura do bairro. Uma das melhorias do bairro que foi sentida pelos moradores da Rua Abelardo Pereira dos Santos foi o projeto de pavimentação das ruas do bairro, que resultou na pavimentação da rua principal da comunidade, que faz fronteira com o bairro dos Bancários. Este processo contribuiu, por outro lado, com o aumento no custo de vida dos moradores que residiam de aluguel nesta rua, como Dona Valéria, que realizou eventuais mudanças pela rua até chegar à casa em que reside atualmente.

> Já morei lá na ponta da rua [na conexão da Rua Abelardo Pereira dos Santos com a Rua Rosa Lima dos Santos], no meio da rua [nas proximidades da conexão da Rua Abelardo Pereira dos Santos com a Rua Travessa São Paulo] e agora estou quase no final da rua... nesses 30 anos que moro aqui foi esse muda muda... sai de uma casa e vai pra outra... já mudei tanto que morei dos dois lados da rua [risos]...

> Mudava porque começava a ficar mais caro, e quando o dono falava que ia aumentar por causa disso ou daquilo eu já procurava outra...

As várias mudanças de casas realizadas por Dona Valéria é um exemplo da tentativa de continuar na comunidade mesmo com o aumento dos preços das casas, o que gera um aumento no custo de vida para se manter no Timbó. Nessas várias mudanças a filha de Dona Valéria ainda residia com ela e contribuiu financeiramente com a renda familiar, pois trabalhava como balconista de uma loja. A renda das duas conseguia dribla o aumento no custo de vida através das mudanças de casas. Das casas por onde Dona Valéria já passou, a que está atualmente é a que passou mais tempo morando, bem como é onde teve a experiência de morar sozinha, pois com o casamento a filha se mudou para a casa do marido no bairro do Geisel.

Dona Valéria conta que optou por não ir morar com a filha por não querer "morar na casa dos outros" e por preferir permanecer no Timbó, onde havia criado vínculos afetivos com o lugar e com as pessoas com quem compartilha o lugar. Sua filha realiza visitas periódicas e costuma trazer pequenas cestas básicas para a mãe, sendo nessas visitas quando realiza uma faxina na casa e passa o dia com a mãe. Para Dona Valéria permanecer na comunidade indica ter a sua casa, mesmo que para isso precise pagar aluguel, e manter seus vínculos com os vizinhos e com o lugar.

Neste sentido, afirma que

> Parei nessa daqui, faz uns 10 anos que estou nessa... [pesquisadora: continua o mesmo preço?] Nam, aumentou ... Mas as coisas foram tudo aumentando também né... Pago 600 reais só de aluguel aqui... eu sozinha, mas gosto muito, prefiro pagar 600 do que morar dentro da casa dos outros, sozinha é melhor... Minha menina vem toda semana me ver (Dona Valéria, moradora da Comunidade do Timbó desde 1989).

Atualmente a comunidade passa por um processo de valorização imobiliária que fomenta um aumento no preço dos imóveis localizados na comunidade, principalmente daqueles situados na *parte alta* do Timbó e, se for na Rua Abelardo Pereira dos Santos os preços se elevam mais em consideração às demais ruas da comunidade. Esta valorização é sentida por Dona Valéria, que como estratégia se muda diversas vezes na mesma rua, mas há 10 anos resiste em fazer uma nova mudança e permanece pagando aluguel por uma casa onde compartilha uma vizinhança duradoura com os vizinhos que, diferente dela, são proprietário dos seus imóveis.

Ao ser questionada se mudaria para outra rua do Timbó, Dona Valéria nega a possibilidade e traz um novo elemento para a discussão. Esta interlocutora constrói o sentimento de pertença em torno dos amigos e vizinhos com quem partilha a rua, as diversas mudanças propiciaram que Dona Valéria conhecesse diversos moradores que residem na Rua Abelardo Pereira. O sentimento de pertença a esta rua colabora para a busca em resistir ao aumento do custo de vida no Timbó, que indica o início de um processo de gentrificação na comunidade, por sentir que pertence ao lugar da rua e as relações que nela se estabelecem.

Dona Valéria entende que a rua compõe a Comunidade do Timbó, mas não concebe a rua como comunidade, para ela "a comunidade mesmo é aí embaixo", a *parte alta* não é comunidade. A negação de possibilidade de morar em outra rua do Timbó surge porque na visão desta interlocutora a mudança indicação a moradia na comunidade que possui uma imagem negativa. A Rua Abelardo Pereira dos Santos é apreendida pela interlocutora como um espaço transitório entre o bairro dos Bancários e a Comunidade do Timbó, e mesmo situado nas delimitações da comunidade não é visto como comunidade.

Neste sentido, a construção do sentimento de pertença de Dona Valéria se processa em relação a uma rua do Timbó, mas não à Comunidade do Timbó. Vale ressaltar que não é em relação ao bairro, uma vez que a interlocutora ao ser questionada sobre onde começa o Timbó ela se situa dentro das delimitações da comunidade e se reconhece enquanto moradora do lugar Timbó e não do bairro dos Bancários. O processo que é acionado aqui é uma diferenciação em relação à *parte alta* e a *parte baixa*, construindo marcadores sociais de diferenciação entre os moradores, como será discutido no capítulo 4.

A construção do sentimento de pertença de Dona Valéria, deste modo, está relacionada ao processo que ela e outros moradores vêem acompanhando: a valorização imobiliária do Timbó. Processo vantajoso para aqueles que possuem propriedades na Rua Abelardo Pereira dos Santos, que acaba lucrando mais com o aluguel os imóveis. A experiência de uma vivência na Comunidade do Timbó que se distingue das condições que se processa na *parte baixa* até o ano de 2015 – sem infraestrutura, com esgoto a céu aberto, problemas de risco ambientais, comércio de drogas, entre outros – colabora para a diferenciação que Dona Valéria faz da Rua Abelardo Pereira dos Santos em relação as demais ruas. O fato de as condições de precariedade e vulnerabilidade estrutural, social e econômica dos moradores serem veiculadas na mídia local com situações que

aconteceram na *parte baixa* da comunidade também contribuem para tal diferenciação e dessemelhança criada pela interlocutora.

O pertencer de Dona Valéria está relacionado ao pertencer à Rua Abelardo Pereira dos Santos, um local no lugar Timbó, e não a Comunidade do Timbó como um todo. Este pertencimento criar estratégias para driblar a valorização pela qual a comunidade passa, com as eventuais mudanças de casa na rua, bem como a resistência em se manter na mesma casa há 10 anos. Dona Valéria compreende que vale a pena permanecer no lugar não somente pela sua liberdade em morar sozinha, mas também pelas amizades que construiu no local, pela proximidade e facilidade em acesso outros espaços da cidade e pelos serviços de saúde localizados próximos ao seu lugar de moradia.

O sentimento de pertença, deste modo, é essencial na construção do lugar Timbó, que só se constitui enquanto lugar através dos vínculos afetivos estabelecidos na inter-relação com o lugar. O sentimento de pertencer configura um processo de criação cotidiana do Timbó, elaborando sentidos de proximidade e distanciamento, de semelhança e dessemelhança, como mostra os casos de Dona Fatinha e Dona Valéria. Nesse processo de construção do lugar e das relações no lugar surge a edificação de moralidades que norteiam a formas de vivenciar a Comunidade do Timbó.

A construção do sentimento de pertencimento ao lugar de moradia e edificação de moralidades

São as relações de amizade e reciprocidade estabelecida com os parentes locais, com os vizinhos, e com os amigos, que contribuem para a construção de um sentimento de pertencimento ao lugar de moradia e compartilhamento. Aspecto que pode ser identificado através das narrativas e trajetórias dos moradores do Timbó, e que representa o lugar, não apenas como possível conseguir uma casa própria, mas, principalmente, como um lugar "humilde", uma "favela, e até como um "buraco", mas que conforma uma "comunidade". Uma comunidade que dá sentido ao sentimento de pertencer, de chamar de seu, e de poder contar com seus vizinhos, parentes e amigos que moram no lugar assim que precise.

É comum ao se conversar com um morador sobre a relação dele com o lugar, escutar a afirmação de que gosta do lugar e que não tem vontade de sair, mas que, no começo, não gostava, pelo fato de ser um local muito pobre e cheio de problemas. Por outro lado, ao desenvolver a conversa com o morador e, posteriormente, perguntar se há o desejo de morar em outro lugar, também é comum ouvir a afirmação de que "se for

para um lugar melhor" sairia. Essa ambiguidade de querer ficar e querer sair ou, de não ter como sair e ter que ficar, integra o sentimento de pertencimento do morador em relação ao lugar, numa mistura de amor e ódio ao lugar (KOURY, 2003).

Para pensar o desenvolvimento desse sentimento de pertença, compreendido aqui como responsável por transformar o espaço do Vale do Rio Timbó no lugar que é a Comunidade do Timbó, partimos de alguns casos com base na vivencia dos moradores. O primeiro caso remete a vivência no Timbó de Dona Ivete.

Dona Ivete, citada anteriormente, é uma das moradoras mais antigas com quem conversei. É comum encontrá-la sentada na calçada de sua casa, na *parte baixa*, geralmente acompanhada de suas filhas, vizinhas, comadre e afilhados. É nessa calçada onde costumamos conversar, contando experiências dela no lugar e aproveitando para ouvir sobre as experiências das vizinhas e filhas. A chegada de Dona Ivete ao Timbó marca uma ruptura no padrão de vida anteriormente vivido por esta moradora e sua família, no bairro da Ilha do Bispo. Ela conta que,

> A gente não era rico, mas vivia bem demais. Eu tinha uma lojinha de tecidos lá no centro e meu finado tinha linha de taxi... aí na mudança de governo [*durante o período Collor*] a gente acabou falindo... Aí pronto, a gente veio pra cá, perdemos tudo pra quitar dívida! Perdemos tudo e viemos morar aqui embaixo... Aqui embaixo pra mim era novidade, decepção, porque eu era acostumada numa vida e de repente eu caí com a cara na lama, entendeu? Mas mesmo assim eu enfrentei, já que eu nunca fui mulher de correr da baia não! Não tinha energia, não tinha água... Aí começou a jornada da gente... É uma favela? É um bairro? Não sei o quê que é! Só que sei que um buraco arrodeado de barreira tinha... Era uma casa ali, outra acolá, outra num sei aonde, tá entendendo? Que se você precisasse de um socorro de uma coisa você tinha que subir! Subir! Pra pegar um carro tinha que ser lá... Na principal, ali onde tem o posto [*PSF Bancários*] lá de cima, das três ruas, porque até ônibus era pra lá (Dona Ivete, moradora do Timbó há 38 anos).

O não gostar do lugar no momento de chegada é apontado pela quebra no padrão de vida, considerado bom, para uma nova condição de vida "com a cara na lama". Além das diversas dificuldades financeiras devido à falência econômica da família, e pela carência e precariedade da ocupação, que se intensificava nos períodos de chuva,

causando os alagamentos. Houve também a questão de que as casas ficavam “longe de tudo”, tendo que subir até o bairro dos Bancários para conseguir ter acesso a um transporte coletivo, ao mercadinho, ao posto de saúde e a outros serviços e equipamentos urbanos, segundo relata.

Dona Ivete ressalta que “como eu morei em outros cantos, eu nunca gostei, a gente morava porque tinha que morar, sabe?”, de modo que a Comunidade do Timbó surgiu como uma possibilidade de recomeço. Com o auxílio da prima, que já residia no lugar, e outros vizinhos que conheceu, o falecido marido de Dona Ivete conseguiu um emprego como auxiliar de serviços gerais e aos poucos a situação econômica da família foi melhorando. Além da entreajuda para a obtenção de emprego, Dona Ivete também estabeleceu relações de compadrio, tornando-se madrinha dos filhos de suas amigas da vizinhança, e ampliando as redes de apoio e solidariedade ao se inserir na sociabilidade pessoalizada em desenvolvimento.

Ao estabelecer relações no local redescobre a Comunidade do Timbó não apenas como um lugar precário, “longe de tudo”, onde tinha que viver “com a cara na lama”, mas também como um lugar onde “o povo é unido”, onde é animado, com a bagunça em que “uma hora briga, outra esculhamba, outra hora xinga um com o outro” e que isso é que a faz gostar do lugar. O Timbó é transformado em lugar de pertencimento (KOURY, 2017), onde os moradores reconfiguram sua bagagem de experiência afetiva na vivência do local e de onde reconhece a si e ao outro enquanto morador e desse lugar habitado vivencia a cidade como um todo, lidando com as “cargas” positivas e negativas associadas aos moradores da Comunidade do Timbó.

O lugar a partir de então é compreendido enquanto um local de vivência, de moradia e de pertencimento. É entendido como o ponto de onde as pessoas estabelecem vínculos, elaboram o cotidiano e articulam as relações de reciprocidade, de estranhamento e as tensões e conflitos presentes.

A noção de lugar aciona desse modo o sentimento de pertença e é considerado um elemento importante na constituição da pessoa e na conformação da individualidade. O lugar passa a ser compreendido, então, como o local intrínseco da pertença, de onde este sentimento surge como um fundamento da pessoa a partir de um determinado lugar (KOURY, 2003, p. 76).

O lugar é, de acordo com Koury (2003, p. 85), um

> lugar de pertença, onde o estranhamento se funda, enquanto espaço próprio e espaço do outro. Lugar de interpenetração que elabora

> curvas de vida no interiorizar-se como símbolos de reconhecimento de cada um como pessoa e como comunidade, e como ferramenta de desvendamento de outros lugares. Lugar do universal em que se estabelece a diferença. Não uma comunidade, não uma possibilidade comunitária, enquanto espaço físico apenas, mas a cidade, enquanto polifonia e, como tal, enquanto espaço imaginado. Lugar onde se habita, onde se constroem individualistas e sentimento de civismo. Onde se encontram a reciprocidade e a animosidade, capazes de fortalecer sentimento de amor e de ódio intensos, misturados, que tornam o viver a cidade como algo mais do que morar nela. Que tornam a experiência como em algo que faz parte do corpo individual, porque cultural e social, de quem nela habita.

O lugar é constituído, destarte, através da experiência prática e simbólica cotidiana. Baseia-se no sentir individual de cada pessoa e nas trocas práticas e simbólicas ocorridas entre os interacionais no lugar.

É um lugar coletivo composto por diversos olhares singulares das pessoas que nele moram ou frequentam. É também um lugar comum, de onde as pessoas vivenciam experiências singulares do e no lugar, reelaborando as experiências a partir de um sentimento particular de pertencimento, que aciona redes de solidariedade, mas também de tensões cotidianas, conformando uma experiência ambivalente de amor e ódio.

O sentimento de pertença entre os moradores da Comunidade do Timbó envolve essa ambivalência mencionada por Koury (2017, p. 13; e p. 97-128), isto é, do gostar do lugar por ser tranquilo, bom de morar e onde conhece todo mundo, mas, ao mesmo tempo, que traz o desgosto por morar em um lugar onde tem que vivenciar o estigma (GOFFMAN, 1981) relacionado à comunidade e aos moradores, como um local de "marginais" e de "elementos" que fomentam o comércio de drogas e contribuem com a imagem negativa sobre o lugar, e onde há "gente que se intromete na vida dos outros", etc.. É esse gostar e desgostar que é ponderado pelo morador quando questionado sobre um possível desejo de sair do lugar.

Assim, como Dona Ivete, Dona Cláudia também afirma gostar de morar na Comunidade do Timbó, pela centralidade em relação ao acesso a outros espaços da cidade. Diferente de Dona Ivete, porém, Dona Cláudia não morou em outros lugares do Timbó além da casa em que reside atualmente, na *parte alta* da comunidade, que se beneficiou diretamente da valorização imobiliária do bairro dos Bancários e que é

considerado o lugar mais valorizado da Comunidade do Timbó, o que nos permite compreender o medo da gentrificação mencionado por esta moradora.

Dona Cláudia ressalta as tentativas de negociação da sua casa por pessoas interessadas em morar no lugar, faz essa ressalta para evidenciar que não sai da Comunidade do Timbó e deseja terminar os seus dias no lugar onde criou seus filhos e construiu a vida. O Timbó representa para ela o lugar onde é conhecida e respeitada por todos, assim como os filhos que criou e que também residem no local.

A Comunidade do Timbó é o lugar de pertencimento onde se sente segura para sentar na calçada até tarde da noite e, como já aconteceu, de dormir com o portão sem cadeado. “Aqui todo mundo me conhece e ninguém mexe com ninguém, se pegar qualquer coisa aqui *eles* mandam devolver assim que souberem, por isso não tenho medo”, afirma Dona Cláudia ao atribuir a tranquilidade local ao conhecimento mútuos dos moradores e, também, as pessoas envolvidas em atividades ilícitas que estabelecem normas para que seja seguida por seus pares.

Aqui mais uma vez se apresenta a ambivalência do sentimento de pertença, pois Dona Cláudia ao mesmo tempo em que reconhece a presença de pessoas envolvidas em atividade ilícitas, que ela denomina de *eles*, como algo que, de certa forma, contribui para a tranquilidade local. Esta moradora aponta esse mesmo *eles* como responsáveis pela “desordem” que acontecia no lugar, com mortes ocasionadas por disputa pelo comércio de drogas e com a entrada de pessoas na comunidade para comprar droga, fomentando uma imagem negativa sobre o lugar. Por isso surge a narrativa de diferenciação, pois no Timbó “tem problemas como toda comunidade possui, mas aqui é muito mais tranquilo que as outras, veja se a gente passa todo dia no Samuka como acontece com outros lugares!”, defende Dona Cláudia, que complementa a diferenciação ao distinguir que “tem gente boa e honesta e tem gente ruim”.

A relação ambivalente de gostar e desgostar que envolve o pertencer ocorre pelo fato desse sentimento acionar a noção de fazer parte do lugar, de se enraizar nele e a partir dele. Pertencer a um lugar permite que a pessoa se reconheça a partir dele e, no caso da Comunidade do Timbó, requer administrar cargas positivas e negativas que a vivencia no lugar promove, configurando o sentimento de pertencimento, isto é, de enraizar-se ao e no lugar. Enraizar-se é “não uma espécie de se tornar isolado, mas de se tornar autônomo. É uma espécie de se tornar do mundo a partir do seu lugar, e da cultura emotiva que o formou e o fez emergir como pessoa singular” (KOURY, 2017, p. 16).

Koury indica o lugar não apenas como o local enraizado na pessoa, mas também como cultura emotiva. Cultura emotiva esta que é cristalizada enquanto moralidade e, ao mesmo tempo, é formadora das intersubjetividades em troca, e em tensão (KOURY, 2017, p. 19). A Comunidade do Timbó é transformada em lugar a partir da vivência cotidiana, que permite o estabelecimento de laços afetivos com o local e com as pessoas que o compartilham. Ao tornar o Timbó um lugar os moradores também constroem uma cultura emotiva baseada no sentimento de pertença, na pessoalidade e em redes homofílicas, elementos que configuram as vivências emocionais dos moradores. Assim, esses moradores constroem uma cultura emotiva, baseada em uma concepção sobre o mundo comum, em que se compartilham valores, normas, tomadas de posição, justificativas, desculpas, acusações, negociações e aceitações em determinados situações.

Neste sentido, a Comunidade do Timbó é o lugar próprio, o lugar comum fundado e que funda os moradores, lugar de reconhecimento e identificação de si e do outro. As relações cotidianas que se desenvolvem no local contribuem para a construção de um sentimento de pertença, que tensiona a ambivalência do gostar e do desgostar do lugar em que se mora. São essas relações cotidianas que propicia a compreensão do indivíduo enquanto morador da Comunidade do Timbó, um lugar onde seus habitantes compartilham um sentimento comum de pertencimento.

O lugar, assim, é compreendido enquanto local de moradia e de pertença, que é constituído através da experiência cotidiana, mas também imaginária, pois se baseia no sentir individual que cada pessoa e nas trocas simbólicas ocorridas no lugar. O lugar é, assim, um lugar comum composto por diversos olhares singulares das pessoas que nele moram ou frequentam. É o local do coletivo, onde estas pessoas vivenciam experiências singulares do e no lugar, reelaborando essas experiências a partir de um sentimento particular de pertencimento, que aciona a ambivalência do amor e ódio presente no sentimento de pertença.

Nesse sentido, a discussão aqui proposta compreende que o lugar é o local (CERTEAU, 2014a) onde se processa a realização da vida (CARLOS, 2004), onde se produz um sentimento de pertencimento entre as pessoas no lugar, que ganha uma dimensão afetiva através da prática cotidiana, como aconteceu na Comunidade do Timbó. A ocupação do Vale do Rio Timbó por pessoas que compartilham de uma trajetória de vida semelhante (KOURY, 2018a) contribui para que estas pessoas se

unam em uma luta pela permanência no local, que vai se constituindo como um lugar de moradia, um lugar comum que fomenta a produção de um sentimento de pertencimento.

Foi através das relações cotidianas no local, desenvolvidas pelas pessoas que ocuparam a área do Vale do Rio Timbó, que foram elaborados corriqueiramente os modos de uso e as formas de habitar o lugar, conformando um sentido de pertencer criado através das experiências emocionais no e com o lugar. Como aponta Carlos (2004, p. 51), é por meio das apropriações vividas e percebidas pelas pessoas que o lugar ganha sentido, de modo que essas apropriações e percepções referem-se às relações cotidianas no lugar, como as relações de amizade e de vizinhança, que proporciona o encontro com conhecidos, o ato de caminhar e várias outras práticas que dão sentido ao ato de habitar e torna o espaço um lugar.

Ao discutir sobre o espaço urbano, Carlos define que

> o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido (CARLOS, 2004, p. 50).

É no lugar onde se constitui o reconhecimento de si e do outro, onde que a rua, a calçada, a igreja e lugares de lazer e demais espaços da Comunidade do Timbó se transformam no espaço do vivido, o espaço praticado. São, portanto, as relações estabelecidas entre os moradores da Comunidade do Timbó que geram o sentido dos lugares, sentidos que são criados através do uso.

O Vale do Rio Timbó, deste modo, se apresentava como um espaço não praticado, já que não possuía nenhum tipo de ocupação da área, até que o processo de expansão da cidade, com a construção do bairro dos Bancários, propicia a ocupação desse espaço através da extração de saibro e, sobretudo, da residência "temporária" dos trabalhadores da construção civil que estavam empregados nessa obra. Além da ocupação do espaço pelos trabalhadores, há também a presença de outros sujeitos pobres que começam a ocupar o local ao entorno da jazida de saibro e que se estabelecem na área após a desocupação do espaço pela empresa de construção civil. Nesse processo em que se processam relações cotidianas e práticas de lugar, que se ampliam com a ocupação do espaço após a finalização das obras do bairro dos Bancários.

O Vale do Rio Timbó se torna a Comunidade do Timbó, passando de um espaço não praticado para um espaço praticado (CERTEAU, 2014), e se constitui como um lugar de moradia e de pertencimento. A luta pela permanência e moradia no local e o estabelecimento de relações cotidianas de cumplicidade, de reciprocidade, de amizade, de vizinhança, de tensões e conflitos resulta na transformação da área em um lugar comum de compartilhamento e pertença.

Ao se tornar um lugar comum a partir de onde o morador funda a si mesmo e ao outro, é construída uma cultura emotiva que surge enquanto resultado das relações entre os indivíduos, que conformam códigos morais e de conduta e sentidos de estranhamento, semelhança e dessemelhança. Nesse processo as moralidades são edificadas enquanto instância de continuidade da cultura emotiva construída pelos moradores na conformação da Comunidade do Timbó, configurando uma projeção do viver bem. As moralidades são entendidas, aqui, a partir da cultura emotiva construída e pelo sentimento de pertença e suas tensões ligadas à pessoalidade.

É através dos processos intersubjetivos que códigos de moralidades são cristalizados, configurando uma vivência específica do lugar e projetando sentidos e aspirações do "bem viver" local. Sentidos e aspirações que são tensionadas pela relação ambígua de gostar e desgostar que é comum da pertença, jogando com o cruzamento entre o que é e o que poderá ser.

O morador da Comunidade do Timbó elabora o gostar e o desgostar do lugar através da relação entre pertença e pessoalidade, onde o sentimento de gostar é aflorando na vivência do morador ao se referir ao lugar comum que compartilha e constrói com os semelhantes, onde se reconhece e é pelos outros reconhecidos[46]. O lugar bom de viver, onde moram pessoas trabalhadoras, honestas e tementes a Deus que contribuem para o fomento da tranquilidade local, de modo que estes aspectos acionados para a singularização do Timbó são perpassados por códigos de moralidades que indicam a composição do lugar bom de morar e do bom morador.

O lugar bom de morar é o lugar que compartilha com semelhantes, isto é, aqueles com quem gesta um elo civilizatório que une os indivíduos de uma dada cultura emotiva, fomentando estratégias de diferenciação e códigos de conduta que são

[46]A questão do gostar e do desgostar do lugar é aprofundada a partir do sentimento de conforto e desconforto (PRADO, 1998) do viver em uma sociabilidade de intensa pessoalidade, discussão que será realizada no capítulo 3.

configurados pela moralidade na comunidade. Os códigos morais na Comunidade do Timbó, deste modo, criam valores e princípios que se baseia no trabalho, na fé em Deus e no resguardo de viver para a família, sem fazer fofoca sobre a vida do outro relacional.

O trabalho se apresenta como um elemento moralizador que dignifica o homem comum pobre e o distingue da figura do pobre perigoso (KOURY, 1886, p. 139). O valor moral do trabalho é acionado pelos moradores do Timbó como forma de se diferenciar e de ressaltar o ganho honesto da vida, através do trabalho enquanto um elemento disciplinador do indivíduo. Ao analisar a formação da classe trabalhadora no Nordeste brasileiro, com ênfase para a cidade de João Pessoa, Koury (1986, 2017, p. 32) indica que o trabalho e a disciplina possuem valores morais que são tradicionalmente presente no entendimento da classe trabalhadora, onde aparecem como positivos e dignificadores do homem pobre[47].

O trabalho é definido como algo positivo que dignifica os indivíduos devido o seu caráter moralizador e regenerador, principalmente do homem comum pobre. O trabalho, assim, possui a especificidade de ser considerado propulsor da disciplina entre os indivíduos, sendo "um agente que integra o homem (pobre) à sociedade" (*idem*, 2017, p. 38). Os moradores do Timbó, por sua vez, se baseiam principalmente na noção de ser trabalhador como um elemento que dignifica a pessoa. Ser trabalhador indica a condição do morador de viver do seu trabalho, de executar o esforço cotidiano de ganhar a vida de forma honesta, isto é, de acordo com os valores morais da comunidade, que reprova o envolvimento com atividades ilícitas de comércio de drogas, furtos, assaltos e outros pequenos delitos.

Ser trabalhador, no entanto, não significa necessariamente possuir um trabalho, pois se refere a uma condição do morador. O morador se vê na condição de trabalhador, de alguém que está disposto ao trabalho. O ser trabalhador se relaciona com a categoria analítica de trabalho porque o elemento da dignificação se faz presente na construção dessa condição, onde o trabalho ultrapassa a noção de ser um instrumento pelo qual o morador satisfaz algumas de suas necessidades básica se se centra, na narrativa dos interlocutores, na dignificação e realização dessas pessoas.

[47]No plano de desenvolvimento da cidade da Parahyba, como aponta Koury, o lugar do homem comum pobre, no discurso modernizador da cidade, é nos locais de trabalho e fora dos espaços públicos da cidade, pois o ideal de modernização e progresso necessitava do afastamento da pobreza. O lugar de moradia desses homens comuns pobres é o subúrbio da cidade, espaços destinados para esses indivíduos, integrando a lógica de embelezamento do espaço urbano da cidade.

O morador se coloca como trabalhador e temente a Deus, com a fé funcionando como fundamento da vida comunitária e reforço de moralidades. Neste sentido, a fé em Deus advém de um fomento da fé e da prática da vida religiosa, bem como se apresenta como uma atitude de relacionamento moral. Vejamos o exemplo de Seu Abdias, morador da comunidade desde 1983, que fala sobre a atitude relacional com o divino como uma reafirmação da imersão na moralidade enquanto continuidade da cultura emotiva.

Seu Abdias se coloca, assim como os demais interlocutores, na condição de trabalhador e enfatiza as dificuldades encontradas no decorrer da vida, que foram superadas com a vontade de trabalhar e a fé em Deus. O trabalho desempenhado como pedreiro, servente de pedreiro, marceneiro e pintor foram algumas das funções que este interlocutor conta já ter exercido para conseguir manter a família. “Já trabalhei com tudo um pouco nessa vida, minha profissão é ser trabalhador... Qualquer coisa que desse eu estava pegando”, conta Seu Abdias ao se colocar na condição de trabalhador.

Não importa a profissão que desempenha, se está empregado ou desempregado, a condição de ser trabalhador surge como um elemento moral que se relaciona com a fé em Deus. A fé no divido se apresenta como um elemento que indica a religiosidade do morador, sendo um elemento acionado por Seu Abdias para assinalar uma forma de comportamento e fomento da pertença a partir da semelhança a um grupo que se apoiam na fé e nos auxílios corriqueiros para lidar com as circunstâncias cotidianas na Comunidade do Timbó.

A igreja trabalha com a valorização das relações pessoais de vínculos estreitos que se baseiam no espírito da coletividade, de apoio e ação mútua como um código moral de comportamento. A rede homofílica criação a partir da igreja ganha centralidade na vivência dos moradores, que conta com as ajudas mútuas na obtenção de emprego ou outros auxílios cotidianos. Seu Abdias conta um episódio da sua vida que ilustra estas relações recíprocas de ajuda mútua que se exercitam a partir dos laços religiosos que vinculam os indivíduos, episódio que evidencia a valorização no sentido de proteção e união pela fé.

Seu Abdias era (e ainda é) a pessoa que possuía uma renda para manter as necessidades básicas da família, composta por ele, a esposa e cinco filhos, até que um dia, quando saia de um bico que estava fazendo como servente de pedreiro teve um infarto e foi socorrido pelos amigos de trabalho, levando-o para o hospital. Após este episódio Seu Abdias precisou tomar alguns remédios para melhorar a circulação

sanguínea, sendo aconselhado a parar, a princípio por algum tempo, o trabalho como servente de pedreiro para repousar e se recuperar. Durante o período em que estava sem trabalhar, a igreja teve um papel fundamental no auxílio à família de Seu Abdias, que passou a receber cestas básicas durante dois meses.

Para Seu Abdias, a ajuda e o apoio que recebeu dos irmãos da igreja marcou um momento de fortalecimento da fé e, consequentemente, dos laços comunitários, fomentando o sentimento de pertença. A ajuda recebida chegou de forma inesperada, conta o interlocutor:

> Minha preocupação era as crianças, então falei para Maria [a falecida esposa] que conversasse com alguém da igreja para conseguir um bico... Quando ela voltou foi com uma sacola cheia coisa... Era uns alimentos que os irmãos estavam arrecadando na igreja pra gente... recebemos duas vezes ainda, veja como tudo é no tempo certo! Aí Maria conseguiu um trabalho lá na Assembléia Legislativa e a gente foi se ajeitando.

A rede homofílica que a igreja movimenta no auxílio ao outro se processa como uma forma de lidar com as adversidades, seja distribuindo alimento e indicando vagas de emprego, como no caso de Seu Abdias, ou auxiliando no apoio emocional, na partilha de alimento e no esforço em ajudar o outro a superar os problemas, como no caso mencionado anteriormente de Dona Creuzinha.

A igreja, nesse sentido, se coloca como um suporte moral que assegura ao morador o fomento da fé, que proporciona apoio e força para enfrentar as dificuldades cotidianas. As relações que se processam a partir da igreja se pautam na confiança na moral comunitária de auxílio ao outro relacional, reforçando os laços comunitários e acionando a fé como uma visão do outro como próximo.

Na Comunidade do Timbó as moralidades criam a projeção do "bem viver" no local comum e instituições como a igreja age para a consolidação dos laços tradicionais onde a semelhança e a confiança configuram o outro relacional a partir de vínculos comunitários estreitos, exercitando a pessoalidade. Assim, a igreja trabalha com o fortalecimento do sentimento de pertença e das relações pessoais entre os moradores, bem como age na moralização e no ajustamento do sujeito aos códigos morais. Quando algum morador está praticando condutas que representam risco à cultura emotiva, uma das exigências do controle social exercido pelos moradores é frequentar alguma

atividade religiosa ou procurar um trabalho, sendo dois elementos visto, como moralizantes que estão de acordo e fundamentam os códigos morais no Timbó.

Outro código moral que frequentemente surge na fala dos interlocutores é o cuidado da própria vida, no sentido de não fazer fofoca sobre a vida do outro. Apesar de ser uma instância da pessoalidade comum à sociabilidade da Comunidade do Timbó, é moralmente negativo ser reconhecido como fofoqueiro. O fofoqueiro é apontado como a pessoa que "se intromete na vida dos outros", que "cuidado do que não deve", sendo visto como uma pessoa não confiável para compartilhar determinados assuntos. É moralmente esperado que cada morador cuide da sua própria vida, não é visto com bom grado o fofoqueiro – que está demasiado atento na vida do outro relacional – e nem o indiferente – que está apático a vida comunitária.

Os códigos morais da comunidade, perpassado pela pessoalidade, requer do morador o jogo de cintura de saber comentar sobre os acontecimentos no lugar, fomentando um acervo de informações sobre o outro, sem, contudo, se mostrar uma pessoa fofoqueira. Estratégias são colocadas em prática no exercício das instâncias da pessoalidade no Timbó, como será discutido no capítulo 3. Neste sentido, os códigos morais geram códigos de conduta que contribuem para o bem viver.

Assim, a condição de ser trabalhador, a fé em Deus, a honestidade e o cuidado da própria vida conformam códigos de moralidades na construção do bom morador, o mau morador se localiza no oposto destas moralidades. Aqueles que não são reconhecidos como bons moradores são os que não exercitam os códigos de moralidade que funcionam como continuidade da cultura emotiva engendrada. Enquadra-se nesse conjunto de mau morador a pessoa envolvida com atos de criminalidade – como a venda e o consumo de drogas e a práticas de roubos e assaltos –, o fofoqueiro e o apático a vida no local.

O mau morador habita a Comunidade do Timbó, mas não compartilha a cultura emotiva e os códigos de moralidades, sendo aquele com quem o elo civilizatório foi rompido, gerando relações de distanciamento, diferenciação e evitação. O apático à vida no local é considerado um mau morador por demonstrar desinteresse em integrar os vínculos afetivos estreitos e exercer laços de confiança e solidariedade, se tornando alheio ao outro relacional e ao lugar. Já o fofoqueiro é mal visto na comunidade pelo excessivo interesse na vida do outro relacional, ocasionando tensões advindas da pessoalidade, que causam constrangimento por ter a vida doméstica comentada pelos outros relacionais.

Outro mau morador, como indica os interlocutores, é aquele envolvido com atos criminosos, que é responsável pela degradação do lugar e pelo fomento da imagem negativa que o bairro dos Bancários construiu sobre a comunidade. Este morador coloca em risco não só a projeção do viver bem, isto é, do viver em um lugar de pertença e pessoalidade, onde os moradores se conhecem e estabelecem relações de solidariedade, que é urbanizado, tranquilo e bom de morar por compartilhá-lo com pessoas de bem, trabalhadoras, honestas e de fé em Deus. Nesse sentido, essa projeção é tensionada pelas ranhuras ocasionadas através da associação do lugar Timbó à violência e ao perigo, o que dificulta o esforço dos moradores na reconfiguração da imagem da comunidade a partir dos moradores que nela construíram uma cultura emotiva e que a partir dela funda sua individualidade.

A discussão sobre o esforço dos moradores de reconfiguração da imagem da Comunidade do Timbó será discutida no próximo subitem que analisa esta reconfiguração como um agenciamento baseado na diferenciação dos moradores e na ênfase para a moralidade que norteiam os códigos de comportamento e as relações cotidianas dos moradores no lugar. Assim, o próximo item aborda a forma como o morador da Comunidade do Timbó aciona elementos da cultura emotiva local para apresentar uma noção positiva do Timbó (por eles chamada de *Timbó hoje*), que se diferencia do que a Comunidade foi no passado e tem sido vista até hoje. Como é o presente e como se deseja que ele seja?

O esforço para reconfiguração da imagem da Comunidade do Timbó

A Comunidade do Timbó, durante o seu processo de constituição e crescimento, foi associada a uma imagem negativa criada pelo bairro dos Bancários sobre a comunidade. Esta imagem se baseia em uma apreensão da comunidade como um espaço de vulnerabilidade social e econômica, que vai se desenvolvendo de forma precária – sem um ordenamento urbano e adensando os problemas de risco ambiental – e onde se desenvolve uma violência urbana.

O Timbó é visto pelo bairro dos Bancários como o responsável por fomentar a violência no bairro (SOARES, 2009), concepção que foi construída durante o desenvolvimento do bairro e da comunidade, e que se processa de forma paralela. A Comunidade do Timbó, para o bairro dos Bancários, surge no imaginário como um espaço visto sob suspeita. Os moradores da Comunidade do Timbó, por outro lado, buscam romper com essa imagem estigmatizada lançada sobre o lugar e os seus

moradores. Para romper com essa imagem negativa, o morador do Timbó faz uso de formas de agenciamento para reconfigurar a imagem da comunidade a partir da cultura emotiva local.

Neste tópico, desse modo, discute o agenciamento dos moradores da Comunidade do Timbó para reconfigurar a imagem local, acionando estratégias para reconstruir a imagem do Timbó com base na cultura emotiva do lugar. Busca-se analisar as estratégias utilizadas pelos moradores para romper com a imagem negativa sobre o lugar, estratégias estas que se baseiam nas formas de diferenciação, na produção dos lugares e na noção de *Timbó hoje*, que remete a um lugar diferente ao que o Timbó já foi um dia.

A discussão aborda a construção que os moradores fazem do lugar, construção essa que integra os valores e os códigos morais da comunidade. Nesse agenciamento dos moradores para reconfigurar a imagem local há um esforço em indicar as mudanças que aconteceram no lugar, não apenas as mudanças na infraestrutura, com a urbanização da Comunidade do Timbó, mas também as mudanças sociais que apontam para um constante jogo entre o passado e o presente do Timbó.

A análise é iniciada pelo agenciamento da noção de *Timbó hoje* a partir das vivências de Dona Pâmela, que pondera a relação entre o passado e o presente da Comunidade do Timbó a partir da construção do seu sentimento de pertença ao lugar. À media em que desenvolve e consolida o seu sentimento de pertença e constrói vínculos afetivos estreitos com o lugar, ela vai elaborando, também, desculpas e justificativas que apresentam o lugar de moradia e pertencimento como um lugar de reconhecimento enquanto morador. Como os demais moradores da Comunidade do Timbó, Dona Pâmela lida com a imagem negativa construída sobre o lugar, seja essa imagem construída pelos próprios moradores, ou construída por pessoas de fora – como os moradores do bairro dos Bancários.

A pertença, a recordação do passado e o esforço de elaborar códigos norteadores morais para a comunidade

Dona Pâmela e Seu Bernardo formam um casal que chegou ao Timbó nos anos de 1983, lugar onde Seu Bernardo adquiriu uma casa. No período em que Seu Bernardo, e posteriormente Dona Pâmela, mudou para a Comunidade do Timbó a ocupação não enfrentava mais a resistência da Administração Pública para a desocupação da área. Este morador conta que havia algumas casas, algumas longe de outras, mas o barraco de

madeira que havia comprado possuía uma vizinhança próxima que contava com aproximadamente quatro casas ao entorno da sua.

Antes de mudar para a Comunidade do Timbó, Dona Pâmela e Seu Bernardo, junto com as duas filhas pequenas, residiam em uma casa alugada em uma vila no bairro de Cabo Branco. Ambos planejavam comprar uma casa própria pela cidade e, por isso, Seu Bernardo vinha guardado "um dinheirinho" há algum tempo. Este interlocutor soube da venda de uma casa na Comunidade do Timbó através de um amigo do trabalho, que anunciava a venda da casa de outro amigo. Esta casa foi então adquirida por Seu Bernardo, que logo se mudou para a comunidade e ficou à espera "da boa vontade" da esposa, como comentou, para se mudar para a nova casa.

Dona Pâmela, por sua vez, não pretendia morar no Timbó por ser uma comunidade pobre, por isso hesitou a mudança para a casa recém adquirida pelo marido. Ela realizava visitas ao marido nos finais de semana, quando finalizava seu trabalho como empregada doméstica para uma família do bairro dos Estados. Visitas que duraram quase três meses, até que se mudou com as duas filhas para a Comunidade do Timbó, onde mora até hoje.

Esta interlocutora preferia morar pagando aluguel no bairro de Cabo Branco, também sem infraestrutura, a residir na Comunidade do Timbó. Isso porque a comunidade era considerada uma ocupação irregular pela administração pública e uma favela pela cidade, a mudança significava sair de um espaço que compartilhava com outras pessoas pobres, mas que não era vista como favela, para um espaço a ser compartilhado com uma pobreza sem casa que ocupa um terreno para construir casas e formar um novo nucleamento na cidade. A Comunidade do Timbó já surge, para Dona Pâmela, como um lugar estigmatizado ao qual não deseja se vincular.

A mudança de Dona Pâmela para a comunidade é um processo que passa pelo aconselhamento da mãe, pelas visitas semanais ao lugar e pela dificuldade de manter as despesas da casa sem a ajuda financeira do marido. Para Seu Bernardo a mudança significava conseguir uma casa própria e não precisar pagar aluguel, salientando, ainda, que a compra de uma casa era algo desejado pelo casal. Como foi relatado por ele, a negociação da casa foi boa, não pela casa, que era um barraco de madeira, mas pelo tamanho do terreno e pelo preço que conseguiu fechar o negócio, de modo que ainda tinha "sobrado uns trocados".

Acrescenta, ainda, que na época em que se mudou para a Comunidade do Timbó a ocupação estava no começo, com poucas casas e barracas construídas. Seu Bernardo

conta que dividia a vizinhança com três famílias e que o lugar era bastante tranquilo, "eu falava era muito pra ela [Dona Pâmela] ficar de vez, mas ela tinha era medo de mandarem a gente sair... o negócio dela não querer vir pra cá era pelo medo de ter que sair depois e perder o dinheiro, por isso ela ficou com *pantim*[48]", relata. Nesse sentido, o titubeio de Dona Pâmela em mudar para o Timbó não se constitui apenas no fato de ver a comunidade como um lugar estigmatizado, mas, também, no caso de que, enquanto ocupação irregular, a casa comprada no lugar não significava uma garantia de permanência.

A casa, na narrativa de Seu Bernardo, poderia ser tomada pela administração pública ou por qualquer outra pessoa que se declarasse proprietário do terreno, por isso Dona Pâmela preferia morar de aluguel no bairro de Cabo Branco, pois naquela condição ela entendia que não aconteceria a tomada inesperada da casa enquanto estivessem pagando o aluguel. O receio em adquirir uma casa na Comunidade do Timbó se baseava na possibilidade de prejuízo no investimento, caso houvesse a remoção, e no fato de sair de um nucleamento pobre para outro mais pobre, e considerado uma ocupação irregular e que já havia passado por tentativas de desapropriação.

Dona Pâmela conta que não gostava de morar na Comunidade do Timbó e "só com muito tempo me acostumei com isso... porque era o jeito...". "Era o jeito" morar no Timbó, seu marido já havia se mudado para o local, Dona Pâmela ainda resistiu por quase três meses em fazer a mudança definitiva, ela tinha esperanças que o marido desistisse do negócio e voltasse para o bairro de Cabo Branco. Com a dificuldade em manter o aluguel, ela se mudou para a comunidade a contra gosto. "Era o jeito" continuar residindo no lugar por não ter como residir além desses espaços ermos na cidade, isto é, morar nos conjuntos habitacionais ou nos bairros próximo ao centro pelo valor do imóvel em relação aos terrenos e casas em espaços as margens da cidade – que foge do projeto de modernização urbana.

"Era o jeito" se acostumar com o novo lugar de moradia, onde Seu Bernardo conseguiu adquirir uma casa própria, para onde Dona Pâmela teve que ir e de onde não saiu pela impossibilidade de comprar um imóvel em outros espaços da cidade. O não gostar do lugar de moradia e a dificuldade de sair suscitaram o acostumar-se, mesmo depois de "muito tempo", pois "era o jeito" permanecer. O acostumar-se de Dona Pâmela, assim, passa pela vivência cotidiana no lugar, o que possibilitou o

[48] O termo *pantim* refere-se à frescura, ao chilique e ao melodrama.

estabelecimento de relações com os vizinhos, como Dona Silvana, que já residia no local quando Seu Bernardo se mudou.

Com a vivência cotidiana no Timbó Dona Pâmela passa a se relacionar com os moradores com quem compartilhava a vizinhança, moradores estes que tinham uma relação cordial com Seu Bernardo. O tempo de vivência possibilitou um estreitamento na relação com os moradores da vizinhança, que assumem a condições de pessoa a partir do estabelecimento dessas relações de vínculos sociais estreitos proporcionados pelo compartilhamento de trajetórias de vida – que permite um conhecimento sobre a vida do outro relacional – e ações de entreajuda – como ir junto com a vizinha até o rio para lavar roupa ou coletar água para consumo.

A aproximação com os moradores da vizinhança da rua em formação é fomentada pelas relações cotidianas que estavam sendo estabelecidas, relações que se baseiam no conhecimento sobre o outro e que se configuram a partir de uma fluidez entre as dimensões do público e do privado. Esta aproximação, por sua vez, não se processa de forma igual com todos os moradores com quem Dona Pâmela compartilha a vizinhança. Há aqueles que são "mais chegados" do que outros, os com quem partilha um sentimento de semelhança e constrói uma relação baseada na proximidade e na confiança gerada na convivência cotidiana.

A relação entre Dona Pâmela e Dona Silvana é um exemplo da construção de laços estreitos entre os moradores, relação essa que contribuiu para se acostumar com e no lugar. A companhia cotidiana, as trocas de informações sobre a trajetória de vida, a amizade entre as crianças, as entreajudas na busca de água e no vigiar as crianças e o compartilhamento de crenças religiosas colabora para o se acostumar relatado por Dona Pâmela. O ato de se acostumar a morar na Comunidade do Timbó é perpassado, assim, pela criação de um sentimento de pertença ao lugar, que vimos discutindo nesse capítulo. Sentimento que joga com a ambivalência do ter que morar na comunidade porque "era o jeito", e por isso a necessidade de se acostumar. Costume que se firma através da produção do sentimento de pertencimento, concebido através da relação cotidiana com o lugar e das interações estabelecidas nele.

É o desenvolvimento do sentimento de pertença que permite que Dona Pâmela construa vínculos afetivos com o lugar e com seus vizinhos, o acostumar-se com o lugar constitui o pertencimento ao local, que, aos poucos, passa a ser entendido como um bom lugar. O bom lugar é conformado, ainda, pelo esforço em elaborar códigos morais

norteadores para a comunidade, que se baseiam na pertença, na pessoalidade e nas redes homofílicas, elementos básicos que configuram a cultura emotiva da comunidade.

Bom lugar, mas que passa constantemente pela tensão do ter que permanecer no Timbó, de compartilhar o lugar de moradia com outras pessoas que contribui para a imagem estigmatizada que ela já lançava sobre a comunidade. É um contínuo se acostumar e nutrir um vínculo afetivo que é configurado pelo gostar e o desgostar do lugar, ambivalência que conforma o pertencer.

Nesse processo de chegada e de estabelecimento de relações com a vizinhança esta moradora conta que

> depois de um tempo ficou bom, moravam algumas famílias por aqui e todos se conheciam... só quando dava o inverno que era aquele lameiro que me fazia lembrar porque não gostava daqui... mas depois chegou o período de crise... veio um bando de gente pra cá, começou o desmantelo, era briga que quando não terminava em tiro era em facada... um Deus nos acuda, minha filha! Graças a Deus de um tempo pra cá as coisas se acalmaram e virou isso que você está vendo... tudo calçadinho, ninguém sofre mais por causa do inverno, temos uma igreja aqui dentro... não tem mais essa história de troca de tiro...o Timbó hoje é uma maravilha, tirando algumas coisas que a gente tem que lidar por causa dos vizinhos... mas fora isso é muito bom morar aqui, hoje eu posso dizer que gosto (Dona Pâmela, moradora da Comunidade do Timbó desde 1983).

Dona Pâmela se refere ao passado de "desmantelo" da Comunidade do Timbó como o "período de crise", diagnosticado por ela como causado pelo crescimento do lugar. A vinda de novas pessoas trouxe o aumento da violência local, com o início do desenvolvimento do comércio de drogas e com as brigas na vizinhança, terminando quase sempre em sangue.

O imaginário de Dona Pâmela – bem como do bairro dos Bancários – sobre a comunidade passa a ser reforçado por casos concretos de morte e violência, caracterizando o lugar enquanto vulnerável social, econômica e moralmente. Assim o sentimento de pertença, que configura o enraizamento e a construção de laços afetivos com o lugar, é um elemento que apreende a tensão do viver no Timbó. Tensão que é conformada pelo fato de residir em um lugar que se caracterizou como um espaço de violência e pobreza, mas que, por outro lado, é lugar onde construiu sua casa, produziu

relações de amizade, auxiliou parentes e amigos a se estabelecerem e de onde se reconhece como morador da cidade.

Tensão que é fomentada pela ambivalência do lugar que se tinha, sem infraestrutura, com problemas ambientais que se agravavam nos períodos de inverno e com casos de violência – seja ocasionada por desentendimento entre vizinhos ou pelas atividades do comércio de drogas. E pelo lugar que se almeja ter, com infraestrutura, saneamento básico, com comércio, com igrejas e com uma tranquilidade local – através do controle dos casos de violência.

Entre o que se tem e o que se deseja, Dona Pâmela vai construindo estratégias de justificação da permanência, como supracitado, e de diferenciação em relação aos moradores que ela vê como pessoas que contribuem para estigmatização do lugar. Este processo de diferenciação integra a elaboração dos códigos morais que configura a semelhança e a dessemelhança entre os moradores, construindo um esforço para reconfiguração da imagem do local, com a preservação da imagem positiva assentada na cultura emotiva e nos códigos morais.

Nesse sentido, a condição de ser trabalhador e a religiosidade surge como dois elementos centrais que norteiam as moralidades e são mediadores de modos de conduta e estilo de vida que são moralmente positivos. Ser morador da Comunidade do Timbó aciona um reconhecimento de si e do outro semelhante como pessoas trabalhadoras, honestas e que buscam a Deus. Pessoa que compartilham um lugar comum onde todos se conhecem e onde é bom de morar. Esses códigos norteadores de moralidades configuram um esforço de preservação da imagem positiva do local, como será discutido no tópico a seguir.

Notas finais

Este capítulo buscou refletir sobre o processo de transformação do espaço do Vale do Rio Timbó no lugar Timbó, isto é, do estabelecimento de relações afetivas com e no lugar onde se estabelece vínculos estreitos. Nesse processo, o espaço antes esmo se torna um lugar de moradia e pertencimento que apreende a dimensão do cotidiano, das relações sociais e das experiências afetivas a partir do lugar.

O lugar Timbó é fundado pelas relações intersubjetivas dos indivíduos que, ao mesmo tempo, funda esses indivíduos enquanto moradores através do lugar onde constrói individualidades e sentimento de amor e ódio, comum ao pertencer. Com a construção do lugar também se processa a constituição de uma cultura emotiva que é

formada enquanto pretensão de continuidade. Três elementos surgem como centrais na configuração da cultura emotiva: o sentimento de pertença, as redes homofílicas, e a pessoalidade.

Estes três elementos se apresentam de forma interdependente na composição do cotidiano da comunidade e na configuração da cultura emotiva do local. A pertença surge como o elemento que propicia a fundação do lugar Timbó através do sentimento de ser e estar no mundo (KOURY, 2003) que é próprio do pertencimento. É também este sentimento de pertença que propicia a criação de redes homofílicas baseadas no localismo e na semelhança, que foi importante durante o crescimento e desenvolvimento da Comunidade do Timbó.

As redes homofílicas contribuíram para a chegada de novos moradores a comunidade através do intermédio de parentes e amigos que já residiam no lugar Timbó. Estas redes homofílicas se constituíam (e constituem) como auxílios cotidianos e ajudas mútuas que engendra relações de reciprocidade, de confiança, de solidariedade e de gratidão. As redes homofílicas, deste modo, jogam com a pertença e com a pessoalidade, construindo vínculos estreitos e duradouros entre as pessoas que integram uma dada rede e, a partir desta rede, realizam trocas materiais e simbólicas enquanto ajudas mútuas para o cuidado com as crianças, a indicação de uma vaga de emprego, o empréstimo de itens domésticos, o empréstimo de alimentos, entrou casos auxílios cotidianos que perpassam o viver no Timbó.

A constituição de um sentimento de pertença ao lugar e o estabelecimento de redes homofílicas entre os moradores também é perpassado por códigos de moralidades construídos enquanto continuidade da cultura emotiva e como projeção do vivem bem no local. O que, como vimos no decorrer deste capítulo, proporciona relações tensas de disputas e negociações de moralidades, bem como de construção de estratégias de diferenciação entre os moradores, com a construção de marcadores sociais da diferenciação e da dessemelhança.

A pessoalidade, um dos elementos basilares da cultura emotiva, fomenta essas tensões entre moradores que se reconhecem através de um processo de diferenciação e dessemelhança, que possuem códigos de moralidades diferentes. No entanto, veremos que a pessoalidade, ao fomentar relações pessoais de vínculos estreitos, também gera relações tensas e conflituosas entre os moradores que se reconhecem enquanto semelhantes, que compartilham os mesmos códigos morais e que se empenham na

preservação da imagem positiva do local através da defesa de um projeto comum do lugar Timbó como bom de morar.

É sobre as tensões que envolvem a solidariedade e o conflito entre iguais que se debruça o capítulo seguinte, com uma análise sobre a sociabilidade da Comunidade do Timbó, pautada na pessoalidade como elemento que perpassa todas as dimensões da vida cotidiana no lugar Timbó.

Capítulo 3 – Solidariedade e conflito na sociabilidade pessoalizada da Comunidade do Timbó

A pessoalidade é um dos elementos basilares da cultura emotiva da Comunidade do Timbó, elemento este que é fomentado pelas relações estreitas e de longa duração, possibilitada pela rede homofílica que perpassa a sociabilidade local. A sociabilidade pessoalizada que se desenvolve na comunidade é configurada pelo localismo e pela homofilia (MARQUES e BICHIR, 2011), características que indicam uma relação pautada na semelhança entre as pessoas envolvidas na sociabilidade e, especificamente, em uma rede de auxílios mútuos, de reciprocidade, de solidariedade e de conflitos.

O viver no Timbó é singularizado pela experiência da pessoalidade, que envolve a solidariedade e o conflito, e nessa dinâmica interacional emerge a tensão cotidiana de viver em um lugar de pertencimento e pessoalidade, onde há um conhecimento mútuo entre os moradores e os assuntos e situações ocorridas são conhecidos por todos os moradores. Vivência localizada em uma sociabilidade em que as fronteiras entre a dimensão do público e do privado não são fixas, que há a construção de um acervo de informações sobre o outro, que se processa uma negociação cotidiana, que ocorre relações continuadas de copresença e que desenvolve um controle social sobre aqueles que integram essa sociabilidade.

Este capítulo, deste modo, discute as instâncias da pessoalidade que configuram a sociabilidade local da Comunidade do Timbó e busca analisar a solidariedade e o conflito que envolve as relações pessoalizadas entre os moradores. O objetivo é compreender, através dos dados etnográficos produzidos no trabalho de campo, como se configura o convívio tenso que perpassa as instâncias da pessoalidade, de modo a desvendar o jogo da pessoalidade em que os moradores estão inseridos, que implicam códigos morais e de conduta, negociações, acionamento de redes de apoio, situações de confiança, dissensos e rupturas que configuram a tensão cotidiana de viver na sociabilidade pessoalizada da Comunidade do Timbó.

A pessoalidade, neste sentido, caracteriza uma relação interpessoal, sendo o conhecimento mútuo o elemento basilar que marca a pessoalidade. Deste modo, na

Comunidade do Timbó a pessoalidade emerge como uma experiência vivida, encontrando-se presente nas diversas dimensões da vida local, perpassando as relações de amizade, de vizinhança, o comércio, as atividades religiosas, o lazer, o trabalho e os auxílios aos moradores mais necessitados. Este capítulo se debruça sobre as instâncias da pessoalidade, como o sistema de nominação, a compra fiado, a fofoca e a circulação de crianças, com o intuito de analisar como se configura a vivência cotidiana na Comunidade do Timbó, que tem a marca da pessoalidade como uma peculiaridade que constitui a cultura emotiva local.

De acordo com Roseane Prado (1998), a marca da pessoalidade é uma característica, do modo de vida da cidade pequena no Brasil. Em seu estudo, Prado desenvolve uma análise sobre a temática da cidade pequena brasileira e reconhece a pessoalidade como um elemento característico da vivência nessas cidades. A cidade pequena é descrita por Prado como um ambiente onde se processa um sistema de relações pessoais que proporciona o conhecimento mútuo entre os moradores, onde "são as relações pessoais que imperam, é um mundo de 'pessoas' onde quase tudo passa pelo domínio da pessoalidade" (PRADO, 1998, p. 36).

A pessoalidade discutida por Prado (1998, p. 34) parte da ideia básica de que "aqui todo mundo se conhece", de modo que na cidade pequena os moradores encontram-se constantemente na condição de pessoa e são identificadas e localizadas enquanto pertencentes a tal família, que desempenham tal trabalho e que residem em tal rua. A lógica da pessoalidade em uma cidade pequena baseia-se, sobretudo, no reconhecimento, no prestígio, na confiança e na dádiva, se constituindo enquanto a outra face da moeda que perpassa as relações pessoais é o controle social, a fofoca e os rumores. Esta configuração se apresenta na discussão de Prado como uma dinâmica típica da cidade pequena brasileira.

A Comunidade do Timbó não é uma cidade pequena, é um espaço periférico localizado em uma área de crescente valorização imobiliária na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Mas a sociabilidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó se aproxima da reflexão proposta por Prado sobre as relações pessoais da cidade pequena brasileira, pois possui a pessoalidade como um dos elementos basilares da cultura emotiva local. Esta aproximação ocorre devido à característica do processo de constituição da comunidade, que é composta por pessoas que migram das pequenas cidades do estado da Paraíba, em sua maioria, e de estados circunvizinhos.

Quando se fixaram na Comunidade do Timbó, essas pessoas estabeleceram relações de vizinhança e amizade no novo lugar de moradia a partir da bagagem de experiência construída nas cidades de origem, com relações baseadas em vínculos sociais estreitos entre as pessoas. Esta bagagem de experiência, por sua vez, é constantemente reconfigurada nas vivências no novo lugar, em um processo as relações pessoais que os moradores da Comunidade do Timbó anteriormente compartilharam nas cidades de origem. Suas experiências anteriores passam por uma reconfiguração e fomentam a criação de uma forma de sociabilidade no Timbó que se assemelha da sociabilidade que integravam antes da migração, ambas baseadas na pessoalidade.

Na Comunidade do Timbó os moradores vivenciam uma intensa pessoalidade configurada pelo espaço compartilhado e pelo tempo de vivência que proporciona relações duradouras e vínculos afetivos estreitos entre os moradores. A média de residência na comunidade é de 10 anos, com moradores que residem no lugar a cerca de 30 a 40 anos. A maioria desses indivíduos veio de cidades do interior da Paraíba, principalmente cidades médias e pequenas, como Mamanguape, Guarabira, Ingá, Teixeira, Cacimba de Dentro, Soledade, Patos, Sousa e outras.

Na Comunidade do Timbó essas pessoas recriaram e reelaboram suas experiências anteriores nas relações pessoais com os novos vizinhos a partir de modificações e delimitações de experiências comuns que começam a partilhar. Experiências comuns partilhadas na luta pela permanência no lugar, nos pequenos auxílios nos períodos de crise ambiental ocasionados pelas fortes chuvas, nas entreajudas para conseguir um emprego, no cuidado das crianças, no empréstimo de condimentos, entre outras, que fomentaram a construção de uma sociabilidade baseada na solidariedade, através das redes de auxílio e da pertença, nos vínculos comuns estreitos que fundamentam a pessoalidade.

As relações estreitas e duradouras que se estabelecem na comunidade são fruto da bagagem de experiências dos moradores que vivenciaram e vivenciam a pessoalidade nas relações cotidianas. A pessoalidade caracteriza o viver no Timbó, norteando a experiência do morador sobre as relações cotidianas que se processam no lugar. Esta pessoalidade é identificada e analisada através das suas instâncias, isto é, das situações, das relações e dos elementos que caracterizam as relações pessoalizadas. É a partir das instâncias da pessoalidade que se reconhece a pessoalidade que se processa na Comunidade do Timbó, sendo possível compreender as especificidades desse tipo de

relação no lugar, que evidencia a solidariedade e o conflito como dois elementos característicos da pessoalidade na Comunidade do Timbó.

As Instâncias da pessoalidade

A pessoalidade, como indica Prado (1998), diz respeito às relações pessoais em que a maioria das pessoas que compartilha um determinado espaço e uma dada sociabilidade se conhece e continuamente se reconhecem e, através desse espelho se autorreconhecem. São pessoas que desenvolvem uma relação duradoura com vínculos estreitos de amizade e de vizinhança, o que fomenta não somente formas de solidariedade, como os auxílios cotidianos, mas também os conflitos advindos da tensão proporcionada pela pessoalidade, como o controle social sobre o outro.

Essa lógica ambivalente da pessoalidade está presente na sociabilidade da Comunidade do Timbó, configurando as instâncias da pessoalidade do viver no lugar. Com base nas narrativas dos moradores, nas relações que se desenvolvem na comunidade e nas situações presenciadas em campo, pude identificar enquanto instâncias da pessoalidade o uso de nominação para a identificação das pessoas, a compra fiado, a circulação de crianças entre as famílias e a fofoca. São elementos que singularizam as relações pessoalizadas na Comunidade do Timbó, por isso são categorizadas como instâncias de uma pessoalidade em exercício.

Estas instâncias norteiam a vivência do morador na Comunidade do Timbó e caracterizam a pessoalidade que se desenvolve nesse lugar de moradia e pertencimento. Neste sentido, a análise dessas instâncias é organizada neste capítulo a partir de quatro tópicos que estruturam as situações observadas e vivenciadas em campo, utilizando de relatos etnográficos que auxiliaram na categorização das instâncias da pessoalidade que são identificadas na comunidade.

Sobre o sistema de nominação

A Comunidade do Timbó é um lugar onde a maioria dos moradores se conhece e mantém uma relação duradoura com vínculos estreitos de amizade, nessa lógica de relações pessoais os moradores constroem uma espécie de quadro de referência compartilhado por todos, onde as pessoas se situam e são situadas através de um processo de reconhecimento que liga uma pessoa a outra devido à associação familiar – ao marido, a mãe, ao pai, a avó –, bem como singulariza alguém pela característica

física ou pelo comércio que possui. No processo de reconhecimento das pessoas são levadas em conta as particularidades do sujeito, o singularizando enquanto pessoa[49].

Aproximando-se da discussão de Prado (1998), entende-se que as relações se processam a partir do "mundo de 'pessoas', onde tudo passa pelo domínio da pessoalidade" (PRADO, 1998, p. 36), sendo as vinculações pessoas – a famílias e/ou a grupos – que funcionam como forma de identificação. Esta circunstância presente nas relações pessoais é descrita com detalhes por Prado, que identifica o uso de apelidos como forma de identificação das pessoas nas cidades pequenas. Esta instância da pessoalidade também é presente na Comunidade do Timbó, que possui um sistema de nominação responsável por situar as diversas pessoas que constituem a comunidade.

Um exemplo que pode ilustrar o uso do sistema de nominação é quando um interlocutor se situa como uma pessoa conhecida e que conhece "todo mundo" na comunidade. Beto, o respectivo interlocutor, demonstra, em sua fala, o processo de associação a outras pessoas e ao seu trabalho como um elemento que o identifica no lugar. Em suas palavras, ele afirma

> Moro aqui desde muito novo, conheço todo mundo e todo mundo me conhece... corri muito nessas ruas do Timbó pra brincar, era muito sofrido aqui mas era bom demais... tenho amizade ainda hoje com o povo que brincava comigo. Você pode chegar para qualquer um aí e perguntar por Beto da banca *[da sorte]*, todo mundo vai dá definição de mim... (Beto, morador da Comunidade do Timbó desde 1989)

Na Comunidade do Timbó Beto não é somente Beto, ele trabalha na banca da sorte, mora em tal rua e é vizinho de tal pessoa. A identificação de uma pessoa passa pelo sistema de nominação, através do apelido, mas também é complementado pelo trabalho desenvolvido morador e é afunilado pela indicação dos seus vizinhos,

[49]Em *Pessoa, Tempo e Conduta em Bali*, Geertz (1978) analisa a relação entre a noção de pessoa, de temporalidade e a conduta – comportamento socialmente aceito –, indicando que em Bali a pessoa é definida por diversos meios, tais como o nome de pessoas, nomes na ordem de nascimento, termo de parentesco, o tecnônimos, os títulos públicos e as atribuições de status. Estes meios localizam a pessoa na sociedade, mas ao que se relacionar com a temporalidade e com a conduta se torna despersonalizante, pois não possui muita importante social em Bali, sendo raramente usados. As indicações oferecidas para a definição de pessoa em Bali se referem a posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade e os seus significados (COHN, 2001). Isso porque a definição de pessoa em Bali surge das classificações sociais dos indivíduos que são distinguíveis nos níveis das "ordens simbólicas da definição-pessoa" (GEERTZ, 1978, p. 234).

elementos que reforça a pessoalidade nas relações locais, com outras pessoas que residem próximo a Beto sendo acionadas para a delimitação de quem e de onde mora Beto. Alguém pode não saber em que rua Beto mora, por isso ao situar seus vizinhos se processa um afunilamento do mapa mental sobre o lugar, e mesmo que o conhecimento sobre onde é sua casa não seja alcançado a princípio, é possível recorrer a outros pontos de referência, como a proximidade a Osmar das cadeiras, proprietário de uma loja onde concerta-se cadeiras.

Beto é um apelido de Roberto dado na infância pelos familiares que o chamavam pelo apelido, que funciona para a abreviatura do nome de registro. O apelido concedido pelos familiares foi adotado pela vizinhança, que também se referia a Roberto a partir do seu apelido, que foi apreendido pelo morador. O apelido desse interlocutor se processa como uma marca registrada da individualidade e da integração na pessoalidade que conforma a sociabilidade no lugar Timbó, de modo que o apelido se configura como uma marca pessoal que promove distinção entre os moradores e fomenta a identificação e o reconhecimento (KOURY, 2004, p. 2, 2004c, 2006) do morador na comunidade.

O apelido enquanto uma forma de registro da individualidade e da aceitabilidade no grupo é discutido por Koury (2004a, 2004, 2006) ao analisar os *Deltas*, um grupo de apoio e afirmação aos jovens de bairros populares da cidade de João Pessoa. O apelido surge na discussão como um atributo pessoal e distintivo de reconhecimento individual e de mediação do esforço de aprimoramento pessoal no grupo, de modo que o apelido se relaciona a pertença e ao controle social entre os *Deltas*. O sistema de nominação dos *Deltas* se baseia no uso de apelidos e alcunhas[50], de modo que todo membro é

[50]Koury (2006, p. 56-57) realiza uma distinção metodológica sobre os termos apelido e alcunha a partir da classificação etimológica, indicando que apesar dos termos serem tratados como sinônimos, demonstram particularidades que os diferenciam. O termo apelido possui um sentido amplo que apreende cognome adjetivado e sobrenome atribuído a uma pessoa que o recebe enquanto uma atribuição especial que assume uma espécie de convite ou convocação para pertencer a um grupo ou uma comunidade. O termo alcunha, por sua vez, é visto como um subprojeto do apelido e manifesta particularidades impostas por uma dada denominação ao nome ou a pessoa, adjetivando-a positiva ou negativamente. Esta sutil distinção expressa que o apelido invoca um sentido de pertença a um determinado grupo, enquanto que a alcunha denota uma individualização e referencia uma marca pessoal distintiva, de cunho moral ou de traço físico, podendo ser tanto inclusiva quanto exclusiva e individualizante. Koury, no entanto, indica que tal distinção é mais metodológica do que real, pois os termos apelido e alcunha estão relacionados no processo de significações de nomear indivíduos e coisas no cotidiano. Fazendo um paralelo a análise na

reconhecido no interior do grupo a partir de uma alcunha individualizante que, na maioria dos casos, está ligada a uma característica carregada por um sentido estigmatizante que ironiza ou ridiculariza a pessoa que o carrega ou detém.

O aspecto individualizante que caracteriza o Delta faz com que este membro sinta vergonha ou se sinta ofendido ou em crise de ansiedade quando assim abordado, devido o sentido socialmente ofensivo, no interior do discurso Delta este aspecto individualizante

> É visto e sentido pelos seus membros como um elemento integrativo e de suporte pessoal de cada Delta na relação com um outro do grupo, e como pessoa para fora do grupo. Esta contradição aparente remete, consequentemente, para o sentido atribuído pelo grupo à alcunha como uma espécie de sobrenome grupal. Como uma espécie, portanto, de apelido, na sua acepção mais integradora de enraizamento a uma prática cultural específica (KOURY, 2006, p. 58).

Nesse movimento a alcunha se transforma em apelido na medida em que possibilita uma integração de cada membro *Delta* ao grupo, contribuindo para a configuração de um sentimento de pertença. Na análise construída por Koury, o reconhecimento do membro através do apelido, dado por si mesmo ou recebido por outros, constrói um sentimento de companheirismo e pertença ao grupo, e nesse movimento se reconhecer enquanto um *Delta*.

Pertencer ou se sentir pertencendo significa fazer parte do grupo, ser um *Delta*[51], e o sistema de nominação é parte fundamental desse sentido de pertencer, que se processa através de um ritual de nominação, que integra um longo ritual de iniciação. O apelido surge como um desafio pessoal para o "reconhecimento da memória do 'eu' antes da entrada no grupo, e para significar aquilo que não mais que ser" (*idem,* p. 63), de modo que o apelido provoca uma atitude de autocompreensão e de compreensão de inserção no grupo e fora dele.

Aproximando-se da discussão de Koury ao analisar a onomástica entre os Deltas, na Comunidade do Timbó o apelido também funciona como uma forma de reconhecimento e identificação de si e do outro, agindo como uma marca da

---

Comunidade do Timbó a partir desta diferenciação metodológica, o termo apelido é utilizado como um elemento que integra o sistema de nominação da comunidade devido o seu caráter de acionar a pertença.

[51] Sobre ser um Delta ler Koury (2004, 2004a, 2004b, 2004c, 2006, 2008, 2010).

individualidade. O apelido é um dos meios de designação pessoal dado por si mesmo ou por outro, surge de relações intersubjetivas que no Timbó se configura sob intensa pessoalidade. No cotidiano do Timbó o sistema de nominação, através dos apelidos e da associação à família, ao comércio ou a profissão, é a forma como os moradores se identificam e são identificados.

Alguns dos apelidos surgem através da abreviação ou redução do nome, que realizado pela própria família, como o caso supracitado de Beto, que ganhou o apelido carinhoso dos pais. Apelido que foi apreendido por ele, pela vizinhança da rua e pela comunidade, que operou (e opera) para a autocompreensão deste morador enquanto sujeito inserido em uma coletividade, construindo e compartilhando uma cultura emotiva. A atribuição de um apelido também se dá por um terceiro e como referência a um atributo físico ou atividades realizadas pelo morador, podendo ser carregado de jocosidade, como o caso de Dona Cláudia, também conhecida na comunidade como Cláudia bambolê.

Soube do apelido de Dona Cláudia por outra pessoa, o filho mais velho, que encontrei em sua companhia e que participou da conversa. Foi em um domingo de manhã que encontrei Dona Cláudia observando a *parte baixa* da comunidade a partir do terreno situado acima da encosta, sob o os raios solares, quando me aproximei e a cumprimentei. Ela estava esperando o filho chegar para ajudá-la a limpar a pequena plantação de frutas e hortaliças que cultiva no terreno em frente à rua casa, uma área de risco onde não se pode construir casa e que é utilizada pelos moradores para a plantação de pequenas hortas e roseiras. Enquanto esperava observava a Rua S/N para conferir se ele já estava no caminho para a sua casa.

Achei curioso seu método e fiquei a observar com ela enquanto conversávamos sobre as plantações[52], de onde estávamos a única rua da *parte baixa* da comunidade que

[52] Com o projeto de urbanização da Comunidade do Timbó as casas em área de risco foram demolidas e as famílias realocadas no conjunto novo, deixando a área sem construção. Posteriormente a área começou a ser ocupada novamente pelos moradores para a plantação de hortas e roseiras, cultivadas dentro de um cercado. Dona Cláudia afirma que foi uma das primeiras pessoas a iniciar a plantação, que começou depois de uma conversa com um dos engenheiros que trabalhava no projeto de urbanização da comunidade, conta que o terreno estava vago e não podia mais construir casa, teve a ideia de que daria para fazer uma pequena horta e decidiu conversar com alguém da PMJP para saber sobre a possibilidade. A interlocutora conta que na conversa com o engenheiro foi permitido fazer uma pequena horta e assim fez, cercou um pedaço do terreno situado a frente da sua casa e começou o cultivo, gerando conflitos com os vizinhos que começaram a acusá-la de querer pegar o terreno para si e construir no local. Dona Cláudia

podia ser visualizada era a Rua S/N aberta com a retirada das casas construídas no lugar por ser uma área de risco. Passamos um curto pedaço de tempo observando a rua, quando Dona Cláudia convidou para conhecer sua plantação, que ficava dentro de um cercado ao lado – de quase um metro e meio de altura. Depois de mostrar as plantas que cultivava continuou a contar sobre as circunstâncias em que se processaram o início da sua plantação, até a chegada do seu filho, quase 20min depois, a quem fui apresentada e que se juntou ao assunto.

Este pequeno contexto da situação foi descrito para apresentar a forma como soube sobre o apelido de Dona Cláudia, mencionado pelo filho ao fazer um comentário irônico sobre as acusações e os conflitos gerado pelo início da horta. "Bambolê deixou o povo doidinho" disse o filho de Dona Cláudia ao rir da situação, ouvindo um "deixa de conversa" da mãe em tom de repreensão. Não havia entendido o motivo de a palavra bambolê ter entrado na conversa e a repreensão de Dona Cláudia chamou atenção para a tensão que aquele comentário havia causado nesta interlocutora. Então perguntei que bambolê era esse, arrancando risos do filho e um sorriso de Dona Cláudia, que explicaram para a pesquisadora o porquê do bambolê.

"Cláudia Bambolê é o apelido dela, mas ela não gosta", disse o filho ao iniciar a explicação. Dona Cláudia já era viúva quando chegou a comunidade, no Timbó conheceu um homem com quem morou junto por quase quinze anos, e foi devido esse relacionamento que recebeu o apelido de Cláudia bambolê. O então companheiro desta interlocutora costumava frequentar um salão de festa que existia na comunidade, a forma como desenvolvia o movimento de dança, com movimento circulares no quadril, se assemelhava a alguém girava o bambolê na cintura, como performou o filho de Dona Cláudia ao nos arrancar algumas risadas.

---

precisou se justificar que não construiria e que recebeu o aval para plantar, pois seria "bom pra barreira" ser coberta por vegetação. Os conflitos e acusações de querer aumentar o terreno ao ocupar novamente a área geraram pequenos desentendimentos entre os vizinhos da rua, mas "plantei de todo jeito" conta Dona Cláudia ao relembrar o evento. A atitude de Dona Cláudia de plantar na área de risco foi interpretada como "sabedoria", um desejo de tirar vontade posteriormente e tomar para si o terreno do plantio, e como contrapartida os demais moradores também cercaram pedaços do terreno para plantar, o que pode ser entendido como uma forma de assegurar um terreno para si caso alguém iniciasse a reivindicação. Atualmente há pequenas hortas ou plantações de rosas distribuídas pela área superior da encosta, algumas com cercados e outras sem, umas com delimitações menores e outras maiores, sendo cultivadas nas proximidades da beira da encosta.

Devido à característica peculiar e engraçada de dançar o então companheiro de Dona Cláudia recebeu o apelido jocoso de Tonho bambolê – Tonho já é outro apelido fruto de uma abreviação do nome Antônio – ou apenas bambolê, como conta o filho de Dona Cláudia. O apelido que não agradava a interlocutora, que não gostava das saídas de Tonho bambolê para o salão, mas acabou sendo associado também a ela: Cláudia bambolê, em relação ao companheiro. O tom jocoso com que as pessoas se referiam e ainda se referem a ela é uma das queixas feita pela moradora, que reclama continuar sendo chamada ou referenciada por alguns como Cláudia bambolê.

O apelido causa envergonhamento em Dona Cláudia pela situação que ele evoca, fazendo retornar a lembrança, para ela e para os outros, do seu ex-companheiro dançando e gerando cenas que ridículas, como julga a interlocutora, e engraçadas. A jocosidade que envolve o apelido provoca constrangimentos e envergonhamento na moradora, que não gosta de ser associada e reconhecida por ele ao considerar ser motivo de chacota pelos outros. Neste sentido, ser reconhecida como Cláudia bambolê causa um estranhamento pessoal na interlocutora pelo fato de ser uma característica de outrem que, para Dona Cláudia, foi remetida a ela como forma de gozação, justificando que "o povo sabe que não gosto" e ainda assim o apelido persiste. Bem como, acrescenta, mesmo com o término do relacionamento há muitos anos o apelido ainda é utilizado por alguns ao se referenciar a Dona Cláudia, o que para ela comprova que o uso de tal apelido se dar por motivo de zombaria.

Com a explicação sobre o apelido entendi o contexto em que se enquadrava o comentário irônico feito pelo filho de Dona Cláudia, que utilizou o apelido para fazer uma pequena provocação à mãe, debochando da situação conflituosa da plantação e gozando das circunstancia em que a mãe havia entrado com uma provocação acompanhada pelo apelido rejeitado. Assim como o filho fez, a reclamação de Dona Cláudia indica que o uso do apelido em relação a ela é acionado como forma de provocá-la, de usar com ironia e zombar ao fazer uso de uma jocosidade que é desprezada pela interlocutora.

O apelido, assim, tanto pode ser aceito e reafirmado pela pessoa, como no caso de Beto, como pode ser rejeitado por produzir situações constrangedoras para aqueles a quem o apelido é associado, enquanto proporciona gozações para aqueles que usam tal apelido como forma de provocar, como no caso de Cláudia Bambolê. Assim como marca da individualidade (KOURY, 2006) o apelido causa estranhamento do morador,

o que tensiona o sentimento de pertença e demonstra os conflitos que perpassam as relações pessoais estreitas na comunidade.

Quando aceito, o apelido reforça uma pertença baseada no bem querer, no sentir-se parte do lugar e no gostar das relações que ali se desenvolvem, fomentando o conforto da pessoalidade. No entanto, quando o apelido é recusado por evidenciar características ou situações incômodas e constrangedoras para a pessoa que o carrega, o sentimento de pertença é tensionado a partir do sentimento de desgosto e de ressentimento por fomentar embaraços e envergonhamento. Bem como por causar relações tensas e conflituosas entre os moradores quando a ironia e zombaria é identificada pela pessoa apelidada.

Outro exemplo de uso de apelidos que tem sua produção relacionada a uma característica do morador é o caso do Zezão, como é e gosta de ser chamado pelos amigos e conhecidos. Como sugere já sugere ao leitor, o apelido é uma abreviação do nome do interlocutor, que se chama José, somado a seu atributo físico de ser alto e um pouco gordo, o que resultou na denominação Zezão. Quando conheci Zezão, na calçada de sua casa, ele se apresentou pelo seu nome de registro completo, "é José Neves de Jesus, o José... Mas todo mundo aqui me conhece como Zezão".

Zezão foi um apelido atribuído pelos amigos. Sobre o apelido, o interlocutor conta que quando chegou ao Timbó já possuía um apelido, era chamado pela esposa e familiares por Zé – uma abreviação ao seu nome de registro –, mas o apelido Zé se transformou em Zezão. Este movimento ocorreu com o crescimento da comunidade aonde a vinda de novas pessoas para o lugar trouxe outro Zé para a rua em que mora, os dois Josés chamados de Zé eram diferenciados por atributos físicos, de modo que pela altura do interlocutor, logo passaram a chama-lo por Zezão.

O Zezão surge a partir das relações estabelecidas na comunidade, assume uma marca registrada do morador que se apropria do apelido e se reconhece através dele. Não é só "todo mundo" que o conhece como Zezão, o próprio morador reivindica pra si o apelido como forma de se diferenciar e de construir sua individualidade, sendo utilizado e referenciado pelos demais moradores como forma de distinguir e reconhecer o outro relacional.

O apelido se apresenta como uma espécie de imersão na comunidade, pois demonstra as construções cotidianas das relações que se processam sob intensa pessoalidade. Este paralelo com as discussões de Koury (2006), onde o apelido surge como um batismo e uma imersão no grupo Delta, no Timbó a construção e o uso do

apelido apontam para o jogo das relações pessoais estreitas onde as individualidades são produzidas. Além do que em sociabilidades pessoalizadas como as em desenvolvimento no lugar Timbó, o apelido é uma produção comum que fomenta o sentimento de pertença e intensifica a pessoalidade na medida em que provoca um estreitamento das relações e dos vínculos afetivos.

Além do apelido, a associação familiar também integra o sistema de nominação em exercício na Comunidade do Timbó, sendo a forma mais identificada nas conversas com os interlocutores, seja para se referenciar como alguém que é conhecido por todos ou para fazer referência a outro morador. O processo de identificação é acionado para que o outro relacional saiba quem é a pessoa a quem está se referindo, visto que na comunidade existem, Ivetes, Carlos, Pâmelas, Bernardos, Eduardos etc..

Nas diversas situações etnográficas experimentadas durante a pesquisa o sistema de nominação a partir da associação familiar foi utilizado tanto para identificar as pessoas a partir de seus companheiros, como "Beto que é junto com Tais" ou Dona Fatinha de Seu Paulo – Dona Fatinha que é casada com Seu Paulo – ou Dona Ivete de Seu Carlos – Dona Ivete que é casada com Seu Carlos. Bem como para identificar as pessoas a partir dos pais, avós e irmãos, como Alisson de Titinha – Alisson que é filho de Titinha, apelido da mãe –, Samuel do Alfredo – Samuel que é neto do Seu Alfredo.

Vejamos o exercício desta instância da pessoalidade a partir de uma situação em campo onde a associação familiar foi acionada para referenciar um morador em uma conversa, durante uma tarde, com Dona Cláudia em uma segunda-feira, dia 17 de junho de 2019. Estávamos sentadas na calçada em frente à casa de Dona Cláudia enquanto conversávamos sobre a comunidade quando uma jovem moradora, que transitava pela rua, cumprimentou Dona Cláudia e prosseguiu em seu trajeto. Ao se afastar da calçada, Dona Cláudia faz um breve comentário sobre a jovem, no comentário fala sobre a boa criação da menina, que fora adotada quando pequena, e ressalta como o episódio da adoção foi uma "providência" na vida da jovem, entendendo que se fosse criada pela mãe biológica não estaria "bem" como está. Após escutar o comentário desta interlocutora, perguntei quem era a jovem e logo obtive a resposta: "é Brenda de Dona Ivete de Seu Carlos, ela mora na outra rua".

Brenda é a filha de Dona Ivete, que por sua vez é casada com Seu Carlos, foi o acionamento da associação familiar que serviu como uma referência para saber quem é Brenda, a jovem moradora que foi adotada e "bem criada" por Dona Ivete. A relação pessoalizada não possibilita apenas a utilização de um sistema de nominação para o

reconhecimento das pessoas, mas também um conhecimento sobre a vida do outro, sendo esta outra instância da pessoalidade que será discutida posteriormente, no quarto tópico. Aqui, interessa observar como as famílias ocupam um lugar importante para referenciar as pessoas que moram na comunidade, ser filho, neto, ao casado com alguém se torna uma forma de identificação do morador.

Não somente a associação familiar constitui o sistema de nominação na Comunidade do Timbó, mas também as atividades comerciais desenvolvidas pelas pessoas são utilizadas como forma de nominação e identificação dos moradores. Na comunidade o comércio é associado ao seu proprietário, que acaba sendo reconhecido através do estabelecimento ou da atividade que desempenha. No Timbó há diversos pequenos e médios comércios, a maioria funciona em um vão da casa do morador, todos os estabelecimentos possuem um nome que é indicado em placas, banners e pinturas nas paredes, como é possível observar nos diversos fiteiros, bares, mercadinhos, frigoríficos, lojas de roupas, lojas de cosméticos, lanchonetes e outros.

A relação com os proprietários desses estabelecimentos comerciais é perpassada pela pessoalidade presente na cultura emotiva da Comunidade do Timbó, de modo que se compra carne em Marta do frigorífico, a compra ou o trato da galinha é com Chico das galinhas, a compra de cosméticos é em Gisele da Avon ou em Angélica de Osvaldo – Angélica que é casa com Osvaldo e vende *avon* e *jequiti* –, as pequenas compras ou a feira mensal é feita no Irmão Nunes, em Cecília ou em Cleber, para beber é só ir no depósito do Flávio ou no bar do João. Os estabelecimentos comerciais são associados aos seus proprietários, que são os que recebem e atendem os cliente e amigos, de modo que não precisa-se saber o nome do frigorífico da Marta, do mercadinho do Irmão Nunes ou da Cecília ou do Cleber, da lojinha da Gisele ou da Angélica de Osvaldo, ou do bar do João, entre outros. No Timbó é preciso apenas informar que é o comércio de uma determinada pessoa para que se saiba a quem se refere e onde se localiza.

É comum, sobretudo, repassar alguns desses estabelecimentos como pontos de referência, como aconteceu quando Laura passou o endereço da casa onde mora: “fica por trás de Chico das galinhas”, disse ela em nosso primeiro encontro, na ACMVT. Para mim o ponto de referência que fora dado não situava nada na comunidade, eu ainda não a conhecia completamente e nem sabia onde Chico das galinhas morava, mas com essa informação cheguei facilmente até a casa de Laura, pois os moradores da comunidade conhecem e sabem onde mora Chico das galinhas e Laura. “Como faço para chegar na casa de Laura, que mora por trás de Chico das galinhas?” foi a pergunta que precisei

fazer apenas duas vezes, a segunda por precaução de não errar o caminho, porque rapidamente os moradores situaram Laura e a sua casa, tendo como referência o Chico das galinhas, um morador que se chama Seu Francisco e que cria galinhas para vender.

No caso do Chico das Galinhas, o uso de um apelido se relaciona com a atividade que este morador desenvolve a criação, a venda e o trato de galinhas. Seu Francisco é o Chico, aquele que trabalha com galinhas, por isso é o Chico das Galinhas, identificação que marca a condição de pessoa deste morador, reconhecido através do acionamento do sistema de nominação utilizado na comunidade. Este sistema de nominação proporciona um aspecto interessante na Comunidade do Timbó, o uso de apelidos para a identificação das pessoas propicia o reconhecimento dos moradores exclusivamente com base nesse sistema de referência das pessoas, de modo quando se foge do sistema de nominação há a dificuldade em identificar as pessoas, o que pode acontecer quando se utiliza o nome de registro para se informar sobre um determinado morador.

Um episódio interessante para ilustrar essa identificação dos moradores através dos apelidos aconteceu durante uma conversa com Dona Fabiana em uma tarde de quarta-feira. No dia 04 de junho de 2019, por volta das 14h, estava realizado mais uma incursão a campo na Comunidade do Timbó, caminhando pelas ruas do lugar, quando encontrei uma das interlocutoras da pesquisa sentada na calçada de sua casa, era Dona Fabiana, de quem me aproximei e iniciei os cumprimentos cordiais de boa tarde, sendo convidada para sentar junto com ela. Enquanto conversava com esta moradora um rapaz de moto, transportando uma caixa de papelão, se aproximou e pediu informações sobre onde residia uma moradora da comunidade, ele nos forneceu o nome completo da pessoa e o ponto de referência para chegar a sua casa. Nem Dona Fabiana e nem eu conhecia a pessoa pelo nome de batismo, mas sabíamos indicar onde ficava o ponto de referência – a antiga laje –, situação que ele vinha presenciando desde o início dos pedidos de informação para chegar até a casa da tal pessoa.

O rapaz se identificou como um entregador que à comunidade para deixar uma encomenda comprada por esta moradora, mas até aquele momento não havia encontrado a casa da pessoa e ninguém sabia ao certo informar quem era. O entregador informou que as pessoas sabiam onde ficava a antiga laje, mas não conheciam aquela pessoa, sendo aconselhando a descer mais a rua e tentar se informar com outros moradores, foi assim que chegou até a calçada onde estava sentada com Dona Fabiana. Informamos que a antiga laje estava localizada nas proximidades da *parte alta* da comunidade, na Rua Travessa São Paulo, e por isso seria pouco provável que o entregador encontrasse a

casa da tal pessoa na rua em que estávamos. Dona Fabiana tentou ajudar perguntando aos demais moradores que estavam nas calçadas se conheciam a tal pessoa, mas pelo nome de registro ninguém no local conseguiu identificar a moradora em questão.

Após cerca de aproximadamente dez minutos tentado chegar a uma conclusão sobre quem era a pessoa, perguntei se o entregar não tinha acesso ao telefone da moradora em sua ficha de compra, assim poderíamos tentar entrar em contato com a pessoa. O entregador conferiu os dados preenchidos na ficha, encontrou um número de telefone e realizou a ligação. A essa altura a calçada de Dona Fabiana já contava com a presença de alguns vizinhos que tentavam ajudar a identificar a pessoa, nós esperamos pelo fim da ligação para "descobrir" quem era a moradora, como mencionou um vizinho que havia se juntado a nós em um pequeno aglomerado que formamos na calçada.

Na ocasião da ligação o entregador entrou em contato com o marido da pessoa, que ensinou como chegar até a casa e como encontrá-la ao informar aos vizinhos o apelido pela qual a moradora é conhecida. "Gisele do Avon! Ele disse que ela é conhecida aqui assim. Não ia encontrar nunca!" disse o entregador ao desligar o telefone, eu continuava sem saber quem era a pessoa, mas Dona Fabiana e seus vizinhos rapidamente conseguiram identificá-la através do apelido. "a mulher de fulano de tal", "ela mora perto de sicrano", "é lá perto da laje mesmo, mas tem que entrar no beco", essas e outras foram algumas das rápidas informações prestadas após o anúncio do apelido da pessoa. O nome de registro, não conhecido pelos moradores da comunidade, logo se transformou em um apelido reconhecido por todos. O entregador já tinha suas informações, agradeceu pela ajuda e se direcionou até o seu destino de entrega.

Com a saída do entregador em busca da casa da Gisele do Avon, Dona Fabiana comentou que se ele soubesse que era a Gisele do Avon não teria chegado até a rua em que estávamos, pois ele conseguiria a informação da localização da casa rapidamente. As pessoas que ainda se encontravam na calçada conosco concordaram com o comentário da respectiva interlocutora, e uma das vizinhas incrementou afirmando que geralmente as pessoas são conhecidas pelo apelido e não pelo nome completo. Provavelmente se aqueles moradores soubessem que era encomenda da Avon, poderia ter associado ao nome de Gisele, tanto pelo fato dela vender Avon como pelo ponto de referência dado, mas com o nome de registro os moradores não conseguiram associar, rapidamente, aos moradores situados nas proximidades da antiga laje.

Neste sentido, podemos identificar que o sistema de nominação utilizado é uma instância da pessoalidade, pois caracteriza as relações pessoais no lugar, onde a

identificação do outro é realizada a partir da sua condição de pessoa, isto é, com base na associação familiar, nos apelidos, na vinculação entre o comércio e o proprietário e nas características físicas. Estes elementos constituem um sistema de nominação que é próprio do domínio da pessoalidade, onde a identificação se processa com base nas particularidades das pessoas, que delimita um morador como pai, filho e/ou neto de alguém, casado com tal pessoa, que trabalha com tal coisa e reside em tal lugar, compartilhando a vizinhança com outras pessoas que também integram e utilizam o sistema de nominação para se identificar e identificar os outros.

O sistema de nominação reafirma, assim, sua função como uma expressão da individualidade e contribuiu para a configuração do sentimento de pertencer ao lugar Timbó onde Gisele do Avon, Beto, Cláudia Bambolê, Brenda de Dona Ivete de Seu Carlos, Zezão, Firmino e outros moradores se reconhecem enquanto tal ou passam por um estranhamento devido à imersão na Comunidade do Timbó. Circunstância produzida cotidianamente e que propicia o pertencer dos moradores ao lugar da vida cotidiana.

Nesse sentido a discussão novamente se aproxima das análises de Koury ao entender que

> O indivíduo que pertence ou se sente pertencendo ao grupo, no processo de integração ao coletivo sente-se, também, como que encontrando a sua face no social. Ele se torna membro de um grupo e nessa transubstanciação parece adquirir o caráter de atribuição do sentido de individualidade pessoal, torna-se sujeito de fala e ação frente aos demais (KOURY, 2008, p. 3).

Na sociabilidade pessoalizada do lugar Timbó os moradores constroem uma cultura emotiva e cultivam um sentimento de pertença. O sistema de nominação surge nessa dinâmica como uma instância da pessoalidade que exercita o sentido de pertencer na medida em que é a partir do Timbó e das relações pessoais que se desenvolve na comunidade que se processa um florescimento do morador como pessoa que possui e ocupa um lugar no mundo (*idem*, 2008).

se tornam

É no lugar Timbó onde os moradores se tornam parceiros de vida ao se integrar nos códigos morais e propiciarem a continuidade da cultura emotiva, se reconhecendo enquanto coletivo e, ao mesmo tempo, assegurando a diferenciação de cada membro enquanto pessoa e individualidade. É através do sistema de nominação que se processa a diferenciação de cada morador em relação à comunidade geral. Assim, o lugar Timbó se

aproxima dos *Deltas* (KOURY, 2006, 2008) ao proporcionar uma imersão no universo relacional a partir de onde o sentido de pertença é advindo e permite ao indivíduo se individualiza enquanto singularidade a partir do lugar. Configura-se enquanto

> Um lugar de duplo significado: de um lado, um lugar de semelhança, onde a identificação com os demais membros cria um sentido de familiaridade e uma rede de afetos que tornam os indivíduos pessoas... De outro lado, como um lugar de diferenciação. Lugar de onde pode se tornar visível como individualidade... (KOURY, 2008, 5).

A Comunidade do Timbó vai se constituindo como um lugar comum de compartilhamento entre os moradores, fomentando uma intensa pessoalidade gestada nas relações de longa duração e de vínculos estreitos de amizade. Assim como os moradores já estabelecidos exercitam o sistema de nominação cotidianamente para identificar e ser identificado, os novos moradores, que chega à comunidade por meio das redes homofílicas, são rapidamente situados nesse sistema como parentes de alguém, sendo inseridos nas relações pessoais por meio dos moradores que mediaram a chegada deste ao lugar.

A intensa pessoalidade cotidiana que se desenvolve na Comunidade do Timbó permite que todos os moradores se reconheçam, não há espaço para o anonimato nas relações pessoais. O morador é uma pessoa identificada, localizada e reconhecida como parente de alguém ou dono de algum negócio. Deste modo, a vinculação pessoal é o elemento que norteia o sistema de nominação na Comunidade do Timbó, é através dessa instância da pessoalidade que a identificação é realizada. Esta instância, por sua vez, propicia o exercício de outra instância da pessoalidade: o fiado. A pessoalidade que possibilita o reconhecimento mútuo entre as pessoas fomenta este tipo de crédito, baseado no conhecimento, na confiança e na reciprocidade, onde as pessoas compram de outras pessoas, não sendo uma troca estritamente comercial, pois depende da lógica das relações pessoais, que possuem um vínculo estreito.

Sobre o fiado

A instância da pessoalidade que envolve o fiado configura uma forma de negociar que ultrapassa a lógica mercadológica e se centra nas relações pessoais que são estabelecidas na Comunidade do Timbó. O fiado indica não somente a troca material, mas, sobretudo, a construção de relações sociais, a (re)produção de códigos morais, a confiança, a confiabilidade (KOURY, 2004c), a lealdade (KOURY, 2008) e a

reciprocidade. A pessoalidade em exercício no lugar Timbó perpassa toda a lógica cotidiana da vida no local, de modo que a vida econômica está relacionada às relações pessoais e as moralidades, integrando a cultura emotiva.

O fiado, neste sentido, aproxima-se da dádiva por proporcionar uma experiência dos fundamentos da sociedade – no caso do Timbó, a cultura emotiva –, o que está em circulação é o laço social, é a continuidade da relação e não o seu fim. O aspecto moral, assim, está presente nas relações pessoais em que o fiado ocorre e contribui para a sobrevivência material do grupo ao fomentar os vínculos sociais, a circulação e o afeto (BRUSSI, 2012, p. 39). Os códigos morais constroem normas que estão continuamente presentes na pessoa, com o fiado e a dádiva se processando dentro desse jogo.

Em um sistema de dádiva, segundo Marcel Mauss (2003), os indivíduos estão envolvidos em um jogo constante entre liberdade e obrigação que possuem uma relação peculiar com as regras, que estão implícitas na relação. O sistema de dádiva possui uma dimensão moral que confere sentido as relações sociais, de modo que o mercado constitui apenas um dos momentos que envolvem a dádiva, sendo a comunhão das partes a finalidade, propiciando prestações e contraprestações que possibilita novas alianças e fortalece as antigas.

Mauss defende que no sistema de dádiva a ação social obedece a uma pluralidade de lógicas de ação e dimensão social não redutíveis umas as outras, havendo interesse, obrigação, espontaneidade, liberdade e amizade no jogo relacional que envolve a dádiva. Dádiva esta que se coloca como o elemento central para a construção da sociedade, considerada pelo autor como o símbolo básico do vínculo social, estabelecendo um *continuum* de interrelações entre coletividade e pessoas morais.

Nessas circunstâncias o fiado possibilita um diálogo com o sistema de dádiva por se basear em relações de reciprocidade que abrange os vínculos sociais mais do que as relações monetárias que envolvem o mercado. O fiado, neste sentido, se situa dentro de um laço social e se exercita como uma forma de tornar o próprio vínculo mais livre para o outro, como a flexibilidade nas prestações dos itens em circulação. Esta instância da pessoalidade também se aproxima dos princípios que fundamentam a dádiva por não se assentar na sua liquidação, mas sim na manutenção. Quando o morador paga a quantidade consumida logo inicia um novo fiado, a circulação dos produtos e os vínculos entre os moradores ganham continuidade.

A dádiva expressa a vivência das emoções e elabora um jogo de tensão entre os sujeitos que estabelecem um vínculo social na troca e no compromisso de continuação

da relação, sendo nesse sentido que se aproxima a dimensão do fiado ao sistema de dádiva analisado por Mauss. Para o autor, as sociedades modernas conservam princípios do sistema de dádiva, a vida e a moral se baseiam na dimensão onde a dádiva, a obrigação e a liberdade se misturam. Vejamos como tal relação se processa na Comunidade do Timbó, onde o fiado como instância da pessoalidade aciona relações de reciprocidade, confiança, confiabilidade e pertença, produzindo vínculos afetivos estreitos que perpassam as trocas.

O fiado é uma categoria identificada na sociabilidade da Comunidade do Timbó, esta instância da pessoalidade se refere à venda ou a compra a crédito, sem que ocorra o pagamento na hora da compra, o item vendido é confiado à outra pessoa, que pagará pelo o que foi consumido em outra ocasião – seja no mês seguinte ou no outro, o valor inteiro ou uma prestação. O crédito movido pelo fiado, deste modo, não se refere somente ao sentido financeiro, mas, sobretudo, a confiança estabelecida entre as pessoas que exercem esta instância da pessoalidade: o vendedor, muitas vezes o proprietário do comércio, e o cliente.

A confiança e a confiabilidade (KOURY, 2008, 2002b) são dois elementos essenciais para que a instância do fiado seja exercitada entre os moradores, sendo esses dois esses dois elementos, com ênfase para a confiabilidade, uma garantida garantia de pertença e de sociabilidade entre os moradores na construção de uma cultura emotiva solidária e sólida. A confiança, de acordo com Koury (2002, p. 152) é "uma ação que permite àqueles que a possuem, ou põem em prática, uma espécie de segurança íntima de procedimento: o outro passa a ser visto como uma extensão ou prolongamento do eu". O conceito de confiança está ligado ao de confiabilidade, que é a ação de gerar confiança (*idem*, 2002b). Neste sentido, os vizinhos em quem se confiam são pessoas detentoras de confiabilidade, com quem se compartilha um estreito vínculo social afetivo de amizade e vizinhança.

A confiança é vista como uma noção que remete a um lugar de familiaridade, onde o vizinho é lido enquanto uma ampliação do eu (KOURY, 2002b. 2004). As noções de confiança e confiabilidade se colocam como essenciais para as relações de vizinhança, pois aciona vínculos que envolvem determinados sujeitos em um sentimento de solidariedade e de pertença. É também com base na confiança que se processam as redes e reciprocidade na Comunidade do Timbó, elemento que contribui para o morador analisar com quem desenvolver relações de familiaridade e semelhança e com quem manter apenas relações de cordialidade.

O fiado é um elemento que perpassa a amizade e o conhecimento entre as partes em acordo, um proprietário de um comércio na Comunidade do Timbó vende fiado a outro morador porque o conhece, mantém uma relação amigável e de confiança. A venda fiado acontece porque confia na pessoa que compra e espera que ela cumpra com os acordos que o fiado opera, um deles é a troca material que envolve o pagamento pelo valor consumido, seja o pagamento recebido em um ou dois meses, recebido no valor integral ou parcelado (NASCIMENTO, MENDONÇA e SCOTT, 1983)[53], para que o negócio continue funcionando e dando continuidade ao exercício dessa instância.

A pessoa que compra fiado, por sua vez, é um morador de crédito, que passa confiança e que "tem palavra", como foi indicado pelos interlocutores. Este não se apresenta apenas como um cliente, mas sim como um amigo, aquele com quem o proprietário do comércio possui uma relação prévia que é fomentada por vínculos estreitos. Esta relação de amizade se estende para as trocas econômicas, que são configuradas por vínculos afetivos estreitos, e se processa em uma lógica de pessoalidade. O morador vai à casa do seu vizinho, amigo ou conhecido, onde geralmente funciona o comércio, e ao realizar suas compras é atendido pelos familiares do dono ou pelo próprio dono do estabelecimento.

A pessoa do dono engloba o comércio que possui, o estabelecimento funciona como um local de consumo e, principalmente, de encontro entre iguais, de compras intercaladas por conversas sobre os acontecimentos recentes – que ocorreram na comunidade, na cidade, no estado ou no país. O consumo é realizado entre amigos, conhecidos e familiares, e se processa, na maioria dos casos, na casa do outro relacional, onde funciona o pequeno estabelecimento comercial. A pessoa do dono, assim, engloba o comércio tanto pelo estabelecimento está situado na casa das pessoas, como pelas relações pessoais predominar também nas trocas comerciais, que são configuradas pelos vínculos afetivos.

A relação que o fiado move ultrapassa o ato da compra e se baseia na pessoalidade, é uma relação entre pessoas conhecidas e amigas que compartilham um

[53]Nascimento, Mendonça e Scott (1983) chamam atenção sobre o uso do fiado como uma estratégia de sobrevivência das famílias de baixa renda, que recorrem a pequenos proprietários de lojas e barracas para consumir. Na respectiva análise o fiado é um contrato de compra e venda que se efetua na base da confiança entre as partes, em um relacionamento de caráter pessoal, onde a confiança depositada no comprador naturalmente é paga. Assim como identificado no Timbó, entre as famílias de baixa renda da cidade de Recife o fiado é proporcionado pelas relações pessoais e se baseia na confiança.

mesmo lugar de moradia e pertencimento e integram uma cultura emotiva que tem a pessoalidade como um dos elementos basilares. Compra-se na Marta do frigorífico, no Irmão Nunes, na Cecília, no Cleber, no Firmino – todos quatro donos de mercadinhos, sendo o primeiro o maior mercadinho da comunidade –, no padeiro Valter, na Angélica de Osvaldo – vendedora de cosméticos –, no sacolão da Edileusa, na Fernanda – dona de uma loja de roupas –, entre outros. Há uma relação de amizade entre o cliente e o proprietário, que geralmente se conhecem desde pequenos, e consequentemente uma relação de vizinhança e amizade entre as famílias.

Dona Ivete, por exemplo, elucida as relações pessoais entre os moradores nas compras e vendas fiado, enfatizando o conhecimento mútuo entre as pessoas e as famílias. Esta interlocutora, ao comentar sobre a compra fiado, aciona principalmente a relação duradoura como um elemento que proporciona não somente o "costume", mas o vínculo pessoal. Em sua fala Dona Ivete afirma que

> Às vezes eu faço aqui mesmo *[a feira mensal]* e às vezes eu vou para o Assaí... Como eles *[uma família de pequenos comerciantes da Comunidade do Timbó]* já conheço desde criancinha tudinho né, aí já sou acostumada *[a comprar fiado]*. Às vezes estou até sem dinheiro aí eu digo ô novinho *[se referindo ao Cleber, que é dono do mercadinho pais e filhos, localizado ao lado da casa de Dona Ivete]* estou sem dinheiro, mas vou levar isso, quero nem saber, aí ele diz vá simbora Dona Ivete *[risos]*. Aí depois eu volto e pago, é assim. Conheço ele desde o tempo que ele tinha barraquinha, hoje em dia, graças a Deus, Deus deu um meio de ajudar a família (Dona Ivete, moradora da Comunidade do Timbó desde 1981).

A compra e a venda, - como demonstradas na fala da interlocutora, - se processam na lógica das relações pessoais, Dona Ivete conhece Novinho, como ela costuma chamar Cleber, o comerciante proprietário de um mercadinho local, situado na *parte alta* da comunidade. A interlocutora não somente conhece novinho, ela o viu crescer, conhece seus pais e mantém uma relação de amizade com a família. A compra fiado é indicada pela interlocutora como um costume que se segue "desde o tempo que ele tinha barraquinha" e que continua atualmente, com o mercadinho.

O crédito de poder comprar algo no novinho advém da relação que Dona Ivete mantém com este morador, quando precisa ela vai até o Novinho para comprar um determinado produto que será pago posteriormente, quando estiver com dinheiro. Dona Ivete, inclusive, é atendida pelo próprio novinho que geralmente está presente no

mercadinho, de modo que o fiado é mais um elemento que integra as relações pessoais. Estabelece-se uma relação de reciprocidade e confiança, Dona Ivete compra a novinho, que conhece e confia em sua cliente e amiga, assim como Dona Ivete confia que novinho facilitará a compra. O crédito proporcionado por uma relação de confiança permite que Dona Ivete tenha acesso a um produto que necessita, bem como que Novinho – como é chamado pela interlocutora – venda suas mercadorias e receba no final do mês, ou em outro dia, podendo contar com o pagamento do item vendido. Ambos se beneficiam de uma forma ou de outra, da compra e venda fiado.

Ao comprar fiado, Dona Ivete e Novinho estabelecem uma relação em que se constitui uma regra implícita que condiciona a moradora a continuar recorrendo ao mercadinho do Novinho para realizar suas compras. A procura ao mercadinho deve se processar também quando a moradora estiver com dinheiro para comprar à vista, sendo uma demonstração de boa intenção e de exercício da reciprocidade criada com o fiado (BRUSSI, 2012). Isto é, o comerciante espera que o cliente, uma vez ou outra, também realiza compra com dinheiro e, mesmo quando fiado, espera que o cliente procure o seu estabelecimento para fazer as compras, já que constituíram uma relação de confiança e lealdade através do fiado. De modo que recorrer a outro estabelecimento seria considerado uma ranhura na confiança e na lealdade depositadas no outro, gerando relações conflituosas entre os moradores.

O fiado constitui códigos morais que norteiam a relação entre os moradores que negociam regras implícitas à prática do fiado. O morador que recorre ao outro para comprar fiado, por exemplo, espera ser atendido pelo amigo e proprietário do estabelecimento, entendendo que tal relação não é puramente comercial e mercadológica, mas sim uma forma de reafirmar laços de amizade e experiências afetivas de reciprocidade e solidariedade. Para jogar com a obrigação e lealdade de manter o consumo no estabelecimento onde compra fiado e não se indispor com os moradores comerciantes ao selecionar lojas aonde comprar, o morador distribui seu consumo entre diversos estabelecimentos da comunidade, como comentou Seu Abel.

Seu Abel fala sobre essa estratégia explicando que suas compras na comunidade “aqui e acolá”, expressão utilizado como forma de indicar que distribui seu consumo entre vários estabelecimentos comerciais no Timbó. O pão é comprado no Valter, o bolo na panificadora patoense, a verdura no sacolão da Edileusa, a carne na Marta, pequenas compras no Cleber etc., constituindo um pequeno mapa que indica uma estratégia de

manter relações de confiança e lealdade (KOURY, 2008)[54] na prática do fiado. Valter entende que Seu Abel compre pães a ele e bolo na padaria, sendo compreendido como uma forma promover a continuidade de relações e códigos morais estabelecidos com diversas pessoas. O estranhamento surgiria, por exemplo, se Seu Abel começasse a também comprar pão na padaria, o que pode ser interpretado como uma atitude desleal por infringir laços de confiança estabelecidos na prática do fiado.

Os moradores comerciantes sabem onde os fregueses compram, entende o porquê de o Seu Abel realizar pequenas compras no mercadinho do Cleber, mas não comprar a verdura lá porque esta prática já mantém com Edileusa. A prática do fiado, nesse sentido, também evoca um controle social configurado pelos códigos morais que tem por base a reciprocidade (MAUSS, 2003), que assegura a confiança e a conformidade individual (KOURY, 2008). Configura-se, deste modo, uma complexa rede de reciprocidade entre os moradores em um cotidiano de intensa pessoalidade, onde as relações de consumo são realizadas através dos vínculos afetivos, que ganha um caráter estreito na medida em que comerciante e cliente se conhecem e mantém uma relação de amizade e vizinhança.

Assim como Novinho trabalha no seu estabelecimento comercial e atende, pessoalmente, aos clientes e amigos, os demais proprietários de estabelecimentos comerciais na Comunidade do Timbó estão presentes em seus estabelecimentos, quando possuem um lugar fixo, ou vão até a casa dos clientes para mostrar as novidades e vender os produtos, nos casos das revendedoras de cosméticos e roupas. Neste sentido, quando se vai ao Cleber – ou ao novinho, como chama Dona Ivete – vai ao mercadinho deste morador e é por ele atendido. Quando o morador vai a Marta do frigorífico, sabe que encontrará Marta no caixa e seus filhos no balcão para cortar e pesar as carnes. Quando vai ao bar do João, o morador é atendido por ele e sua família, que conduzem o estabelecimento todos os dias, a partir das 17h.

A maioria dos estabelecimentos comerciais é administrada pelas famílias, que estão presentes diariamente nos locais e atende aos demais moradores, o que fomenta a

[54]Segundo Koury (2008) o sentido de lealdade é uma espécie de qualidade, ação ou procedimento de ser leal, isto é, de se mostrar fiel e depositário de lealdade. A lealdade é um elo de reciprocidade que se relaciona com a confiabilidade, o indivíduo espera encontrar alguém que é merecedor de lealdade, o que enfatiza a imersão nas ações confiáveis. Neste jogo a confiança e a confiabilidade são acessadas através da lealdade, que indica uma conduta de compromisso grupal ou com relação ao outro, conformando o elo da reciprocidade (KOURY, 2006, p. 23).

pessoalidade nas relações também comerciais. O dono e os funcionários do mercadinho, da padaria, do salão de beleza, dos bares e dos demais estabelecimentos são os vizinhos e amigos com quem se relaciona cotidianamente; são aqueles que viu crescer – como comentou Dona Ivete – ou que cresceram junto. São pessoas com quem se tem uma amizade, por isso a pessoa acaba por englobar a propriedade, que é referenciada a partir de seus donos e não dos nomes dados por estes aos estabelecimentos. A propriedade enquanto associada e englobada pela pessoa do proprietário, o fiado surge como um elemento característico das relações comerciais na Comunidade do Timbó, que acabam sendo integradas às relações pessoais.

Ao comercializar na Comunidade do Timbó o morador tem como cliente seus familiares, vizinhos, amigos e conhecidos, isto é, pessoas com quem estabelece uma relação de semelhança e também pessoas com quem mantém apenas uma relação cordial. A lógica da pessoalidade que está presente na negociação comercial é perpassada pela reciprocidade (MAUSS, 2003), onde as trocas acontecem em prol do lado social, se aproximando da dádiva na medida em que a dívida acaba se tornando deliberadamente mantida entre os moradores que são parceiros em um sistema de dádiva e ficam em situação de dívida.

Nesta perspectiva a discussão se aproxima da análise de Júlia Brussi (2012) sobre as relações de mercado no contexto de reciprocidade em exercício no povoado do Alto Alegre – CE. No povoado as relações de reciprocidade e pessoalidade fazem com que abrir um comércio em Alto Alegre signifique negociar e estabelecer relações comerciais com os parentes, potenciais consumidores, o que ocasiona conflitos e obstáculos para aos comerciantes devido à prática do fiado. O fiado se torna uma prática comum em contextos de pessoalidade e a não venda fiado seria motivo de conflito com os parentes, pessoas com quem possui obrigação moral, alerta Brussi.

Para a autora, o caráter de obrigações está implícito nas relações recíprocas que se desenvolvem no Alto Alegre, onde a dimensão moral se sobressai à liberdade das trocas e se privilegia a manutenção das relações e da qualidade dos laços sociais (BRUSSI, 2012, p. 41). No contexto relacional do povoado são as relações de parentesco, de reciprocidade e de solidariedade que imperam no cotidiano, com as relações de dádiva se sobressaindo aos interesses comerciais.

Configura-se, de acordo com Brussi, uma força moral em que não é permitido aos comerciantes que negociam bens de primeira necessidade, como a comido, negar a um parente um pacote de feijão. Diferente dos comerciantes que negociam com bens de

segundo ou terceira necessidade, como roupa, cosméticos etc., que não é moralmente e nem socialmente negativo recusar a venda fiado sob determinadas circunstâncias para priorizar o comércio. A análise da autora prossegue na indicação de que é "o peso da dimensão moral dos vínculos sociais que conectam os moradores do Alto Alegre" e essa "pressão social decorre das relações (obrigatórias) pelas quais as pessoas se ligam e das expectativas que se estabelecem de parte a parte, principalmente quando se trata de produtos considerados essenciais à sobrevivência" (BRUSSI, 2012, p. 43). O fiado favorece, assim, a sobrevivências das famílias mais pobres que integram uma sociabilidade pessoalizada e exercitam um contexto de reciprocidade (NASCIMENTO, MENDONÇA e SCOTT, 1983).

Magnela Villarreal (1998), por sua vez, ao analisar as populações rurais do ocidente mexicano identifica a obrigação moral de ajudar os familiares e amigos que passam por necessidade, não podendo negar a estes a ajuda mútua e a venda fiado. São essas circulações de bens e serviços que são importantes para a manutenção das unidades domésticas das populações analisadas. Por este motivo a troca de comida é algo que não se equipara, é o elemento básico para a sobrevivência e, por isso, é um produto singular que circula entre os indivíduos com base nos vínculos e códigos morais.

As obrigações morais são exercitadas não somente em casos de necessidade que comprador através do fiado, mas também a não cobrança de pagamento para indivíduos enfermos ou em caso de morte do devedor. Os parentes e amigos, segundo Villarreal (2008, p. 15), esperam poder contar com o apoio do negociante nos tempos difíceis – devido doenças ou desemprego – e de embaraço. Por outro lado, se considera apropriado que o cliente pague suas dívidas para continuar comprando fiado, pois o comerciante espera receber ao menos uma parte do valor integral toda semana ou mês, a depender da negociação que mantida entre o comerciante e o cliente.

As relações que o fiado movimenta na Comunidade do Timbó se aproximam das discussões realizadas por Brussi (2012) e Villarreal (2008), pois no lugar Timbó o fiado é um elemento que promove tensões e negociações, com a queixa sobre a demora em pagar o item consumido, a realização de novas compras por clientes que ainda não pagaram as compras antigas, o constrangimento do proprietário em cobrar e do cliente em ser cobrado e o receio do proprietário em recusar novas vendas fiado sem a quitação das antigas. É preciso, assim, que o morador, seja ele comerciante ou cliente, saiba lidar

com as tensões ocasionadas pelo fiado, já que "não tem como negociar aqui se não vender fiado", como disse Seu Alfredo.

"Não tem como" a negociação de mercadorias aconteça sem a venda fiado, porque a comunidade se constitui dentro de um contexto de pessoalidade onde as relações são baseadas em vínculos estreitos (PRADO, 1998). No entanto, a não negociação também passa pela confiança e pela confiabilidade em relação ao outro, pela consideração sobre os riscos envolvidos ao negociar fiado. A concepção de Seu Alfredo sobre a impossibilidade de "não vender fiado" está pautada principalmente nos códigos morais que norteiam a forma de conduta no lugar Timbó.

Seu Alfredo não se considera um comerciante, é um aposentado que "não gosta de ficar parado em casa" e decidiu montar uma pequena *bomboniere* para ocupar o seu tempo e "ganhar uns trocados". Com o carrinho de mão construído por ele, vai todos os dias para a Rua Abelardo Pereira dos Santos e se localiza na sombra de um pé de árvore situado ao lado da rotatória que dá acesso a praia pelo bairro do Altiplano Cabo Branco. Naquele local Seu Alfredo fica de terça-feira ao sábado, das 9h às 11h e das 14 às 17h e nos domingos de manhã, comercializando doces de *bomboniere*, água mineral, cerveja e refrigerante. Seu Alfredo pondera que seu pequeno negócio, apesar de não o chamar assim, é uma forma de "ganhar uns trocados", mas também considera que é mais um jeito de "ocupar o tempo" do que de ganhar dinheiro, pois considera que o lucro é baixo, principalmente por causa das vendas fiado.

> Isso aqui é bom porque fico ocupado, vejo o povo, converso... abro a hora que quero e quando quero, sabe? Porque não dá muito dinheiro não, só uns trocados, mas de pedaço em pedaço a galinha enche o papo, né?... O problema é a fiadeira, não tem como negociar aqui se não vender fiado, aí eu vendo. *[pergunta da pesquisadora: e qual é o problema em vender fiado?]* Não é que tem problema, sabe? É que tem gente que demora demais a pagar, veja, o apuro já é pouco aí tem gente que passa e pega uma pipoca para o menino, senta e toma umas cervejinhas, aí pede pra notar... A pessoa fica devendo 05 reais, 10 reais, 12 reais e passa mês, até mais de mês para pagar. Aí você pode dizer, é pouquinho, sim é pouco mesmo, como eu disse o apuro é pouco e é esse, se não recebo, não apuro (Seu Alfredo, morador da Comunidade do Timbó desde 1984).

O fiado faz parte da lógica comercial na Comunidade do Timbó, como afirma Seu Alfredo, não há como comercializar algo sem aderir à venda e à compra fiado. O

“problema da fiadeira” não seria a venda fiado, mas a demora em receber o pagamento pelos itens consumidos, o que causa um desconforto em Seu Alfredo pela diminuição na quantidade de dinheiro apurado ao final do dia. Desconforto que é fomentado pela impossibilidade de não vender fiado por manter uma relação pessoal com os clientes, que também são seus amigos. Recusar a venda fiado é criar relações conflituosas que podem resultar na perda do cliente e do amigo.

Para negociar é preciso, portanto, vender fiado, que se configura enquanto uma negociação entre as partes envolvidas, o cliente se justifica pelos atrasos no pagamento ou pelo repasse de uma quantia inferior ao esperado, ficando o resto da quantia para ser paga no próximo mês ou em outro dia. O comerciante realiza pequenas cobranças como parte da negociação, é preciso, no entanto, saber tratar o outro para não perder o cliente e o amigo, cobra-se com o cuidado de não constranger e magoar o outro, aquele com quem mantém uma relação de reciprocidade. Saber lidar com a fiadeira é fundamental, como complementa o interlocutor,

> Tem uma dona que me devia 12 reais, ela sempre compra coisas aqui e paga com 15 dias, um mês... Aí dessa vez ela passou mais de mês pra acertar a conta, achei até estranho, mas não cobrei nada. Ia completar uns dois meses quando ela veio e me deu 05 reais, disse que tinha esquecido e que daria o resto na semana seguinte... até hoje, já fazem duas semanas que ela me deve 05 reais. Estou pensando em falar com ela, perguntar se ela esqueceu da conta, não é cobrar não sabe? Porque se disser que está cobrando o povo acha ruim... é lembrar, porque tem gente que se faz de desentendido e não paga, o marido dela é empregado e ela tem uns trabalhos, então dá para pagar, mas não paga... Se encontrar ela na rua vou lembrar ela, pra ver qual vai ser. Não é que eu faço questão de 05 reais, mas quando junta tudo é o dinheiro de comprar as balinhas, pipoca, sabe? Então não posso deixar passar nem esperar o ano todo para receber 05 reais... Acha bom comprar então tem que pagar também (Seu Alfredo, morador da Comunidade do Timbó desde 1984).

A cobrança pode gerar conflitos entre os moradores, por isso Seu Alfredo prefere lembrar aos clientes que há pequenos valores em aberto ocasionados pelo não pagamento do item consumido. A lembrança, na concepção deste interlocutor, é uma forma branda de negociar com o outro sem causar magoas de ter sido cobrado, isto é, de chamar a atenção do outro e reivindicar uma postura para a negociação do crédito dado.

A cobrança é uma formar de comunicar para o outro que este não está cumprindo com o esperado, o que gera tensões entre os envolvidos, por isso "o povo acha ruim" a cobrança.

Seu Alfredo fala, deste modo, em uma forma branda de negociação, não é a cobrança, mas a lembrança que é enfatizada ao pensar nas formas de lidar com o outro. Cobrar é algo que pode gerar constrangimentos e mágoas, é um mecanismo que quando utilizado as pessoas que são cobradas, de acordo com Seu Alfredo, acham ruim. É ruim ser cobrado porque indica uma espécie de descrença na palavra do outro. A cliente prometeu para Seu Alfredo que pagaria a quantia restante na semana seguinte, já fazem duas semanas do prometido e a quantia ainda não havia sido paga, de modo que Seu Alfredo refletia sobre como conversar com a cliente sem e negociar o pagamento da quantia ao lembrá-la do crédito em aberto.

Não é apenas uma questão de receber os 05 reais em pendência, mas de receber a quantia sem magoar ou perder a cliente que "sempre compra coisas aqui", no seu pequeno negócio. Cliente que ele conhece, que sabe onde mora e em que trabalha, assim como seu marido, o que o faz ponderar sobre os motivos do não pagamento, já que ambos trabalhos e o valor é pequeno. Não é desta forma apenas uma cliente, mas uma pessoa com quem mantém uma relação de reciprocidade que almeja continuar, por isso o cuidado no tratamento. Tal cuidado no tratamento não é algo específico para esta cliente, mas para todos os clientes com quem estabelece relações pessoais.

As queixas quanto às tensões ocasionadas pela venda fiado não foram realizadas apenas por Seu Alfredo, outros comerciantes com quem conversei também relataram a utilização do fiado e as dificuldades em receber de determinadas pessoas. Mas ao mesmo tempo em que reclamam de ter que vender fiado para aqueles que demoram mais a pagar, os "*duros*" e os "*veiacos*", salientam que a pessoa demora, mas paga. Na maioria das vezes o comerciante considera que é melhor vender fiado e demorar a receber do que não vender e criar um desentendimento com o outro. Mais vale, nessas circunstâncias, a negociação do que o rompimento de relações pessoais, muitas vezes estabelecidas antes da abertura do estabelecimento comercial.

Enquanto que alguns comerciantes falaram sobre o receio de recusar vender fiado para alguém, de modo que realizavam a venda fiado para não se indispor com o cliente, outros comerciantes afirmaram não ter receio de vender fiado por confiar que os clientes pagam pelo item comprado, mesmo que o pagamento demore mais que o normal. A queixa da demora, que é comum a maioria dos comerciantes, advinha do conhecimento

possibilidade pelas relações pessoalizadas na Comunidade do Timbó, onde se sabe quem tem não tem condições de pagar rapidamente o valor, seja por causa do desemprego ou da situação de vulnerabilidade socioeconômica, e nesses casos há uma compreensão acerca dos atrasos e vários parcelamentos do valor. Bem como se sabe quem tem condições de pagar o valor e mesmo assim não o faz ou demora a fazer, sendo estas pessoas o alvo principal das queixas.

Vender fiado, no entanto, é uma forma de manter a freguesia, ao vender fiado para um morador Seu Alfredo o condiciona, implicitamente, a continuar comprando em sua barraca. Assim como se retribui a procura do cliente na venda fiado, se espera que ao ter dinheiro esse cliente também compre em sua *bomboniere*, e o cliente espera sempre que ir ao seu negócio ter a confiança de consumir fiado para pagar no final de semana ou no final do mês. É produzido, deste modo, um sentido de lealdade (KOURY, 2008) que envolve os moradores em inter-relação através do fiado, onde ambos se colocam como integrados nos códigos morais que configura esta sociabilidade.

O fiado mobiliza, assim, a confiança, a confiabilidade, a lealdade e a pertença, que permite uma construção coletiva do pertencer e aciona os códigos morais que identificam o semelhante a partir da familiaridade que é confiada e praticada na comunidade. A reciprocidade surge como o elo que sustenta a prática do fiado, sendo o elemento que configura a manutenção dos códigos morais e fomenta o sentimento de pertencer, que é construído mediante os laços de confiança e os sentidos de confiabilidade que permite ao indivíduo vivenciar o sentido da solidariedade (*idem*, 2008).

A reciprocidade que perpassa o fiado se constitui na dimensão da ordem moral (WOORTMANN, 1990). Ao discutir a ética camponesa enquanto um constructo de uma ordem moral, Klaas Woortmann (1990, p. 1) defende que esta ética é uma forma de perceber as relações entre os homens e a relação dos homens com as coisas, enfatizando, nesta última instância, a relação dos camponeses com a terra, visto como a expressão de uma moralidade por ser pensada e representada no contexto de valorações éticas. A aproximação pretendida com Woortmann (1990) se processa em relação à discussão da reciprocidade enquanto um princípio moral, se opondo ao negócio, no sentido mercadológico, e se apoiando na troca, na honra e na hierarquia.

Para Woortmann (1990, p. 50),

> Se a reciprocidade exige um outro para que possa haver a troca, ela supõe, também, a construção de um *nós* que se contrapõe a um outro

> *outro* – o estranho. Esse nós é constituído por iguais em honra. Por isso, a reciprocidade se realiza no interior de um território que é, também, um espaço de identidade.

Neste sentido, a reciprocidade se faz possível entre pessoas que compartilham um senso de honra, isto é, a reciprocidade surge e se desenvolve entre semelhantes, entre pessoas que partilham códigos morais enquanto forma de continuidade de uma cultura emotiva. Aproximando-se da discussão de Woortmann (1990, p. 57), assim como acontece na ética camponesa, onde "a reciprocidade é o contrato social do camponês hierárquico no interior do todo que é a comunidade", os valores e as práticas em exercício na Comunidade do Timbó emergem de relações sociais que configuram códigos morais historicamente e continuamente construídos.

A reciprocidade aciona a confiança, a confiabilidade e a lealdade, bem como fomenta os códigos morais que norteiam a conduta do morador. A reciprocidade é construída e exercitada entre semelhante que estabelecem relações pessoais estreitas em um determinado lugar de pertencimento, que apreende a dimensão do cotidiano e uma experiência afetiva comum que permite ao indivíduo reconhecer a si mesmo e ao outro relacional. O fiado se processa dentro dessa lógica da reciprocidade, que integra a pessoalidade, e nessa lógica a negociação puramente monetária ocorre com o dessemelhante, pois com semelhante espera-se a manutenção de relações recíprocas.

Com um dessemelhante se *negoceia* com base no rendimento, no lucro do comércio, pois é um indivíduo com quem não estabelece um vínculo afetivo e não nutre sentimentos de familiaridade. Não há relações de reciprocidade a serem mantidas com este indivíduo, de modo que a troca se processa no princípio de transação puramente comercial que é mediada pelo dinheiro.

Nesse sentido Seu Alfredo, assim como os demais moradores comerciantes, se movimenta entre duas lógicas distintas: a) a relação de troca e venda baseada no lucro, uma vez que negocia com dessemelhantes que circulam pela Rua Abelardo Pereira dos Santos – rua principal da comunidade, onde os habitantes da cidade circulam – e fazem uso do comércio local; e b) a relação de troca e venda baseada na reciprocidade, onde prevalece o sentido de confiança, confiabilidade e lealdade na troca entre semelhantes, a quem é moralmente negativo negociar com usura – relação que se processa nas diversas ruas da comunidade, mas principalmente nas ruas que são acessadas ao adentrar no Timbó, onde a população da cidade não circula ou circula pouco e não faz uso do comércio.

É neste contexto relacional que se processa a prática do fiado enquanto uma instância da pessoalidade regida pela reciprocidade entre moradores. Na Comunidade do Timbó as relações comerciais estão inseridas na lógica da pessoalidade que impera nas relações sociais, o que constitui relações baseadas na confiança, na solidariedade e na reciprocidade que também fomenta os conflitos advindos dessas relações pessoais de vínculos estreitos e duradouros. O fiado, portanto, é uma instância que resulta e caracteriza as relações estreitas e duradouras que se processam no lugar.

O fiado, por fim, enquanto instância da pessoalidade fomenta a constituição de um sentimento de pertença no lugar Timbó, é um exercício de condutas morais que caracterizam a cultura emotiva da comunidade. O fiado tem seu funcionamento baseado em relações recíprocas, de confiança e lealdade que são possibilitadas pelo contexto relacional em que estão inseridas, isto é, em um lugar de pertencimento e intensa pessoalidade entre os moradores, que compartilham de um conhecimento mútuo, a parti de onde sentidos de semelhança e dessemelhança são construídos e práticas cotidianas são elaboradas, como o sistema de nominação, o fiado e a circulação de crianças, instâncias da pessoalidade que configura o viver no Timbó.

Vejamos então como se constitui essa terceira instância da pessoalidade identificada na sociabilidade da Comunidade do Timbó, onde a prática de "pegar para criar" é comum entre os moradores e pode ser vista como uma dinâmica que se insere no sistema de dádiva (MAUSS, 2003) por fomentar a reciprocidade entre os moradores.

Sobre a circulação de criança

A circulação de crianças é considerada uma das diversas práticas familiares na sociedade complexa atual, defende Claudia Fonseca (2002, 2004) ao discutir a organização familiar nos segmentos populares. A circulação de crianças é uma prática que indica a transferência de uma determinada criança entre famílias, ocorrendo sob a forma de guarda temporária ou de adoção jurídica (FONSECA, 2002, p. 50).

Fonseca (2002, p. 59) salienta que esta prática recorrente entre as famílias brasileiras é concebida pelos habitantes dos bairros populares através de um contexto relacional onde a circulação de crianças não é mencionada pelo termo adoção, como acontece entre a classe média, mas sim pelas variações do verbo *criar*. Esta especificidade indica uma distinção crucial entre as formas de circulação de criança nas famílias populares, que enfatizam a relação mais do que o indivíduo isolado.

Nestas circunstâncias a autora defende que o parentesco não se limita ao aspecto biológico, sendo nutrido na relação social ao longo da vida dos indivíduos, priorizando a importância da rede familiar para a criação e socialização dos jovens. A noção em torno do criar, deste modo, se refere ao ato de cuidar de um indivíduo em crescimento, o que também evidencia as tensões e disputas em torno da preferência de uma criança ou jovem ao reivindicar para si a noção de que "*fui eu quem criei!*" (FONSECA, 2002, p. 60).

A noção de *criar* presente na prática de circulação de crianças também é identificada na Comunidade do Timbó, onde esta instância da pessoalidade indica uma dinâmica comum na sociabilidade no local. É corriqueiro encontrar moradores que já "pegaram" crianças "para criar", seja uma criança dos vizinhos, de conhecidos residentes em outras ruas ou de parentes, esta prática é comum nas relações pessoais no lugar Timbó. As pessoas adotam crianças sem precisar passar por um aparato jurídico que oficialize a adoção, nos casos que tomei conhecimento as crianças foram "pegas" porque as mães não tinham condições de *criar*, ou não queriam, ou precisavam trabalhar e acabaram deixando os filhos com os avós, que cuidam das crianças, ou dando-as para vizinhos ou parentes. Quando crescem, essas crianças convivem com a família biológica e a família adotiva ou com os pais e os avós, nos casos de criação dos netos, constituindo a circulação de crianças como uma prática recorrente.

Um caso interessante para a discussão é o de Dona Ivete, uma interlocutora com quem conversei que possui quatro *filhos de criação*, de mães diferentes, que *pegou* as crianças na vizinhança quando estes eram ainda pequenos. Dona Ivete conta que a maioria das crianças que *pegou* foi dada pela pouca condição da mãe biológica criá-los, seja por não possuir renda ou por já possui muito filhos. Uma das crianças chegou até ela pela procura da mãe biológica, que a ofereceu à recém-nascida e se dispôs em retirar o leite diariamente e deixar com Dona Ivete para alimentar a criança.

A circulação da criança, neste caso em discussão, se processa pela condição de vulnerabilidade econômica em que se encontram as mães biológicas das crianças, que confiam suas crianças aos cuidados de outra pessoa. O ato de dar a criança se configura como uma estratégia de sobrevivência dessas crianças, que são ofertadas aos moradores com que possuem uma condição socioeconômica melhor do que a mãe e/ou a família biológica. Deste modo, a criança circula para além da família materna ou paterna, sendo oferecida a vizinhos e amigos a quem confia o bom cuidado.

Os *filhos de criação* pegos por Dona Ivete se enquadram nesta lógica, de modo que o ato de dar a criança para esta interlocutora foi uma ação baseada em uma relação de conhecimento mútuo, de confiança e de reciprocidade. Nutre-se o desejo e a esperança que a criança seja bem cuidada e cresça saudável, nesse processo, a mãe e a família biológica acompanham o crescimento dessas crianças.

O filho que *criou*, conta Dona Ivete, são todos registrados em cartório como filhos dos *pais de criação* – Dona Ivete e Seu Carlos –, oficializando juridicamente a relação de maternidade e paternidade das crianças. Em nossa conversa sobre seus filhos, Dona Ivete conta que

> Eu só tive quatro filhos, mas nossa senhora levou um e ficou três: duas meninas e um só homem. Aí nossa senhora me fez o favor de levar mais uma fêmea, está entendo? Pronto, os outros quatro é criação, que eu também peguei daqui, parentes daqui debaixo... Parente que eu digo porque como eu criei novinho, né? Tem meu nome e o nome do meu marido... mas ela, a genitora, né? Passou para mim, então é meu parente, entendeu? Tudo daqui, tudo fruto daqui, sangue... Água do Timbó *[risos]*, tudo água do Timbó! (Dona Fatinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1984)

Ao pegar as crianças, ainda pequenas, Dona Ivete as registram como filhos e as criam, o que, para ela, propicia a condição de parentes pela criação e pelo registro que indica a filiação ao seu nome e ao do seu marido. Os *parentes daqui debaixo* são essas crianças criadas, nascidas na comunidade, que chegaram até Dona Ivete devido à prática da circulação de crianças, corriqueira em relações pessoalizadas.

Em paralelo às análises de Fonseca (2006), a autora denomina tal circunstância que envolve a noção êmica de *parentes daqui debaixo* de "parentesco inventado", onde o laço biológico não é tão palpável, pois impera a concepção de que "Mãe é quem criou". O parentesco inventado se pauta na evidência de que, para as mulheres que acolhem as crianças, "abrigar e alimentar alguém possui profundas implicações afetivas e simbólicas" (FONSECA, 2006, p. 19). O peso recai, deste modo, sobre as relações estabelecidas, sobre o vínculo afetivo construído com tais crianças que é responsável por transformar afinidades em relações duradouras.

Ao afirmar que seus filhos são "frutos daqui" da Comunidade do Timbó, Dona Ivete chama atenção tanto ao fato das crianças serem filhas de moradores da comunidade, como a circunstância da sua criação por outras pessoas ser um elemento

presente e específico na sociabilidade do Timbó. As crianças circulam entre as famílias sem grandes complicações, esta instância da pessoalidade permite que a criança cresça na comunidade e em contato com ambas as famílias, a biológica e a de criação. Nesse sentido, Dona Ivete acrescenta que seus filhos de criação sabem quem são seus pais biológicos e mantém uma relação amigável com eles, o que indica que a circulação de crianças não designa um rompimento entre os pais biológicos e a criança dada, mas uma complexificação das relações pessoais.

Na Comunidade do Timbó a crianças circulam de acordo com as relações pessoais que se desenvolve no lugar, a pessoa que dá a criança conhece o morador que a recebe e sabe onde ele mora, bem como acompanha o processo de crescimento da criança, sendo, em alguns casos, presente na vida da criança durante o seu desenvolvimento, como aponta à interlocutora:

> Os quatro que criei conhecem suas genitoras, no início até levava os recém-nascidos para mamarem nelas *[a genitora, como diz Dona Ivete]*... Tinha uma vizinha aqui que também deu de mamar para um dos meus... Todos eles sabem que foram criados por mim, mas não saíram de mim. *[pergunta da pesquisadora: e os filhos de criação mantém relações com as genitoras?]* Mantém sim, nunca proibi nada não, tem mais é que conhecer mesmo as origens, sabe? Até porque foi graças a elas *[as genitoras]* que tive meus filhos (Dona Ivete, moradora da Comunidade do Timbó desde 1981).

As crianças estão inseridas nas relações pessoais que se desenvolvem na comunidade e mantém uma relação amigável com as genitoras e sua família, sendo que Dona Ivete compreende essa relação como uma forma de conhecer "as origens", de onde a criança é "fruto". A genitora é conhecida pelas crianças dadas, hoje adultos e jovens, sendo essas mulheres as responsáveis por gerar a criança, é sempre nesse sentido que são mencionadas por Dona Ivete, que faz uma diferenciação entre ela enquanto mãe, aquela que cria e educa, e a genitora enquanto uma pessoa que possibilita a chegada daquelas crianças à sociabilidade da comunidade.

Há o que Fonseca chama de "coexistência da mãe de criação e da mãe consanguínea", o que nem sempre implica em uma relação pacífica, podendo ser permeada de disputas pela preferência da criança ou do jovem. Neste sentido, o parentesco inventado que perpassa a construção da noção de *parentes aqui debaixo* pode ser interpretado como uma forma de se resguardar e reivindicar a criança pra si, se

afirmando como mãe que criou, o que tem resguardo legal no fato de Dona Ivete ter registrado todas as crianças no seu nome e do marido. A relação amigável que os *filhos de criação* de Dona Ivete possuem com os pais biológicos é uma relação cordial, mas distanciada, como conta Brenda – uma das filhas de Dona Ivete – ao afirmar que não costuma frequentar a casa dos familiares biológicos, mantendo o contato com estes geralmente quando se encontra na rua.

A circulação de crianças, assim, é vista como uma possibilidade de criação dos "frutos" da Comunidade do Timbó, como uma forma de propiciar a sobrevivência dessas crianças e de sociabilizá-las dentro da cultura emotiva local. É interessante notar que esta instância da pessoalidade se processa a partir de relações de reciprocidade e levam em consideração a condição econômica levemente vantajosa que as *mães de criação* gozam, o que permite a concretização dos cuidados básicos para a sobrevivência da criança (FONSECA, 2006). Tal condição econômica é considerada porque com circulação da criança para outra família as responsabilidades parentais também são transferidas nesse processo.

Nessas condições, todos os interlocutores com quem conversei que receberam crianças para criar – seja dos filhos, dos vizinhos ou de conhecidos – confirmaram possuir uma condição de vida melhor do que a pessoa que deu a criança. Além do que essas pessoas que pegam as crianças se identificam, bem como são identificados, como moradores que integram os códigos morais vigentes no Timbó, se reconhecendo enquanto trabalhadores, honestos e tementes a Deus, em conformidade com a figura do *bom morador* que é comumente acionada nas conversas.

Dona Cláudia, por exemplo, fez um comentário durante uma de nossas conversas sobre essa prática de circulação de crianças a partir do caso de uma das filhas de Dona Ivete. Dona Cláudia considera que a adoção de Brenda, uma das filhas mais novas de Dona Ivete, foi algo positivo para a vida da jovem, que, de acordo com a interlocutora, passou por uma boa criação e está em uma boa condição, que provavelmente não teria se fosse criada pela genitora. A família de Dona Ivete é considerada por Dona Cláudia uma família de pessoas boas e trabalhadoras, que proporcionaram uma boa criação dos filhos, todos vistos por Dona Cláudia como semelhantes por estarem de acordo com os valores morais da cultura emotiva local, sendo indicados como trabalhadores e pessoas de bem.

Nesse sentido, é possível perceber que a prática de pegar para criar é exercida principalmente pelas pessoas que compartilham a cultura emotiva da Comunidade do

Timbó e se apresentam como pessoas trabalhadoras, honestas e tementes a Deus. Geralmente também são pessoas que se encontram em uma situação financeira melhor do que a pessoa que dá a criança, o que não implica que apenas pessoas com boas condições financeiras pegam crianças para criar. Há casos em que famílias pobres também pegam crianças de amigos, vizinhos ou parentes e as criam, bem como recebem crianças e jovens de parentes de fora da comunidade para criar ou auxiliar nos estudos ou na obtenção de um emprego.

É fato que a circulação das crianças é uma prática recorrente na comunidade, essa circulação é sabida pelos moradores, de modo que com todos os interlocutores com quem conversei, foi possível identificar pessoas que possuíam casos de circulação de crianças na família ou que conheciam vizinhos e amigos que fomentou esta instância da pessoalidade ao pegar crianças para criar. Não necessariamente é preciso ser vizinho para indicar esses casos de circulação de crianças, Dona Cláudia não é vizinha de Dona Ivete e ambas, segundo Dona Cláudia, se encontram esporadicamente quando frequentam as mesmas missas na Capela Santo Antônio. No entanto, ambas mantêm uma relação amigável e de conhecimento mútuo, onde é possível saber sobre os acontecimentos da e na vida do outro relacional, situações estas que são propiciadas pela lógica da pessoalidade.

Assim como essas duas interlocutoras, outros moradores também compartilham do conhecimento de vários assuntos e de todas as pessoas que é possibilitado pela pessoalidade. Os moradores sabem quem é quem, como discutido anteriormente, e identificam e conhecem as particularidades da vida do outro, sabe-se com quem é casado, quem são os filhos e como foram criados. Nesse sentido, é fácil para os moradores indicarem quem exercita a prática de circulação de crianças, considerando que

> Aqui tem muita gente que pega menino para criar, o que é bom para a criança ter mais chance na vida, né? Eu mesma peguei meu neto, ele mora comigo desde pequeno, a mãe dele comprou uma casinha ali na frente e saiu daqui *[da casa de Dona Cláudia]*, mas eu fiquei com o menino... primeiro que como ela ia trabalhar e cuidar do menino? Então eu fiquei com ele pra mim, hoje é esse homem enorme que você viu, mas está comigo desde miúdo (Dona Cláudia, moradora da Comunidade do Timbó desde 1979).

É possível, de acordo com esta interlocutora, indicar diversos casos de pessoas que exercitar a circulação de crianças, já que "tem muita gente que pega menino para criar". A lógica da criação se assemelha em todos os casos em que tomei conhecimento: são crianças que as genitoras – utilizando a denominação de Dona Ivete – tem dificuldade ou não querem criar, sendo entregues a famílias conhecidas que possui uma relação amigável, de vínculo estreito, que se interessam em pegar as crianças como filhos. Outros casos, ainda, indicam a circulação de crianças entre familiares, como Dona Cláudia que "ficou com o menino", o seu neto, quando a filha se mudou de sua casa. Também nesses casos há uma concepção de que os avós possuem mais tempo para cuidar das crianças, já que os pais saem para trabalhar e não tem com quem deixar os filhos.

Dona Cláudia cria seu neto desde pequeno, ambos moram juntos e recebem constantemente a visita da mãe, que também reside na Comunidade do Timbó e possui outros filhos com o marido, mas estes residem com ela. A criação dos netos, como aponta Dona Cláudia, é uma forma de ajudar ao filho que passa o dia fora de casa devido ao trabalho, de modo que a criança fica com os avós durante os horários que está fora da escola. No caso desta interlocutora, a criação pela avó já se processava desde quando a filha morava na casa e continuou após a sua saída, com a permanência do neto na casa da avó. Ficar com o neto é uma forma de ajudar a filha, mas também de manter por perto a criança que viu nascer e cresce, e que se tornou sua companhia diária, uma vez que os demais filhos desta interlocutora já possuíam sua própria vida e moravam em outras ruas da comunidade.

Com a saída da filha que ainda permanecia em sua casa, Dona Cláudia "ficou com o menino", o que pareceu algo bom para a filha e para Dona Cláudia, isso porque o neto já passada o dia com a avó enquanto a filha trabalhava, sair da casa da mãe e deixar o filho pode ser visto como uma prática da circulação de crianças por proporcionar a criação por outra pessoa – neste caso um parente. A criação do neto pela avó também implica que Dona Cláudia continuaria com uma companhia diária, com quem compartilha a vida.

Assim como Dona Cláudia outros interlocutores relataram criar os netos, o que, mais uma vez, ressalta a recorrência da circulação de crianças entre pessoas e famílias. Dona Pâmela e Seu Bernardo, bem como Seu Alfredo são alguns dos diversos casos que podem ser citados para ilustrar as análises através dos casos observados. A semelhança entre os casos indica o cuidado e a criação dos netos como uma continuidade da relação

que se tinha antes da saída dos filhos de casa, que conta para a permanência desses netos com os avós. A permanência geralmente é entendida pelos interlocutores como uma forma de ajudar ao filho e ao neto, oferecendo o tempo e disposição para a criação das crianças.

Diferente dos demais casos que tomei conhecimento, Seu Alfredo conta que a permanência do neto em sua casa foi uma escolha dele, que optou por continuar residindo com o avô e a avó na comunidade a ter que se mudar para outro bairro com a mãe e o padrasto. Seu Alfredo conta que seu neto Samuel foi criado em sua casa desde criança e mesmo com a construção de um puxadinho para a filha, no terreno localizado ao final da casa de Seu Alfredo, o menino continuou morando na casa principal. Aqui, a criação do neto pelos avós se processa também com a presença da mãe na casa, todos dependiam do trabalho de Seu Alfredo e sua esposa. Não somente o neto ficava aos cuidados dos avós, como também a filha – mãe do Samuel –, como informou este interlocutor.

O puxadinho construído foi para a filha de Seu Alfredo morar com o ex-companheiro, pai do Samuel, mas com a separação do casal, depois de quase 05 anos de relacionamento, a filha retorna para a casa principal, onde permaneceu até conhecer seu atual companheiro, com quem decidiu ir morar junto no bairro dos Funcionários. Samuel, já com seus 15 anos optou por continuar morando com os avós. "Ele ficou com a gente, sabe? A gente quem criava ele e a mãe... Quando Rosangela *[a filha]* saiu de casa ficou só nós... Eu, minha velha e meu menino, que é o meu neto, sabe?", disse Seu Alfredo ao falar sobre a escolha do neto em permanecer. O "menino" de Seu Alfredo é resultado de um processo de vinculação pessoal estreita que permite a criação de crianças por outras pessoas próximas, como parentes e amigos.

A criação dos netos não passa somente por um auxílio aos filhos, mas também por uma dependência dos filhos e netos em relação aos pais, como no caso de Seu Alfredo. Ao contribuir para o cuidado das crianças, os avós colaboram emocional e financeiramente na criação dos netos. É comum que nessa circulação de crianças entre parentes muito próximos, os avós fiquem com os netos gerados nos primeiros relacionamentos de seus filhos, principalmente quando o casal residia na casa desses avós ou em um puxadinho dessa casa. As crianças costumam circular com frequência entre os pais e os avós, sendo os casos recorrentes na Comunidade do Timbó.

Aqui novamente atento para a aproximação com o trabalho de Prado (1998), que discute o grau da pessoalidade presente nas relações que se desenvolvem nas cidades

pequenas brasileiras. Um dos aspectos que demarca esse grau da pessoalidade é a prática de criar crianças de outras pessoas sem que esse processo de adoção passe por um procedimento burocrático, elemento que, como descrito neste tópico, se aproxima das práticas que ocorre na Comunidade do Timbó. Aqui as crianças circulam entre famílias e se tornam "filhos de criação", seja no que se refere aos casos em que a criança criada foi gerada em outra família e adotada pelos vizinhos e amigos, ou seja nossa casos em que os avós criam seus netos.

Há, ainda, a circulação de jovens que são mandados para as casas de parentes para ser inseridos no mercado de trabalho ou para "tomar um jeito na vida", como comentou Beto ao lembrar-se de quando recebeu o sobrinho por uns tempos em sua casa. Nesta ocasião, o sobrinho de Beto passou um período de aproximadamente 01 ano em sua casa como forma deste interlocutor ajudar o irmão a afastar o sobrinho das "más influencias" dos amigos com quem conviva. O sobrinho, que morava com os pais no bairro de Mangabeira, mudou-se para a comunidade do Timbó e trabalhou na banca da sorte com o tio enquanto não conseguia outro trabalho.

> Uma vez um sobrinho meu passou um tempo lá em casa, meu irmão conversou comigo que estava preocupado com as companhias dele, más influencias, né? Aí disse que podia mandar ele pra cá que colocava ele na banca e depois arrumava outra coisa. Quando chegou conversei com ele, no começo se comportou bem, sabe? Atendia o povo na banca, fazia uns favores pra Tais... Depois que conheceu uns amiguinhos aqui foi que desandou, dizia que ia para a banca, mas quando chegava lá o canto mais limpo, estava fechada e ele na rua. Não queria mais fazer nada... Arrumei um trabalho para ele em Osmar das cadeiras, se ele apareceu lá duas vezes foi muito. O pai não sabia o que fazer aí dei a ideia de mandar ele para a casa de um primo da gente que trabalhei lá em São Paulo. Ele foi e até agora está dando certo... Mas foi só essa vez que recebemos parente para morar com a gente (Beto, moradores da Comunidade do Timbó desde 1989).

Narrativa de Beto ao relembrar quando participou da prática de circulação de pessoas, neste caso um jovem sobrinho. De acordo com o interlocutor, a prática teve como objetivo tentar afastar o sobrinho das companhias consideradas má influência e responsáveis pelo comportamento indiferente do jovem para o trabalho e à família. As

mentiras contadas, o desdém ao trabalho e o mau comportamento são considerados por Beto como aspectos que indicam as más influências das companhias sobre o sobrinho.

Acolher o jovem e ajudá-lo a conseguir um emprego era a forma de auxiliar o irmão na criação do sobrinho, de modo que a circulação do sobrinho entre a família pode ser compreendida como o fortalecimento das relações de solidariedade, reciprocidade e confiança entre os envolvidos. Nesse sentido, diferente da circulação de crianças anteriormente discutida, a circulação de jovens não envolve a criação desses sujeitos, mas a inclusão deles na vida adulta através da inserção no mercado de trabalho, bem como a tentativa de fazê-los mudar de comportamentos. Esses jovens já chegam criados e a sua circulação passa pela lógica de auxiliá-los a se estabelecer na cidade ou, como já mencionado, conseguir um trabalho.

Quando a circulação da criança e jovens não passa por uma transferência para um lar permanente, como no caso de Dona Ivete, ela se configura através da circulação por lares substitutos, como os dos tios e avós, que podem se tornar permanentes ou não. Em todo modo, a circulação de crianças integra uma lógica da dádiva, pois coloca os moradores engajados em uma relação de reciprocidade com as pessoas que repassaram as crianças ou os jovens (FONSECA, 2006, p. 36).

Ao discutir a circulação de crianças como relacionada à lógica da dádiva, Fonseca (2006, p. 41) defende que as "relações e as obrigações entre as pessoas seriam a razão de ser da transação", acrescentando, ainda, que a criança é compreendida como inseparável das relações que conformam a trama social de sua existência, perpetuando os laços sociais que a torna pessoa. É dentro dessa dinâmica que se processa a continuidade que a dádiva requer. A circulação de crianças e jovens, como discutido no decorrer deste tópico, é uma prática exercitada a partir de uma relação de reciprocidade entre as partes envolvidas, nesse processo a oferta da criança é retribuída com o cuidado da mesma, que durante o seu crescimento toma conhecimento das suas filiações biológicas e afetivas.

A circulação de pessoas, principalmente crianças, mas também jovens, é uma instância da pessoalidade cotidianamente fomentada na sociabilidade da Comunidade do Timbó. Assim como as demais instâncias, é configurada pelas relações pessoais que imperam no lugar e que proporciona esta circulação entre pessoas conhecidas, com quem se mantém uma relação, se conhece a fama da família e considera poder criar as crianças e auxiliar os jovens. Assim, essa instância da pessoalidade é constituída através das relações pessoais, da consideração, da confiança e da reciprocidade.

Além do sistema de nominação, do fiado e da circulação de criança, também foi identificado outra instância da pessoalidade que caracteriza as relações pessoais na Comunidade do Timbó: a fofoca. Um dos aspectos mais comentados pelos moradores, a fofoca é um elemento presente em sociabilidades pessoalizadas, onde a condição de pessoa predomina nas relações sociais. Quando discutida pelos moradores, a fofoca possui um caráter ambivalente que pendula entre o deleitar-se em saber sobre os acontecimentos na comunidade e o receio em ser alvo das conversas em calçadas. Bem como ao mesmo tempo em que se reconhece a existência da fofoca, nega-se enquanto fofoqueiro, de modo que na vizinhança geralmente há fofoqueiros, mas o interlocutor nunca se coloca como uma pessoa fofoqueira. Vejamos os elementos que envolvem a fofoca na sociabilidade da Comunidade do Timbó.

Sobre a fofoca

A fofoca é uma prática corriqueira nas relações pessoais e diz respeito à circulação de informações sobre o outro, comenta-se sobre os acontecimentos recentes na vida de fulano ou sicrano, sejam esses acontecimentos positivos – como um casamento, a conquista de um emprego, o nascimento de um filho, entre outros – ou negativos – no sentido de situações de crise financia, de problemas com saúde, de traições, da perca do emprego, entre outros –, podendo ser comentários elogiosos ou depreciativos (ELIAS e SCOTSON, 2000). Acontecimentos banais, tragédias e episódios da vida privada das pessoas são assuntos que frequentemente constituem as fofocas na Comunidade do Timbó.

A fofoca possibilita, ainda, que situações semelhantes sejam comparadas, bem como constrói um acervo de informações sobre a vida do outro relacional. Em uma sociabilidade como a da Comunidade do Timbó, baseada nas relações pessoais, os moradores se sentem alvo potencial de fofoca e reclamam a pratica da fofoca sobre suas vidas enquanto uma intromissão. Ao mesmo tempo em que reclamam da fofoca, estes moradores alimentam o acervo de informações sobre a vida do outro ao exercitar cotidianamente a prática da fofoca com os vizinhos com quem mantém relações estreitas de amizade.

Os aspectos que envolvem a fofoca foram identificados e compreendidos com base nas conversas com os interlocutores e na vivência de situações onde a fofoca estava em prática. A fofoca (ELIAS; SCOTSON 2000; FONSECA, 2004), deste modo, surge como algo presente no cotidiano dos moradores, sendo um elemento importante

para compreender as relações baseada na intensa pessoalidade, bem como as relações de vizinhança. Norbert Elias (2000), junto com John Scotson, em *Os estabelecidos e os outsiders* discute o papel da fofoca em uma comunidade, neste estudo indica que a fofoca não é um fenômeno independente, pois sua prática depende das normas e crenças coletivamente aceitas e das relações que surgem entre os atores sociais.

Para Elias a fofoca é uma figura de linguagem, um nome genérico dado para uma prática executada por pessoas reunidas em grupo. A fofoca acontece, nesse sentido, quando duas ou mais pessoas se reúnem e comentam sobre os acontecimentos do lugar de pertença, atualizando as novidades sobre situações e pessoas. A prática da fofoca, ainda segundo o autor, ocorre em grupos bem integrados, de modo que a fofoca funciona como um reforço da coesão existente nestes grupos. Aproximando a análise da Comunidade do Timbó à esta concepção construída por Elias, entende-se que na comunidade, onde os moradores estão integrados através de relações pessoais, a fofoca surge como elemento próprio dessa forma de sociabilidade.

Nessa circunstância a fofoca é um elemento corriqueiro que se apresenta enquanto uma instância da pessoalidade, pois expressa uma prática inerente à lógica da pessoalidade, que perpassa todas as dimensões da vida local. A fofoca opera como indicativo da integração da comunidade, possuindo uma dupla funcionalidade que serve para reforçar a integração entre os moradores: a fofoca atua tanto como forma de apoiar as pessoas bem vistas na comunidade, como para exercer o controle social (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 125) sobre os moradores que se encontram em situações consideradas de risco aos valores configurados pela cultura emotiva local.

Com base no material etnográfico produzido em campo, a fofoca geralmente é interpretada pela maioria dos interlocutores através de um aspecto negativo que enfatiza a intromissão na vida alheia. Para estes interlocutores, a fofoca fomenta o ato de se "intrometer na vida alheia", isto é, de ter assuntos da vida privada comentados pelos outros moradores. É a intromissão, o cuidar da vida do outro, para utilizar os termos mencionados pelos interlocutores, que surgem na narrativa do morador para reclamar as condições proporcionadas pela pessoalidade nas relações, onde os mais variados acontecimentos passam pelo conhecimento de todos.

O aspecto negativo acionado pela concepção dos interlocutores se refere ao incomodo de ser alvo potencial de fofocas, de modo que refletem sobre a prática da fofoca a partir de episódios em que o nome do morador ou da sua família estava envolvido em fofocas e rumores. É a partir da experiência com as situações em que se é

alvo da fofoca que o morador reclama ter sua vida cuidada pelos outros, ou seja, tem assuntos que considera privado, de interesse familiar, conhecidos e comentados pelos outros relacionais. A maioria desses interlocutores ao mesmo tempo em que reclamam da intromissão em suas vidas, comentam, quando surge a oportunidade, sobre assuntos da vida privada de outras pessoas. O que reafirma a percepção de que o aspecto negativo da fofoca é reclamado pelo interlocutor quando a fofoca recai sobre ele e os seus, tendo suas ações comentadas na comunidade.

A fofoca se configura, deste modo, enquanto um elemento ambíguo que serve para saber sobre as notícias e trocar informações sobre situações e pessoas da comunidade, como também funciona como forma de intromissão na privacidade do outro relacional e como instrumento de controle social. Esta ambiguidade da fofoca foi colocada por Laura em uma de nossas conversas, nessa ocasião ela informa que

> aqui em casa geralmente a gente não precisa sair pra saber das notícias. Às vezes as vizinhas chegam e diz *[risos]*, quando não é isso chega no WhatsApp: Fulana morreu, Fulana tá assim, Fulana tá precisando disso, Fulana tá precisando daquilo. Então assim, é bom, tem esse lado positivo porque o social a gente consegue chegar junto, né? Mas tem a parte negativa também, quando diz: menina Fulana disse que tu estava fazendo num sei o que, num sei o que, num sei o que, num sei o que... Chega detonando você. Então isso fica de certa forma um pouco mais comprometedor, mas sabendo ter um pouquinho de jogo de cintura, não se incomodado tanto com algumas situações, que muitas vezes são imaginação. Coisas são criadas também da cabeça das pessoas... Mas dá pra levar, é de boa, é tranquilo. (Laura, moradora da Comunidade do Timbó desde 1989).

A ambiguidade da fofoca, como colocada pela interlocutora, relaciona-se com a troca de informações como algo bom, e com os comentários depreciativos, como algo ruim. O fato de saber informações sobre como está fulana, se está bem ou mal, se casou, se está precisando de algo ou se morreu, é apontado como o aspecto positivo que possibilita o auxílio ao outro. Através das trocas de informações proporcionadas pela fofoca, os moradores têm acesso às informações sobre os outros com quem se relaciona e compartilha o lugar.

O lado positivo ao qual Laura se refere diz respeito à troca de informações não somente para manter-se informado sobre os outros e a comunidade, como também por

possibilitar a ajuda àqueles que passam por situações de dificuldade. Quando sabem de alguém que passa por necessidades, os moradores geralmente repassam a informação às pessoas que desenvolve atividades nos centros religiosos do local, que realizam auxílios aos mais necessitados com a entrega de cestas básicas, sacolas de pães, sopões e doação de roupas. Além das igrejas, os próprios moradores se organizam para ajudar as pessoas que precisam, prática comentada por alguns interlocutores, como Dona Creuzinha e Dona Fatinha.

O fato saber sobre a necessidade das pessoas da comunidade através da troca de informações que possibilita aos moradores se organizarem para ajudar tais pessoas também foi um aspecto comentado por Dona Creuzinha e Dona Fatinha durante uma tarde em que conversamos na área da casa de Dona Creuzinha. Nesta oportunidade, Dona Fatinha narra como fica sabendo das informações sobre as pessoas, ela conta que

> Às vezes alguém comenta, às vezes tem gente que passa até pedindo... Pronto, como teve uma vez que parece que teve água na casa dela, lembra Dona Creuzinha? Aquela senhorinha que a senhora disse a mim, aí eu disse: pois Dona Creuzinha diga a ela que quando vier na igreja passe lá em casa! Uma senhorinha que graças a Deus hoje ela vive bem... Morava ali para dentro *[aponta em direção ao Rio Timbó]*... Parece que entrou água e as coisas dela acabou-se tudo, o marido dela parece que não era aposentado... Era um casalzinho de velhos. Aí Dona Creuzinha disse: Dona Fatinha ela está precisando tanto, aí eu disse: pois minha filha diga a ela que vá lá em casa, aí ela veio buscar leite na igreja... e foi lá em casa, eu dei de tudo um pouco a ela, feijão, arroz, café, açúcar... Fiz aquela coisinha e dei para ela, porque se tem uma pessoa que a gente ver que está precisando a gente ajuda dessa maneira... A gente não vive na casa de ninguém também, mas se uma pessoa chegar e disser... tem uma menina ali que tem problema de câncer, a gente fala com as meninas da igreja e elas vão lá ajudar. Porque é aquela história, uma vezinha a gente pode dar, mas dar toda semana ou todo mês a gente não pode, mas como a igreja dá... a igreja, o NESE... Ali o pessoal vai lá.

A narrativa acima ilustra a concepção de que a possibilidade de ajudar o outro é viabilizada pelo repasse de informações sobre as condições em que esta pessoa se encontra. Como indica Dona Fatinha, reforçando as informações de Laura, as notícias são passadas de pessoa para pessoa e acaba chegando aos ouvidos, quando alguém

comenta na calçada ou na igreja – como no caso narrado por Dona Fatinha – ou aos olhos, quando mensagens são repassadas via WhatsApp – como no caso narrado por Laura. De uma forma ou de outra, as informações se espalham entre os moradores, que tomam conhecimento sobre casos de crise financeira ou de saúde ou estragos ocasionados às pessoas antes localizadas em área de risco ambiental.

As informações chegam até a pessoa, como Dona Fatinha enfatizou. Esta interlocutora se inteira dos assuntos da comunidade, mas "não vive na casa de ninguém", a troca de informações chega através de canais de fofocas configurado pelo repasse das notícias, situações e acontecimentos aos vizinhos e amigos. Ao saber dessas notícias, Dona Fatinha busca ajudar essas pessoas da forma que pode, seja com uma palavra amiga de conforto ou com a doação de uma pequena cesta básica como a que concebeu a "senhorinha" que teve sua casa alagada e perdeu tudo. Quando não pode ajudar, recorre às instituições religiosas para comentar sobre a situação e pedir ajuda para a tal pessoa.

A narrativa de Dona Fatinha indica, ainda, como a informação é constituída e repassada aos demais moradores. Ao relembrar a ajuda concedida a senhorinha, a interlocutora constrói um quadro de identificação da pessoa e da situação pela qual passa: a senhorinha morava com seu marido logo "ali", nas proximidades do rio, o que facilitou o alagamento da casa, que ocasionou a perda dos seus móveis e possíveis eletrodomésticos. "As coisas delas acabou-se tudo" e o marido "parece" que não tem aposentadoria, esta é a situação em que se encontrava a senhorinha. Situação que é rapidamente transformada em informação e repassada entre os moradores, funcionando para deixar os moradores informados, mas, sobretudo, para pensar formas de ajudar o outro relacional.

O outro aspecto da fofoca, que caracteriza a sua ambivalência, diz respeito sobre o repasse de informações que buscam "detonar" o outro relacional através de comentários que causa uma depreciação da pessoa que é alvo da fofoca. Elemento que foi apontado por Laura durante nossas conversas, e compreendido enquanto a parte negativa da troca e circulação de informações na Comunidade do Timbó. Para Laura, quando os comentários estão "detonando você" é preciso "ter um pouquinho de jogo de cintura" para saber lidar com essas situações proporcionadas pela intensa pessoalidade no local, pois considera que a situação se torna comprometedora. É comprometedora, no sentido dado pela interlocutora, porque coloca em risco a fachada (GOFFMAN, 2011) do morador a quem é direcionada a fofoca.

A narrativa de Laura também realiza a ressalva de que é preciso ter jogo de cintura para saber lidar com o lado negativo da fofoca porque “muitas vezes são imaginação”. Nesse sentido Laura trabalha com a justificativa de que há comentários que detonam que são frutos da “imaginação” dos outros relacionais, e para lidar essas situações a interlocutora entende que é preciso não se incomodar tanto. Não se incomodar tanto significa que a pessoa tem que desenvolver estratégias para sair das situações de constrangimento ocasionadas pela fofoca depreciativa (ELIAS e SCOTSON, 2000).

As fofocas que detonam, utilizando o termo da interlocutora, podem se aproximar da noção de fofocas depreciativas trabalhadas por Elias (2000). As fofocas que detonam e as fofocas depreciativas se aproximam na medida em ambas exercem a funcionalidade de desvalorizar e prejudicar a pessoa que é alvo de tais fofocas. Ao jogar com a fachada do morador, a fofoca que detona e a fofoca depreciativa expõem comportamentos e situações que se apresentam como um risco aos valores morais que norteiam um determinado grupo ou comunidade.

Na comunidade analisada por Elias eram as fofocas depreciativas as que despertam um maior interesse entre os moradores, que se preocupavam em saber as novidades sobre as situações que conformaram o assunto dessas fofocas. As fofocas depreciativas proporcionam uma busca por detalhes e entretêm as pessoas, permanecendo por um período considerável em destaque nos canais de fofoca, até que outro episódio aconteça e uma nova fofoca depreciativa surja. Nesse sentido, Elias afirma que

> Embora as fofocas de apoio e as elogiosas desempenhasse seu papel no fluxo de rumores, que nunca parava de circular pelos canais de boataria da “aldeia”, elas se misturavam e eram frequentemente inseparáveis das fofocas de colaboração afetiva inversa, as de rejeição e censura. Numa estimativa grosseira, estas últimas pareciam desempenhar um papel muito maior como ingredientes do fluxo de intrigas do que as primeiras. Tinha-se a impressão de que as notícias sobre desrespeito às normas aceitas, cometido por pessoas conhecidas da comunidade, eram muito mais saborosas, forneciam maior entretenimento e uma satisfação mais prazerosa, tanto para narradores quanto para ouvintes, do que os boatos sobre alguém que fosse digno

> de elogios por defender os padrões aceitos, ou merecedor de apoio num momento de necessidade (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 124).

Há um efeito peculiar que a fofoca tem sobre as opiniões e os valores e normas coletivas, contribuindo para uma reação diferenciada em relação aos intercâmbios constantes de notícias e pontos de vistas que a fofoca proporciona. A fofoca que se coloca como uma forma de conhecer os acontecimentos do lugar e montar um acervo de informações sobre o local e as pessoas que nele vivem, por isso há fofoca que ficam marcadas na memória das pessoas, sendo a maioria dessas fofocas a de caráter depreciativo.

Retornando para os dados etnográficos produzindo na Comunidade do Timbó, a concepção negativa da fofoca construída pelos moradores, que a referência como um ato de "cuidar da vida alheia", passa pela experiência desses moradores em se envolverem em fofocas depreciativas. Como discutido anteriormente, a experiência de ter suas vidas em evidência na comunidade causa constrangimento no morador, que elabora formas de preservar a imagem e sair da situação de constrangimento ao indicar os comentários como "coisas da cabeça do povo", isto é, estórias inventadas sem fundamento e que tem o objetivo de atingir a reputação do morador e da sua família.

Assim como as fofocas depreciativas ganham uma atenção especial das pessoas integradas em um determinado da comunidade analisada por Elias e Scotson, na Comunidade do Timbó as fofocas que detonam ou que se ocupam de situações consideradas perigosas por causar ranhuras nos valores e normas que norteiam a sociabilidade local, são as fofocas que marcam a histórias das pessoas nelas envolvidas, integrado o acervo de informações sobre tais pessoais. Há moradores que, ao serem mencionados pelos interlocutores da pesquisa, tem as fofocas depreciativas resgatadas e relembradas, o que aponta para a marca que essas fofocas deixam na trajetória da pessoa. As conversas nas calçadas com os interlocutores geralmente eram embaladas por algumas dessas fofocas repassadas à pesquisadora. Quando uma ou outra pessoa transitava pela rua, alguns interlocutores falavam sobre as situações em que a respectiva pessoa se tornou alvo de fofocas depreciativas.

Depreciativas ou não, a fofoca funciona como uma forma de controle social que reprova ou exalta comportamentos com base nos valores e normas morais configurados pela cultura emotiva local. Ao exaltar comportamentos, indica códigos de condutas que são considerados positivos e que representam as relações desenvolvidas na comunidade e os seus moradores. É nesse sentido que os elogios sobre a boa criação dos filhos, a

presença nas atividades religiosas, a condição de trabalhador e a amizade com todos se processam enquanto exemplos de bom comportamento a ser elogiado e seguido, conformando a concepção local acerca do que é ser morador da Comunidade do Timbó.

Os comportamentos considerados perigosos aos valores e normas morais, diferente do comportamento a ser elogiado, é visto como um desvio aos códigos de conduta e por isso precisa ser corrigido. Nessas situações a fofoca é manipulada para pressionar a pessoa vista como responsável por praticar ou permitir a prática de tais comportamentos. É exercido um controle social pelos moradores em busca de uma adequação aos valores locais, circunstância em que a fofoca é usada como um instrumento de proteção da cultura emotiva do lugar.

O controle social exercido através da fofoca pressiona as pessoas que são alvos dessa fofoca a encarrega-se de tomar uma posição e uma atitude para a resolução da situação consideradas de vulnerabilidade para os códigos morais. A fofoca envolvendo Amanda e sua família é um dos casos de aplicação desse controle social em que os moradores da comunidade cobram uma atitude preventiva a uma situação potencialmente problemática abrangendo seu filho e sobrinho. Caso que demonstra os mecanismos de controle e acusação em exercício e sua eficiência na comunidade para manutenção da cultura emotiva local.

A situação que gera receio nos moradores da comunidade é a seguinte: Amanda morava sozinha com o filho mais novo, o André, em uma casa na parte baixa, até que um dos seus sobrinhos, o Marcos, passou a morar junto com os dois. Marcos tem 17 anos e chegou aos cuidados da tia a pedido da mãe, que estava aflita com o comportamento do filho em realizar pequenos furtos em casa para o uso de drogas. A mãe de Marcos viu a possibilidade de afastá-lo do bairro do Alto do Mateus, onde ambos residiam, como um abrandamento do problema que vinha enfrentando com o filho. Amanda recebeu o sobrinho, que está na Comunidade do Timbó há aproximadamente 01 ano, mas afirma que o problema deste com o uso de drogas e pequenos furtos não foi abrandado com a mudança para a comunidade.

Amanda avalia que a mudança de lugar pela qual o sobrinho passou se configura como uma mudança de pessoa – da mãe para a tia – para conviver de perto com o problema, como afirmou ao dizer que “esse menino veio para cá para ver se dava sossego à mãe, mas não adiantou porque está do mesmo jeito, só que agora dando problema pra mim”. O problema ao qual Amanda se refere não é somente a ter que lidar com o comportamento do sobrinho, mas também a defrontar-se com os comentários dos

moradores da comunidade que estão preocupados que o comportamento de Marcos acabe influenciando André, a criança da casa. O receio de que André siga pelo mesmo caminho que Marcos é o que configura a situação vista como problemática pelos moradores, que cobram atitudes de Amanda para manter o filho dentro dos códigos de conduta, normas e valores da comunidade.

O controle social se processa por meio da fofoca, instrumento que propicia as trocas de informações sobre a situação em que Amanda, Marcos e André estão envolvidos. A fofoca sobre esse caso apreende informações sobre tal situação, em que se comenta sobre o comportamento e ações praticadas por Marcos, bem como a vulnerabilidade de André em possivelmente se desviar dos valores locais. Mas também é constituída de atitudes que poderiam ser tomadas por Amanda, como levar André nas atividades religiosas da comunidade, fiscalizar as amizades, cobrar de Marcos que não envolva André em seus negócios e procurar uma escola integral foram algumas das recomendações que escutei dos moradores que comentaram sobre o caso.

Amanda, por sua vez, queixa-se de sua família ter se tornado alvo de fofoca e ganhado evidência na vida cotidiana da comunidade, o que permitiu que, segundo esta interlocutora, os moradores se vissem no "direito" de falar sobre a sua vida e cobrar atitudes, mas não desempenharem uma ajuda efetiva. A crítica desta interlocutora se coloca em relação à intromissão em sua privacidade pessoal e familiar, o que pode ser percebido na afirmação de que "o povo quer dá *pitaco*[55] na minha vida, falam sobre o que se passa na minha casa e como devia ser... se metem onde não são chamados, diz como deveria criar meu filho, mas não ajudam quando vêem que preciso". A crítica feita pela interlocutora em relação aos demais moradores é a de que estas pessoas comentam sobre sua vida e sugerem como Amanda deveria proceder, sendo apenas comentários que não são acompanhados, para a interlocutora, por uma ajuda efetiva nas h em que precisa.

Mesmo reclamando o "pitaco" dos moradores sobre a sua vida, Amanda se movimenta para conceder uma posição sobre a situação para a comunidade, posição que elucida atitudes em relação a Marcos, a exemplo da conversa que disse ter com o sobrinho para a imposição de regras na casa. Sobre sua conversa com Marcos, Amanda disse que

[55] *Pitaco* é um termo que se refere a uma opinião não solicitada.

> Já falei para ele se ligar... aqui em casa não pode fumar nem nada... nada de trazer os amigos deles que usa essas coisas pra cá, muito menos apresentar a André. Eu fico de olho mesmo... o povo já fala sem ele fazer essas coisas aqui em casa, pense fazendo, né? (Amanda, moradora da Comunidade do Timbó desde 1993).

As precauções tomadas por Amanda demonstram formas de repreender Marcos e o problema que este oferece, na visão dos moradores, para o André. Estabelecer regras que proíbem determinados comportamentos e práticas na casa, como o uso de substâncias e o convívio dos companheiros de Marcos com André, são estratégias encontradas por Amanda para tentar amenizar parte do problema. É, sobretudo, uma maneira de indicar aos moradores que foram adotadas medidas para a resolução da situação familiar comentada na comunidade.

As atitudes adotadas por Amanda não dizem respeito somente a Marcos, mas também a André. Em relação ao filho, Amanda projeta o matricular na turma da catequese para que ele aprenda a rezar, bem como passe a frequentar regularmente a igreja. Frequentar atividades religiosas é visto pelos moradores como um comportamento apropriado e que está de acordo com os códigos de conduta e moralidade que se desenvolve na comunidade. Assim, matricular André na catequese não é apenas fazê-lo frequentar a igreja ou dar uma resposta ao controle social exercido pelos moradores, é, também, uma demonstração de que Amanda preza pelos códigos morais e de conduta da comunidade.

Este caso em que a família de Amanda está envolvida exprime como a fofoca é utilizada enquanto um instrumento de controle social na Comunidade do Timbó. Instrumento este de significativa eficácia para a resolução de situações consideradas problemáticas pelos moradores. A manipulação da fofoca como instrumento de entretenimento, de troca de informações, de depreciação e de controle social configura esta instância da pessoalidade como um elemento importante na sociabilidade da comunidade. Isso porque a fofoca se configura enquanto um canal por onde são discutidas e analisadas questões que perfazem o interesse coletivo dos moradores da comunidade.

Qualquer morador está passível de ver-se envolvido nas fofocas cotidianas, como os comentários que analisam como *fulana* está gorda ou magra, como *sicrano* está descuidado, ou que *beltrano* ganhou tal quantia no jogo do bicho ou que alguém se separou e outro acabou de “se juntar”. Assuntos estes que são comentados em

alternância: seja porque alguém na roda de conversa lembrou ou porque a pessoa transitou pela rua e acabou tornando-se o assunto da vez, como se presencia nas rodas de conversa dos e com os moradores. Bem como nas fofocas sobre acontecimentos específicos que tiram a comunidade de sua rotina, fazendo com que os assuntos habituais sejam deixados de lado por um momento para a atenção se volte em saber e comentar sobre tal acontecimento. Neste tipo de fofoca estão situados os casos em que aconteceu uma festa de uma facção criminosa em várias comunidades e bairros da cidade de João Pessoa, sendo a Comunidade do Timbó uma delas, ou o término de um casamento duradouro motivado por uma traição do marido com uma amiga da esposa, ou as traições entre casais que não resultam no término do relacionamento. Assunto estes que passam dias como os principais assuntos comentados entre os moradores.

Encontrar-se na posição de alvo das fofocas incomoda ao morador e à sua família, que ganha uma visibilidade não desejada na comunidade durante o período em que o assunto está em evidencia. Algumas estratégias são tomadas, como evitar ficar sentados nas calçadas e caminha só quando necessário pela comunidade, de preferência nos períodos em que poucas pessoas estão na rua. Ficar em casa torna-se a melhor estratégia para evitar ser perguntado sobre algo ou ver rodas de moradores e sentir-se alvo dos assuntos que nelas se comenta. É evitar os outros relacionais e esperar que a rotina de fofoca volte ao seu processo normal e outros assuntos ganhem a mesma atenção, o que acontece quando a fofoca se torna "velha", isto é, quando já faz tempo do seu acontecimento e tudo já foi comentado sobre.

Assim, a fofoca é uma instância da pessoalidade que proporciona, sobretudo, entretenimento aos moradores da Comunidade do Timbó. Entretêm-se aqueles moradores que comentam sobre o assunto, enquanto que aqueles que são alvo deles vivenciam um processo de envergonhamento e constrangimento por ter sua fachada momentaneamente perdida. Promove não só o incômodo no morador, mas também a raiva de ter sua vida cuidada pelos outros.

É o fato de se tornar o assunto do momento, tendo sua vida exposta, que causa o envergonhamento na pessoa é alvo de fofoca. Envergonha-se não necessariamente por ter feito tal coisa que suscitou na situação, mas pela situação ter sido exposta aos outros relacionais, que conhecem não somente o morador envolvido na fofoca, mas também sua família. O envergonhar-se revela o constrangimento criado ao sair na rua e, principalmente, por estar sujeito a escutar piadas sobre a situação que criou. Lidar com a

fofoca sobre si demanda uma habilidade no jogo de cintura para trabalhar o constrangimento.

Cabe, ainda, explorar outro elemento interessante que perpassa a lógica desta instância da pessoalidade na Comunidade do Timbó. Assim como a fofoca é um elemento corriqueiro na sociabilidade local, a sua ambiguidade, como já discutido, fomenta uma concepção do morador sobre a fofoca como algo ruim, por isso não é de interesse dos moradores ser identificado como alguém fofoqueiro. Ser associado a uma pessoa que gosta de fofoca, isto é, que comenta e repassa as diversas situações e, assim, cuida da vida dos outros, é ser apresentado enquanto um dessemelhante.

Os moradores não se colocam como fofoqueiros por considerarem a fofoca algo negativo, mas integram os canais de fofoca existentes na comunidade. Apesar de não se ver como alguém que fofoca, o morador está sempre atualizado sobre os acontecimentos e sobre a vida dos outros relacionais com quem compartilha o lugar de pertencimento. Na vizinhança há os fofoqueiros, como afirma os interlocutores, as pessoas que gostam de "cuidar da vida dos outros", mas em nenhum momento o interlocutor se identifica como fofoqueiro. A figura de fofoqueiro é atribuída ao outro, nunca a si e aos seus, ou, parafraseando Fonseca (2004, p. 23): "ninguém se considera fofoqueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança".

Diferente da figura de fofoqueiro, o morador se apresenta como alguém que vive da sua casa, isto é, que dispõe seu tempo e atenção somente para os assuntos domésticos. Assim, se reconhece como uma pessoa que só tem tempo para o trabalho e para a família, quando sabe de algo que aconteceu foi de alguém que comentou ou foi de alguma conversa que chegou no WhatsApp, nunca se vai atrás da fofoca, mas ela acaba chegando. É dentro dessa concepção que os moradores constróem as representações pessoais que os diferenciam das pessoas fofoqueiras da comunidade.

Este elemento da fofoca como um elemento que não é bem aceito, mas que é comum em sociabilidades pessoalizadas é discutido por Fonseca (2004). Nesse sentido, a análise dos dados etnográficos produzidos na Comunidade do Timbó se aproxima da discussão de Fonseca sobre o fato de ser reconhecido como fofoqueiro. Em sua análise, Fonseca indica que a pessoa reconhecida publicamente como fofoqueira é aquela que não sabe manipular a fofoca, isto é, que não possui a habilidade de praticá-la sem ser descoberta. Deste modo, ser fofoqueiro não é apenas algo mal visto, mas também implica certas sanções, como ser excluída da rede de proteção, informação e assistência que se desenvolve na comunidade.

Na Comunidade do Timbó, assim como nas vilas analisadas por Fonseca, há as pessoas identificadas como fofoqueiras; pessoas que passam por um processo de descrédito por estarem associadas à fofoca. A pessoa fofoqueira é aquela a quem não se pode contar certas histórias e nem comentar sobre determinados assuntos, pois há o entendimento de que a conversa pode se espalhar. É a pessoa em quem não se pode confiar um segredo, pois corre o risco de ser revelado para outras pessoas. É neste sentido que se configuram os comentários sobre uma pessoa fofoqueira, como é indicado pelos interlocutores.

Há as pessoas fofoqueiras, aquelas que são reconhecidas assim e passam por descrédito por estarem associadas a uma prática considerada negativa, apesar de todos praticá-la. Mas há, também, os fofoqueiros em potencial, isto é, todos os moradores que fomentam os canais de fofoca na comunidade, não sendo, no entanto, uma pessoa específica reconhecida como fofoqueira, mas os moradores da comunidade, que ao comentar sobre os acontecimentos acabam propiciando a prática da fofoca. São esses fofoqueiros em potencial a vizinhança da rua e os moradores da comunidade como um todo, que geralmente são apontados como pessoas que gostam de cuidar da vida dos outros.

É a partir da discussão aqui traçada que a fofoca é compreendida e praticada na Comunidade do Timbó, sendo um elemento presente no cotidiano dos moradores, que é acionado para entreter, controlar, elogiar, informar ou detonar os outros relacionais. Assim como o sistema de nominação, o fiado e a circulação de crianças, a fofoca é uma instância da pessoalidade que demonstra os elementos que integram as relações pessoais estabelecidas entre os moradores. Estas instâncias da pessoalidade identificadas na Comunidade do Timbó configuram a tensão do viver no lugar, uma vez que essas relações pessoais que caracterizam a sociabilidade na comunidade provocam tanto o conforto quanto o desconforto de morar em um lugar onde conhece todos moradores e onde os acontecimentos são conhecidos por todos.

O conforto e o desconforto da pessoalidade na sociabilidade do Timbó

A noção de conforto e de desconforto advinda da experiência de viver em uma sociabilidade baseada em relações pessoais é trabalhada por Prado (1998), que discute as situações responsáveis por proporcionar esta vivência tensa e ambivalente nos moradores de uma cidade pequena brasileira. Como abordado por Prado (1998, p. 50), o sentimento de conforto vivenciado pelos moradores diz respeito ao “espelho do

reconhecimento" possibilitado pela pessoalidade, isto é, a circunstância do morador residir em um lugar onde reconhece e é reconhecido por todos. O sentimento de desconforto é a outra face da pessoalidade, sendo ocasionado pela circunstância do controle social sobre o morador, pois, em um lugar onde "todos sabem quem eu sou", também é conhecido por todos aquilo que o morador faz.

Os sentimentos de conforto e de desconforto se apresentam como algo comum na sociabilidade da cidade pequena brasileira, onde os moradores são reconhecidos enquanto pessoas e tratados por seus nomes e, na maior parte dos casos, apelidos. A ambiguidade da pessoalidade promove as contrapartidas que configuram as relações pessoais em que o sentir-se reconhecido e identificado, na análise de Prado, está acompanhado do sentir-se controlado. É neste sentido que Prado afirma que

> a contrapartida das relações baseadas na confiança e no conhecimento mútuo, com as respectivas facilitações e recompensas, num lugar onde, mesmo aqueles que estariam à margem da sociedade, como os mendigos, as prostitutas, os ladrões são reconhecidos como pessoas e tratados por seus nomes; a contrapartida dessa solidariedade sempre prestes a se exercer; dessa intimidade generalizada; das lealdades, parcialidades, da consideração, atenção e favores mútuos – a outra face disso tudo é o controle mútuo exercido pelas pessoas, a ausência de privacidade e de liberdade, a impossibilidade de anonimato (PRADO, 1998, p. 51).

Assim, é próprio das relações pessoais que os envolvidos lidem com vínculos estreitos que envolvem a confiança, a confiabilidade, a lealdade, a reciprocidade e os auxílios cotidianos que marcam a solidariedade. E, igualmente, suportem o controle, a fluidez das fronteiras entre o público e o privado – de modo que os assuntos do domínio privado do morador acabam ganhando evidencia no domínio do público por ser conhecido pelos demais moradores – e a impossibilidade do anonimato marca o conflito de vivenciar a pessoalidade. Essas características das relações pessoais não estão presentes somente da sociabilidade das cidades pequenas brasileiras, pois é possível encontrá-las, resguardadas suas particularidades, em qualquer sociabilidade baseada na pessoalidade, como é o caso da Comunidade do Timbó.

O morador da Comunidade do Timbó, assim como o da cidade pequena analisada por Prado, está submetido a uma condição de pessoa, que é localizada e reconhecida a partir de associações familiares e de um sistema de nominação que as identificam na

comunidade, como foi discutido na análise das instâncias da pessoalidade. Ao encontrar-se em uma condição constante de pessoa, o morador tem suas ações conhecidas pelos outros relacionais e, deste modo, seu prestígio de uma boa pessoa – na Comunidade do Timbó a construção de um bom morador passa pelo encargo de ser trabalhador, honesto, temente a Deus e voltado para a família – depende da sua adequação aos códigos morais do lugar.

Vivendo no "mundo de pessoas" (*idem*, 1998, p. 36), o morador da Comunidade do Timbó lida com a solidariedade e o conflito que envolve a vivencia de situações de intensa pessoalidade. Neste sentido, aciono as categorias de conforto e desconforto utilizadas por Prado para discutir o viver no Timbó, pensando o conforto e o desconforto enquanto elementos que configuram a ambiguidade da pessoalidade que se desenvolve na comunidade. A pessoalidade se configura, deste modo, como as duas faces de uma moeda, causando naqueles que integra uma sociabilidade pessoalizada o conforto do reconhecimento, a solidariedade e a segurança de estar entre os pares, mas também o desconforto do controle social, de ser alvo potencial das fofocas e da impossibilidade de anonimato (*ibidem*, 1998).

A pessoalidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó proporciona tensões cotidianas devido à fluidez entre as fronteiras do público e do privado[56]. No Timbó os

[56] A lógica cotidiana do Timbó se aproxima do contexto de intensa pessoalidade discutido por Koury (2018a) em *Uma Comunidade de Afetos*, trabalho no qual desenvolve uma análise de uma rua de um bairro popular da cidade de João Pessoa. A discussão de Koury sobre as tensões que envolvem o viver em uma sociabilidade de intensa pessoalidade atenta para as relações recheadas de tensões e conflitos propiciadas pelo frouxo limite entre o estar junto e atento às necessidades dos outros e o ser "em seu canto" e se resguardar para não invadir a intimidade do outro (KOURY, 2018a, 2018b). As tensões resultantes da vivência na Comunidade de Afetos são demonstradas por Koury através da análise dos conflitos e ressentimentos que resultam de um estreitamento dos laços e da dificuldade de distinguir os limites entre o público e o privado/o pessoal e o coletivo. Esta circunstância colabora para o aparecimento de pequenos conflitos e mágoas naqueles que, por um lado, se sentiram vitimados pela intrusão do coletivo na vida pessoal e, por outro lado, se sentiram excluídos de participar dos dilemas vivenciados pela família ou por uma pessoa (*idem*, 2018b, p. 42-43). Contexto de intensa pessoalidade em que se processa a cultura emotiva da Comunidade de Afetos fomenta a vivência cotidiana de solidariedade e conflito que são comuns à lógica das relações pessoais estreitas e duradouras. A tensão que surge da fluidez entre a fronteira do público e do privado se apresenta, resguardadas as singularidades de cada universo, enquanto um elemento que aproxima a vivência da Comunidade Afetiva – atualmente já desfeita em torno da Rua X, com o falecimento dos membros da primeira geração e a mudança dos membros da segunda geração para outros bairros e outras cidades do país – e da Comunidade do Timbó.

moradores se apoiam no sentimento de conforto de compartilharem um lugar de reconhecimento, onde todos sabem quem é quem, e quando não conhecimento do nome da pessoa, sabe-se que ela é filha de fulano, ou esposa de sicrano, ou irmã de beltrano. A associação familiar permite que todos sejam situados dentro da pessoalidade local, mesmo que alguém não seja conhecido por não morar na comunidade, mas que é identificado pela sua ligação a algum morador a quem vai visitar.

É o sentimento de conforto do conhecimento mútuo que passa ao morador a segurança de estar entre os pares e saber que não precisa temer ser roubado, que pode deixar a moto "dormir" do lado de fora da casa que nada acontecerá, ela amanhecerá da mesma forma como foi deixada. A justificativa dada é a tranquilidade proporcionada pela pessoalidade, não se mexe na moto porque ela é de Pedro, no entanto, caso ocorra da moto, o carro ou qualquer outra coisa que "dormir" fora seja roubada, ela será devolvida pelas normas paralelas às da cultura emotiva local.

O conhecimento mútuo propicia, ainda, ficar a par sobre a situação dos outros moradores, por meio da fofoca, o que contribuiu, na perspectiva dos interlocutores, para o auxílio aqueles que necessitam de um apoio amigo, de alimentos, de uma indicação para um emprego, entre outras formas de entreajudas. Se o morador não pode ajudar em determinada situação, ele ajuda a encontrar uma pessoa que possua aquele que precisa de ajuda. É comum os moradores conversarem com as pessoas que participam das instituições que auxiliam os moradores com doações de sexta básica, de roupa, de pães, de leite e de sopa. Nesse caso, os interlocutores informam que falam com "as meninas da igreja", o "povo no NESE", a "pessoa do Instituto" [Vem Cuidar de Mim] ou a gestão da ACMVT. As redes de apoio social, deste modo, é um elemento fomentado pelos estreitos vínculos pessoais construídos na Comunidade do Timbó.

Essas situações de conhecimento mútuo, de tranquilidade local e de entreajudas são comentadas com orgulho pelos moradores, constituem a marca da pessoalidade exercida na comunidade e contribuíram para relações baseadas na solidariedade e na reciprocidade. Fomenta o sentimento de conforto na medida em que coloca o morador na condição de pessoa ao qual já experienciava, nos casos daqueles que chegaram ao

---

Em ambas os laços afetivos estreitos causam orgulho entre aqueles que o compartilha, a solidariedade é bem vista e sentida como bem querer que reforça o sentimento de pertença a partir do sentido de amor ao lugar e as relações que estabelece nele. Por outro lado, estes laços estreitos também são responsáveis por fomentar o controle e a intromissão na vida do outro relacional, produzindo desavenças e desgostos ocasionados pelas fofocas e pelo cuidado excessivo sobre a vida do outro.

Timbó já adultos, e que experiencia, no caso daqueles que chegaram pequenos ou nasceram no Timbó e cresceram dentro dessa lógica da pessoalidade, relações pessoais de vínculos estreitos e duradouros que configura a circunstância do conhecimento mútuo.

É essa dimensão da pessoalidade, por outro lado, que é responsável por promover o sentimento de desconforto entre os moradores. O sentimento de desconforto vivenciado pelos moradores da Comunidade do Timbó vai além da questão do controle social que gera o incomodo de sentir-se um alvo potencial das fofocas, como discutido por Prado em seu estudo. Na Comunidade do Timbó o desconforto também é sentido nas relações cotidianas em que é preciso lidar com as piadas, as ações sem permissão e o incômodo ocasionado pelo vizinho. Tem-se o desconforto de precisar aguentar ou relevar algumas situações incômodas para não ter que gerar um mal entendido, magoar o vizinho e criar confusões e intrigas.

A pessoalidade, deste modo, requer uma negociação cotidiana para evitar desentendimentos entre os moradores, para isso situações são deixadas para de lado para preservar-se de brigas e mal entendidos. Há moradores que aguentam a situação desagradável por algum tempo até chegar ao outro e conversar sobre o assunto. O sentimento de desconforto, assim, acompanha o conforto de estar entre conhecidos e ser um conhecido, mas ter que aguentar ou relevar acontecimentos e situações para não se indispor com os conhecidos.

Barbosa (2015) ao analisar a sociabilidade urbana de intensa pessoalidade no bairro do Varjão/Rangel, da cidade de João Pessoa, chama atenção para a negociação face a face como de extrema importância para a solução de pequenos conflitos em uma dinâmica interacional onde o público e o privado se misturam. A discussão que desenvolve sobre o Residencial X, por exemplo, reflete sobre as situações de negociação tensa e contínua entre os moradores em um cenário de intensa pessoalidade, onde as fronteiras entre o público e o privado são frouxas e gera cenas cotidianas de conflito, de disputas morais e de evitação.

No Residencial X a intensa pessoalidade é vivenciada mediante um esforço de evitação do outro e se situações de enfrentamento direto ou indireto que possibilita a presença dos moradores nos corredores e, ao mesmo tempo, que a presença dos demais seja ignorada reciprocamente (BARBOSA, 2015). E nesse cenário interacional e comunicativo de intensa pessoalidade a ordem social se apresentam como fundamentada

em tensões, conflitos, disputas e negociações constantes que configuram a dinâmica e a vivencia no local.

Nestas situações de copresença continuada Barbosa chama atenção para o esforço do morador em preservar a fachada e, nestas situações, o indivíduo faz uso do aprumo e da desatenção civil como forma de envolvimento nos ajuntamentos e situações que legitima a ordem social (*idem*, 2015, p. 114). O "ignorar oportuno" surge como uma estratégica de salvaguardar a face neste cenário de relações pessoais estreitas e de sujeição do Residencial X receber uma classificação estigmatizante na cidade de João Pessoa, bem como no discurso e na imagem do morador do bairro.

As situações de negociação cotidiana que a pessoalidade requer se configuram de acordo com os códigos morais que norteiam casa forma de sociabilidade na cidade de João Pessoa. Elaborando formas diferenciadas de administração das tensões a partir da cultura emotiva em que o indivíduo está inserido. Koury (2014, p. 544), por exemplo, ao analisar as situações de solidariedade e conflito no bairro do Varjão/Rangel indica a tensão que envolve morar em um bairro estigmatizado pela cidade onde a proximidade ao outro relacional pode ser compreendida a partir do receio da proximidade que contamina e expõe, surgindo narrativas que evidenciam um distanciamento nas interrelações do bairro.

A sociabilidade do bairro, no entanto, é marcada pela intensa pessoalidade que proporciona práticas de solidariedade, amizade, compadrio e outras ações positivas, como também causa relações tensas e conflituosas que geram pequenas brigas e confusões entre os vizinhos por motivos vistos como banais. Nessa dinâmica se processa, segundo Koury, uma dificuldade em delimitar a esfera da vida pública devido o intenso conhecimento dos moradores sobre todos e sobre tudo. A intensa pessoalidade na sociabilidade do bairro Varjão/Rangel faz propicia que os mais diversos acontecimentos ganhem destaque no cotidiano do bairro, o que complexifica a relação de pessoalidade no bairro e torna a vivência um constante ato de amor e desamor ao bairro e aos seus moradores.

A pessoalidade que se processa na Comunidade do Timbó se aproxima da que se desenvolve no bairro do Varjão/Rangel na medida em que configura um conhecimento mútuo entre os moradores que resulta no conforto do reconhecimento, de compartilhar o lugar de pertença com pessoas conhecidas. Mas, por outro lado, gera o desconforto de ter a vida privada exposta nas conversas e comentários cotidianos sempre que acontecer alguma situação que coloca o indivíduo e sua família no centro dos assuntos. É a

pessoalidade, neste sentido, que promove o controle social entre os moradores e que fomenta estratégias de administração das tensões geradas por essas relações pessoais de vínculos afetivos estreitos.

Acionando, mais uma vez, Koury (2016) e sua análise sobre as interações entre moradores de um conjunto de bairros populares fronteiriços da cidade de João Pessoa, localizados nas proximidades da área as margens do Rio Jaguaribe, podemos identificar as tensões que envolvem laços de proximidades pessoalizadas. Neste universo de pesquisa, a pessoalidade nas relações dos moradores se apresentava através de uma rede relacional intensa que combinava parentesco e amizade e se configurava a partir de vínculos de gratidão e compartilhamento (KOURY, 2016, p. 39).

Neste cenário os moradores partilhavam de uma rede de proteção que se conformava em um movimento de intenso controle sobre eles, gerando tensões no cotidiano pelo jogo de poder configurado pela "quase ausência de um espaço privado de agencia pessoal" (*idem*, 2016, p. 41). Os moradores criam, assim, estratégias de percepção dos processos de equilíbrio nas relações cotidianas do bairro do Varjão/Rangel, usando da fofoca ou dos rumos como redes comunicativas, dos silêncios e dos segredos contidos e lidando com os anseios de confiança e desconfiança, de sentimentos de inveja e traição.

A intensa pessoalidade nesses cenários interacionais proporciona a construção de estratégias para lidar com as tensões e os conflitos que surge diante das situações de copresença continuada. As estratégias de evitação (BARBOSA, 2015), o acionamento de canais de fofocas, o uso da jocosidade e da ironia (KOURY, 2016) são alguns dos elementos que constituem as formas cotidianas de passar por situações tensas e conflituosas.

Assim, cenários de intensa pessoalidade proporciona situações tensas e conflituosas que causam ranhuras das relações de amizade ou cordialidade entre os moradores. Na Comunidade do Timbó, onde a pessoalidade perpassa todas as dimensões da vida cotidiana, acontecimentos como o corte de uma planta do vizinho sem permissão geram desconfortos e queixas naquele que teve sua planta cortada, que se sente "desgostosa" com a situação. O desgosto de ter sua planta cortada sem permissão manifesta aborrecimento no morador por não ter sido comunicado sobre o corte, só o constatando quando retornou do trabalho para casa. O fato de a planta ter sido cortada sem comunicado prévio indica as relações conflituosas na vizinhança, com os pequenos atritos tomando dimensões intensas de rancor e insatisfação entre os

vizinhos. Este caso aconteceu com Amanda, que teve o pé de goiaba cortado por uma vizinha com quem mantém uma relação distanciada.

Amanda conta que o corte foi feito por "ruindade" da vizinha, já que, como afirmou, o pé era pequeno e suas galhas não chegavam até a casa da respectiva vizinha. A ruindade mencionada se refere à indiferença da vizinha em relação aos outros relacionais, não houve uma conversa antes para avisar sobre a pretensão do corte, assim como também não aconteceu uma conversa depois para justificar o porquê do corte. Segundo Amanda, a vizinha também não se manifestou para dizer que foi ela quem tinha cortado o pé de goiaba, mas esta interlocutora atribuiu a ela a ação pelo pé está situado próximo ao muro que divide o limite da casa de ambas.

A situação, por sua vez, "ficou por isso mesmo", disse Amanda. O desejo de não se envolver em mais confusão, como afirmou a interlocutora, fez com que não procurasse a vizinha para esclarecer o episódio. Para ela, já era o bastante ter que lidar com o controle social dos moradores da comunidade para certificar que seu filho André não seguisse o exemplo do seu sobrinho Marcos – caso que foi discutido no tópico anterior. Neste caso que envolve o corte do pé de goiaba, Amanda prefere evitar iniciar uma confusão com a vizinha e se desgastar publicamente devido essa situação banal, optou por relevar e continuar cuidando do pé para que ele cresça novamente.

Assim como Amanda, Dona Ivete também compartilhou uma situação em que teve seu pé de jasmim-manga cortado sem permissão e sem justificativas para esclarecer o motivo do corte. Nos dois casos, os pés se situavam dentro do terreno das interlocutoras, por trás de um muro, e foram cortadas por seus vizinhos. No caso de Amanda, a vizinha que cortou seu pé de goiaba é uma pessoa com quem mantém uma relação distanciada após um desentendimento também envolvendo pés de plantas, um episódio, lembra a interlocutora, quando conversou com a vizinha sobre as brincadeiras de seus filhos se pendurarem nos pés de árvores localizados em frente à casa de outra vizinha.

A preocupação, segundo a interlocutora, era que as crianças se machucassem ao se pendurar nas árvores, mas o alerta feito por Amanda foi entendido como uma reclamação sobre as crianças. Este episódio gerou uma pequena troca de acusações entre as duas, o que ocasionou a relação distanciada que possuem atualmente e que pode ser entendido como um dos motivos para o corte do pé de goiaba sem permissão ou justificação. O explica, também, o fato de Amanda ter preferido relevar a situação do corte para não gerar novos conflitos em uma relação onde já existem desavenças.

O jasmim-manga de Dona Ivete que foi cortado por sua vizinha também é fruto de uma relação distanciada, mas sem histórico de brigas ente as famílias. Dona Ivete diz não saber o motivo para as flores do seu pé de árvore ter sido cortado, mas explicou que a tal vizinha não possui uma relação amigável com nenhum dos seus vizinhos. Por não ter estabelecido uma boa relação com a vizinha, Dona Ivete não conversou sobre o ocorrido, mas se precaveu para que tal situação não tornasse a acontecer. Para isso, colocou uma placa de madeira para subir o muro e dificultar o acesso ao seu jasmim-manga.

Os casos de corte dos pés de árvore sem permissão, ocorrido entre pessoas que possuem uma relação distanciada demonstra as tensões que envolvem as relações cotidianas de intensa pessoalidade. Uma má interpretação, comentários sobre a brincadeira das crianças, caras fechada, piada e inúmeras outras circunstâncias podem levar a brigas e rompimento relacional entre as pessoas. É nesses ínterins que o morador vivencia o desconforto de integrar relações de intensa pessoalidade.

São práticas corriqueiras que viram alvo de piada e jocosidade quando interpretadas pelos moradores como usadas em excesso como, por exemplo, o ato de varrer a rua. A prática de varrer a casa e a calçada é algo comum na Comunidade do Timbó, basta realizar caminhadas matinais para observar o cuidado com a casa e a calçada para mantê-las limpas. Mas quando esta prática é vista como excessiva passa a ser alvo de piadas e comentários entre os vizinhos. Dona Fatinha, por exemplo, comentou sobre as piadas que escuta quando varria a casa, a calçada e um trecho da rua que ficava em frente a sua casa e a casa de Dona Creuzinha, sua amiga. As duas amigas moram ao lado e costumam alternar entre uma e outra os dias de varrer a rua.

A rua é “limpinha”, como salientou a interlocutora, porque ambas a varrem, o que é entendido como um exagero da parte das duas moradoras. Os vizinhos consideram que não é preciso varrer a rua, jogam com essa concepção ao remeter piadas sobre a ação, está “trabalhando na prefeitura”? Era a pergunta irônica realizada à duas moradoras, a piada, no entanto, era retrucada pela interlocutora, como indica a narrativa de Dona Fatinha ao informar que

> o povo diz tanta piada com nós quando varre a rua… perguntava se estávamos trabalhando na prefeitura… Tem gente que só faz dizer piada, mas eu digo um monte de safadeza com elas *[risos]*. Uma vez eu estava varrendo mais ela *[Dona Creuzinha]*, varrendo, varrendo, varrendo, aí a mulher disse: ei mulher, vocês agora estão aprumadas,

> estão varrendo a rua? Estão ganhando para varrer a rua? Eu disse: você não lava nem o rabo, passa a mão na cara e diz que está limpa e tá falando porque a gente varre a rua, tenha vergonha bicha velha, safada! (Dona Fatinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1984).

O desconforto dos vizinhos pela prática de varrer a rua que Dona Fatinha e Dona Creuzinha realizam cotidianamente se transparece através das piadas direcionadas à tal prática. A jocosidade insinuada ao indicar que são os agentes da prefeitura que varrem a rua e as piadas em torno de se estão recebendo por varrer a rua, ilustra a ridicularização do ato corriqueiro que é visto pelos vizinhos como uma prática excessiva.

A tentativa de ridicularizar a prática encontra resguarda em Dona Fatinha e Dona Creuzinha, que retruca as piadas com ofensas às pessoas que fazem tais piadas. Essa circunstância em que as interlocutoras e seus vizinhos estão envolvidos chama atenção para a possibilidade de intensificação da tensão relacional. Os vizinhos fazem piadas, as duas amigas retrucam e assim segue um conflito proporcionado e fomentado pela pessoalidade em exercício na comunidade.

Outra prática corriqueira existente na comunidade e que gera desconforto entre os moradores é a criação de animais, como a criação de galinhas e porcos. As queixas sobre a "fedentina" ocasionada pela criação desses dois tipos de animais são constantes entre os moradores que residem próximo a essas criações. A criação de animais é uma forma de ter uma renda ou complementá-la, sendo comum encontrar moradores que possuem criação de animais no terreno do fundo da casa.

A reclamação realizada pelos moradores não é sobre a criação de porco e galinha, mas sobre o odor que advém da criação. Assim, a reclamação é referente a desatenção em manter o lugar da criação sempre limpo para que o cheiro não se espalhe pela vizinhança e incomode os moradores. A casa de Seu Abel tem como vizinha de trás a casa de Seu Jorge, que cria porcos para vender, a convivência entre as duas famílias conta com o estabelecimento de relações de amizade. O incômodo gerado pela criação de porcos não é constante, mas surge em períodos em que a limpeza do ambiente não é feita. Quando isso ocorre, a cozinha da casa de Seu Abel é um dos lugares em que é mais incômodo para permanecer devido o odor forte que se faz presente no ar.

Presenciei, na casa de Seu Abel, duas situações em que era desconfortável permanecer por muito tempo na cozinha da casa. Nessas suas situações fui à casa de Seu Abel conversar com Laura, geralmente ao final da tarde, quando esta se encontrava

disponível para contribuir com a pesquisa. Além de conversar com Laura, também trocava assunto com seus familiares – mãe, pai, e irmãos – e nessas duas situações específicas um dos assuntos principais era as reclamações pelo odor ocasionado pela criação de porcos. Apesar de incomodar a família, como foi possível perceber devido as constantes reclamações sobre a situação, essas reclamações são feitas por algum tempo até que se resolver conversar com o dono da criação sobre o fato.

Curiosa, indaguei se ele costumava conversar com o dono da criação para resolver o problema, Seu Abel respondeu minha pergunta afirmando que atura a situação por alguns dias, a procura ao vizinho não é imediata, ela acontece após um período em que Seu Abel e seus familiares esperam para ter a certeza de que a limpeza da criação irá demorar. Isso porque, como informado, no início da criação Seu Abel ia conversar com o vizinho assim que o odor se iniciava – "se fedesse hoje, amanhã ia falar com Seu Jorge –, mas notou que estava gerando desagrado ao vizinho com os alertas realizados. A percepção do desagrado foi acontecendo gradativamente, de acordo com que Seu Jorge mudava a forma de tratamento nos dias após a reclamação.

Ao perceber o desagrado que acabava tensionando e desgastando a relação dos dois, Seu Abel optou por aguardar alguns dias e esperar pela limpeza da criação, o que na maioria das vezes acontecia. Quando se passam mais de 05 dias sem que a limpeza fosse realizada, Seu Abel procura o vizinho para comentar sobre a situação. Nessas ocasiões a família lida com o desconforto da pessoalidade, isto é, convivem com uma situação incômoda até certo período para evitar se indispor com os vizinhos com quem mantém uma relação de amizade. O desconforto não é somente tolerar o incômodo gerado pelo odor da criação de porcos, mas também não poder resolver imediatamente a situação pela incidência de conflitos resultados da conversa entre Seu Abel e Seu Jorge.

A intensa pessoalidade que se desenvolve entre os moradores da Comunidade do Timbó, deste modo, produz relações estreitas que evocam tensões e conflitos, suscitando desconfortos, indiferenças, desavenças, trocas de farpas e rompimento da amizade entre os vizinhos. Na vivência dessa sociabilidade, os moradores lidam com a elaboração de habilidades e estratégias para manter as relações amigáveis com os mais próximos, isto é, com aqueles com quem possuem laços estreitos de amizade.

Os sentimentos de conforto e de desconforto, portanto, se apresentam como comuns à sociabilidade pessoalizada da Comunidade do Timbó, sendo vivenciados cotidianamente pelos moradores. São dois sentimentos que evidenciam a ambiguidade da pessoalidade que, como diz Prado (1998, p. 53) configuram "as delícias do

reconhecimento e as agruras do controle social" e os conflitos corriqueiros com o outro relacional. O processo de pessoalidade, assim, mostra-se enquanto o paraíso e o inferno, duas faces de uma mesma moeda, a ambiguidade das relações pessoais.

A Comunidade do Timbó, enquanto um lugar aconchegante onde a condição de pessoa dos moradores funda e é fundada pelo reconhecimento mútuo, mostra-se também um lugar onde a vivência da sociabilidade causa desconforto de ter que lidar com outro relacional com quem compartilha um vínculo pessoal estreito. Desconforto que surge pela invasão da privacidade, pelos pequenos desentendimentos, por ter que relevar situações para evitar confusões com os vizinhos, pela manutenção de relações desafetuosas e pelas piadas irônicas para alfinetar o outro. A pessoalidade, deste modo, se apresenta como uma forma relacional que é sempre tensa e que causa, nos moradores da Comunidade do Timbó, a vivência do sentimento de conforto e de desconforto que configura a experiência sobre o lugar e sobre aqueles com quem compartilha o lugar.

Este capítulo, por fim, buscou construir a análise sobre a pessoalidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó. Para isso, foram discutidos os aspectos que caracterizam as relações pessoais no lugar, aspectos estes denominados de instâncias da pessoalidade, pois categorizam as práticas que são executadas e exercitadas cotidianamente na comunidade. A compreensão da pessoalidade, elemento que singulariza a sociabilidade local, foi sentido durante a pesquisa como sendo um dos elementos basilares da cultura emotiva e da conformação da moralidade na Comunidade do Timbó.

Notas finais

A pessoalidade que configura as relações cotidianas que se desenvolve na Comunidade do Timbó é fruto do processo de constituição do lugar Timbó, construído como lugar de pertença e compartilhamento de laços afetivos estreitos que fomentou a produção de relações pessoais entre os moradores. Assim, a Comunidade do Timbó vai se constituindo como um lugar comum de compartilhamento entre os moradores, fomentando uma intensa pessoalidade gestada nas relações de longa duração que se desenvolvem no lugar.

O novo morador, que se estabelece na comunidade através de redes de apoio com moradores que já residem no local – e são, geralmente, seus parentes – também se insere nas relações estreitas praticadas cotidianamente no Timbó, onde há um conhecimento mútuo entre os moradores. Deste modo, um morador novo é identificado

pela sua condição de parente de um morador já estabelecido e integrado nas relações pessoais em exercitadas no local. Esta circunstância ocorre devido à sociabilidade pessoalizada que caracteriza o lugar Timbó, onde o morador se encontra em uma condição permanente de pessoa.

A intensa pessoalidade cotidiana que se desenvolve na Comunidade do Timbó permite que todos os moradores se reconheçam, não há espaço para o anonimato, sempre se é uma pessoa identificada, localizada e reconhecida a partir do sistema de nominação. A dimensão da pessoalidade propicia o desenvolvimento de práticas cotidianas que caracterizam as relações pessoais em exercício, práticas estas entendidas, nesta Dissertação, enquanto instâncias da pessoalidade, que complexifica as práticas cotidianas que se processam no lugar, configurando a tensão do viver no Timbó.

A pessoalidade surge, junto com o sentimento de pertença, como um dos elementos basilares da cultura emotiva do lugar Timbó, fornecendo um conjunto de experiências afetivas ao morador, contribuindo para a configuração de códigos morais que norteiam a conduta e as normas na comunidade. Por este motivo a compreensão da dimensão da pessoalidade, da pertença e os códigos morais que regem as relações no lugar Timbó são importantes para compreender à conformação dos marcadores sociais da diferenciação e da dessemelhança que opera entre os moradores.

É sobre a análise dos marcadores sociais que versa o capítulo seguinte, que pretende compreender como se processa a constituição da diferenciação entre os moradores que vivem em um lugar de pertença e pessoalidade, a partir de onde constroem sua individualidade e se reconhecem e são reconhecidos como pessoa. Lugar de pertença e pessoalidade para os moradores, o Timbó é visto pelo bairro dos Bancários e pela cidade como um espaço de suspeita, de evitação e de perigo, sendo acusado pelos moradores do bairro dos Bancários por fomentar a violência urbana no bairro.

Nesse contexto de tensão em se processa a vivência da comunidade, com os moradores desenvolvendo um esforço para a manutenção da imagem positiva do lugar, são produzidos marcadores sociais que configuram formas de pertença e de diferenciação entre os moradores. É sobre a discussão da construção desses marcadores que nos debruçaremos agora.

Capítulo 4 – Marcadores sociais de dessemelhança e diferenciação na sociabilidade no Timbó

A discussão construída no decorrer deste trabalho indica como a Comunidade do Timbó é o lugar de moradia e pertencimento onde os moradores organizam a vida cotidiana, se constituindo enquanto lugar comum que serve como elemento basilar para a construção da individualidade, do local e do ser e estar no local (KOURY, 2003). É um lugar comum composto por diversos marcadores sociais de dessemelhança e de diferenciação que complexificam a sociabilidade local, de modo que analisar esses marcadores é identificar as formas como os moradores se relacionam e compreender a sociabilidade que configura a vivência dos moradores na comunidade. Vivência esta perpassada pelo sentimento de pertença e expressa nos conflitos e nas tensões presentes do viver o Timbó.

Este capítulo discute os marcadores sociais que conformam formas de pertença e de diferenciação social na vida cotidiana na Comunidade do Timbó, com o objetivo de compreender os sentidos e usos atribuídos pelos moradores ao outro morador e suas diferenciações e dessemelhanças que conformam o lugar comum de pertença. Marcadores sociais criados pelos moradores e para os moradores e que complexificam os mapas simbólicos sobre a comunidade, com a existência de dessemelhanças e diferenciações que constituem o Timbó. Os marcadores sociais mapeados durante o processo de pesquisa são pontos de tensão, de disputa e de acusações entre os moradores, bem como entre a Comunidade do Timbó e o bairro dos Bancários.

Os conflitos e as disputas que envolvem não apontam somente para a tensão em relação aos locais considerados mal vistos e que devem ser evitados, por serem problemáticos para a cultura emotiva, mas também no seu aspecto moral, onde os moradores se julgam em relação aos outros a partir dos marcadores que os identificam e percebem. E, também para a tensão entre os moradores e as instituições – como a PMJP, as igrejas e ONGs – que coordenam atividades na Comunidade do Timbó.

O lugar, como veremos, transparece nas formas de viver, morar e se relacionar na Comunidade do Timbó. É no lugar que a vida cotidiana é exercitada e reelaborada

continuamente, isso porque é no local que os moradores constroem o sentimento de pertencimento que os enraízam e os tornam autônomos no mundo (KOURY, 2003, 2017), configurando trajetórias de vidas e vinculações afetivas baseadas em relações de amizade e parentesco e gerando modos de percepção de si, dos outros, do lugar comum e dos demais espaços da cidade.

Os sentidos e os usos dos marcadores de diferenciação ou dessemelhança são revelados por meio das narrativas e das relações dos moradores com os outros relacionais, expressando as práticas cotidianas no local. No processo em que o espaço do Vale do Rio Timbó torna-se a Comunidade do Timbó, o lugar comum de pertencimento, o local não ganha apenas significação a partir da vivência cotidiana dos moradores, mas também produz formas de viver e se relacionar com os outros e com o lugar, construindo uma cultura emotiva e moralidades que configuram as formas de sociabilidade, os códigos morais na vivência cotidiana comunitária.

Foram as dimensões relacionais com o espaço do Vale do Rio Timbó que proporcionaram a transformação desse espaço em lugar, onde os moradores estabelecem vínculos afetivos e constroem um sistema de posições próprias e de marcadores que os singularizam e os identificam ou desassemelham-se aos outros. Um marcador social de diferenciação, por exemplo, é a moradia na *parte alta* que surge como uma fronteira física e simbólica e atua na conformação não somente de diferenciação, mas também de dessemelhança entre os moradores da *parte alta* e da *parte baixa* da comunidade.

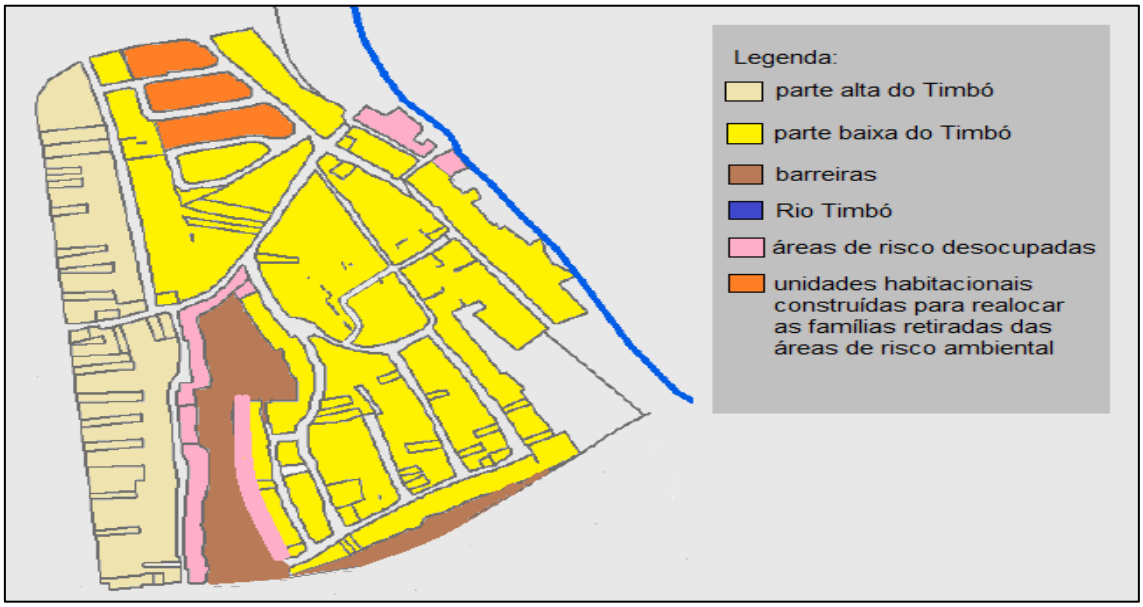
A Comunidade do Timbó é singularizada pela sua conformação geográfica – uma *parte alta*, em terreno plano, e uma *parte baixa*, em terreno acidentado – que acaba ganhando aspectos sociais que configuram duas experiências diferentes de vivenciar o Timbó a depender do lugar em que o morador se insere. Nesta direção, a apresentação e discussão dos marcadores sociais de diferenciação e dessemelhança é traçada com base no processo de produção da *parte alta* e da *parte baixa* da comunidade, para compreender como um aspecto geográfico contribui para a construção de contornos sociais que concebem a construção dos marcadores sociais que influencia na forma como o morador da *parte alta* e da *parte baixa* percebe a si e ao outro.

A configuração da parte alta e da parte baixa do Timbó.

O desnivelamento do terreno do Vale do Rio Timbó caracteriza a conformação geográfica da Comunidade do Timbó, que possui uma *parte alta* e uma *parte baixa* onde se distribuem as residências, o comércio, os locais de lazer, de atendimento

médico, de atendimento escolar, de atividades religiosas e de atividades ilegais. A *parte alta* e a *parte baixa* da comunidade são visivelmente identificadas para aquele que percorre as ruas do Timbó, pois o desnivelamento entre a *parte alta* e a *parte baixa* produz uma fronteira física proporcionada pelas encostas, que delimitam o final da *parte alta* e o começo da *parte baixa*. A Figura 8, abaixo, é possível identificar a *parte alta* e a *parte baixa* da comunidade.

Figura 8: Conformação da *parte alta* e da *parte baixa* da Comunidade do Timbó.



Fonte: Dados cartográficos do IBGE, 2010, modificado por Williane Pontes em 2019.

A *parte alta* da comunidade (destacada na cor bege) teve suas primeiras ocupações na primeira parte da Rua Margarida Maria Alves, localizada acima da encosta (destacada na cor marrom), mas se desenvolve apenas a partir de 1985, quando a maioria dos terrenos vazios da *parte baixa* já estava ocupado por casas. Assim, a *parte alta* tem seu crescimento posterior à *parte baixa*, processando-se quando a comunidade já está consolidada e amplia o crescimento na direção superior a encosta.

A *parte alta* ocupa um terreno plano e menor em comparação a *parte baixa*, sendo composto por duas ruas: a Rua Abelardo Pereira dos Santos, rua principal que faz fronteira com o bairro dos Bancários, e a Rua Margarida Maria Alves, rua que contorna a parte superior da encosta e delimita o fim da *parte alta* e sua conexão com a *parte baixa*.

A *parte baixa*, por sua vez, ocupa o terreno mais extenso da comunidade e, consequentemente, conta com o maior número de casas e de habitantes. Este lugar pode ser acessado através de três entradas: pela Rua Rosa Lima dos Santos, pela Rua Travessa São Paulo, pela Rua Margarida Maria Alves e pela Rua Arnaldo Leite. É,

inclusive, na *parte baixa* onde se localiza catorze das dezoito ruas que conformam a comunidade, sendo que duas delas – a Rua Travessa São Paulo e a Rua Rosa Lima dos Santos – cortam a *parte alta*.

Nessa conformação do terreno devido ao desnivelamento[57], a *parte baixa* possui como fronteira física o Rio Timbó, localizado em direção ao bairro do Altiplano Cabo Branco e ao bairro Portal do Sol, e em direção oposta há as encostas, uma situada abaixo da Rua Margarida Maria Alves e outra ao lado da Rua Rosa Lima dos Santos, que delimitam a fronteira em direção ao bairro dos Bancários. A construção de casas na proximidade dessas duas fronteiras físicas – o rio e a encosta – resultou na criação de área de risco ambientais que se agravavam na medida em que a comunidade crescia e mais casas foram construídas nas proximidades dessas fronteiras físicas.

Durante os períodos de forte chuva na cidade as áreas de risco se tornavam uma preocupação para os moradores da comunidade, principalmente daqueles que estavam em risco eminente de alagamento – pela proximidade ao Rio Timbó – ou de desmoronamento e soterramento – devido a proximidade a encosta. Muitas das famílias residentes nessas áreas de risco ambiental eram obrigadas a deixar a casa e ficar em abrigos temporários nas escolas públicas e nas igrejas do bairro dos Bancários, onde aguardavam o período de chuva passar para retornar as casas retomar a vida normal.

Com as obras de urbanização da comunidade, as famílias que residiam nessas áreas de risco foram realocadas para um conjunto habitacional construído na *parte baixa* do Timbó, na lateral da Rua Arnaldo Leite e da Rua Margarida Maria Alves. Medida que atenuou os problemas com risco ambientais na comunidade, que atingia principalmente os moradores da *parte baixa*, onde se localiza a maior parte das áreas de risco, como indica a Figura 7 (destaque rosa para as áreas de risco no Timbó).

As fronteiras físicas que caracterizam visivelmente a paisagem da Comunidade do Timbó acabam gerando fronteiras simbólicas que configuram formas diferentes de percepção do si, do outro e do lugar comum. Essas fronteiras simbólicas se constituem no cotidiano do morador como um marcador social de diferenciação e de

[57] Baseado nesta característica do terreno da Comunidade do Timbó, a PMJP desenvolveu uma classificação das duas áreas da comunidade para distribuir a população no atendimento às demandas relacionadas à saúde das famílias. Assim, para sistematizar o serviço de saúde público aos moradores, a PMJP dividiu a comunidade em Timbó I, que apreende a *parte alta*, e Timbó I, que apreende a *parte baixa*. Tal classificação de Timbó I e Timbó II não são utilizados pelos moradores para se referirem a uma área ou a outra, geralmente fala-se em "lá embaixo" ou "lá encima".

dessemelhança, que funciona como uma dinâmica relacional e cria modos de diferenciação e hierarquização no lugar Timbó.

Lilia Schwarcz (2019, p. 11) ao refletir sobre os marcadores sociais, define esta categoria analítica como um instrumento que denomina as diferenciações e as dessemelhanças socialmente construídas que criam derivações sociais no que se refere à desigualdade e à hierarquia. Desta forma, os marcadores sociais de diferenciação produzem, segundo a autora, significativos impactos no mundo das representações e na vida cotidiana dos indivíduos. A diferenciação se processa em relação ao outro, visto como dessemelhante e diferente, e nesse processo a diferença é percebida enquanto um elemento que desqualifica o outro.

Partindo desta concepção, os marcadores sociais de diferenciação são socialmente construídos e configuram um jogo de disputas morais, acusações e justificativas que criam marcas sociais da diferenciação, sendo configurados nas relações entre os moradores no Timbó. Quando praticados cotidianamente, os marcadores se interseccionam e acabam produzindo e deslocando significados a depender das relações que se estabelecem (SCHWARCZ, 2019). A diferenciação ou a dessemelhança, assim, são socialmente construídas e tem como base elementos da cultura emotiva, mas, também, leva em consideração as atribuições negativas, do bairro dos Bancários, sobre a comunidade, influenciando no jogo relacional da diferenciação.

Diferentes eixos de diferenciação são acionados na construção dos marcadores – como raça, gênero, geração, classe, região etc. – como categorias classificatórias compreendidas a partir de construções particulares (HIRANO, 2019). Ao considerar o espaço geográfico e os contornos sociais criados sobre ele, pode-se identificar a forma como este foi ocupado e as relações se desenvolveram no seu interior, configurando não somente formas de diferenciação entre os moradores, mas também as estratégias de desarticulação do marcador de diferenciação baseado na *parte alta* e na *parte baixa* como forma de classificação de área problema – esforço desempenhado pelos moradores da *parte baixa*.

Os marcadores sociais de diferenciação e dessemelhança se baseiam, sobretudo, nos códigos morais que norteiam os modos de conduta e as relações entre os moradores. Classificações como residir na *parte alta* ou na *parte baixa*, ser trabalhador, honesto e ser temente a Deus são algumas das construções locais, que integram a cultura emotiva, que pertencem à ordem das representações simbólicas e, ao mesmo tempo, exercem influência real no lugar Timbó através do fomento de sentimento de pertença e de

hierarquias conformadas pelo sentido de dessemelhança e diferenciação (STARLING e SCHWARCZ, 2006). Neste sentido, os marcadores servem para estabelecer relações de diferenciações e por serem regulados por conversões e normas.

Os marcadores sociais de diferenciação surgem, assim, como fronteiras simbólicas que se conformaram no processo de crescimento e evolução da comunidade devida aos diferentes modos de produção do lugar (ARAÚJO, 2014) no desenvolvimento do Timbó. Ao analisar a comunidade, Mateus Araújo (2014) identifica a ocorrência de dois processos diferentes de produção do espaço que foram possibilitados pelas formas de acesso a serviços urbanos e pela relação com a valorização imobiliária do bairro dos Bancários.

Aproximando-se do trabalho de Araújo, durante o trabalho de campo foram identificadas duas formas de experienciar a comunidade que se processa a partir do local em que o morador está situado, se na *parte alta* ou na *parte baixa* do Timbó. A *parte alta* e a *parte baixa* passaram por dois processos de produção diferentes, como indica Araújo e é afirmado pelos moradores da comunidade, que se operaram pelas distintas formas de acessar e vivenciar o lugar Timbó e a cidade, circunstância que propiciou a construção dessas duas partes enquanto marcadores sociais de diferenciação entre os moradores.

Os moradores da *parte alta* e da *parte baixa* vivenciaram uma cidade informal, sem acesso a infraestrutura e equipamentos urbanos, como USFs, escolas, coleta de lixo e transporte público. Condição que se modificou, aos poucos, com o crescimento e a valorização imobiliária do bairro dos Bancários, movimento que se inicia a partir de fins dos anos de 1990, que ocasionou um investimento da PMJP para a infraestrutura do bairro. Nessas circunstâncias, a *parte alta* se beneficiou dos investimentos no espaço urbano do bairro dos Bancários, principalmente durante os anos 2000, quando a Comunidade do Timbó é contemplada com a pavimentação da Rua Abelardo Pereira dos Santos, a rua principal da comunidade por onde circula uma linha de ônibus coletivo que atende a população local.

A *parte alta* se diferencia da *parte baixa* tanto pelas suas dimensões e aspectos geográficos, como pela valorização que adquire. Foi o processo de desenvolvimento do Timbó, associado à sua conformação geográfica, que, como discute Araújo, viabilizou os dois processos diferentes de produção da *parte alta* e da *parte baixa*. O trabalho de campo na Comunidade do Timbó resultou em aproximações à análise de Araújo, como supracitado, mas também trouxe questões que amplia o campo de debate.

*

Antes de se debruçar sobre as convergências e os dissensos com o trabalho de Araújo, apresento a *parte alta* e a *parte baixa* da Comunidade do Timbó, apreendidas a partir do mapeamento e dos percursos realizados na comunidade, atentando para as singularidades que caracterizam a cada uma dessas partes. Tal apresentação busca indicar as singularidades que, direta ou indiretamente, contribuem para a construção dos marcadores de diferenciação elaborados e praticados pelos moradores. As aproximações com as discussões de Araújo serão abordadas no decorrer das análises dos dados etnográficos construídos em campo, na relação com o lugar Timbó e com os seus moradores.

A parte alta da comunidade

A *parte alta* da Comunidade do Timbó é composta por duas ruas extensas e pode ser facilmente mapeada por se configurar como uma área de delimitação pequena em relação à *parte baixa*. Este espaço praticado (CERTEAU, 2014a)[58] da comunidade, onde os moradores estabelecem relações cotidianas e constroem um sentimento de pertença, imprimindo no local sentidos afetivos e simbólicos que configuram a vida cotidiana, possui uma relação direta com o bairro dos Bancários por situar-se em um terreno plano com o bairro, não produzindo nenhuma fronteira física visível além das delimitações oficiais das ruas onde termina o bairro e inicia a comunidade.

Por estar localizado em um terreno plano, percorrer as ruas da *parte alta* não requer grande esforço físico do caminhante, a dificuldade surge apenas nos horários de sol a pico, períodos de 10.30h às 15h, aproximadamente, em que os raios solares estão mais fortes e a sensação térmica aumenta. Há poucas árvores nas duas ruas que compõe a *parte alta*, a sombra que o caminhante encontra é as das calçadas das casas que possuem jardim com árvores altas que proporciona sombra em pequenos pedaços das calçadas por causados ganhos que se estendem para a rua. Ou quando a fileira de casas fica localizada contra o sol, formando um pequeno filete de sombra que aumenta conforme a posição do sol baixa no céu.

As duas ruas são pavimentadas e largas, a Rua Abelardo Pereira dos Santos é pavimentada com asfalto, sendo a rua com maior circulação de pessoas e veículos por ser uma via de acesso rápido aos bairros de zona sul e da zona leste da cidade,

[58]Certeau (2014a) entende por espaço praticado o espaço que é composto por lugares, isto é, que apreende o vivido, a prática cotidiana em seu interior, sendo constituído por lugar/es de pertencimento.

conectando a UFPB à orla marítima do bairro de Cabo Branco. A Rua Margarida Maria Alves é constituída por dois trechos cortados pela Rua Travessa São Paulo, que percorre a parte alta e, principalmente, a parte baixa do Timbó. Ao caminhar pela Rua Margarida Maria Alves o caminhante tem a sensação de que os dois trechos desta rua correspondem a ruas diferentes, não havendo uma continuidade entre os dois trechos, de modo que o morador que reside em um dos trechos da rua não tem acesso visual ao final da rua, isto é, ao outro trecho que a compõe. A Figura 9, abaixo, mostra as duas ruas que compõe a *parte alta* da comunidade.

Figura 9: Compilação de fotografias da Rua Abelardo Pereira dos Santos e da Rua Margarida Maria Alves, *parte alta* da Comunidade do Timbó.

Fontes: Fotografias registradas por Williane Pontes, registradas em 2019.

As ruas são largas e possuem espaço de mão dupla para o trânsito de carros e de motos, com exceção do trecho 01 da Rua Margarida Maria Alves, que é estreita e tortuosa e segue a forma como as casas foram construídas. Este trecho da rua constitui as primeiras ocupações da parte alta da comunidade e seu traçado estreito e tortuoso segue é característica do processo de ocupação que deu início a Comunidade do Timbó.

O trecho 01 da Rua Margarida Maria Alves é onde está situada a única área de risco na *parte alta*. Tal área de risco foi conformada pela construção de casas no terreno acima da encosta, que nos períodos de forte chuva na cidade ocasionava deslizamentos que colocavam em risco a estrutura das casas e a vida das famílias que residiam naquele terreno. Somente a partir do ano de 2013 este trecho da rua ganha à conformação

registrada na fotografia da Figura 9, as casas foram demolidas e as famílias em situação de risco foram realizadas para uma unidade habitacional construída no Timbó, a rua passou a ter apenas uma fileira de casas de um lado e, do outro, pequenas plantações de horta, roseiras e árvores do terreno que compõe uma área de risco ambiental. Ver na Figura 10, abaixo, como se configura essa nova conformação.

Figura 10: Rua Margarida Maria Alves antese depois do projeto de urbanização da Comunidade do Timbó.

Fonte: Primeira fotografia retirada do Google Maps, imagem capturada em 2011; segunda fotografia registra por Williane Pontes em 2019.

A remoção das famílias e demolição das casas foram ações do projeto de urbanização da Comunidade do Timbó, que aconteceu entre os anos de 2013 e 2015. Foi neste período em que a Rua Margarida Maria Alves ganhou pavimentação de sua via pública. O trecho 02, por sua vez, foi ocupado com uma relativa distância entre as duas fileiras das casas da rua, o que possibilitou a via ampla para a passagem de carros, como pode ser visto na Figura 9. Neste trecho as casas possuem um terreno maior e tem a frente da casa formada por um muro e por portões que variam de tamanho a depender da estrutura das casas. As casas mais estruturadas, no sentido de dispor de azulejos, cerâmicas e vidraças, são as que possuem um muro maior, enquanto que as casas situadas no trecho 01 não possuem muros e as calçadas são estreitas, quando existem.

A Rua Abelardo Pereira dos Santos, por sua vez, foi a primeira rua da comunidade a possuir pavimentação. Sua localização nas proximidades do bairro dos Bancários proporcionou uma melhor infraestrutura para ela rua, que se beneficiava das melhorias urbanas no bairro dos Bancários. Quando foi descoberta como via de acesso entre as zonas sul e leste, em meados da primeira década do século XXI, obteve pavimentação para receber o fluxo de veículos que se tornava cada vez maior. Movimento que beneficiou o comércio no local, que passou a tender a população dos bairros circunvizinhos e da população em geral que transitava pela rua.

É na Rua Abelardo Pereira dos Santos onde transita a linha de transporte coletivo (5310 e 3510) que atende os moradores da comunidade, do bairro dos Bancários e do bairro do Jardim Cidade Universitária. A circulação do transporte coletivo nesta rua se processa com a consolidação desta como via de acesso, após a pavimentação como uma investida da Administração Pública para melhoras a infraestrutura do local situado em uma área de crescente valorização imobiliária. Antes desse processo, os moradores se direcionavam as Três Ruas, no bairro dos Bancários, para ter acesso ao ponto de ônibus mais próximo, como relembram os moradores.

Com a valorização imobiliária pela qual passava (e passa) o bairro dos Bancários, a PMJP investe em obras para a melhoria na infraestrutura do bairro e das suas redondezas, como a Rua Abelardo Pereira dos Santos, que se tornou a rua principal da Comunidade do Timbó. Nesta circunstância, a *parte alta*, em terreno plano com o bairro dos Bancários, passa a se beneficiar diretamente da valorização do bairro, principalmente a rua principal da comunidade que, além de se tornar via de acesso, se consolida como um corredor comercial.

O comércio da rua principal, como supracitado, atende a população da cidade de uma forma geral – em relação aqueles que frequentam, transitam ou residem nas proximidades da Comunidade do Timbó – e não somente o morador da comunidade como geralmente acontece com os estabelecimentos comerciais distribuídos pelas demais ruas da comunidade. A forte característica comercial da Rua Abelardo Pereira dos Santos, proporcionada pela valorização que vem alcançando nos últimos anos, contribui para que os maiores estabelecimentos comerciais do Timbó estejam localizados na rua principal da comunidade, que possui mais visibilidade na cidade.

Os vários estabelecimentos distribuídos no decorrer da Rua Abelardo Pereira dos Santos[59] são de moradores e não moradores da Comunidade do Timbó e contam com o trabalho de funcionários que residem na comunidade e em outros bairros da cidade. Os estabelecimentos comerciais de maior porte – como a loja Centro da Construção, o Mercadinho do Irmão Nunes, o pet shop Dog Play, o Flávio bebidas, o Willian Ferragens, a loja Davi Magazine, o Armarinho El Shaday, o Nunes Gás, a papelaria, a Panificadora Patoense e outros – são de proprietários que residem no bairro dos Bancários, no bairro do Jardim Cidade Universitária e no bairro de Mangabeira. Nestes estabelecimentos trabalham membros das famílias do proprietário, moradores do Timbó e habitantes de bairros circunvizinhos.

Os demais estabelecimentos comerciais dessa rua são de pequenos comerciantes, sendo administrados pela própria família e com funcionamento em um cômodo da casa. É comum encontrar, também, cômodos das casas que são transformados em lojas comerciais para aluguel, com a casa ao fundo ou no primeiro andar. As casas de primeiro andar da Rua Abelardo Pereira dos Santos geralmente possuem essa característica de funcionamento doméstico no primeiro andar e salas para aluguel no térreo.

As casas situadas no decorrer desta rua que não possuem estabelecimentos comerciais geralmente encontram-se fechadas, possuindo uma dinâmica diferente da Rua Margarida Maria Alves, onde é possível encontrar diariamente os moradores utilizando as calçadas como local de prática da sociabilidade. Nesta rua também há pequenos estabelecimentos comerciais que atendem principalmente aos moradores da comunidade, mas a dinâmica da rua se processa através das calçadas das casas dos amigos e vizinhos. Já a dinâmica da Rua Abelardo Pereira dos Santos gira principalmente em torno do comércio, é no estabelecimento comercial onde os moradores se encontram, conversam, utilizam as calçadas, fazem compras e/ou passam uma parte do tempo.

O desenvolvimento da *parte alta* se processa em situações que contribuem para um fomento da sua crescente valorização imobiliária, como a proximidade com o bairro

[59]A rua com mercadinho, armarinho, papelaria, consultório odontológico, padaria, frigorífico, sacolão de frutas e verduras, restaurantes, lanchonetes, sorveteria, depósitos de bebidas, bar, pet shop, brechó, fiteiros, bomboniere, lojas de itens para celular, lojas de roupas, salão de beleza, oficinas mecânicas, borracharias, loja de material de construção, loja de ferragens, central de reciclagem, bancas da sorte e distribuidora de gás de cozinha.

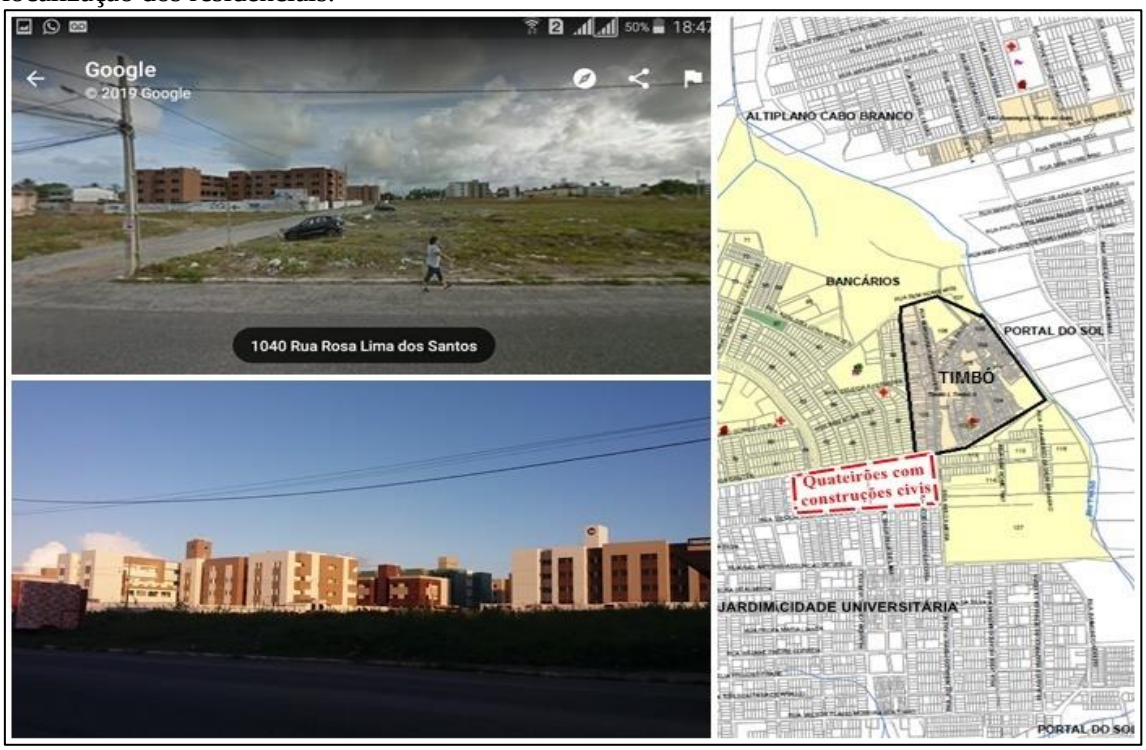
dos Bancários e a localização estratégica que propiciou a constituição de um corredor de passagem em torno da parte alta. Diariamente circulam habitantes de diversos bairros pela Comunidade do Timbó, comerciantes de outros bairros procuram a rua principal do Timbó para abrir um negócio e prédios residenciais e supermercados são construídos nas redondezas, fomentando o potencial de valorização da *parte alta* que passa a ter uma relação direta com a cidade.

A relação direta da *parte alta* com o bairro dos Bancários e a cidade se processa pelo papel que a *parte alta* ocupa na zona sul, conectando esta zona a orla marítima e aos bairros nobres da zona leste. Essa configuração é o que propicia o uso corriqueiro da Comunidade do Timbó pela cidade, seja como via de passagem, seja como corredor comercial, seja como possibilidade de emprego, já que há funcionários de outros bairros que trabalham no comércio do Timbó. Tal circunstância eleva o valor do terreno da parte alta da comunidade, que se beneficia diretamente da valorização imobiliária da zona sul.

É a *parte alta* do Timbó, também, que vivencia a dinâmica de remodelação urbana, com a construção de prédios residenciais na Rua Abelardo Pereira dos Santos, na delimitação espacial que pertence ao bairro dos Bancários. Os moradores da *parte alta*, principalmente da rua principal, convivem e acompanham o processo de verticalização do bairro dos Bancários desde o início dos anos 2000, quando são construídos os primeiros residenciais na Rua Abelardo Pereira dos Santos. Com a crescente valorização imobiliária pela qual passa o bairro, cada vez mais prédios residenciais vão sendo construídos no estorno da Comunidade do Timbó, como nos quarteirões próximos a Rua Rosa Lima dos Santos, que tem início no bairro dos Bancários e termina na Comunidade do Timbó.

Como demonstra a Figura 11, abaixo, os espaços vazios que circulavam a Comunidade do Timbó passam a ser ocupados, cada vez mais, por construções de edifícios residenciais e de estabelecimentos comerciais. Em 09 anos, de 2010 a 2019, o número de residenciais construídos triplicaram: na primeira fotografia da compilação de imagem da Figura 9 se identifica a existência de dois prédios em construção, ambos com 04 andares e com a finalidade de atender uma clientela de classe média e média baixa. Na segunda fotografia, por sua vez, observa-se a configuração atual do quarteirão, com cerca de sete prédios construídos, com pavimentações de três e quatro andares para atender uma população de classe média, média baixa e baixa, com financiamento de compra promovido pela Caixa Econômica Federal.

Figura 11: Prédios residenciais construídos ao redor da Comunidade do Timbó, no bairro do Jardim Cidade Universitária, entre os anos de 2010 a 2019. Com ênfase para o mapa que situa a localização dos residenciais.



Fonte: Primeira fotografia retirada do Google Maps, capturada no ano de 2010; segunda fotografia registrada por Williane Pontes em 2019 e mapa da PMJP, retirado do site da prefeitura, com modificações feitas por Williane Pontes.

O estímulo do Governo Federal – principalmente até o ano de 2014 – para a construção civil e financiamento da casa própria incentivou o mercado imobiliário, proporcionando um crescimento no número de prédios residenciais para a classe média, média baixa e baixa. Somado ao estímulo à construção civil, o número de prédios construídos, durante os últimos 09 anos, ao entorno da Comunidade do Timbó resulta de um processo de valorização imobiliária pela qual passam os bairros circunvizinhos a UFPB e os bairros próximos à orla marítima. E a ligação desses dois espaços, - a zona sul e a zona leste, - através de uma via de acesso que corta a Comunidade do Timbó, permite que o espaço da comunidade se beneficie dessa valorização e integre os interesses de setores públicos e privados em relação à transformação desse espaço urbano.

Estas circunstâncias em que se processa o desenvolvimento da *parte alta* configura a peculiaridade desta em relação à parte baixa da comunidade, que possui outro processo de desenvolvimento. Deste modo, além de ser a área com a menor delimitação geográfica do Timbó, que possui como fronteira física a barreira que configura visualmente a diferenciação entre a *parte alta* e a *parte baixa*, é também a

área mais valorizada da comunidade. Estas peculiaridades no desenvolvimento conformam uma parte alta que se configura, também, como um marcador social de diferenciação em relação aos demais moradores que residem na *parte baixa*.

Vejamos, então, como se configura a *parte baixa* do Timbó para compreender como duas áreas de uma mesma comunidade propicia a construção de marcadores sociais de diferenciação. Marcadores que são construídos através de disputas morais em torno da conformação do lugar comum que se tem e que se quer ter, de modo que as acusações, justificativas e negociações se assentam neste jogo interacional de constituição do lugar Timbó.

A parte baixa da comunidade

A *parte baixa* da Comunidade do Timbó se situa em um terreno acidentado, característica geográfica dada durante o período de utilização do Vale do Rio Timbó para a extração de saibro. Posteriormente o terreno vai sendo modificado com a ação dos moradores que chegam ao lugar para construir suas casas, os amontoados de saibro deixado dentro da cratera aberta para a escavação desse material de construção foram aos poucos sendo utilizados pelos moradores para montar a estrutura das casas de taipa, conta os interlocutores que residem no Timbó há mais tempo.

A ocupação foi se processando dentro da cratera, inicialmente na proximidade do Rio Timbó, que era uma fonte importante para o consumo de água, para a pesca, plantação e criação de animais[60]. O crescimento da comunidade se desencadeou na *parte baixa* e seguiu em direção à encosta, que delimita a fronteira física com a *parte alta* da comunidade, que se desenvolveu após a *parte baixa* ocupar todo o terreno da cratera. As encostas abertas no período de extração de saibro conformam as fronteiras físicas da *parte baixa* em relação à *parte alta*, e o Rio Timbó se constitui como uma fronteira física em direção ao bairro do Portal do Sol.

A *parte baixa* ficou circunscrita na cratera, onde se localiza o adensamento populacional da comunidade. A partir do espaço esmo da cratera os moradores foram construindo suas casas e conformando os traçados das ruas e dos becos, que ocasionou na criação de ruas tortuosas e estreitas e de ruas largas e de traçado relativamente reto. Por se estar localizada em um terreno acidentado, a *parte baixa* da comunidade pode ser

[60]Atualmente os terrenos próximos ao Rio Timbó foram desocupados pela PMJP por ser classificada como uma área de risco ambiental. Nesta área os moradores construíram chiqueiros para a criação de porcos e pequenos estábulos para a criação de cavalos.

visualizada da Rua Margarida Maria Alves, situada no terreno acima da encosta, na *parte alta*. Na figura 12, abaixo, o leitor pode ver a visão geral da *parte baixa*.

Figura 12: *Parte baixa* da Comunidade do Timbó vista de cima da encosta, na Rua Margarida Maria Alves, *parte alta*.

Fonte: Acervo da disciplina eletiva "Timbó: um bairro, várias vidas várias histórias" da ECI FAC.

Atualmente pavimentada e com os problemas de risco ambiental atenuados, no processo de crescimento a *parte baixa* da comunidade foi por muito tempo a área mais precária do Timbó. O adensamento populacional na parte baixa proporcionou a intensificação da criação de áreas de risco ambiental devida à construção de casas nas proximidades da encosta do Rio Timbó e no "pé" das encostas, de modo que nos períodos de fortes chuvas na cidade de João Pessoa ocorria o alagamento das casas devido ao transbordamento do rio e o soterramento de casas ocasionado pelo deslizamento das encostas. Os moradores eram obrigados a deixarem suas casas e se abrigarem em escolas públicas e salões paroquiais no bairro dos Bancários, até que o perigo eminente passasse junto com as chuvas, retornando para suas casas e avaliando os prejuízos do ano.

Durante o período de inverno a Comunidade do Timbó, junto com outros bairros e comunidades periféricas, ocupava as matérias dos jornais locais que evidenciavam a precariedade nas condições de moradia no Timbó. A precariedade da comunidade e a vulnerabilidade dos moradores estampavam os jornais impressos, digitais e televisivos, contribuindo para a construção de um imaginário sobre o Timbó como um espaço pobre, precário e vulnerável.

Uma rápida pesquisa nas plataformas digitais sobre as matérias publicadas pelos jornais locais indica dois eixos de notícias veiculadas sobre a comunidade: de um lado as reportagens que veiculam casos de violência ocorridos no Timbó – como mortes motivadas por briga entre traficantes, briga entre vizinhos que acabaram na polícia, brigas entre casais que resultou na morte da mulher, festas organizadas por facções criminosas em exercício na cidade, entre outros. Que contribui para a formação de um imaginário do Timbó como um espaço de perigo e violência. E, por outro lado, as reportagens veiculadas que abordam as consequências dos problemas ambientais, com alagamento, desmoronamento e deslizamentos, as retiradas dos moradores de suas casas e as simulações de resgate aos moradores das áreas de risco. Contribuindo para a constituição de um imaginário sobre o Timbó como espaço de precariedade e vulnerabilidade.

Circunstâncias que se somavam a falta de infraestrutura básica, com ruas esburacadas e com esgoto a céu aberto, e com um padrão de construção das casas que mistura alvenaria, taipa e barracos, a *parte baixa* foi se consolidando como a área mais precária da comunidade. A *parte alta*, também não possuía pavimentação – apenas a Rua Abelardo Pereira dos Santos recebeu asfalto a partir dos anos 2000 –, mas a situação do terreno se apresentava com melhores condições, sem ruas esburacadas que dificultavam a passagem de veículos e de pedestres, e somente um trecho da Rua Margarida Maria Alves conformava uma área de risco.

Ao discutir o processo de produção do Timbó de cima – aqui denominado de parte alta – e Timbó de baixo – aqui denominado de parte baixa – Araújo (2014, p. 38) indica que os moradores do Timbó de baixo "argumentavam que era preciso produzir ao menos as condições apresentadas pelo Timbó de cima, incorporando a porção sem infraestrutura da favela ao bairro, condição para a regulamentação desta localidade". As duas condições de produção mencionadas por Araújo se referem às diferentes formas como a parte baixa e a parte alta da comunidade foi ocupada e, com a influência dos fatores geográficos, contribuíram para formas distintas de viver no Timbó.

Enquanto uma área da comunidade vai se desenvolvendo precariamente, sofrendo com problemas ambientais, com risco à saúde ocasionada pelos esgotos a céu aberto, com uma maior vulnerabilidade socioeconômica – onde se situam os bolsões de pobreza da comunidade – e com situações de violência por disputas de terreno e desentendimentos entre vizinhos e com a emergência da violência urbana com o início do comércio de drogas. A outra vai se desenvolvendo de forma menos precária, com

uma condição geográfica que possibilita uma melhor estrutura das ruas, com poucas áreas de risco ambiental e, como coloca Araújo (2014), com padrão distinto de construção de casas – que foram mudando de taipa para alvenaria – e com acesso rápido ao bairro dos Bancários devido sua localização.

É entre os anos de 2013-2015 que a *parte baixa* da comunidade passa por uma transformação do seu espaço urbano com as obras do projeto de urbanização da Comunidade do Timbó. Nesse período a *parte baixa*, assim como a Rua Margarida Maria Alves na *parte alta*, recebe pavimentação, esgotamento sanitário, drenagem do rio, contenção das encostas e remoção das famílias em áreas de risco ambiental. A partir de 2015 a *parte alta* e a *parte baixa* da comunidade passam a vivenciar as mesmas condições de infraestrutura urbana, mas a forma diferente pela qual as duas áreas se constituíram e desenvolveram contribuiu para a consolidação de marcadores sociais de diferenciação e dessemelhança entre os moradores.

A construção dos marcadores sociais na Comunidade do Timbó baseia-se nos códigos morais que norteiam as relações no lugar, com moradores elaborando formas de diferenciação do outro dessemelhante e fomentando um jogo de acusações e justificações. Entre a *parte alta* e a *parte baixa*, por exemplo, é construída uma fronteira simbólica que funciona como um marcador social de diferenciação devido à identificação da *parte baixa*, segundo a concepção do morador da *parte alta,* como uma área problemática e onde acontecem as situações de violência urbana que são veiculadas na mídia e contribuem para o fomento de uma imagem negativa sobre o lugar Timbó.

Os moradores da *parte baixa*, em contrapartida, elaboram marcadores sociais que os diferenciam daqueles que são os responsáveis pela ocorrência de tais situações de violência. Bem como formulam um jogo de acusação em relação aos moradores da *parte alta,* que buscam se afastar dos problemas da comunidade ao remetê-los para a *parte baixa*. O marcador social de diferenciação acionado nesta circunstância se baseia na distinção entre ser da *parte alta* ou da *parte baixa* do Timbó como um elemento que opera diferentes formas de vivenciar a comunidade e de reconhecer a si e ao outro no lugar. Vejamos como esses marcadores se configuram.

Marcadores sociais de diferenciação entre os moradores da parte alta e da parte baixa

A literatura teórico-metodológica (BRAH, 2006; CANELA, MOUTINHO e SIMÕES, 2015; HIRANO, 2019; MOUTINHO, 2014; MUGABE, 2019; SCHWARCZ, 2019;STARLING e SCHWARCZ, 2006) discute os marcadores sociais através da

análise das categorias de gênero, classe, geração, raça etc. como eixos de diferenciação entre indivíduos ou grupo, criando hierarquias e sistema de posições. Nesses estudos os marcadores sociais da diferenciação são analisados a partir de uma perspectiva construcionista que busca compreender a forma como essas categorias são acionadas nos contextos de produção de diferenças, se baseando em uma perspectiva de análise contextual e relacional (HIRANO, 2019, p. 48).

Os marcadores sociais de diferenciação identificados na Comunidade do Timbó se baseiam nos códigos morais que conformam sentidos de semelhança e de dessemelhança entre os moradores. A dessemelhança é marcada por elementos de diferenciação entre o eu e o outro na sociabilidade no Timbó, surge enquanto resultado das relações sociais no interior do lugar de pertencimento e leva em consideração circunstâncias materiais e simbólicas que configuram as condições para a construção do sentimento de pertença da comunidade (BRAH, 2006).

Neste contexto os marcadores sociais são articulados e regulados através das negociações, das disputas morais e das normas (CANELA, MOUTINHO e SIMÕES, 2015) que constroem sistema de posição onde os indivíduos se situam como forma de se superpor em relação ao outro visto como dessemelhante. Na Comunidade do Timbó os códigos morais são acionados como forma de fundamentar a construção e utilização desses marcadores sociais, onde residir na parte alta ou na parte baixa, ser trabalhador, ser honesto, ser temente a Deus e cuidar da própria vida são eixos de diferenciação carregados de moralidades.

Os marcadores sociais no Timbó são resultado de um contexto relacional específico que indica os aspectos da cultura emotiva elaborada, continuamente, pelos moradores – que são por ela formados. Partindo da formulação dada por Almeida et al (2018), utiliza-se a categoria analítica de marcadores sociais da diferenciação como

> uma maneira de designar como diferenças são socialmente instituídas e podem conter implicações em termos de hierarquias, assimetria, discriminação e desigualdades. É nesse sentido que entendemos como a problemática dos marcadores remete à tradicional preocupação da antropologia com a "diferença" e com a relatividade: não como atributo inerente a humanos e não-humanos, mas como efeito da operação de complexos sistemas de conhecimento e de relações sociais. Dessa perspectiva, a diferença é constituída por meio de taxonomias e classificações que acentuam certos sentidos de

> diferenças, ao ponto de torna-los como corriqueiros (Almeida et al, 2018, p. 15-16).

Esta formulação da categoria analítica de marcadores sociais da diferença é realizada por Almeida et al (2018) em balanço teórico-metodológico dos 10 anos do Núcleo de Estudos Sobre Marcadores Sociais da Diferença – NUMAS, que desenvolve estudos sobre a produção social da diferença a partir da análise dos sistemas de classificação social. Neste esforço de formulação, Almeida et al chamam a atenção para o contexto relacional em que se configura os marcadores sociais, defendendo que a construção dessa categoria se processa socialmente, contextualmente e de forma contrastiva.

A autora ressalta o jogo interacional em que se processa a construção de marcadores sociais, atentando para o modo tenso, ambíguo e contraditório em que se configuram esses marcadores sociais de diferenciação. Nesta perspectiva o processo social em que os critérios de diferenciação são definidos, disputados, atribuídos, incorporados, reelaborados e combatidos se configura de forma tensa entre os indivíduos em interação na construção e no acionamento dos marcadores sociais de diferenciação.

Na Comunidade do Timbó este processo tenso e ambíguo que envolve os marcadores sociais se assenta em formas de diferenciação em relação aos moradores da *parte alta* e da *parte baixa*. Os dois processos produtivos (ARAÚJO, 2014) pelo qual passou a comunidade fazem com que os moradores percebam a moradia na parte alta ou na parte baixa como um modo de diferenciação devido às distintas formas de condição de vida que cada área proporciona para os moradores.

Araújo (2014) ao desenvolver uma análise sobre a Comunidade do Timbó no ano de 2013-2014, período em que se inicia o processo de urbanização do lugar que resultou na configuração urbana atual, discute sobre os dois processos de produção do Timbó. Os dois processos produtivos vivenciados na comunidade se referem à parte alta como uma área mais valorizada e com menos problemas de infraestrutura, de risco ambiental, sem adensamento populacional e por ser uma área situada em um terreno plano, que facilita o acesso ao bairro dos Bancários – por não ter que subir as ruas com relevo devido à encosta–, e causa uma impressão de continuidade entre o bairro e a comunidade – no que se refere ao terreno.

A *parte baixa* da comunidade, por sua vez, possuía a maior parte dos problemas de risco ambiental, tem um terreno acidentado, é onde se situa a densidade populacional

do Timbó e era o espaço de maior precariedade pela falta de infraestrutura e saneamento básico. Elementos que contribuíam para uma desvalorização do lugar e dos seus moradores, contemplando os bolsões de pobreza. Nesse contexto a *parte alta* da comunidade vai se desenvolvendo como o espaço mais valorizado do Timbó, como aponta a análise de Araújo (2014).

A urbanização da Comunidade do Timbó proporciona uma requalificação e valorização, deste modo, de todo o espaço da comunidade, entretanto a valorização se coloca principalmente, até o momento, na *parte alta*, onde o valor do solo é maior – mesmo antes da urbanização da área realizada em 2015, como indica Araújo (2014) –, principalmente, por vivenciar de perto o processo de verticalização do bairro dos Bancários e entorno. O processo de requalificação do espaço é beneficiado com a urbanização do Timbó, pois o mesmo vem fomentando a valorização imobiliária através do investimento de agentes privados da construção civil nos arredores da comunidade.

As condições de infraestrutura nos últimos 05 anos é a mesma para todos os moradores, mas, antes disso, apenas a *parte alta* do Timbó tinha rua pavimentada, a Rua Abelardo Pereira dos Santos. Os moradores nessa área obtinham acesso direto a infraestrutura e equipamentos urbanos do bairro dos Bancários, já que se situava em um terreno plano com o bairro, que dá a impressão de continuidade, e que é quebrada na descida para a *parte baixa* da comunidade.

No contexto em que se processa a configuração da *parte alta* e da *parte baixa*, para os moradores da Comunidade do Timbó a "subida" para a *parte alta*, isto é, a mudança do morador que residia na *parte baixa* para a *parte alta* é compreendida como uma melhoria nas condições de vida da família. A mudança do lugar de moradia era entendida (e ainda é) como uma mudança nos padrões de vida, se configurando como uma forma de diferenciação dos demais.

Dona Ivete, por exemplo, interpreta a mudança da Rua Antônio Camilo Monteiro para a Rua Travessa São Paulo como uma melhoria na condição sócio econômica da família. Com a mudança Dona Ivete passou a morar no declive da parte alta para a parte baixa, sua casa fica localizada nesta última, mas ao se situar na comunidade esta interlocutora aproxima sua moradia da parte alta e a distância dos problemas da parte baixa.

Dona Ivete afirma que, diferente de quando morava na *parte baixa*, gosta de morar onde reside atualmente, principalmente quando está chovendo, porque pode aproveitar a chuva sem se preocupar em ter sua casa alagada. Ao mesmo tempo em que

se ressente pelas suas companheiras que moram perto do Rio Timbó, devido à possibilidade de uma enchente alagar as casas que não foram retiradas por não estarem em perigo eminente. Nas condições em que se encontra atualmente, Dona Ivete revela, ainda, a sua pretensão de continuar na casa onde mora até quando "Deus quiser", pois não deseja se mudar para outra rua da comunidade ou outro lugar da cidade.

Assim como Dona Ivete chama atenção para a melhoria na vida da família após a mudança para as proximidades da *parte alta* da comunidade, Angélica revela uma compreensão semelhante em relação à sua mudança para a Rua Margarida Maria Alves.

Angélica tem mais tempo de moradia na *parte baixa* –onde residiu por 21 anos – do que na *parte alta* – onde reside há 10 anos –, e revela que apesar de ter feito amigos nos dois lugares, não gostava de morar na *parte baixa* pela precariedade da infraestrutura, com calçadas esburacadas e esgoto a céu aberto, bem como pela "bagunça". Em suas palavras, Angélica afirma, em relação à *parte baixa*, que "gostar eu não gostava não, sabe? Porque era muito bagunçado! Era muito bagunçado lá embaixo antigamente. Aí depois que eu vim pra cá eu acho melhor aqui encima que é mais calmo, lá embaixo era muito violento também".

A principal diferença entre morar na *parte baixa* e na *parte alta*, na fala dessa interlocutora, é o fato da tranquilidade da *parte alta*. Angélica aponta que a *bagunça* era ocasionada por constantes brigas entre vizinhos, pelo som em volume alto e pelo tráfico de drogas, de modo que a mudança para a parte alta proporciona, para esta interlocutora, um afastamento desta *bagunça*. A *parte baixa* é vista como a localidade onde se desenvolve a violência urbana vivenciada e veiculada nos jornais locais da cidade, que divulgam as ocorrências policiais no Timbó. A maioria das ocorrências policiais veiculadas na mídia aconteceu na *parte baixa* da comunidade e os moradores utilizam este elemento da localidade para reafirmar a condição diferenciada da *parte alta*, que é indicada pelos moradores que nela residem como a mais tranquila. Uma tranquilidade construída nesse processo de associação da ocorrência de casos de violência à *parte baixa*.

Na narrativa de Angélica, a moradia na parte alta surge como um marcador social de diferenciação que enfatiza uma condição de vida melhor e um afastamento das situações e das pessoas consideradas como dessemelhantes – por envolvimento com atividades criminosas ou por ser um vizinho que perturba o sossego dos demais com som em volume alto. O aspecto estrutural e a bagunça foram dois elementos que nortearam a diferenciação feita por Angélica da moradia na *parte alta* e na *parte baixa*,

mas ao mesmo tempo em que desempenhou tal diferenciação indica a mudança nas condições atuais da *parte baixa* ao ressaltar que "agora mudou muito aqui, que lá é baixo é tudo calçado agora, é mais organizado, antigamente era tudo casa de taipa, agora é tudo tijolo. Já tem até primeiro andar lá embaixo".

A fala de Angélica diferencia a*parte alta* por sua maior valorização e pela infraestrutura melhor que desfrutou do bairro dos Bancários antes mesmo do processo de urbanização da Comunidade do Timbó, quando toda a comunidade ganha pavimentação, saneamento básico e ações para a atenuação dos problemas ambientais. Além da *parte alta* de se beneficiar do terreno plano, que não requer o deslocamento cotidiano de subir e descer as ruas que delineiam a encosta. Como indica a interlocutora, "a diferença é muita, né? Só de descer ladeira e subir ladeira todo dia né? E quando não era calçada, caindo dentro dos buracos cheio de lama, Agora ficou bom, graças a Deus!".

Nessa direção também se coloca a narrativa de Dona Fatinha, que reside na *parte baixa* e enfatiza o desejo em mudar para a *parte alta* da comunidade. Desde a sua chegada a Comunidade do Timbó, em 1984, reside próximo ao Rio Timbó, mas fora da área de risco ambiental. Em uma conversa que tive com Dona Fatinha e Dona Creuzinha na casa desta última interlocutora, ao perguntar sobre a vivencia na comunidade e desejo em sair do Timbó, Dona Fatinha afirmou gostar por demais da rua em que mora pela vizinhança que compartilha, – principalmente com Dona Creuzinha, com quem possui um laço estreito e duradouro de amizade – e por ser perto da igreja que frequenta. No entanto, revela o desejo de sair da rua caso tivesse a oportunidade de morar na *parte alta*,

> Eu fiquei a vida inteira sempre só aqui, então eu tenho uma vontade de sair para aí [parte alta] porque... Às vezes eu digo até a ela *[Dona Creuzinha]*, a gente conversa muito aqui... Meu problema é só a ladeira e às vezes a gente ver as coisas que a gente não quer ver *[referindo-se as atividades ilegais no local]*... Eu gosto muito daqui, sabe? Mas para sair daqui eu tenho vontade de sair ali para cima porque todo mundo me conhece ali encima, né? E a ladeira...

A mudança para a *parte alta*, para esta interlocutora, surge como um sentido de melhora na condição de vida por evitar o esforço cotidiano de subir e descer a ladeira da encosta e por se distanciar dos atos de criminalidade que acontecem na comunidade, evitando "ver coisas que a gente não quer ver". A possibilidade de mudança para a parte

alta é acompanhada, ainda, da afirmação de que lá também conhece e é conhecida por "todo mundo", de modo a continuar compartilham relações pessoais na comunidade.

A mudança para a *parte alta*, no entanto, é dificultada pelos altos valores das casas à venda, em comparação com *baixa*. "Eu tenho desejo de ir ali para cima, mas eu não posso! Se vender a casa ali encima é muito caro, o dinheiro daqui não dá para comprar lá. Mas se eu pudesse eu subia! Mas eu não posso então fico aqui", diz Dona Fatinha ao condicionar a permanência na *parte baixa* aos preços elevados que a valorização da *parte alta* resulta, impossibilitando a mudança daqueles que não conseguem pagar por uma casa no local.

A fala de Dona Fatinha segue a concepção da maioria dos interlocutores, principalmente daqueles que residem na *parte alta*, ao colocar a *parte alta* como mais integrada à cidade na medida em que se distancia dos problemas relacionados à violência ou pela dificuldade de acesso que a encosta propicia e que é mais valorizado e tem uma relação direta com o bairro dos Bancários e com a cidade por ser uma via de acesso e um corredor comercial. Mas, ao mesmo tempo, por possibilitar continuar no lugar Timbó, onde há um conhecimento mútuo entre os jogadores e o compartilhamento de relações pessoais estreitas.

Dona Creuzinha, por sua vez, retruca a amiga ao reelaborar o marcador social de diferenciação baseado na moradia na *parte alta* ou na *parte baixa* ao ressaltar as mudanças ocorridas na *parte baixa*, que, para ela, aproxima as condições de vida. A não vontade de sair da rua em que mora na parte baixa é declarada com base na transformação urbana pela qual passou a comunidade e aciona elementos da vida cotidiana para fundamentar a reelaboração do marcador social de diferenciação.

> Gosto muito daqui, da rua, da minha casinha... Meus filhos moram aqui do lado... Não tenho do que reclamar. No começo tinha muita vontade de sair daqui, mas agora... Assim como tá? Eu não tenho não! Aqui é a melhor comunidade de morar... Você pode ver que o Timbó quase não aparece na televisão, foi do tempo... Hoje aqui é tudo calçado, casas bonitinhas, igreja dentro do Timbó... Tirando a ladeira, é a mesma coisa que morar ali encima. Aí o povo diz, é não Dona Creuzinha porque aqui embaixo tem isso tem aquilo, mas em todo canto tem. Hoje tem muitas drogas, é verdade! A juventude toda se perdendo, não vão à igreja... Mas não se compara com antes que tinha até morte... Então eu não tenho um pingo de vontade de sair daqui

> mais, a rua é tranquila, conheço todo mundo e moro bem dizer na frente da minha igreja. Por exemplo, se eu for lá pra cima como ia vir para a igreja aqui? Não ia ter que subir e descer ladeira de todo jeito? (Dona Creuzinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1987).

Dona Creuzinha busca aproximar a *parte alta* e a *parte baixa* da comunidade, buscando reelaborar o marcador social de diferenciação que situa essas duas áreas como diferentes não somente pela condição do terreno, mas pelo processo de produção de casa uma e, principalmente, pela lógica relacional de que o morador da *parte alta* se distancia dos problemas que ocorrem na comunidade e remetem à responsabilidade pelo desenvolvimento de tais problemas à *parte baixa*. Esta interlocutora também aponta para a diferenciação em relação aos moradores que fomentam as atividades ilícitas na parte baixa, acionando a igreja como um símbolo de moralidade que configura a diferenciação entre os moradores.

Neste sentido, esta interlocutora busca pautar os marcadores sociais de diferenciação a partir dos códigos de moralidade que norteiam a sociabilidade local, diferenciando os moradores a partir de um enquadramento aos códigos e condutas morais e não a área do Timbó em que reside. Configura-se, assim, uma disputa moral em torno da construção dos marcadores sociais de diferenciação e dessemelhança no Timbó, com um jogo tenso de negociação, acusação e justificativas que condicionam os marcadores sociais a uma relação entre localidade e códigos morais.

Os moradores da parte alta, por outro lado, reforçam a moradia na parte alta e na parte baixa como um marcador social de diferenciação que se relaciona aos códigos morais que proporciona a continuidade da cultura emotiva que conforma o lugar Timbó. Como Seu Alfredo, que desde a chegada a Comunidade do Timbó, em 1984, reside na *parte alta* da comunidade. Este interlocutor conta que conhece muita gente no Timbó, com quem fez amizade no comércio e/ou depois que abriu seu negócio de *bomboniere* na Rua Abelardo Pereira dos Santos, mas que poucas foram as vezes que “desci aí embaixo”, circulando penas pela parte alta da comunidade.

Na concepção de Seu Alfredo a parte baixa se caracterizou por ser um espaço de baderna, onde a confusão se tornou algo banal. Suas recordações de quando residia na esquina do trecho 02 da Rua Margarida Maria Alves que fazia conexão com a Rua Travessa São Paulo, trazem à conversa casos de troca de tiro, confusões entre vizinhos e parentes que terminava na presença da polícia no local, bem como as “algazarras” das festas que promoviam a baderna. A *parte baixa* vai se configurando no imaginário deste

interlocutor como uma área de confusão, de baderna e de violência, em oposição à rua em que morava, com uma descrição dos moradores como mais tranquilos.

A mudança de casa de Seu Alfredo, que comprou uma casa no final do mesmo trecho (02) da rua, próximo à conexão com o acesso de entrada e saída em direção aos bairros do Altiplano Cabo Branco e do Portal do Sol, é percebida por ele como um distanciamento da vivência agitada proporcionada pela proximidade a Rua Travessa São Paulo, no declive para a *parte baixa*. A mudança de casa proporciona um afastamento físico e reafirma o afastamento moral em relação às práticas que aconteciam na *parte baixa* da comunidade.

Este interlocutor aciona a moradia como um marcador social de diferenciação, apresentando as diferenças entre a *parte baixa* e a *parte alta* da comunidade que, em sua fala, se distribuem entre a polaridade do mais tranquilo – a *parte alta* – e do mais movimentado enquanto baderna, confusão e ocorrências policiais – a *parte baixa*. Os casos de violências divulgados sobre o Timbó, como enfatizado por Seu Alfredo, acontecem "tudo aí embaixo", de modo que o morador realiza uma diferenciação ao acusar uma área da comunidade, a parte baixa, como problemática por ser onde os casos ocorrem.

Tal diferenciação não é feita pela cidade, que compreende a Comunidade do Timbó como uma só, sem considerar as fronteiras físicas e simbólicas construídas no Timbó e que configuram a vivência na comunidade. Os jornais locais veiculam tal acontecimento na Comunidade do Timbó sem especificam se ela aconteceu na parte alta ou na parte baixa, de modo que a indicação da rua é utilizada pelos moradores para justificam onde acontecem os casos de violência que contribui para uma imagem negativa da comunidade. Assim, a construção de marcadores sociais de diferenciação, como o baseado no local de moradia, se constitui como uma estratégia dos moradores se diferenciarem a partir de condutas morais, preservando a face (GOFFMAN, 2011) do morador frente à imagem negativa criada sobre o lugar Timbó.

Na construção desses marcadores sociais de diferenciação, vai se conformando, também, um imaginário sobre a *parte baixa* da comunidade, que é tratada de forma estigmatizado por alguns moradores da *parte alta*, como Dona Valéria. Esta interlocutora reside na Rua Abelardo Pereira dos Santos desde a sua chegada à Comunidade do Timbó, tendo realizado eventuais mudanças ao longo da rua como forma de escapar do aumento nos preços do aluguel, como já discutido no capítulo 2.

Dona Valéria, que nutre um sentimento de pertença à Rua Abelardo Pereira dos Santos desenvolveu, por muito tempo, a estratégia de mudar de casa como forma de driblar a valorização imobiliária da *parte alta*, que fomenta um aumento no custo vida no local. Há dez anos está sem realizar mudança de casa, resistindo como pode aos aumentos no aluguel nos últimos anos. Não considera, no entanto, residir em outra rua da comunidade, seu desejo é permanecer na Rua Abelardo Pereira dos Santos, onde se estabeleceu, criou vínculos afetivos estreitos com a vizinhança e produziu um sentimento de pertença. Mas a não consideração em não morar em outra rua da comunidade também se dá pelo imaginário que esta interlocutora alimenta sobre a *parte baixa* como uma área perigosa.

Esta interlocutora compreende a *parte baixa* como onde "é a comunidade", e entende a *parte alta* como uma área do Timbó que não corresponde à comunidade. Isto é, Dona Valéria concebe a existência do Timbó – a *parte alta* – e a existência da comunidade – a *parte baixa* –, de modo que o Timbó aparece como uma espécie de bairro que possui uma comunidade no seu interior. Suas concepções seguem as delimitações oficiais da PMJP, na medida em que considera a Rua Abelardo Pereira dos Santos como o início do Timbó, se incluindo dentro das delimitações do lugar Timbó, e, após a encosta como o início da comunidade.

Esta concepção da interlocutora é reforçada pela sua vivência no lugar Timbó, acompanhando os dois processos de produção diferenciada da *parte alta* e da *parte baixa*, de modo que a precariedade na infraestrutura, a vulnerabilidade socioeconômica, o padrão de construção das casas e as consequências ocasionadas pelas áreas de risco ambiental configurava um *parte baixa* diferente, situada em um contexto mais precário. Concebe, assim, a parte alta como um bairro e a parte baixa como uma comunidade, com este imaginário sendo configurado pelos diferentes processos de produção do Timbó e pela veiculação de matérias nos jornais locais que retratavam a Comunidade do Timbó como um espaço de precariedade, vulnerabilidade, perigo e violência.

Por este motivo não considera a possibilidade de sair da Rua Abelardo Pereira dos Santos e morar em outras ruas da comunidade, como as situadas na parte baixa, utilizando a justificativa de que tem "medo de lá". Dona Valéria afirma que os demais moradores sabem que ela mora sozinha e o seu receio é ter a casa arrombada durante a noite, como aconteceu na casa em que reside atualmente. Dona Valéria teve a casinha dos fundos do quintal arrombada e o estoque de fogos de artifícios que havia comprado para vender no período junino foi levado, na manhã seguinte ela viu a casinha aberta e

foi conferir, verificando o acontecimento do roubo, que não sabe a quem atribuir, mas que suspeita ser alguém que sabia que ela morava sozinha e que guardava os fogos.

O receio de Dona Valéria que o mesmo venha a ocorrer caso residisse na parte baixa é presente em sua fala, que incorpora os estigmas (GOFFMAN, 1981)[61] criados pelo bairro dos Bancários sobre a Comunidade do Timbó, que são acionados no imaginário de Dona Valéria para se referir aos medos e receio em relação a *parte baixa*. Neste sentido, ao analisarem a segregação socioespacial da Comunidade do Timbó no bairro dos Bancários, Soares (2009) e Pita (2012) apontam como a comunidade tem uma imagem negativa no imaginário dos moradores do bairro. Imagem que reconfigura a segregação socioespacial em relação a comunidade, contribuindo para a criação de estigmas sobre o lugar e os seus moradores.

A segregação é tratada, principalmente do trabalho de Pita (2012), como um elemento que se evidencia no processo de expansão e desenvolvimento das cidades, se intensificando a partir dos anos de 1980. Associada a pobreza e a violência, o Timbó integra uma relação de estigmatização, sendo apontado como um lugar perigoso, assim como os seus moradores, e que são acusadores da violência urbana no bairro dos Bancários. Soares (2009) aponta a violência urbana como um dos principais elementos que surge no discurso dos moradores do bairro dos Bancários em relação ao Timbó, citado como um lugar perigoso e violento, onde se desenvolve atividades ilícitas, por isso qualquer morador desse espaço é visto sob desconfiança, pois é entendido como um sujeito potencialmente perigoso. O cenário de precariedade do lugar contribui para o processo de segregação e estigmatização do qual Soares (2009) e Pita (2012) discutem.

Esta segregação socioespacial da comunidade integra a imagem negativa construída pelo bairro dos Bancários sobre o Timbó, que é interiorizada pelos moradores, passando por um processo de construção de estratégias para reconfigurar

[61]Um indivíduo ou grupo estigmatizado é - como compreende Goffman (1981), - aquele que é visto como desqualificado ou menos valorizado, sendo conferido ao mesmo um grau inferior de status social. Para este autor, o estigma é a categorização de um grupo por outro, baseada em pré-conceitos, em estereótipos e no medo do outro desconhecido, de modo a desenvolver uma relação onde os grupos estigmatizados são inferiorizados e, muitas vezes, o contato é evitado. Nesse processo, o estigma acaba sendo absorvido pelos grupos estigmatizados, relacionando-se a construção da identidade desses indivíduos ou famílias. A construção do estigma se dá na relação entre grupos de uma formação societária, que a partir de valores e normas específicas elaboram e empregam as noções de estigma sobre grupos considerados "inabilitados para a aceitação social plena" (*idem*, 1981, p. 4) e vistos sob suspeita.

esta imagem com base nos códigos morais da comunidade, para alguns, e para outros sendo introduzida e remetida à *parte baixa* como forma de diferenciar a *parte alta*, como parece acontecer com Dona Valéria. Esta interlocutora aciona a moradia na *parte alta* como um marcador social de diferenciação que configura o processo de dessemelhança em relação à *parte baixa* da comunidade, visto por ela como potencialmente perigosa pelo fato dos casos de violência no Timbó divulgados nos jornais locais terem ocorrido nesta área.

A *parte baixa*, de modo geral, é compreendida e vivenciada como mais violenta, bagunçada – no sentido de ser agitada, com constantes festas e brigas – e de estrutura precária, como Angélica havia mencionado em nossa conversa. Aspecto semelhante que perpassa a narrativa dos moradores para apresentar o passado e o presente da comunidade, apontando para a diferenciação do lugar como tranquilo e bom de morar, com pessoas trabalhadoras e tementes a Deus, como será discutido no tópico seguinte.

Esta singularidade da Comunidade do Timbó, enquanto *parte alta* e *parte baixa* se aproximam, salvo as particularidades, da lógica analisada por Ricardo Campos (2008) no bairro do Roger, que possui uma divisão imaginária entre os moradores do bairro, que se configura como *alto Roger* e *baixo Roger*. A construção dessa divisão imaginária se baseia na característica do terreno do bairro do Roger, que possui um terreno acidentado com declives bastante acentuados que o divide geograficamente em alto – *alto Roger* – e baixo – *baixo Roger* –, sendo uma divisão que evidencia diferentes aspectos infraestruturais e de formação histórica, bem como de constituição de valores identitários.

Assim como na Comunidade do Timbó, o *alto Roger* é a área que dispõe de uma melhor infraestrutura urbana, com casas maiores e de padrão de construção diferenciado e com maior valorização imobiliária. O *baixo Roger* é a área onde a infraestrutura é mais precária e onde se situam os aglomerados subnormais do bairro do Roger, sendo considerada como a área que concentra a pessoas mais carentes do bairro. Diferente do bairro dos Roger, o Timbó se constitui como uma comunidade do bairro dos Bancários, sendo considerada como o *aglomerado subnormal* do respectivo bairro, onde se concentra a porcentagem mais pobre da população dos Bancários (SOARES, 2009; PITA, 2012).

A comunidade, no entanto, não se constitui como um todo homogêneo, no seu interior há pequenos bolsões de pobreza que, assim como no bairro do Roger, se situam principalmente na *parte baixa* do Timbó, mas que também podem ser identificadas no

trecho 01 da Rua Margarida Maria Alves, na *parte alta*. Estes bolsões de pobreza – onde se concentram os moradores em maior vulnerabilidade socioeconômica – geralmente são formados em torno de becos e ruas estreitas, com casas simples e de pouco acabamento e com sacolas cheias de material reciclável na frente das casas, que costumam serem pequenas em relação às demais casas construídas na comunidade.

Nos bolsões de pobreza moram famílias que sobrevivem do trabalho de coleta de material reciclável e/ou do trabalho como flanelinha nos sinais da rua principal do bairro dos Bancários. Bem como complementam as necessidades básicas almoçando na Cozinha Comunitária do Timbó – localizada no bairro dos Bancários – e com o auxílio das cestas básicas e doações de roupas e itens de higiene repassados pelas igrejas e pelo NESE. Outra assistência aos moradores é o trabalho educacional com as crianças das da comunidade que são atendidas pelo Instituto Vem Cuidar de Mim, localizado na Rua Nossa Senhora de Fátima, *parte baixa* do Timbó.

A Comunidade do Timbó, diferente do bairro do Roger (CAMPOS, 2008), não possui a sua configuração enquanto *parte alta* e *parte baixa* reconhecida pelo bairro dos Bancários e pela cidade de João Pessoa, que se referem à comunidade como um todo. É uma distinção realizada pelos moradores como construção de marcadores sociais de diferenciação, que indica a *parte alta* da comunidade como uma área de potencial valorização e integrada à cidade enquanto via de acesso e corredor comercial. Nesta caracterização da *parte alta* os moradores se reconhecem a partir de códigos morais que norteiam a sociabilidade da comunidade como um todo, sendo os mesmos códigos morais utilizados pelos moradores da *parte baixa* como forma de diferenciação e de dessemelhança.

No bairro do Roger as divisões hierárquicas e os estigmas, segundo Campos, são constituídos com base no local em que os indivíduos moram, de modo enquanto a moradia no *alto Roger* se via mais próxima da lógica da cidade moderna, com boa infraestrutura e o início de relações baseadas no distanciamento do outro relacional, com um aumento da valorização do espaço privado em detrimento do espaço público. Os moradores do *alto Roger* estigmatizam os moradores do *baixo Roger*, visto como uma área de pobreza, violência e perigo (CAMPOS, 2008, p. 123). A cidade, por sua vez, lança estigmas ao bairro como um todo, que é divulgado na mídia local como um bairro perigoso, violento e de más condições de vida (*idem*, 2008, p. 14), o que contribui as tentativas de reformulações simbólicas do bairro pelos moradores.

Estas reformulações simbólicas buscam reconfigurar a imagem do bairro enquanto lugar de pertença e dos moradores que o constituem, neste sentido se identifica outra aproximação ao caso da Comunidade do Timbó que possui uma imagem negativa. Os moradores do Timbó, deste modo, desempenham um esforço de reformulação e negociação da imagem local através da construção de marcadores sociais de diferenciação entre os moradores e, também, entre passado e presente da comunidade – pensado a partir das obras de urbanização do Timbó. Nesta busca de reconfigurar o lugar de pertença os moradores constroem uma imagem da comunidade que é norteada pelos códigos morais locais, mas no jogo de relações cotidianas se ressentem da diferenciação imposta pelos moradores da *parte alta* em relação à *parte baixa*.

Dona Fatinha é uma das moradoras da *parte baixa* que reclama a diferenciação da *parte alta* em relação à *parte baixa*, em sua fala aciona o ressentimento pela valorização desigual na Comunidade do Timbó, com a *parte alta* despontando como área de potencial valorização enquanto a *parte baixa* não se beneficia da mesma forma. Neste sentido a interlocutora conta que

> Eu me sinto até desclassificada, certo? Porque dos Bancários... Da principal dos Bancários *[referindo-se a Rua Abelardo Pereira dos Santos]* no lado de cá tudo é favela do Timbó, certo? Tudo é Timbó! Para lá é Bancários, para o lado de cá tudo é Timbó... aqueles supermercados todinhos, aquilo tudo ali para cima, do lado de cá, é tudo Timbó. Aí se você for alugar uma casa aqui *[as pessoas dizem]* "ah aqui embaixo é muito caro" *[e]* é 300 reais, no máximo 350 *[reais]*. Lá encima é 500 *[reais]*, ali em cima *[aponta na direção da parte alta]*... Eu acho uma desclassificação... Porque é tudo igual! (Dona Fatinha, moradores da Comunidade do Timbó desde 1984).

A reclamação sobre as diferentes formas como os moradores se beneficia da valorização imobiliária da zona sul, com ênfase para o bairro dos Bancários, provoca o ressentimento que faz com que Dona Fatinha se sinta desclassificada. Para ela, tudo é Timbó e por isso as condições proporcionadas para a *parte alta* deveria ser as mesmas para a *parte baixa*. A valorização da *parte alta* em detrimento da *parte baixa* contribui para a consolidação dos marcadores sociais da diferenciação baseados na localidade de moradia.

Esta queixa também é identificada por Araújo (2014) em sua análise sobre a Comunidade do Timbó, que relata as reclamações dos moradores sobre o preço diferenciado das casas na parte alta da comunidade – que ele chama de Timbó I. A localização privilegiada da parte alta, próximo ao bairro dos Bancários e em terreno plano contribui para uma maior valorização desta área, mesmo que a condição de ilegalidade seja comum a toda a Comunidade do Timbó, como Araújo afirma ser enfatizado pelos moradores (ARAÚJO, 2014, p. 38-39). Essa não é a única diferenciação apontada por Araújo ao comparar as duas áreas, também indica que os moradores da *parte alta* do Timbó se sentem mais pertencentes ao bairro dos Bancários do que a comunidade, situação que se reproduzia principalmente na Rua Abelardo Pereira dos Santos.

É devido à condição singular em que se configura a *parte alta* que a torna mais valorizada e contribui para que os moradores compreendam a mudança da parte *baixa para* a *parte alta* como uma melhora nas condições de vida da família. Deste modo, o custo de vida para se manter em uma casa alugada á maior na *parte alta* da comunidade.

A conversa com Dona Fatinha foi acompanhada da presença de Dona Creuzinha e ambas reclamaram a diferença nos valores do aluguel entre a *parte alta* e a *parte baixa*, bem como, ao serem questionadas sobre qual seria a diferença entre essas duas áreas, acusaram os moradores da *parte alta* de se sentirem moradores do bairro dos Bancários, como disse Dona Creuzinha: “O pessoal de lá querem ser do conjunto... Eles acham que aqui é a favela e lá, por certo, é o conjunto, num sabe? Não trata dizendo que a gente é isso ou aquilo, é só conversa de dizer ‘mora lá embaixo na favela’”.

Dona Fatinha, por sua vez, enfatizou que

> O pessoal de lá diz logo assim: “Vou descer lá para baixo, para a favela”. Mas menino, e tu mora onde em peste?... Simplesmente, eu acho, por conta de uma ladeira porque se isso aqui fosse tudo plano era uma coisa só! Certo? Porque ali encima... A maioria do pessoal ali... Tem gente ali que tem casa que é a coisa mais linda. Teve uma pessoa que tem uma casa lá e disse que foi de uma mulher dos Bancários que colocou dois apartamentos na casa, a casa é a coisa mais linda ali, por quê? Por que não paga imposto, amor!*[tom irônico]*. Você pode ver ali, é... umas casas boas, grande, bonita, tem demais... E aqui dentro também! Aqui dentro também tem! De primeiro andar... Muita casa alugada, muita mesmo. De primeiro aqui

> você chegava e dizia “vou fazer uma casa para mim aqui”, hoje o pessoal de uma casa sai dividindo, mora em um cantinho desse tamanho e faz o resto para aluguel (Dona Fatinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1984).

Esta interlocutora utiliza da ironia e do deboche para falar sobre a diferenciação entre a parte alta e a parte baixa da comunidade, enfatizando o caráter ilegal da ocupação do terreno como forma de atentar para a condição comum a todos: a moradia em um terreno ocupado irregularmente que se tornou a Comunidade do Timbó. Como “tudo é Timbó”, Dona Creuzinha se ressente de apenas a *parte baixa* ser referenciada como a favela, enquanto que a *parte alta* ganha uma concepção de mais próximos do bairro dos Bancários.

A ironia de Dona Fatinha joga, ainda, com o fato de mesmo se sentindo do bairro, são pessoas que vivenciam a mesma condição dos moradores da *parte baixa*, a moradia sem o pagamento de imposto sobre a propriedade. Ao estar na mesma condição que o morador da *parte baixa* a *parte alta* se aproxima por ser comunidade, se colocando diferente apenas “por conta de uma ladeira”. A característica do terreno, para a interlocutora, não deveria reforçar a diferenciação entre a *parte alta* e a *parte baixa*, já que, pelo menos atualmente, as condições de infraestrutura e do padrão de construção das casas são os mesmos.

O marcador social de diferenciação construído nesse contexto relacional coloca o morador da *parte alta* em um sistema de posição em que se sobressai em relação ao morador da *parte baixa*, denominado, jocosamente ou não, de morador da favela, e não da comunidade. Constrói-se uma relação de diferenciação entre os moradores em que o outro, diferente e, às vezes, dessemelhante é referenciado como o favelado, como morador de uma área problema e como fomentador dos problemas que se desenvolvem nesta área.

A maioria dos interlocutores que residem na *parte alta*, no entanto, ao construírem a diferenciação em relação à *parte baixa* chama atenção, também, para a mudança pela qual passou a Comunidade do Timbó com o projeto de urbanização do local. Os aspectos da infraestrutura da parte baixa, das construções de primeiro andar, da atenuação dos problemas ambientais são ressaltados pelos moradores da parte alta ao diferenciar o antes e o depois da comunidade a partir da sua urbanização.

Seu Alfredo é um dos moradores que faz essa diferenciação e comenta sobre como a *parte baixa* da comunidade se modificou. Para ele, os aspectos urbanos se

somam com a “calmaria” que vem se desenvolvendo da comunidade como um todo. Sendo prova dessa calma e tranquilidade local a baixa nas ocorrências policiais dentro do Timbó. Os moradores, deste modo, acionam os marcadores sociais de diferenciação de acordo com a situação em que estão inseridos, utilizando os marcadores ora como forma de se diferenciar da parte baixa, ora como forma de preservar a imagem positiva do local a partir da defesa do lugar Timbó.

Nesta direção, os marcadores sociais de diferenciação podem ou não jogar com o elemento da localidade, mas sempre que acionado traz consigo os códigos morais nos quais estão baseados. Quando utilizados pelos moradores como forma de se diferenciar do outro que é visto como o responsável pelo fomento da imagem negativa do local, ao defender a Comunidade do Timbó como um todo, é pautado nos elementos morais configurados cotidianamente como continuidade da cultura emotiva do Timbó.

É sobre a utilização desses marcadores sociais de diferenciação como elementos carregados de moralidades que versa o tópico seguinte, que busca discutir como, a partir dos marcadores sociais, se processam as estratégias de diferenciação e o esforço de preservar a imagem positiva do lugar Timbó. A discussão, neste sentido, joga com o sentido de semelhança e dessemelhança construído pelos moradores a partir dos códigos morais e de conduta que norteiam a forma de sociabilidade e conformam o sentimento de pertença, bem como permite ao morador o exercício contínuo de estranhamento de si e do outro.

Sobre os marcadores e as estratégias de diferenciação e preservação da imagem positiva local

As moralidades condicionam o olhar do morador da Comunidade do Timbó sobre si mesmo e sobre o outro, enquanto semelhante ou dessemelhante, e constrói estratégias de aproximação ou de evitação. A semelhança ocorre no compartilhamento de vínculos com o outro que é visto como próximo, aqueles com quem constrói práticas comuns que proporciona a continuidade do jogo relacional. Ao compreender o outro enquanto semelhante, o morador estabelece relações de familiaridade e de reciprocidade e elabora alianças e negociações na constituição de códigos de moralidade que conforma os códigos de conduta.

O semelhante, na cultura emotiva do Timbó, é aquele que integra as redes homofílicas em exercício no local, que se empenha no desenvolvimento do projeto comum de constituição da comunidade como um lugar bom de morar, tranquilo e

urbanizado, onde vivem pessoas trabalhadoras e que busca a Deus. É nesse projeto comum do Timbó que se baseia a preservação da imagem positiva do local que integra a projeção do viver bem.

É a partir deste projeto comum, que incorpora códigos de moralidade, que o interlocutor se reconhece como morador, assim como é o empenho na continuidade desse projeto de lugar comum que condiciona o olhar sobre o outro. Se o outro for interpretado enquanto semelhança os códigos de moralidades agem como forma de aproximar ambos para o compartilhamento de relações pessoais estreitas que ocasiona tensões comum do viver sob intensa pessoalidade[62]. Se o outro for interpretado enquanto dessemelhança os códigos de moralidades são acionados para o distanciamento entre ambos, com o fomento de estratégias de diferenciação e evitação.

O dessemelhante, neste sentido, gera rompimento no elo relacional devido à sobreposição de diferentes moralidades em disputa. No Timbó este dessemelhante é aquele de quem é preciso se diferenciar, aquele que contribui para que o esforço para manutenção da imagem positiva do local seja constantemente tensionada por elementos que não caracteriza a cultura emotiva do Timbó, mas que acabam se sobressaindo na mídia local, como os casos de violência urbana. A violência não é um elemento que conforma a cultura emotiva, o que ressente os moradores e os integram no esforço de manter a imagem da comunidade a partir dos elementos que constituem a cultura emotiva do local e configura a vivência cotidiana.

É o dessemelhante, na narrativa dos moradores, que surge como o responsável pelo fomento da violência no local, que por alguns anos marcou as reportagens veiculadas na televisão sobre a comunidade. Em contrapartida, a pouca frequência do Timbó nos jornais policiais da cidade é uma justificativa utilizada pelos interlocutores para indicar o bom desenvolvimento que o projeto comum sobre a comunidade está alcançando.

As estratégias de diferenciação reforçam o pertencimento em relação à Comunidade do Timbó, um lugar de compartilhamento e pessoalidade onde o outro relacional é visto como semelhante com quem constrói um projeto comum baseado no jogo entre o que o Timbó é e o que poderia ser. A construção desse projeto comum do Timbó que se deseja é um movimento continuado de construção social, sempre

[62]As tensões que envolvem o viver em uma sociabilidade de intensa pessoalidade serão discutidas no capítulo seguinte. Capítulo 3.

negociado e com recomeços. Neste sentido a pertença surge como um jogo de disputas e negociações cotidianas que formam e informam as moralidades acionadas neste movimento.

As estratégias de diferenciação, por outro lado, também servem como um envergonhamento de si no processo de assimilação do outro que habita a comunidade como um mau exemplo por não integrar os códigos morais que informam a cultura emotiva do local. Este envergonhamento se configura a partir das disputas morais em torno da construção de um projeto comum do Timbó. Ter que enquadrar o outro como um mau exemplo de conduta moral causa um envergonhamento do morador que precisa diferenciar do outro a partir dos aspectos morais e indicar o outro como alguém que não representa a cultura emotiva do Timbó.

A desculpa e a acusação configuram, assim, o envergonhamento que acionam estas duas estratégias para não ser confundido, construindo fronteiras simbólicas e marcadores sociais da diferenciação e da dessemelhança que compõem o jogo interacional. Nesse processo se estabelece cenários de tensões e disputas morais em torno do esforço de manutenção da imagem positiva da comunidade como um lugar tranquilo, de pessoas de bem, onde todos se conhecem e são trabalhadores. É a conformação do lugar bom de morar que rompe com a imagem negativa construída pelo bairro dos Bancários e pelos noticiários da mídia local.

Entre as estratégias de diferenciação utilizadas para a manutenção desse projeto comum, o trabalho é o elemento mais presente na fala dos moradores. É a partir do trabalho que o morador se identifica e é identificado como uma pessoa honesta e de bem. O mesmo acontece com a valorização da noção êmica de ser “temente a Deus”. Esta noção surge como um elemento diferenciador entre o bom e o mau morador, isto é, como algo que reafirma os valores morais da pessoa.

Essa diferenciação se apresenta, deste modo, como uma estratégia de preservação da face do morador da Comunidade do Timbó, e, consequentemente, da preservação do lugar como um local onde há pessoas trabalhadoras, honestas e temente a Deus. Preservar a face requer, como indica Goffman (2011, p. 14), agenciar uma imagem que condiz com valores socialmente aceitos, uma vez que a manutenção da face passa pelo reconhecimento do outro. Quando se aciona as categorias de trabalho e de religiosidade os moradores partem das possíveis interpretações que o outro de fora lança sobre o morador da Comunidade do Timbó, e busca preservar sua face enquanto pessoas

trabalhadoras e tementes a deus, sendo uma condição que corresponde aos valores sociais aprovados.

Ao compreender os códigos utilizados pelo morador para preservar a face, percebe-se que esse agenciamento não se apresenta somente como uma resguarda do morador em relação ao outro de fora, para não ser confundido com aqueles que provocam a violência e o estigma local. A preservação é uma forma de salvaguardar o morador e, também, reconfigurar a imagem da Comunidade do Timbó enquanto um lugar habitado por pessoas de bem e trabalhadoras.

Assim, no jogo interacional os moradores da Comunidade do Timbó se apresentam como pessoas de bem, trabalhadoras e que levam a vida honestamente, vivendo em prol da família e sob os códigos cristãos de moralidade. Esta é a figura do morador da comunidade construída na narrativa dos interlocutores que se baseia no elemento do trabalho como algo que dignifica o sujeito e ordena a sua vida, se diferenciando daqueles que estão envolvidos com as atividades de comércio de drogas, por exemplo. Estes, por sua vez, são indicados como as pessoas que contribuíram com o passado violento na comunidade, responsável por fomentar uma imagem negativa e estigmatizada do lugar.

Tanto aqueles reconhecidos e que se reconhecem como trabalhadores quanto os que não se encaixam nessa condição são moradores da Comunidade do Timbó e mantém uma relação baseada no respeito. Os moradores indicam uma relação distanciada para com as pessoas envolvidas na "criminalidade", há um distanciamento marcado pelo respeito de não importunar ou interferir nas atividades um do outro, isto é, o morador que se reconhece como trabalhador não interfere nas atividades do morador envolvido com a criminalidade e este último não importuna o primeiro.

A relação entre os moradores se desenvolve a partir do respeito e configura uma tensão na narrativa do morador de bem, que acusa aqueles moradores envolvidos com a criminalidade como responsáveis pelo fomento dos casos de violência e pelo reforço da imagem negativa do local, ao mesmo tempo em que também associam a tranquilidade da comunidade à imposição de regras criadas por estes moradores – aqueles envolvidos com a criminalidade –, que prezam pelo respeito ao cidadão e pela tranquilidade no Timbó. A princípio, as pessoas que praticam atividades ilícitas são consideradas pelos demais moradores como responsáveis pela promoção da violência no lugar e pela imagem estigmatizada que o bairro dos Bancários lança sobre a comunidade, que é vista como um local violento e de pessoas potencialmente perigosas.

Essas mesmas pessoas envolvidas com atividades ilícitas, por outro lado, aparecem, de forma indireta, como responsáveis, de certo modo, pela tranquilidade local. Ao comentar sobre essa tranquilidade que a comunidade possui atualmente, alguns moradores mencionam o fato de poder permanecer sentados nas calçadas até tarde da noite sem que outra pessoa importune. A importunação que se relata é referente a furtos ou roubos, prática que não gera, a princípio, preocupação nos moradores por estes afirmarem que se algo do tipo acontece, logo o item furtado/roubado é devolvido a pessoa que foi roubada. A não preocupação ocorre não somente pela proibição das atividades de furto ou roubo no lugar, mas também pelo controle que as pessoas que coordenam as atividades de comércio de drogas exercem no local, o que permite a devolução daquilo que foi roubado e colabora na conformação de uma tranquilidade na comunidade.

Esta tranquilidade local é algo presente na narrativa dos moradores ao se referirem à moradia na Comunidade do Timbó, mas vale ressaltar que o elemento que aparece diretamente na narrativa em relação à tranquilidade é o fato de todos se conhecerem. A pessoalidade, a circunstância de morar em um lugar onde conhece as demais famílias com quem compartilha o local e mantém uma relação duradoura e estreita, é o elemento frequentemente acionado pelos moradores para se referir à segurança de viver em um lugar onde todos se conhecem. A relação duradoura de amizade e vizinhança entre os moradores possibilita o sentimento de segurança de estar entre os pares, como indica Seu Bernardo:

> Aqui a gente pode andar despreocupado que não tem nada... Yasmin *[a neta]* bate os quatro cantos e não acontece nada... ninguém vai fazer nada porque sabe de que é minha menina, sabe onde mora... agora fora daqui é outra histórica, precisa ter cuidado na vida. E desde que cheguei aqui nunca fizeram nada comigo nem com meu povo, a gente conhece todo mundo aqui (Seu Bernardo, morador da Comunidade do Timbó desde 1983).

O sentimento de segurança que transparece na narrativa deste interlocutor baseia-se na tranquilidade de viver em um lugar de pessoalidade, onde os moradores são conhecidos e associados às famílias a quem pertencem. O conhecimento mútuo entre os moradores proporciona a maior diferenciação, na fala de Seu Bernardo, entre a Comunidade do Timbó e outros espaços da cidade, no Timbó há a segurança da pessoalidade – e com ela as tensões do controle social – e fora do Timbó há o

desconhecido e a insegurança. Nesse sentido, a narrativa de tranquilidade local está relacionada não somente a diminuição dos casos de violência urbana dentro da comunidade, mas também a dimensão da pessoalidade nas relações cotidianas no e do Timbó.

Ao perguntar ao morador sobre como é morar no Timbó, é frequente receber como resposta a afirmação de que é um lugar tranquilo, acionando como prova dessa tranquilidade o fato da comunidade, atualmente, não aparecer constantemente nos noticiários locais devidos os casos de violência urbana, como acontece com outras comunidades e bairros da cidade. Assim como se afirma a tranquilidade local na pouca frequência com que a Comunidade do Timbó aparece nos jornais, soma-se a falta de lembrança dos moradores sobre a última vez que aconteceu alguma morte ou troca de tiros no lugar, seja entre os próprios moradores envolvidos com atividades ilícitas ou entre estes e os policiais.

A falta de lembrança é agenciada pelo morador como forma de indicar como os casos de violência urbana no local ficaram no passado da comunidade, que houve uma diminuição nesses casos que proporcionou a tranquilidade que se tem. Quando o morador relata as transformações que ocorreram no lugar o ato de não lembrar quando aconteceu uma morte ou troca de tiros surge como uma reafirmação de que esses casos ficaram no passado na comunidade, que hoje proporciona uma vivencia tranquila ao morador.

O não lembrar se apresenta como uma das estratégias de preservar a imagem da Comunidade do Timbó. É um agenciamento do morador que integra a reconfiguração da imagem criada pelo bairro dos Bancários sobre o lugar. Esta imagem criada se baseia na concepção do Timbó como um lugar que fomenta a violência no bairro dos Bancários, um espaço de pessoas potencialmente perigosas. Os moradores da comunidade, por sua vez, buscam reconfigurar esta imagem e, para isso, acionam o trabalho e a religiosidade como alguns dos elementos que caracterizam os moradores da Comunidade do Timbó.

O morador aciona o trabalho e a religiosidade como uma distinção moral que demonstra o domínio de valores e princípios socialmente aceitos. O trabalho é entendido como algo positivo que dignifica os indivíduos devido o seu caráter moralizador e regenerador (KOURY, 2017), de modo que ao se colocar como trabalhador os moradores realizam um movimento de se integrar na ordem social. De modo semelhante se processa o acionamento da religiosidade, como uma baliza moral

que forma o indivíduo. A religião é concebida como um suporte moral e o trabalho como um elemento moralizador. Assim, a religiosidade e a condição de trabalhador são utilizadas como um argumento que indicam a moralização dos moradores do Timbó e a superação da imagem negativa sobre o lugar de pertença.

A comunidade é composta por pessoas de bem e trabalhadoras e se configura como um lugar tranquilo e bom de morar, onde o morador vagamente se recorda sobre o último caso de violência que levou a morte de alguém. A falta de lembrança, deste modo, remete a uma baixa nos índices de criminalidade dentro da comunidade, contribuindo para uma vivencia, pelo morador, da tranquilidade local que atualmente caracteriza a Comunidade do Timbó, na concepção desses moradores. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se admite uma baixa nos casos de violência urbana no Timbó, também surge a denúncia da ocorrência de assaltos na localidade, praticados por pessoas de fora, que tem a licença das pessoas de dentro da comunidade que estão envolvidas com atividades ilícitas – como supõe Beto – ou por esses próprios moradores que exercem as atividades ilícitas no local – como aponta Dona Bete.

A denúncia de casos de violência acaba por tensionar a imagem construída em torno da tranquilidade local, de modo que a própria despreocupação, relatada pelo morador, em não ser furtado ou roubado na comunidade também é tensionada pela acusação da ocorrência de assaltos na localidade. Isso porque, enquanto alguns moradores salientam que é possível andar pela a comunidade sem a preocupação se vai ou não ser assaltado, e que pode permanecer até tarde sentada na calçada sem ser importunado por outras pessoas ou ainda que caso haja um eventual roubo ou furto o item levado logo seria devolvido. Outros moradores, ao contrário, atentam para a prática de roubos no entorno e também dentro da comunidade, com a cumplicidade de outros moradores – aqueles envolvidos em atividades ilícitas –, de modo que o item roubado não é devolvido à pessoa que o perdeu.

Marcadores de diferença no Timbó

Mesmo entre os moradores que reclamam da ocorrência de roubos na comunidade, essa ocorrência é compreendida enquanto uma tensão à tranquilidade local, que também é reconhecida por esses moradores. A forma como a Comunidade do Timbó se apresenta atualmente é marcada pela tranquilidade como uma característica recorrente na narrativa dos moradores. O lugar é tranquilo, mas, ao mesmo tempo,

requer uma atenção dos moradores – ao pelo menos de alguns deles – ao transitar dentro e fora da comunidade.

Beto, por exemplo, reconhece a tranquilidade que a Comunidade do Timbó vivência, mas durante nossa conversa aciona marcadores de diferença entre os comunitários do Timbó, quando ressaltou que era preciso "prestar atenção aonde anda lá embaixo porque vagabundo é igual em qualquer lugar... não dá para confiar". Afirmação que ilustra a tensão que perpassa a tranquilidade local, visto que ao mesmo tempo em que considera a comunidade um lugar tranquilo, este interlocutor atenta para os cuidados a serem tomados ao transitar em certos lugares da Comunidade do Timbó, cuidados necessários por considerar determinadas pessoas como responsáveis por tensionar a tranquilidade local. Pessoas estas que, para Beto, são comuns a qualquer lugar, não sendo uma particularidade da comunidade.

As ressalvas sobre a atenção a ser tomada em certos lugares da comunidade aponta para a existência de lugares no lugar, e marcadores de diferença locais que situam de forma dessemelhante moradores e lugares na comunidade, quando o interlocutor Beto reporta os possíveis casos de violência urbana à *parte baixa* da Comunidade do Timbó. Pra Beto, é "lá embaixo" onde estão situadas as pessoas responsáveis por causar um equilíbrio instável à tranquilidade local, fomentando a imagem negativa sobre o lugar e complexificando o agenciamento em torno da reconfiguração da imagem local. A *parte baixa* é o maior e mais populoso espaço que constitui a comunidade, foi por muito tempo o local mais precário do lugar e é onde se localiza os bolsões de pobreza do Timbó. Foi na *parte baixa* onde ocorreu o maior número de casos de violência reportados pela mídia local, sendo comumente apontado pelos moradores, principalmente aqueles que residem na *parte alta*, como o lugar onde ocorrem as ocorrências de violência urbana no local.

Assim, o alerta feito por Beto indica a possibilidade de que algo – como um assalto – possa eventualmente acontecer, e ao fazer uma ressalva em relação a essa possibilidade joga para o outro, aquele que ele considera como "vagabundo", a culpa pela ocorrência da violência no local. A ressalva de Beto abre questões antes não discutidas pelos outros moradores com quem conversei durante o trabalho de campo. Pergunto, então, "mas mexem com alguém dentro do Timbó?", uma vez que os demais moradores, ao construir uma narrativa de tranquilidade local, apontava para o fato de não ser importunado por outros no que se refere a furto e roubos, bem como a baixa no índice de criminalidade como elementos que reafirmavam a transformação ocorrida no

lugar, diferenciando a composição atual da Comunidade do Timbó como um lugar tranquilo. Beto responde à minha pergunta afirmando que

> Mexe e não mexe, pode não chegar em você ou em mim uma pessoa daqui, mas um de fora chega... pode ser até a mando de alguém daqui, nunca se sabe... veja bem, aquele frigorífico ali já foi assaltado duas vezes [*aponta para o frigorífico*], a lojinha daquela mulher mais duas [*aponta para uma loja de roupa um pouco mais a frente do frigorífico*] e essa pararia aqui já foi bem quatro vezes [*sinaliza com o polegar em direção a padaria*]... quem assalta aqui? Ninguém sabe, mas pode ser que seja alguém de fora que vem a manda para depois dividir o lucro (Beto, morador da Comunidade do Timbó desde 1989).

Este morador narra situações que não são trazidas pela maioria dos moradores no que chamam de *Timbó hoje*[63], sobre o ter que lidar com as questões de violência urbana atribuídas à comunidade por moradores do bairro dos Bancários, ou pelos próprios moradores do Timbó. Na composição atual da Comunidade do Timbó a comunidade continua a lidar com a violência urbana: assunto evitado por alguns moradores e denunciado por outros na construção de uma imagem do lugar. Ao evitar discutir sobre casos de violência, o morador assume uma estratégia de agenciamento de preservação do lugar, e o apresenta como tranquilo e com os índices de violência no local controlado.

Nesse sentido o morador arquiteta uma imagem do *Timbó hoje* que resolveu os problemas que atormentavam o lugar e os seus moradores no passado, como a falta de

[63]A imagem de *Timbó hoje* ganha ênfase na imaginação dos moradores a partir do slogan *Novo Timbó* criado pela PMJP para apresentar o lugar após as obras de urbanização na comunidade. O slogan de *Novo Timbó* é apropriado pelos moradores, que vêem o investimento da Administração Pública em apresentar o lugar como novo, rompendo com uma imagem de precariedade e vulnerabilidade que marcou o passado da comunidade. Ao considerarem esse investimento, os moradores se apropriam da concepção do Novo Timbó como forma de reafirmar a transformação ocorrida no local. A apropriação do slogan é reconfigurado pelos moradores, que ao refletirem sobre a transformação do lugar, ressaltam a urbanização local e acionam para essa construção atual da Comunidade do Timbó a questão da tranquilidade que se faz presente no lugar. A tranquilidade, assim, é agenciada pelos moradores como um dos elementos basilares de diferenciação entre o passado e o presente, acompanhada das obras de infraestrutura. De modo que o slogan da PMJP é complexificado pelos moradores na construção de uma noção de *Timbó hoje*, pois introduzem nesta noção aspectos não discutidos pela PMJP, como a tranquilidade local.

infraestrutura, de saneamento básico e os casos constante de violência que terminavam em morte, - entre vizinhos ou entre pessoas envolvidas no comércio de drogas. Ao tentar reconfigurar a imagem local, - rompendo os estigmas lançados pelo bairro dos Bancários sobre o lugar, como um espaço de pobreza, vulnerabilidade e violência, - o morador agencia elementos moralmente aceitos como o trabalho, a religiosidade, e aspectos infraestruturais relativos à urbanização local, para reconfigurar a imagem da comunidade.

Os casos de violência ainda presentes ficam subsumidos na apresentação do lugar pelo morador, sendo abordados a partir de estratégias de justificativas, quando evocadas pelo outro, de fora ou de dentro da comunidade. Nesse sentido, quando esses casos são acionados, os moradores utilizam-se das estratégias de diferenciação entre o que seria o *bom morador*, que é trabalhador, que exercita os códigos morais de conduta e contribui com a continuidade da cultura emotiva, buscando preservar a imagem positiva do lugar. Enquanto que o *mau morador* causa a desordem local e contribui para uma reafirmação da imagem estigmatizada sobre o local na medida em que desenvolve modos e estilos de vida que não correspondem a cultura emotiva do Timbó, propiciando relações tensas e conflituosas na vivência da comunidade para ambos os moradores.

Por outro lado, ao abordar os casos de violência que acontecem pelo local, os moradores acabam complexificando o agenciamento moral de reconstrução da imagem da Comunidade do Timbó. Isso porque lidam com a apresentação de um esforço por reconfigurar a imagem do lugar a partir da construção de uma imagem por eles denominada de *Timbó hoje*, que, por sua vez, é tensionada pelas práticas que são exercidas no local pelas pessoas envolvidas com a criminalidade. Essa tensão evidencia a queixa do morador que se reconhece como trabalhador em relação à indiferença do morador envolvido com atividades ilícitas quando ao agenciamento em busca da reconfiguração da imagem estigmatizada sobre o local.

Nesse sentido, Beto atribui ao outro, aquele envolvido com a criminalidade, a culpa pelas coisas “ruins” que acontecem no lugar, como os roubos e assaltos que são praticados no entorno da comunidade. Para Beto é este outro, que também reside também no Timbó, que é responsável pela imagem negativa que o bairro dos Bancários atribuiu a Comunidade do Timbó e pelo tensividade da imagem de *Timbó hoje*, já que este outro se apresenta como indiferente ao agenciamento moral dos demais moradores.

Assim como Beto, Dona Bete também complexifica essa construção de tranquilidade ao mencionar que sua filha foi recentemente assaltada dentro da

comunidade, quando voltava do trabalho pela Rua Arnaldo Leite, um dos acessos de entrada e saída da comunidade. A Rua Arnaldo Leite se conecta com a Rua Antônio Camilo dos Santos, onde Dona Bete reside, e é uma das vias de acesso utilizada pelos moradores da Rua Antônio Camilo dos Santos principalmente por ser o ingresso menos íngreme e mais rápido para chegar até essa rua. Por outro lado, é uma entrada com pouco movimento de pedestre e com trânsito intercalado de motos e carros que entram e saem do Timbó. É considerada por isso por Dona Bete como "uma ruazinha muito perigosa".

Rua perigosa, de acordo com Dona Bete, já que qualquer um pode passar de moto e levar o celular de quem anda por ali, como aconteceu com a filha de Dona Bete. Ela acrescenta em sua narrativa que

> minha filha ainda reconheceu a pessoa depois... ele passou por ela e ficou todo desconfiado aí ela chegou em casa e disse, mãe acho que foi fulano que me roubo". [*Pergunto, então: tem que ter cuidado quando anda por aqui? E Dona Bete responde que*] ... por aqui não, só ali mesmo, que as vezes o povo daqui quer dá uma de doido e levar as coisas dos outros... outras vezes pode ser até essa pessoa de fora que vem comprar essas porcarias aqui.

Mesmo com a indicação que há casos de violência dentro da comunidade, esses casos não acontecem em qualquer lugar, mas sim nos locais considerados perigosos por não ter muita movimentação. De modo que os assaltos podem acontecer durante os momentos de pouca movimentação na rua, como o período do começo de tarde, entre às 12h e 15h. Para Dona Bete, apenas essa rua em questão é perigosa, mas, nos demais lugares da comunidade, se pode transitar sem preocupação, pois são tranquilos.

Esta interlocutora também joga com a possibilidade de o roubo naquela rua poder ser praticado pelos moradores ou por uma pessoa de fora que vem até o local para comprar drogas. Ao levantar essa possibilidade a acusação pode recair tanto sobre o outro que reside no Timbó como sobre o outro que não é da comunidade, indicando que as atividades ilícitas que se desenvolvem no lugar podem ser praticadas por pessoas de fora. Ao mesmo tempo em que também indica que as atividades ilícitas exercidas na comunidade são fomentadas pelas pessoas de fora que vão até o local para comprar drogas.

Outros moradores, por sua vez, acionam o fato de a violência urbana não acontecer dentro da comunidade, indicando essa não violência no lugar como um dos

elementos basilares para a construção da tranquilidade local. Neste sentido surge, entre outras, a narrativa de Dona Fatinha em relação a como atualmente os moradores da Comunidade do Timbó não lida com roubos e furtos dentro no lugar. Para esta moradora a comunidade se apresenta como um lugar seguro, onde é possível transitar durante qualquer horário sem se preocupar com os bens materiais por ter a certeza de que não será roubada.

É essa tranquilidade e segurança que, para Dona Fatinha, atualmente diferencia a Comunidade do Timbó de outros espaços da cidade. Tranquilidade e segurança que não podem ser encontradas no bairro dos Bancários, onde sua neta foi assaltada na parada de ônibus enquanto aguardava o transporte público, relata. Na concepção dessa moradora o *Timbó hoje* não se diferencia apenas do passado da comunidade, como local precário, vulnerável e violento, mas, também, de outras comunidades e bairros da cidade.

No Timbó "é possível viver com uma tranquilidade que não é encontrada em outros espaços", é essa imagem de um lugar bom de morar que vem sendo construída pelos moradores no agenciamento moral que constitui o *Timbó hoje*. Nessas diversas narrativas para reconfigurar a imagem local os moradores lidam com a tensão de uma tranquilidade sempre instável, pois se confronta com as práticas de violência urbana no local, que são denunciadas por alguns moradores que se ressentem da não colaboração das pessoas que estão envolvidas na criminalidade local.

Ao praticarem ou permitirem a práticas de atividades ilícitas, como o roubo, o furto e a venda de drogas no local, essas pessoas não colaborarem para consolidação da imagem de *Timbó hoje*. Isso porque essa noção é constantemente revisitada e questionada a cada nova situação que possa representar uma ranhura a imagem em construção pelos moradores e, com isso, um fracasso no agenciamento moral de reconfigurar a imagem do lugar e dos seus moradores.

A imagem de *Timbó hoje* é tensionada com o presente que, por vezes, se assemelha ao passado ao repetir situações que remete ao "período de crise", que se opõe à tranquilidade local que o *Timbó hoje* representa. Esse jogo entre passado e presente da comunidade é acionado pelos moradores ao construírem o agenciamento em torno do que a simboliza: um lugar bom de morar, que é tranquilo e composto por pessoas trabalhadoras e honestas. Essa representação local é construída através da diferenciação entre passado e presente da Comunidade do Timbó.

O jogo entre passado e presente na noção de Timbó hoje

O passado da Comunidade do Timbó é apreendido pelos moradores como um período que evidencia as dificuldades em relação ao acesso a equipamentos e serviços urbanos da cidade, que foi habitada a partir de suas margens, de um lugar precário que não compunha o desenho da cidade planejada e executada pelo projeto de modernização urbana. As condições de vulnerabilidade e precariedade eram compartilhadas por todos os moradores, que construíram as casas – em material de taipa ou revestiam os barracos com lonas, madeira ou folha de coqueiro, como relatam os moradores – em um espaço sem infraestrutura e saneamento básico, agravando os problemas de risco ambiental que se acentuavam nos período de forte chuva.

Problemas de risco ambiental que foram se intensificando com o crescimento da comunidade, com a construção de casas as margens do Rio Timbó e nas proximidades das encostas. Os moradores que residiam próximo ao rio ou as encostas presentes no terreno da Comunidade do Timbó eram as que mais sofriam durante o período de fortes chuvas na cidade. Estes moradores eram retirados de suas casas e abrigados, principalmente, nos ginásios das escolas municipais do bairro dos Bancários como uma precaução a integridade física da família. Ação corriqueira na comunidade nos períodos de inverno.

Nesses períodos a Comunidade do Timbó, junto com outros lugares da cidade – como a Comunidade São Rafael e o bairro São José –, estampava as matérias dos jornais locais que noticiavam os estragos causados pela chuva. A Comunidade do Timbó, nesse processo de crescimento, era retratada como um espaço precário, vulnerável e sem infraestrutura, um nucleamento de pessoas pobres. É nesse sentido que as narrativas dos moradores evidenciam o passado precário do lugar, compreendido a partir da falta de infraestrutura e saneamento básico, e pela chegada tardia dos serviços de água encanada, energia elétrica e rede de esgoto.

Além das circunstâncias estruturais da Comunidade do Timbó, os moradores também passam a lidar com uma crescente violência local ocasionada pela chegada, cada vez mais constante, de novos indivíduos na comunidade, pelos conflitos em torno da delimitação dos terrenos, pelos desentendimentos entre vizinhos que terminavam em sangue e pelo o início de atividades ligadas ao comércio de drogas. Para o morador, a produção da violência local se processa nesse momento de crescimento populacional

que se inicia a partir do final dos anos de 1980, quando a comunidade já conta com os serviços de água e energia.

A imagem da Comunidade do Timbó como um lugar precário, - vinculada pela mídia nos períodos em que os problemas ambientais do local se intensificam, - ganha nova configuração com o acontecimento de casos de violência no lugar. O Timbó passa a ser apresentado, também, como um espaço onde a violência urbana se desenvolve. Violência urbana que é veiculada nos jornais e vivenciada pelos moradores no cotidiano, de modo que ao refletir sobre o passado da comunidade os moradores relatam os casos de pessoas baleadas devido o conflito pela busca do controle do comércio de drogas no local. Relatam, ainda, a venda de drogas e a prática da prostituição no lugar como elementos que contribuíam para a vinda do outro, o não morador da comunidade, ao lugar para fazer uso desses serviços.

A ocorrência cotidiana de casos de violência urbana, - que, para o morador, era fomentada pelo comércio de drogas e a prostituição que se desenvolvia no local, - contribui para a criação de uma imagem estigmatizada sobre o lugar e os seus moradores. Imagem que se baseia em uma violência reconhecida pelo morador, que cita diversos casos que aconteceram no passado como uma forma de evidenciar a diferença em relação ao presente da comunidade. Aos reconhecer a violência local o morador se ressente por ser visto, pelo bairro dos Bancários e pela cidade, como um indivíduo suspeito e perigoso, em potencial. Por isso aciona estratégias de diferenciação para se apresentar como uma pessoa trabalhadora, honesta e temente a Deus, se afastando do outro que também reside na comunidade, aquele que é envolvido com as atividades ilícitas e promove a violência local.

O passado do Timbó representa, na concepção dos moradores, situações que foram superadas, em alguma medida, e não caracterizam mais a vivência local e o lugar. O morador joga com o presente do Timbó como uma forma de romper com a imagem estigmatizada que a cidade, com ênfase para o bairro dos Bancários, construiu sobre a Comunidade do Timbó e os seus moradores. Enquanto elemento de diferenciação, o presente do Timbó não rompe completamente com o passado, de modo que práticas que são consideradas pelos moradores como moralmente negativa ainda se reproduzem, como a atividades ligadas a criminalidade.

Nesse sentido, enquanto o passado da comunidade é representado pela precariedade, a vulnerabilidade e a violência, o presente da comunidade surge a partir de uma concepção do morador de que houve uma resolução dos problemas estruturais e

um controle dos casos de violência no local. A concepção acerca do presente da comunidade é o que contribui para a construção da noção de *Timbó hoje*: como um lugar urbanizado, com casas de alvenaria, e com um comércio próprio; uma comunidade bem localizada na cidade, com uma frota de transporte coletivo para atender a população, uma Unidade de Saúde da Família, além de creche e igrejas. Essa noção de *Timbó hoje* aborda, sobretudo, uma reconfiguração da imagem local a partir dos seus moradores, que apresenta a comunidade como um lugar tranquilo, bom de morar e habitado por pessoas trabalhadoras.

A tranquilidade local, como vem sendo discutido no decorrer deste capítulo, é um dos elementos basilares para a construção do *Timbó hoje*, que indica as diferenciações não apenas internas, do passado e do presente do lugar, mas também externas, em comparação com outras comunidades e bairros da cidade. Lugar urbanizado, tranquilo e de pessoas honestas e trabalhadoras, essa é a imagem acionada pelos moradores ao reconfigurar a imagem sobre o lugar e os seus moradores.

A noção de *Timbó hoje* representa mudanças estéticas e sociais na comunidade, isto é, na infraestrutura e na diminuição de casos de violência urbana. Mas essa noção também representa um equilíbrio instável da tranquilidade e segurança local, que são constantemente tensionadas por práticas que representam o passado, mas que se permanecem no presente da comunidade. Essas práticas, como o comércio de drogas e os pequenos roubos e furtos denunciados por alguns moradores, colocam em risco a noção de *Timbó hoje* por confrontar um dos elementos basilares de sua composição: a tranquilidade local da comunidade, que a diferencia perante os demais espaços da cidade.

O jogo entre passado e presente da Comunidade do Timbó complexifica a manutenção da noção de *Timbó hoje* ao confrontar as práticas, consideradas pelos moradores como responsáveis pela imagem estigmatizada sobre o local, que ainda permanecem e que causam ranhuras na construção da imagem do lugar pelos moradores. Isso porque, na construção do morador, a principal diferença da comunidade atualmente é a sua urbanização e a tranquilidade, o que vai marcar a mudança estrutural e social do lugar. Mas se essa tranquilidade é confrontada e colocada em jogo pelas práticas ilícitas que ainda se desenvolvem na comunidade, e que podem fortalecer a imagem estigmatiza sobre o local, ao invés de romper com esta imagem, a mudança entre passado e presente se apresenta como apenas estrutural.

Esses pequenos enfretamentos cotidianos para a reconfiguração da imagem local criam estratégias para o morador lidar com as situações problemáticas que tensiona o agenciamento moral do *Timbó hoje*, como a diferenciação entre moradores, mas, também, com a ponderação de certos males como os potencialmente causados por pessoas de fora da comunidade que vão até o lugar para comprar substâncias ilícitas. De todo modo, o agenciamento moral em torno da imagem do *Timbó hoje* é um empreendimento dos moradores que se reconhecem enquanto pessoas de bem, como as pessoas que representam o que é a Comunidade do Timbó.

Este empreendimento não joga apenas com a comparação entre passado e presente para indicar as mudanças ocorridas, mas também compara a diferença do que é viver na Comunidade do Timbó e viver no conjunto, como geralmente falam os moradores mais antigos para se referir ao bairro dos Bancários. Isso porque, morar no Timbó é possuir um lugar de compartilhamento de vivências afetivas de vínculos próximos, onde todos se conhecem, onde é seguro sentar na calçada até tarde da noite, e onde ainda há a prática de sentar na calçada. Enquanto que morar no bairro dos Bancários é citado como viver com medo de ser assaltado, mal conhecer os vizinhos e não poder estar na calçada para olhar o movimento da rua no final do dia.

Em relação a essa diferenciação, Dona Ivete indica que

> No conjunto sabe o que é que você escuta? A televisão do vizinho que está alta ou então a zoada do prato lavando... A mãe gritando com o filho "deixa isso aí menino" [*fala imitando um grito*], entendeu? Pode chega ao conjunto ou em qualquer outro canto que seis horas da noite está todo mundo no presídio... A televisão do vizinho quando está mais alta você consegue escutar o repórter, o que cá está brigando, o de lá de cima está "você não jantou não" [fala em tom grave], ta entendendo? E aqui não, a gente senta na calçada, escuta um xingando aqui, outro xingando lá, essa daqui [aponta para a vizinha sentada ao lado] vem para as portas da gente conversar de madrugada... E assim vai... Aqui tudo é alegria e lá encima qual é a alegria que tem? Tem não! Tem não! Porque se você passar da padaria pra lá você só vai ver porta fechada, zoada na porta dos outros... zoada que eu digo é a que sai do som das casas. Se for em um dia que tiver uma missa vai para a igreja e o que mais? Porque é tão silencioso, tão quietinho que você escuta o ônibus passando na esquina. Aqui não... você não vê não a calçada do oi aqui não? Todo mundo passa e da oi... boa tarde... boa

> noite... tem animação (Dona Ivete, moradora da Comunidade do Timbó desde 1981).

A Comunidade do Timbó surge todo o tempo, na fala dos interlocutores, como o lugar de pessoalidade que possibilita o conhecimento mútuo, onde as pessoas conversam nas calçadas, acompanham os encontros e os conflitos que acontecem na rua. É o lugar onde o morador se sente seguro para utilizar a rua como local de exercício da sociabilidade pessoalizada, sem precisar se preocupar com a hora de entrar em casa, pois a tranquilidade do lugar permite esse tipo de uso feito pelos moradores.

A Comunidade do Timbó, assim, também se diferencia do bairro dos Bancários e não somente o contrário. Essa diferenciação se torna clara quando a comunidade é apresentada como o paraíso da pessoalidade (PRADO, 1998), e diferentemente da emergência do individualismo que os moradores identificam na sociabilidade do bairro dos Bancários.

O Timbó é o lugar onde todo mundo se conhece, o que contribui para o fomento do sentimento de segurança, uma vez que o morador possui um acervo de conhecimento sobre as demais pessoas com quem compartilha o lugar de moradia e pertencimento. Acervo proporcionado pelo estabelecimento de relações de longa duração e de vínculos afetivos estreitos, conformando uma sociabilidade baseada na pessoalidade. Pessoalidade que se apresenta como um paraíso por condicionar o conforto de viver em um lugar onde o morador conhece e é reconhecido por todos.

A Comunidade do Timbó se diferencia do bairro dos Bancários, na fala dos moradores, por ser um lugar onde as ruas são utilizadas pelos moradores como local de sociabilidade e não apenas como espaço de passagem. A sociabilidade do bairro dos Bancários, com um individualismo em emergência, esvazia os espaços públicos das ruas como local de permanência do morador, de modo que não há a prática de sentar na calçada e conversar com o vizinho, prática que Dona Ivete vê como uma das características da comunidade. Para esta moradora, no bairro dos Bancários o indivíduo só sabe da presença do vizinho quando escuta a televisão do apartamento ao lado, ou a mãe chamando os filhos para jantar, ou as louças sendo lavadas, entre os demais exemplos relatados por esta interlocutora.

É a relação estreita entre os demais moradores da comunidade que caracteriza uma das principais diferenciações entre a Comunidade do Timbó e o bairro dos Bancários. No Timbó o morador vê e se relaciona cotidianamente com seus vizinhos, pode contar com a ajuda dos demais moradores e faz uso das calçadas como lugar de

prática relacional sem se preocupar com o horário e com o fato de alguém tentar importunar, como relatam os moradores. O bairro dos Bancários, por outro lado, surge na narrativa dos moradores do Timbó como um lugar onde as pessoas são desconfiadas, permanece no interior de suas casas e não podem sentar nas calçadas porque podem ser assaltadas. É o lugar onde muitas vezes não se conhece o vizinho, é o espaço do silêncio, na narrativa de Dona Ivete. Silêncio que caracteriza as relações que se processam no bairro, baseadas no distanciamento em relação ao outro.

Assim, o Timbó se apresenta como a animação, sendo uma característica acionada por Dona Ivete ao refletir sobre a diferenciação entre a comunidade e o bairro. A animação se refere a acompanhar a pessoalidade que perpassa o cotidiano dos moradores do Timbó. Pessoalidade que é exercida, também, nas ruas, que proporcionam o encontro dos moradores, a conversa para comentar novidades ou trocar informações sobre atividades religiosas no local e a observação cotidiana do que acontece na rua. A animação citada por Dona Ivete é uma forma de representar a pessoalidade na sociabilidade do Timbó, que se difere do silêncio que as formas de sociabilidade do bairro dos Bancários, baseada em um individualismo emergente, representa.

O empreendimento do *Timbó hoje* destarte, tensiona a ambivalência do sentimento de pertença dos moradores da comunidade. De um lado, apresentam a comunidade como um lugar bom de morar, mas, por outro lado, se houvesse a oportunidade de sair para "um lugar melhor" assim faria. Isso porque, como desenvolvido anteriormente neste capítulo, a imagem negativa que a comunidade carrega acaba fazendo com que o morador compreenda a sua moradia no Timbó como melhor do que em outras comunidades e, até, em outros bairros da cidade. Mas, ao mesmo tempo, como pior do que aqueles que residem em bairros considerados nobres ou de classe média da capital – como o próprio bairro dos Bancários – que, apesar de lidar com a violência urbana e com a emergência do individualismo, são espaços valorizados que atribuem prestígio aos moradores.

É nesse sentido que a fala de Angélica sobre o desejo de mudar para "um lugar melhor que não fosse como aqui... que não fosse uma comunidade", é interpretado. Há a consideração, para esta interlocutora, que morar em uma comunidade não é algo bem visto, de modo que os moradores lidam com uma tensão na construção do sentimento de pertença ao lugar devido à imagem negativa construída sobre o Timbó. Com a urbanização da Comunidade do Timbó, em 2015, a busca dos moradores para reconfigurar a imagem local ganha ênfase através da construção da noção de *Timbó*

hoje, caracterizada pela urbanização, pela valorização e pela tranquilidade local. O *Timbó hoje* é uma estratégia para driblar essa situação ao desempenhar um esforço dos moradores em mostrar que "aqui é a melhor comunidade para morar" – como disse Angélica. Que "aqui é o céu comparado ao que já foi antes" – ressaltou Dona Pâmela –, que "não tem outro lugar como aqui" – afirma Dona Cláudia – e que "aqui é muito bom, não tem o que reclamar em relação a outras comunidades" – para finalizar com Seu Alfredo.

A transformação pela qual a Comunidade do Timbó passa, com a urbanização, a baixa na violência local, a chegada de equipamentos urbanos para atender a população, a valorização da área em que a comunidade está situada, entre outras circunstâncias, colaboram para o agenciamento moral em torno da noção de *Timbó hoje*. Nesse sentido, resgato uma fala de Dona Fatinha sobre essa mudança que contribuiu para a configuração atual da comunidade, ela diz que

> Essa favela é o céu, pode acreditar, essa favela é o céu... quando eu cheguei pra morar aqui era uma favela de verdade... hoje tudo o que é bom aqui tem, tem botijão de gás perto, tem supermercado, tem frigorífico, tem padaria, tem posto de saúde, tem creche, tem igreja pra todo gosto... quando cheguei aqui não tinha nem água nem energia, era barraco e casa de taipa... uma situação muito difícil. Hoje não! Hoje aqui eu vivo no céu, o problema é só a ladeira, mas o resto é céu comparado a antes...eu gosto muito daqui, graças a Deus aqui tem de tudo, a gente pode dizer que mora numa cidade (Dona Fatinha, moradora da Comunidade do Timbó desde 1984).

Esta fala de Dona Fatinha sintetiza alguns dos elementos que contribuem para a formação da noção de *Timbó hoje*: mudança ocasionada na comunidade desses a sua chegada, a implantação de equipamentos urbanos para atender as necessidades dos moradores, como os USFs – Unidade de Saúde da Família e a CREI – Centro de Referência em Educação Infantil. O estabelecimento de um comércio local que supre as necessidades imediatas dos moradores, tanto da comunidade como do seu entorno, elementos que contribuem para uma tentativa de integrar a comunidade à cidade, de modo que hoje o morador do Timbó pode dizer que mora da cidade, como ressaltou Dona Fatinha, pois é a partir da comunidade que o morador vivência a cidade de João Pessoa e, ao mesmo tempo, busca se integrar a ela.

O passado da Comunidade do Timbó está associado à precariedade do lugar, que não contava com uma infraestrutura básica, possuía esgoto a céu aberto e os desejos eram jogados no rio, o que remetia a um aspecto de sujeira. Era um lugar onde frequentemente surgiam casos de violência urbana, que eram divulgados nos jornais locais, o que fomentava um imaginário sobre o lugar como perigoso e, também, vulnerável devido às situações de risco de desastre ambienta que se agravavam durante o inverno e estampavam os noticiários locais.

O *Timbó hoje* se apresenta, portanto, como o oposto ao que a comunidade já foi um dia no que diz respeito à estrutura e a violência local, isso porque a Comunidade do Timbó atualmente é um lugar urbanizado e tranquilo, sendo dificilmente noticiados na mídia local devido casos de violência urbana. É um lugar onde vivem pessoas boas, trabalhadoras, honestas e tementes a Deus que integram os valores morais da cultura emotiva local, bem como é, ou melhor, continua sendo, um lugar onde todos se conhecem e há uma sociabilidade baseada na pessoalidade.

Notas finais

Este capítulo buscou analisar a construção, os sentidos e os usos dos marcadores sociais de diferenciação na Comunidade do Timbó a partir das narrativas e das relações cotidianas dos moradores, configurando formas de reconhecer a si e ao outro relacional enquanto semelhantes, dessemelhantes ou diferentes. Nesse processo, discutiu os conflitos e as disputas morais que conformam as relações pessoais no lugar Timbó, composto por marcadores sociais de diferenciação e de dessemelhança que propiciam uma complexificação na sociabilidade local.

Os marcadores sociais surgem como construções racionais que envolvem processos de negociação, disputas, conflito e reelaboração cotidiana, sendo perpassados pelo sentimento de pertença e pela pessoalidade que fundamenta a cultura emotiva. Marcadores estes que se relacionam com o projeto comum de construção do lugar Timbó enquanto um lugar de pertença, onde todos de conhecem e são trabalhadores, honestos e buscam a Deus, um lugar tranquilo e bom de morar.

No Timbó os marcadores sociais de diferenciação são acionados e construídos a partir dos códigos morais, mas também podem ser relacionados com a localidade. Processo que gera ressentimentos e acusações entre os moradores, que fazem uso da ironia, do deboche e de justificativas como forma de reelaborar os marcadores sociais de diferenciação que se sustentam na localidade e acabam criando áreas problemas.

Este capítulo se debruçou, ainda, sobre como os marcadores sociais são acionados pelos moradores na busca de preservação da imagem positiva do lugar Timbó, frente às construções estigmatizantes do bairro dos Bancários e da cidade sobre a comunidade e os seus moradores.

Considerações Finais

Esta Dissertação objetivou compreender a forma de sociabilidade que se desenvolve na Comunidade do Timbó, uma comunidade periférica da cidade de João Pessoa – PB que passa por um processo de crescente valorização imobiliária. Neste contexto, o estudo buscou identificar e analisar quais são os elementos que configuram a cultura emotiva do lugar Timbó e que fundamentam os códigos morais que norteiam as condutas individuais e coletivas e as relações entre os moradores.

A análise é construída a partir das narrativas dos moradores e fundamentada pelas observações das situações em campo, propiciando a escrita desta pesquisa etnográfica. Nesse processo a perspectiva do morador é constantemente buscada para a composição teórico-metodológica da análise sobre a Comunidade do Timbó, de modo a elaborar um conhecimento antropológico sobre o Timbó baseada no arcabouço teórico-metodológico da Antropologia das Emoções, em diálogo com a Antropologia Urbana.

A análise mostrou que o Timbó é uma comunidade periférica na cidade de João Pessoa que se constituiu em fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, durante o período de expansão da cidade. Localizada no bairro dos Bancários, a comunidade se consolidou através da luta pela permanência no lugar de moradia travada pelos indivíduos que se constituíram enquanto moradores da Comunidade do Timbó. Esses indivíduos tornados moradores da Comunidade do Timbó são homens comuns pobres (KOURY, 1986), de origem interiorana, que enxergavam na ocupação uma forma de se estabelecer na cidade e conseguir uma casa própria, bem como de recomeçar a vida sem precisar sair da capital paraibana[64].

Esses homens comuns pobres fundaram e refundam dia após dia um lugar comum de pertencimento (KOURY, 2001, 2003) em que estabelecem relações e vínculos sociais e emocionais estreitos, fomentados por redes homofílicas (MARQUES e

[64]A Comunidade do Timbó possui cerca de 3.122 moradores distribuídos em 830 domicílios (IBGE, 2010), sendo trabalhadores da construção civil, da limpeza urbana, do trabalho doméstico, do setor informal de vendas, da coleta de material reciclável, bem como porteiros de prédios residenciais, flanelinhas, balconistas e outros (ACMVT, 2016).

BICHIR, 2011) que contribui para a primazia das relações pessoais na sociabilidade em construção. São pessoas que trazem consigo uma bagagem de experiências afetivas baseadas em vínculos estreitos e duradouros de solidariedade, que são reproduzidos no novo lugar de vivência, moradia e compartilhamento, a Comunidade do Timbó.

A categoria analítica de rede homofílica foi importante para compreender a construção da sociabilidade do Timbó, onde se desenvolve relações de apoio social e ajuda mútuas que foram analisadas a partir da categoria de rede homofílica. O elemento da proximidade entre os indivíduos e do localismo que as redes homofílicas pressupõem auxiliou na análise da formação de relações de vizinhança e de amizade no Timbó, sendo acionadas para a obtenção de apoios cotidianos e para mediação ao acesso a bens e serviços, se configurando como uma estratégia de sobrevivência (NASCIMENTO, 1983) dos indivíduos pobres.

A compreensão da construção e do funcionamento das redes homofílicas na Comunidade do Timbó permitiu a pesquisa entender como se constituiu a dimensão da pessoalidade no cotidiano dos moradores, pois estas redes, assentadas no sentido de semelhança, prezam por relações pessoais de vínculos estreitos e duradouros. Neste sentido, a pessoalidade é fomentada pelo funcionamento das redes homofílicas que se desenvolvem no Timbó e que compreende a participação de moradores que se identificam como semelhantes e que compartilham um vínculo afetivo estreito.

A pessoalidade, por sua vez, é um conceito central no desenvolvimento deste trabalho, pois é um elemento que caracteriza a sociabilidade do Timbó e que dá sustento a cultura emotiva local. A pessoalidade é configurada pelo conhecimento mútuo entre os moradores e pelo predomínio de relações pessoais estreitas que geram o conforto do reconhecimento e, ao mesmo tempo, o desconforto do controle social (PRADO, 1998). A vida cotidiana é tensionada pela pessoalidade que rege as relações no Timbó, onde as fronteiras do público e do privado são frouxas e acabam gerando situações conflituosas, ressentimentos, mágoas e envergonhamento nos moradores.

É a pessoalidade que complexifica as relações na Comunidade do Timbó ao promover a impossibilidade do anonimato e um domínio das relações pessoais, onde o outro relacional é identificado enquanto pessoa. Nesta lógica da pessoalidade, que perpassa as diversas dimensões da vida cotidiana, surgem elementos característicos das relações pessoais que são identificados e analisados enquanto instâncias da pessoalidade, tais como o sistema de nominação, a circulação de crianças, o fiado e a fofoca.

A pessoalidade que se desenvolve no Timbó, assentada em experiências afetivas de vínculos estreitos e duradouros proporciona uma espécie de intimidade entre os moradores, uma vez que fomenta uma associação profunda ou íntima no cotidiano (MILLER, 2015). Intimidade esta que propicia vínculos de pertencimento que são adquiridos mediante sentidos de familiaridades e de proximidade. Ao analisar a intimidade nos trabalhos de Alfred Schütz, Vicent Miller (2015) indica que a intimidade surge no trabalho de Schütz como um fundamento da vida social que se expressa em diferentes graus de anonimato ou familiaridade. Enquanto o anonimato joga com a incerteza, a intimidade joga com a certeza das experiências de alguém com os outros, configurando um sentido de conhecimento mútuo.

Nesta direção, surge o diálogo entre pessoalidade e intimidade, de modo que uma pode proporcionar a outra. O diálogo se coloca na compreensão de que a intimidade se processa no espaço do reconhecimento, da construção de sentidos de semelhança que é fundamental para o fomento de um sentimento de pertencimento (MILLER, 2015), caminhos que são propiciados pela dimensão da pessoalidade, na medida em que proporciona o conhecimento mútuo entre os indivíduos, que desenvolvem formas de reconhecimento de si e do outro através de sentidos de semelhança, de dessemelhança ou de diferença. Processa-se, assim, um contexto relacional tenso na descoberta do outro enquanto elemento de intimidade ou de distanciamento.

A pessoalidade se conecta, ainda, ao sentimento de pertença na complexificação das relações cotidianas no lugar. Assim, a análise do sentimento de pertença permite entender como o morador se relaciona com o lugar e com os outros, exercitando a semelhança e a dessemelhança cotidianamente. É, portanto, um conceito fundamental para pensar a cultura emotiva, como lugar de pertença, que configura e é configurada por uma sociabilidade de intensa pessoalidade que norteia as relações de vizinhança e amizade e elabora a tensão do viver no Timbó.

É por meio da criação do sentimento de pertencer que o indivíduo que habita a Comunidade do Timbó torna-se morador do lugar Timbó, fundamental para a construção de identidades individuais e coletivas e para a conformação de sentidos de semelhança e dessemelhança. A pertença é um dos elementos basilares da cultura emotiva do Timbó e permite compreender as ambivalências que configuram o viver cotidiano que se expressam através do amor e do ódio, do prazer e da desilusão, dos desejos e dos anseios (KOURY, 2001), entrecruzando o gostar e o desgostar que fundamenta a construção de projetos de lugar comum.

Estes projetos de lugar comum do Timbó podem ser lidos a luz do conceito de ressonância defendido por Miller (2015), sendo entendida como "uma experiência de pertencimento, intimidade, afinidade, união e compreensão mútua. Nesse sentido, é uma experiência significativa e profunda que a separa do caráter anônimo da vida cotidiana"[65]. Tal aproximação é possível porque a ressonância se constitui como uma conexão emocional pautada na busca da igualdade, isto é, da semelhança, do apelo à experiência comum que movimenta os moradores da comunidade no esforço de consolidar a imagem positiva do lugar Timbó e de integrar todos os moradores nos códigos morais que norteiam a sociabilidade.

O apelo à semelhança que, segundo Miller, perpassa a ressonância envolve os indivíduos em práticas, no fazer da vida cotidiana, o que requer um engajamento físico dos sujeitos em uma experiência de copresença. Neste sentido, se processa um engajamento não apenas emocional e físico, mas também moral na construção da vida cotidiana na Comunidade do Timbó que cria projetos de lugar comum baseado na cultura emotiva e nas moralidades que conformam códigos de conduta e proporciona a continuidade da cultura emotiva local, sendo processos continuamente construídos pelos indivíduos e que, ao mesmo tempo, os constroem enquanto moradores.

No contexto em que se apresentam as relações cotidianas do Timbó, conforma-se, também, marcadores sociais de diferenciação como fomento de um sistema de semelhança e dessemelhança. Marcadores sociais de diferenciação construídos pelos moradores nos processos de interação cotidiana e baseados nos códigos morais, complexificando os mapas simbólicos sobre o Timbó e criando pontos de tensão, disputa, acusação e negociação entre os moradores. Estes marcadores sociais propiciam formas de pertença e de diferenciação social na sociabilidade do Timbó, contribuindo para experiências singulares dos moradores sobre a vivencia do lugar comum de pertença.

A análise dessas categorias na sociabilidade da Comunidade do Timbó se desenvolveu em um momento específico vivenciado pelos moradores, que é o processo de valorização da área em que a comunidade está circunscrita, tornando-se objeto de interesse da especulação imobiliária na zona sul. Este processo, no entanto, é vivenciado

[65]Tradução livre: "Resonance *is an experience of belonging, intimacy, affinity, togetherness and mutual understanding*. In that sense, it is a meaningful and profound experience which separates it from the anonymous character of everyday life" (MILLER, 2015).

de forma diferente pelos moradores, tendo em vista a área de potencial valorização em que se situa a parte alta da comunidade, enquanto a parte baixa se beneficia indiretamente dessa valorização.

A *parte alta* da comunidade é a mais valorizada, é onde se situa a principal rua da Comunidade do Timbó, a Rua Abelardo Pereira dos Santos, que funciona como um setor comercial para atender a população da comunidade e dos bairros circunvizinhos e como uma importante via de acesso rápido entre as zonas sul e leste. A *parte alta* se beneficia diretamente da valorização imobiliária do bairro dos Bancários, possuindo uma infraestrutura melhor desde antes das obras de urbanização ocorridas nos anos de 2013 a 2015, com valores maiores para o aluguel e a venda de casas – uma das queixas mais presentes nas narrativas dos moradores da *parte baixa*, que alugam e/ou vende casas em um preço inferior ao comparado com a *parte alta* –, é onde se localiza os maiores estabelecimentos comerciais e onde passa o transporte coletivo que atende a comunidade.

Neste contexto, os problemas relacionados à violência urbana, como foi discutido no decorrer do trabalho, é associado, pelos moradores da *parte alta*, à *parte baixa* da comunidade. Para eles é na *parte baixa* onde acontece a "bagunça", os casos de violência e, como mencionou Dona Valéria, onde é "a comunidade mesmo", elaborando uma concepção que coloca a *parte alta* como mais próxima do bairro do que da comunidade. Os moradores da *parte baixa*, por sua vez, rebatem as acusações ao afirmarem que a *parte alta* também é comunidade, se ressentindo da atribuição de bagunçada, violenta e desvalorizada construída na narrativa de diferenciação entre os moradores.

Os moradores que residem na *parte baixa*, por sua vez, indicam que todo o terreno é comunidade e por isso a valorização deveria ser equivalente entre a *parte alta* e a *parte baixa*, ao mesmo tempo em que se diferenciam em um processo de dessemelhança, dos moradores que são compreendidos como problemáticos para a sociabilidade do Timbó. Moradores problemáticos são aqueles que desviam dos códigos de conduta e moralidade – tais como ser trabalhador, honesto, temente a Deus e viver da sua casa, sem fazer fofoca sobre a vida do outro relacional – e que propiciam a continuidade de práticas do passado – como os casos de violência urbana ocasionado pelo comercio de drogas ou pelo desentendimento entre parentes que acabam tornando-se matéria de notícia nos jornais locais – que tensionam a noção de *Timbó hoje* e o sentimento de pertença.

A questão da desigualdade na valorização imobiliária da *parte alta* e da *parte baixa* ocasiona diferentes formas de configurar o sentimento de pertencimento. Enquanto os moradores da *parte baixa* se ressentem da pouca valorização, como supracitado, os moradores da *parte alta* se agradam de se beneficiarem da valorização – com um aumento no valor dos imóveis – e, ao mesmo tempo, anseiam pelo medo de ser atingido pelo processo de gentrificação e precisar sair da comunidade devido políticas de remoção dos moradores. O medo de, no futuro, ser obrigada a deixar a casa e mudar para outro bairro ou comunidade da cidade, como relatou Dona Cláudia, surge como um elemento de ambivalência em relação à valorização da comunidade, que traz benefícios e receios aos moradores.

A valorização da *parte alta* da Comunidade do Timbó promoveu uma procura de outros habitantes da cidade pela comunidade, as propostas que Dona Cláudia recebeu para vender e trocar a casa que possui no Timbó passou a ser algo constante principalmente após a urbanização pela qual a comunidade passou. Entre as propostas relatadas por esta interlocutora, há a ênfase na oferta de trocar a casa no Timbó por duas casas com escritura de posse no bairro Muçumago. As negativas às propostas se baseiam no sentimento de pertença ao Timbó, indicando que não se ver residindo em outro lugar na cidade.

Nega-se as propostas, também, porque passa a vivenciar os benefícios que chegam com a valorização, como a urbanização da comunidade, a instalação de serviços nas redondezas e um aumento no valor de suas casas. Além da centralidade em que se situa a Comunidade do Timbó, como cita a interlocutora ao enfatizar que “aqui é perto de tudo”, o que a faz não querer sair para outro bairro. A potencial valorização imobiliária do Timbó, principalmente da *parte alta*, reforçam o sentimento de pertença da moradora, que ver seu lugar de pertencimento sendo integrada à cidade e ultrapassando as suspeitas em relação ao Timbó, visto como lugar violento e perigoso.

A valorização, por outro lado, também tensiona o sentimento de pertença da moradora ao colocar em questão a possibilidade futura de ser retirada de sua casa e ter de ir morar em um lugar longe e onde não possui vínculos afetivos de pertencimento. O medo de ser retirada é fomentado pela crescente onda de construções residenciais no entorno da Comunidade do Timbó, atendendo aos interesses e anseios de uma classe média e média alta da cidade. A condição de ocupação da comunidade e a sua situação a mercê, como comentou, por considerar que não paga IPTU e por isso não tem direto

legal sobre a propriedade a deixa ansiosa sobre o futuro incerto na comunidade com a crescente valorização.

Assim, a valorização é vista sob a ambivalência de trazer benefícios para a Comunidade do Timbó, como a urbanização, uma maior circulação de pessoas pela comunidade, a consolidação do comércio, a valorização do terreno, a chegada de serviços públicos e privados nas redondezas etc. são sentidos como a face prazerosa da valorização imobiliária. A outra face, que causa anseios, é fomentada pelo aumento no custo de vida, pelo início do processo de gentrificação e pela incerteza da permanência.

Este processo de valorização proporciona modificações cotidianas na comunidade, uma delas, que pode ser vista como o início de um processo de requalificação do espaço urbano, é a recente mudança no endereço, comentada por Dona Creuzinha. Em uma de nossas conversas na calçada de sua casa, ao conversamos sobre a comunidade após as obras de urbanização, Dona Creuzinha fez um comentário que chamou minha atenção, ela conta que houve uma alteração nas correspondências para a Comunidade do Timbó, que atualmente não "vem mais dizendo Timbó não". Isto é, o endereço que antes remedia ao nome da rua a acompanhava a localização Timbó foi substituído pela localização Bancários, o que indica as investidas de um início de um processo de apagamento da comunidade que possivelmente pode, no futuro, levar a uma remoção dos moradores da área para atender aos interesses da especulação imobiliária.

O início do processo de gentrificação pode ser identificado com construção de uma imagem de *Novo Timbó* após as obras de urbanização da comunidade. O Novo Timbó, um slogan da PMJP é apropriado pelos moradores sob a concepção de um *Timbó hoje*, que diferencia presente e passado da comunidade na preservação de uma imagem positiva do local. Por outro lado, com a urbanização da comunidade a área integra o potencial de valorização da zona sul e se torna objeto de interesse da especulação imobiliária, baseado na via de acesso para as praias, na zona leste, e se configura como um nicho estimulante para os anseios das classes média e média alta da cidade.

O Novo Timbó na construção do Timbó hoje: o processo de especulação imobiliária

O agenciamento moral em torno do *Timbó hoje* funciona como uma forma dos moradores buscarem integrar a Comunidade do Timbó à cidade de João Pessoa através da reformulação da imagem local. Imagem que é reconstruída pelos moradores a partir das vivências cotidianas que integram a cultura emotiva e os códigos de moralidade

local. Mas a noção de *Timbó hoje* não se constitui exclusivamente pela vivencia do morador, pois esta noção se configura a partir da apropriação que os moradores fazem do slogan da PMJP sobre o conjunto de obra para a urbanização do lugar.

O slogan *Novo Timbó* é criado pela PMJP para apresentar à cidade uma nova imagem da Comunidade do Timbó, que passou por obras de infraestrutura, saneamento básico e contenção dos problemas de risco ambiental. Com a finalização das obras a PMJP afirma entregar a comunidade e a cidade um *Novo Timbó* que se enquadra no projeto de cidade ordenada e urbanizada. Essa concepção de um novo lugar, reforçada pelo slogan, é incorporada pelos moradores da Comunidade do Timbó, que passam a situar passado e presente da comunidade principalmente a partir do surgimento dessa propaganda de um *Novo Timbó* que contribui para o agenciamento dos moradores em torno da noção de *Timbó hoje*.

As obras realizadas pela PMJP, durante os anos de 2012 a 2015, resultaram das reivindicações dos moradores pela melhoria na infraestrutura da Comunidade do Timbó e pela resolução dos problemas ambientais que recaiam sobre os moradores que residiam nas áreas de risco. As reivindicações dos moradores ganham força com a criação da campanha SOS Timbó, que teve o objetivo de divulgar na internet, através do Blog Armadura Cristão, as condições em que os moradores da Comunidade do Timbó viviam, em um lugar sem infraestrutura, com ruas esburacadas, com esgoto a céu aberto e com pessoas vivendo em áreas de risco ambiental.

A assistência no resgate aos moradores situados nas áreas de risco ambiental durante o inverno, período de intensificação dos riscos, funcionava como um paliativo, não solucionando os problemas que se manifestavam anualmente, a cada novo período de fortes chuvas na cidade. Os moradores ansiavam pela resolução ou contenção dos problemas, pressionando a PMJP para uma intervenção mais efetiva e eficiente na comunidade. Pressão que era realizada principalmente através da campanha SOS Timbó, que denunciava o descaso da Administração Pública frente às condições dos moradores da Comunidade do Timbó.

Os moradores da comunidade vão se organizando através da campanha SOS Timbó, que produz resultados após a participação dos moradores na reunião do Orçamento Democrático do ano de 2012, que aconteceu na Escola Estadual João Goulart, localizada no bairro do Castelo Branco. Nesse encontro do Orçamento Democrático os moradores conseguiram eleger a urbanização da Comunidade do Timbó

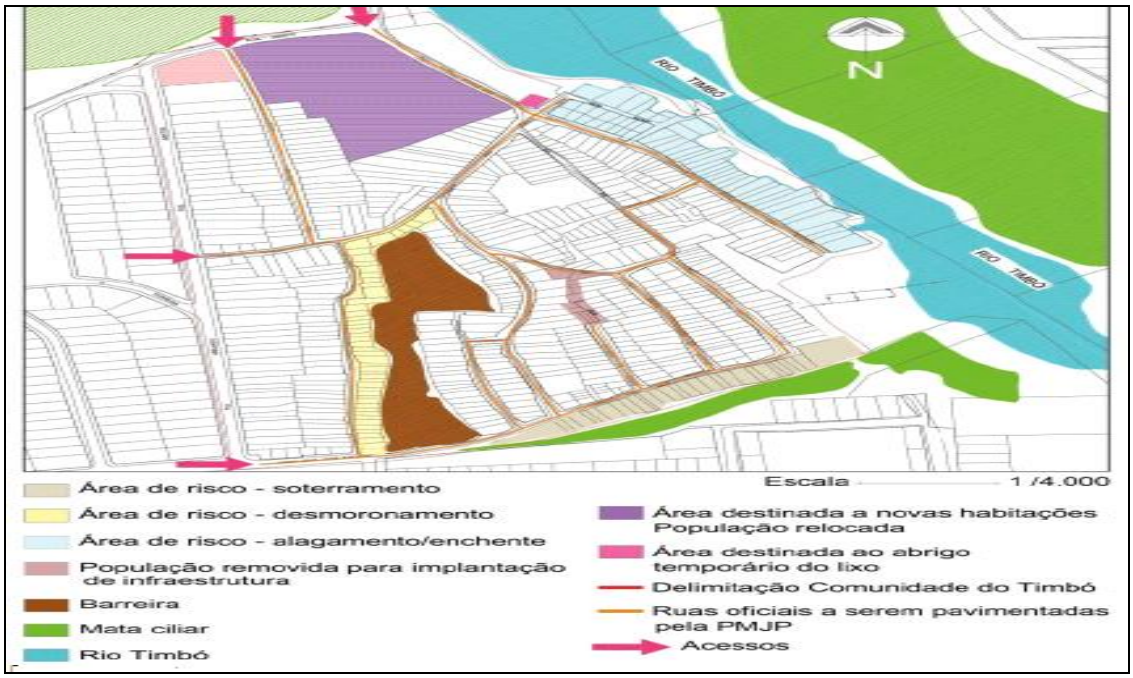
para o orçamento do ano de 2013, que acabou sendo antecipada e iniciada em fins do ano de 2012, como informado pela PMJP (2012).

A Comunidade do Timbó consegue se colocar como prioridade para intervenção, com obras de urbanização, devido à vulnerabilidade socioeconômica dos moradores e risco ambiental que circunda a área. É da reivindicação dos moradores que surge o projeto de urbanização da Comunidade do Timbó, que, após ter as obras entregues pela PMJP, é apresentada como um conjunto de intervenção que configuram um *Novo Timbó*.

A urbanização da Comunidade do Timbó contribuiu para melhorar as condições de vida local, com o estabelecimento de uma infraestrutura básica e com a resolução dos problemas ambientais que assolavam a comunidade nos períodos de chuva. O projeto de urbanização da comunidade, ilustrado na Figura 13 abaixo, reorganiza o cotidiano dos moradores, tanto pela implantação da infraestrutura, como pela realocação de famílias em situação de risco de desastre ambiental para locais seguros dentro da comunidade.

O conjunto de obras realizadas, indicadas na Figura 13, ilustra a configuração atual que a Comunidade do Timbó possui e que contribuiu para a remodelação de um *Novo Timbó*, no dizer da PMJP e de um *Timbó hoje*, na concepção do morador.

Figura 13: Características do projeto de urbanização da Comunidade do Timbó realizado pela PMJP.



Fonte: Mateus Oliveira (2014).

Foram realizadas obras de pavimentação e saneamento básico nas ruas da comunidade, com exceção para a Rua Abelardo Pereira dos Santos, que já possuía

pavimentação. As ruas que receberam pavimentação se concentram principalmente na *parte baixa* da comunidade, que tem início após a barreira, destacada na Figura 13 pela cor marrom.

As áreas de risco da comunidade, destacado da Figura 13 pela cor bege, amarela e azul, de onde famílias residiam e foram realocadas para o conjunto com 214 unidades habitacionais construído na comunidade. Conjunto que foi construído em um espaço ainda vazio no Timbó, destacado na Figura 13 pela cor lilás. Durante o período de construção das unidades habitacionais a PMJP repassava um auxílio aluguel para as famílias retiradas de suas casas pagarem a despesa do aluguel enquanto esperavam pela conclusão das obras do conjunto, como disse Beto, um dos moradores realocados.

Também foram criados lugares para coleta de lixo, que se pretendiam provisórios, mas se tornaram permanentes, ainda em uso atualmente. O conjunto de obra para a urbanização da Comunidade do Timbó contou, ainda, com a implementação de iluminação em LED, a reforma da CREI Nossa Senhora de Fatinha, a instalação de um PSF dentro da comunidade e a construção de uma Cozinha Comunitária no seu entorno. Essas obras, que tiveram início no final do ano de 2012, foram entregues para os moradores no ano de 2015, marcando a transformação na configuração local da Comunidade do Timbó, sendo entregue sob o slogan de uma imagem nova do Timbó, o *Novo Timbó*.

Esse *Novo Timbó* é divulgado pela PMJP e apropriado pelos moradores para pensar as diferenças entre o passado e o presente da comunidade, que é apresentado pela Administração Pública sob a moldagem de *Novo*. Os moradores aproveitam a afirmação da PMJP sobre a transformação do lugar, integrando essa afirmação ao agenciamento em torno da noção de *Timbó hoje*.

A urbanização da Comunidade do Timbó fomenta o processo de valorização imobiliária do local, que se consolida enquanto uma via de acesso entre a zona sul e a zona leste, interligando o caminho para a praia, através do bairro de Altiplano Cabo Branco, e o caminho para a UFPB, através do bairro dos Bancários.

A consolidação da Comunidade do Timbó como uma via de acesso rápido a outros espaços da cidade também impulsiona o comércio local, principalmente os estabelecimentos comerciais situados na Rua Abelardo Pereira dos Santos, rua principal da comunidade. O *Timbó hoje* é um lugar que passa por intensas transformações urbanas e sociais que fomenta um processo de gentrificação local, com o aumento dos preços dos imóveis para compra e aluguel, integrando um movimento de remoção da

periferia. A valorização imobiliária do espaço em que a Comunidade do Timbó está inserida promove a gentrificação que começa a atingir a *parte alta* da comunidade, localizada em um terreno plano com o bairro dos Bancários e que se beneficia diretamente da valorização imobiliária.

A gentrificação é um processo de transformação do espaço urbano, nesse processo há uma modificação das áreas periféricas da cidade, que se tornam espaços valorizados e passa a ocupar os interesses da Administração Pública e do mercado imobiliário. O *Timbó hoje* está circunscrito em um espaço de crescente valorização imobiliária na cidade de João Pessoa, seu entorno tornou-se um canteiro de obras de edifícios residenciais para a classe média e de novos estabelecimentos comerciais para atender as necessidades dessa população almejada. Esta comunidade periférica, cercada por bairros de classe média, média alta e alta, lida com um processo rápido de transformação do seu espaço urbano a partir da segunda década do século XXI.

Além dos edifícios residenciais já construídos, há outros em construção que se diferenciam dos demais pelo tamanho do empreendimento, sendo condomínios residenciais verticais destinados para a classe média e média alta e que promete equipamentos completos – como complexo aquático, academia, salão de festas, espaço *kids*, espaço *pet* e uma variedade de áreas comuns. O *orquídeas do sul residence club* é um desses novos empreendimentos residenciais de condomínios verticais construídos nas mediações da Comunidade do Timbó,

Localizado na Rua Rosa Lima dos Santos, no lado da rua em que inicia as delimitações geográficas do bairro do Jardim Cidade Universitária, o empreendimento comercial é apresentado ao público como uma evolução na experiência de moradia, sendo esta uma evolução que chegou aos Bancários. Apesar de não está localizado no bairro dos Bancários, este condomínio vertical é comercializado como um empreendimento na "área mais valorizada do bairro dos Bancários".

Este condomínio residencial é, até o momento, o maior em construção nos espaços ainda vazios dos 03 quarteirões, com 05 torres de 08 pavimentos e com a promessa de segurança, lazer, conectividades e "evolução na experiência de moradia". Ver a Figura 14, abaixo, que ilustra o processo de construção desse condomínio clube, denominação utilizada pela construtora, que compõe os objetivos de moradia da classe média da cidade, fomentando uma gentrificação ao entorno da Comunidade do Timbó que é resultado da valorização imobiliária da área onde a comunidade está inserida.

Figura 14: Condomínios residenciais verticais em construção no entorno da Comunidade do Timbó.

Fonte: Fotografia registrada por Williane Pontes em 2019.

Os condomínios residenciais em construção nesse espaço que passa por um intenso processo de valorização imobiliária são uma nova configuração a área em que a Comunidade do Timbó está circunscrita e que condiciona a singularidade do *Timbó hoje*. O *Timbó hoje* não é somente um lugar urbanizado, mas também um lugar valorizado que está situado no espaço em que é vendida a ideia de "área mais valorizada do bairro dos Bancários", que vivencia um processo de gentrificação ao seu entorno que propicia o aumento gradativo no valor dos imóveis no local.

O processo de valorização imobiliária do bairro dos Bancários e o início da sua verticalização atraem cada vez mais uma classe média para a localidade e acentua a segregação da Comunidade do Timbó. O espaço da comunidade e o seu entorno, antes visto como periférico, passam por uma remodelação que transforma, aos poucos, esse espaço periférico em um espaço valorizado e nobre. É esse processo que favorece a gentrificação (FURTADO, 2014), principalmente através do aumento do preço dos imóveis, elemento que surge na narrativa dos moradores ao refletirem sobre a valorização pela qual passa a comunidade. Um desses moradores comenta sobre essas circunstâncias que incide no Timbó e entende que os empreendimentos residenciais construídos e em construção são empreendimentos onde "pobres nem encostam", elemento que ocorre devido o preço para a aquisição de algum apartamento.

São considerados espaços para pessoas com melhores condições financeiras pelo custo para morar nesses empreendimentos residenciais, que resultam em um

reconhecimento da área como espaço de valor imobiliário, destinados, portanto, para as classes mais abastadas. Mas os edifícios residenciais e condomínios verticais não são os únicos empreendimentos que ocupam os espaços vazios ao entorno da Comunidade do Timbó, há também a presença de estabelecimentos comerciais de grande porte para atender a população alvo dos edifícios e condomínios do local, como o supermercado Varejão do Preço – em vias de construção – evitando deslocamentos para outros bairros.

É esse movimento crescente de valorização do espaço que contribui para a configuração da noção de *Timbó hoje*, fruto da apropriação dos moradores do slogan de *Novo Timbó*, lançado pela prefeitura ao apresentar a urbanização da Comunidade do Timbó. O slogan da PMJP objetivava, sobretudo, exteriorizar para a cidade que a comunidade possuía uma nova lógica urbana que integra o projeto de cidade planejada e colabora com a crescente valorização local. Assim, o *Timbó hoje* é um lugar novo, um lugar urbanizado, valorizado, com comércio consolidado, com serviços e equipamentos urbanos para atender aos moradores e frequentado por diversas pessoas que transitam pelo local como forma de acessar outros espaços da cidade. É um lugar novo que, ao mesmo tempo, mantém a característica de possuir uma sociabilidade pessoalizada permeada por redes homofílicas de auxílio mútuo e por um sentimento de pertença ao lugar.

O *Timbó hoje* se configura como um lugar urbanizado e valorizado, mas, principalmente, como um lugar tranquilo e seguro, como é enfatizado pelos moradores ao refletirem sobre o jogo entre passado e presente da Comunidade do Timbó. A tranquilidade e a segurança são dois elementos agenciados pelos moradores para pensar a construção da imagem do lugar de moradia e pertencimento como diferente do que o Timbó era no passado. O slogan da prefeitura, nesse sentido, favorece a construção de uma noção de *Timbó hoje*, que é tensionada cotidianamente com o passado não tão distante que surge através das práticas de atividades ilícitas no local. Ao se apropriar da imagem do lugar apresentada pela PMJP, os moradores buscam reafirmar essa nova configuração urbana e social da Comunidade do Timbó a partir da diferenciação entre o que representa o presente e o que representa o passado do lugar.

O *Timbó hoje* é uma construção que surge de um agenciamento dos moradores para a requalificação do lugar. Esta noção de *Timbó hoje* é resultado das reivindicações dos moradores por melhorias no local, recorrendo ao Orçamento Democrático como forma de conseguir a urbanização da comunidade. Urbanização que ao ser realizada promove uma remodelação na estrutura local e é anunciada, pela PMJP, para os

moradores da Comunidade do Timbó e para os habitantes da cidade de João Pessoa sob a imagem de um *Novo Timbó*, noção que é apropriada pelos moradores como forma de refletir e reafirmar a transformação local.

Essa nova reconfiguração urbana reforça o sentimento de pertença dos moradores, que indicam a infraestrutura, as relações de vizinhança, o reconhecimento mútuo dos moradores, as igrejas e os equipamentos urbanos como elementos que compõe o que de melhor o Timbó tem a oferecer. Além da proximidade da Comunidade do Timbó a *shoppings centers*, às agências bancárias, à UPA – Unidade de Pronto Atendimento, às praças, aos comércios e às praias da cidade que podem ser acessados pelos moradores.

A noção de *Timbó hoje* acaba integrando as estratégias de diferenciação entre presente e passado, mas a recorrência do passado se reproduzindo no presente complexifica o agenciamento dos moradores, que acusa o outro, aquele envolvido com as atividades ilícitas, como o responsável por colocar em risco a tranquilidade local que fundamenta o *Timbó hoje*. Como discutido no decorrer desse capítulo, a instabilidade dessa tranquilidade cria novas estratégias para a manutenção da imagem do Timbó como um lugar tranquilo e bom de morar, como a comparação da Comunidade do Timbó com outros espaços da cidade. Ao fazer essa comparação, o morador indica como, mesmo como a recorrência de algumas práticas do passado, a Comunidade do Timbó continua se apresentando como um lugar tranquilo em relação a outras comunidades e bairros da cidade.

A reflexão sobre o presente da comunidade, neste sentido, é configurada pela cultura emotiva do lugar, sendo apresentado como uma construção que integra os valores morais da Comunidade do Timbó. Comunidade que é apresentada como um lugar de pessoas trabalhadoras, honestas e tementes a Deus, que residem em um lugar tranquilo e bom de morar. O lugar é compreendido, pelos moradores, como bom de morar tanto pela tranquilidade do local, como pela urbanização, pela crescente valorização que a atinge, pela sua centralidade na cidade e pela sociabilidade baseada na pessoalidade, que permite ao morador compartilhar o lugar com pessoas com quem mantém relações duradouras e de laços estreitos.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Emoção, discurso e política do cotidiano. **Annuario di Antropologia** n. 6 – *Emozioni*, p. 6-35, 2005. Trad. Mauro Guilherme Pinheiro Koury (Versão para uso exclusivo em classe).

AGIER, Michel. Lugares y redes. Las mediaciones de la cultura urbana. **Revista Colombiana de Antropologia**, v. XXXII, p. 221-243, 1995.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.

ACMVT – Associação Comunitária dos Moradores do Vale do Timbó. **Contextualizando a Comunidade do Timbó (Censo 2015-2016).** João Pessoa, 2016.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. Gentrificação. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: USP, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificação. Acessado em 27 de junho de 2018.

ALMEIDA, Alexandre Paz. **Sociabilidade, Pertença e Medos Corriqueiros:** Estudo de uma rua no bairro de Valentina de Figueiredo João Pessoa – Paraíba. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 2005.

ALMEIDA, Alexandre Paz. A Pessoalidade em uma rua do bairro do Valentina de Figueiredo. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. (Org.). **Medos Corriqueiros e Sociabilidade**. 1ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2005, v. 1, p. 69-76, 2005a.

ALMEIDA, Heloisa et al. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo et al. (Org). **Marcadores sociais da diferença:** Gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. São Paulo: Terceiro Nome, p. 9-30, 2018.

ARAÚJO, Mateus Augusto de. **O urbano na produção da favela do Timbó – João Pessoa**: Regularizar os espaços para valorizar a cidade. Mestrado em Geografia – PPGAH/USP, 2014.

BARBOSA, Raoni Borges. **Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana:** Uma análise compreensiva do bairro do Varjão/Rangel, João Pessoa, PB. Mestrado em Antropologia – PPGA/UFPB, 2015.

BARBOSA, Raoni Borges. **Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana:** Um estudo em Antropologia das Emoções. Recife: Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, v. 8, 2015a.

BARBOSA, Raoni Borges. **Emoções, lugares e memórias:** Um estudo sobre as apropriações morais da Chacina do Rangel. Doutorado em Antropologia – PPGA/UFPE, 425f, 2019.

BARBOSA, Raoni Borges. Insulto moral e quebra de confiança em situações de intensa pessoalidade. In: **Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG, p. 1-30, 2014. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/spg-1/spg21-1/9317-insulto-moral-e-quebra-de-confianca-em-relacoes-de-intensa-pessoalidade/file Acessado em: 05 de fevereiro de 2020.

BARRETO, Maria Cristina Rocha. **Imagens da Cidade:** A ideia de progresso nas fotografias da cidade da Parahyba (1870-1930). Mestrado – UFPB/CCHLA/MCS. João Pessoa, 1996.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. O estudo da gentrificação. **Revista Continentes**, a. 1, n. 1, p. 09-37, 2012.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993, p. 101-115.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: Estudos de Sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Objetificação participante. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 48, p. 73-86, 2017.

BLANC, Manuela Vieira. Dossiê Pessoalidade e modos de vida – Apresentação. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 45, p. 13-20, 2016.

BLANC, Manuela Vieira. "Para além das suas fronteiras": pessoalidade, conduta pública e trajetórias pequeno-urbanas. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 45, p. 78-88, 2016a.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/917551/dicionario-iphan-do-patrimonio-cultural-o-que-e-gentrificacao?ad_medium=widget&ad_name=navigation-prev. Acessado em 20 de dezembro de 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-276, 2006.

BRUSSI, Júlia Dias Escobar. Negócios & dádivas: relações de mercado em um contexto de reciprocidade. **Campos**, v. 13, n. 2, p. 39-53, 2012.

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha. Bairro do Roger: história, memória e estigma, sob a ótica dos medos corriqueiros. In: **Anais/Catálogo de resumos do IX Encontro de Extensão Universitária**. João Pessoa: Editora Universitária, v. 1, 2007.

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha. **Sociabilidade, Medo e Estigma no contexto urbano contemporâneo:** O bairro do Roger na cidade de João Pessoa – PB. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 2008.

CANELA, Cristina; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlia. **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero em perspectiva comparada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Robarto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CAVALCANTE FILHO, Francisco de Assis Vale. **Convívio e interação social:** Os códigos de afeição e de estranhamento, os medos corriqueiros e a sociabilidade em uma rua. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 2005.

CERTEAU, Michel. Caminhadas pela cidade. In: **A invenção do cotidiano:** 1. Artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 157-177, 2014.

CERTEAU, Michel. Relatos do espaço. In: **A invenção do cotidiano**: 1. Artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 182-198, 2014a.

COELHO, Maria Claudia. Gênero, emoções e vitimização: percepções sobre a violência urbana no Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad** – Revista Latinoamericana, n. 10, p. 10-36, 2012.

COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Claudia Barcellos. Introdução. O campo da antropologia das emoções. In: **Cultura e sentimentos**: Ensaios em antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 7-26, 2011.

COHN, Clarice. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Campo**, n. 9, p. 13-26, 2001.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Et al. Entre a cidade legal e a cidade ilegal: a realidade das pequenas cidades da Amazônia – Um estudo de Ponta de Pedras, Pará. **Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6 n. 1, p. 127-139, 2014.

COULON, Alain. Os métodos em pesquisa. In: **A Escola de Chicago**. Campinas, SP: Papirus, p. 81-122, 1995.

CIOCCARI, Marta. Reflexões de uma antropóloga "andarina" sobre a etnografia numa comunidade de mineiros de carvão. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 217-246, 2009.

DAMATTA, Beto. O ofício do Etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". In: Edson de Oliveira Nunes (Org). **A aventura sociológica.** Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-25, 1978.

DANTAS, Maria Auxiliadora Clemente. **A comunidade do Timbó (João Pessoa-PB):** análise sócio-ambiental e qualidade de vida. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais – PPGGPA/UFPE, 2003.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Timbó**. Disponível em: https://www.dicio.com.br/timbo/. Acesso em 12 de janeiro de 2020.

DIEB, Marília de Azevedo; MARTINS, Paula Dieb. O Rio Jaguaribe e a história urbana de João Pessoa/Pb: da harmonia ao conflito. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, 2017. **Anais do XVII ENANPUR**, p. 1-22, 2017.

ECKERT, Cornelia. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. (Orgs). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p.73-102, 2002.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas "urbanas" Eunice Durham e Ruth Cardoso. In: **33º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu,

MG, 2009. Disponível em: https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt01-20/1756-corneliaeckert-aventuras/file. Acessado em 05 de fevereiro de 2020.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Aventuras antropológicas nas cidades brasileiras: na trilha das trajetórias acadêmicas das antropólogas "urbanas" Eunice Durham e Ruth Cardoso. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 15-31, 2017.

ELIAS, Norbert. Sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores. In: **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, vol. 2, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FISCHER, Tânia. Poder local: Um tema em análise. **Revista Administração Pública**, v. 26, n. 4, p. 105-113, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só? Reflexão sem torno de alguns casos brasileiros. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra:** etnografia de relações de violência e gênero em grupos populares. 2ª ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 11-43, 2006.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cadernos Metrópole**, vol. 16, n. 32, 2014.

FRÚGOLI JR, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 48, n. 1, p. 133-165, 2005.

GASPAR, Samantha dos Santos. Gentrification: processo global, especificidades locais? **Ponto Urbe**, n. 6, p. 1-17, 2010.

GEERTZ, Clifford. Pessoa, Tempo e Conduta em Bali. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, p. 3-24, 2012.

GEVEHR, Daniel Luciano. BERTI, Franciele. Gentrificação: Uma discussão conceitual. **Políticas Públicas & Cidades**, vol. 5, n. 1, p. 85-107, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GOFFMAN, Erving. Sobre a preservação da fachada: Uma análise dos elementos rituais na interação social. In: **Ritual de interação***:* Ensaios sobre o comportamento face a face. Rio de Janeiro: Vozes, p. 13-50, 2011.

GOFFMAN, Erving. Constrangimento e organização social. In: **Ritual de interação:** Ensaios sobre o comportamento face a face. Rio de Janeiro: Vozes, p. 95-109, 2011.

GÓMEZ, Guillermo Stefano Rosa; MAGNI, Claudia Turra. Entre "tucos" e "bochas": A potência fabulatória dos apelidos de ferroviários aposentados na cidade de

Pelotas/RS. **Sociabilidades Urbanas** – Revista de Antropologia e Sociologia, v. 1, n. 1, p. 101-116, 2017.

GONÇALVEZ, Jones. **Qualidade ambiental do bairro dos Bancários, João Pessoa – PB**. Graduação em Geociências – CCEN/UFPB, 2017.

HAMMOUCHE, Abdelhafid. Valorização de bairros antigos e ressignificação da alteridade: o exemplo de Wazemmes em Lille. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 201-221, 2013.

HANNERZ, Ulf. **Explorando a Cidade:** Em busca de uma antropologia urbana. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

HONORATO, Rossana Cristina. **Se essa cidade fosse minha...** A experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa. 1ª ed, João Pessoa: Editora Universitária, v. 1, 1999.

HIRANO, Luís Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO,Luís Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernado Fonseca. **Marcadores sociais das diferenças:** fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 27-54, 2019.

HIRANO, Luís Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernado Fonseca. **Marcadores sociais das diferenças:** fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010:** Aglomerados Subnormais. Disponível em https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/. Acesso em maio de 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010:** Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais. Pág. 1-23, 2010a. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000000151648112020 13480105748802.pdf. Acesso em janeiro de 2019.

IMILAN, Walter; MARQUEZ, Francisca. Urban Ethnography. **Wiley Online Library**, p. 1-15, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1002/9781118568446.eurs0500.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Trabalho e Disciplina (Os homens pobres na cidade do Nordeste: 1889-1920). In: Vários Autores. **Relações de Trabalho & Relações de Poder**. Fortaleza: EdUFC, p. 134-149, 1986.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Enraizamento, pertença e ação cultural. **Cronos**, v. 2, n. 1, p. 131-137, 2001.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Medos Corriqueiros:** A construção social da semelhança e dessemelhança entre os habitantes urbanos das cidades brasileiras na contemporaneidade. Projeto de Pesquisa. João Pessoa: GREM, 2002.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medo e sociedade. **Revista de Antropologia Experimental**, n. 2, p. 194-207, 2002a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Confiança e confiabilidade: uma análise aproximativa da relação entre medo e pertença. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 1, n.2, p. 171-205, 2002b.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Medos Corriqueiros: Em busca de uma aproximação metodológica. **Conceitos**, João Pessoa, v. 5, n. 8, p. 120-126, 2002c.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O local enquanto elemento intrínseco da pertença. In: Cláudia Leitão. (Org.). **Gestão Cultural** - significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 75-87, 2003.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Sociologia da Emoção**. O Brasil urbano sob a ótica do luto. Petrópolis: Vozes, 2003a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pertença e controle social. O uso de apelidos entre os deltas. **Revista de Antropología Experimental**, n. 4, p. 1-10, 2004.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Uma análise das noções de confiança e traição em um grupo de jovens. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 3, n.9, p. 367-403, 2004a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. As fronteiras da pertença. Um estudo sobre medos e sociabilidade entre um grupo de jovens no urbano brasileiro contemporâneo. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 3, n.7, p. 39-54, 2004b.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Sistema de Nominação, pertença, medos corriqueiros e controle social. O uso dos apelidos entre um grupo de jovens da cidade de João Pessoa, Paraíba. **Campos**, vol. 5, n. 1, p. 69-91, 2004c.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pertença e uso do espaço público: um passeio através do Parque Solon de Lucena. **Studium**, n. 19, 2005.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **O vínculo ritual:** Um estudo sobre sociabilidade entre jovens no urbano brasileiro contemporâneo. João Pessoa: Edições GREM; Editora Universitária/UFPB, 2006.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Identidade e pertença: Estilo de vida e disposição morais e estéticas em um grupo de jovens. **RUA**, v. 1, n. 14, 2008.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **De que João Pessoa tem medo?** Uma abordagem em Antropologia das Emoções. João Pessoa: Edições GREM/Editora Universitária UFPB, 2008a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. O que é medo? Um adentrar no imaginário dos habitantes da cidade de João Pessoa, Paraíba. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 402-410, 2009.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Identidade e pertença: disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens. **Etnográfica**, vol. 14, n. 1, p. 27-58, 2010.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Pertencimento, medo corriqueiros e redes de solidariedade. **Sociologias**, ano 12, n. 25, p. 286-311, 2010a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Solidariedade e conflito nos processos de interação cotidiana sob intensa pessoalidade. **Etnográfica**, v.18, n. 3, p. 521-549, 2014.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Estilos de vida e individualidade.** Escritos em Antropologia e Sociologia das Emoções. Curitiba: Appris, 2014a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Cultura emotiva e moralidade na análise antropológica sobre a sujeira. **REIA – Revista de Estudos e Investigações Antropológicas**, v. 3, n. 1, p. 171-194, 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Quebra de confiança e conflito entre iguais:** cultura emotiva e moralidade em um bairro popular. Recife: Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2016a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Etnografias urbanas sobre pertença e medos na cidade:** Estudos em antropologia das emoções. Recife: Bagaço/João Pessoa: GREM, 2017.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Os homens comuns pobres na expansão do núcleo urbano de João Pessoa, PB: A periferização da cidade. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 2, n. 5, p. 15-28, 2018.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Uma Comunidade de Afetos:** Etnografia sobre uma rua de um bairro popular na perspectiva na Antropologia das Emoções. Curitiba: Appris, 2018a.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. História natural de uma rua na visão dos seus moradores: emoções, memória e lugares. **Revista Ciência da Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 14-44, 2018b.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. **Da subjetividade às emoções:** a antropologia e a sociologia das emoções no Brasil. Recife: Bagaço; João Pessoa: Cadernos do GREM, 2015.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Dissenso e fragmentação dos códigos pessoalizados de aliança: Fofocas, bochichos e outras formas cotidianas de controle e administração de tensões em um bairro popular. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 45, p. 21-37, 2016.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Sob os olhos da vizinhança: uma etnografia das formas de controle e administração das tensões em um bairro popular. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 15-32, 2017.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; BARBOSA, Raoni Borges. Disputa moral em regime de pânico: Ofensiva civilizadora e apropriação moral de uma tragédia. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, n. 16, n. 48, p. 29-44, 2017a.

LAVIERI, João Beto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. **Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960/1986**. Textos UFPB/NDIHR, n. 29, p. 01-67, 1992.

LAVIERI, João Beto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução urbana de João Pessoa pós-60. In Regina Célia Gonçalves; Maria Beatriz Ferreira Lavieri; João Lavieri; Glória Rabay. **A questão urbana na Paraíba.** História temática da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, n. 3, NDIHR, p. 39-63, 1999.

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: Duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geografia – UFRJ**, v. 21, p. 9-20, 1998.

LIRA, Bertrand de Souza. **Fotografia na Paraíba:** Um inventário dos fotógrafos através do retrato (1850-1950). Mestrado, UFPB/CCHLA, 189 f, 1997.

LUTZ, Catherine; WHITE, Goeffrey. The Anthropology of Emotions. **Annual Review of Anthropology**, vol. 15, p. 405-436, 1986.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. No meio da trama. A antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 60, p. 69-80, 2009.

MAIA, Doralice S. **O campo na cidade:** necessidade e desejo. Um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa. Mestrado em Geografia – UFSC, 1994.

MAIA, Doralice S. **Tempos lentos na cidade:** Permanências e Transformações dos Costumes Rurais em João Pessoa – PB. Doutorado em Geografia – USP, 2000.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. **Horizontes Antropológicos**, ano 5, n. 12, p. 69-82, 1999.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. As redes sociais importam para a pobreza urbana?. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 2, p. 471-505, 2009.

MARQUES, Eduardo et al. Redes sociais, pobreza e espaço em duas metrópoles brasileiras. In: Rosana Baeninger (Org.). **População e Cidades:** Subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA, p. 35-64, 2010.

MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata. Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Novos Estudos**, n. 90, p.65-83, 2011.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Giziela; BICHIR, Renata. Redes pessoais e vulnerabilidade social em São Paulo e Salvador, **Revista USP**, n. 92, p. 32-45, 2012.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In:___. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, p. 399-422, 2003.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In:___. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, p. 183-314, 2003a.

MENDOZA, Edgar. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 440-470, 2005.

MESQUITA, Wania. Os pentecostais e a vida em favela no Rio de Janeiro: A batalha espiritual na ordem violenta na periferia de Campos dos Goytacazes. **Estudos de Religião**, v. 23, n. 37, p. 89-103, 2009.

MILLER, Vicent. Resonance as a Social Phenomenon. **Sociological Research Online**, v. 20, n. 2, 2015.

MOTTA, Beto; SCOTT, Parry (Orgs.). **Sobrevivência e fontes de renda:** Estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Sudene/Editora Massangana, 1983.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no bairro 2 de Julho, em Salvador: modos, formas e conteúdos. **Cadernos Metrópole**, v. 16, n. 32, p. 437-460, 2014.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu** (42), p. 201-248, 2014.

MUGABE, Nelson André. Marcadores sociais da diferença e sentimento no universo LGBT maputense. **Cadernos de Campo**, v. 28, n. 2, 2019.

NASCIMENTO, Nizete. Ajuda mútua. In: Beto Motta; Parry Scott (Orgs.). **Sobrevivência e fontes de renda:** Estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Sudene/Editora Massangana, p. 111-126, 1983.

NASCIMENTO, Nizete; MENDONÇA, Maria do Socorro; SCOTT, Parry. Crédito e empréstimos. In: Beto Motta; Parry Scott (Orgs.). **Sobrevivência e fontes de renda:** Estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Sudene/Editora Massangana, p. 103-110, 1983.

NEGRÃO, A. G. et al. A produção da cidade: combinações e conflitos no setor sudeste de João Pessoa/PB. In: 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável: Contrastes, Contradições e Complexidades, Maceió-BR, 05 a 07 de outubro de 2016. **Anais do 7º Pluris**, p. 1-12, 2016.

NOVAES, Patrícia Ramos. Favelas e gentrificação: possibilidades analíticas para explicar as transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro. **Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 2, n. 6, p. 49-65, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo Silvino de. Igrejas pentecostais: "abrigos morais" em favela de campos dos Goytacazes-RJ. **CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 3, n. 7, p. 161-182, 2009.

OLIVEIRA, Matheus Henrique de Souza Genuíno. **A produção do espaço na região do bairro dos Bancários, João Pessoa-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia – CCEN/UFPB, 81f, 2018.

ORTNER, Sherry B. Teoria na Antropologia desde os anos 60. **Mana**, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe – Revista do núcleo de antropologia da USP**, 2, p. 1-12, 2008.

PELUCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 5-28, 2001.

PITA, Ana Luiza Lima Rodrigues. **Segregação urbana e organização socioespacial*:*** Um estudo da Comunidade do Timbó, em João Pessoa– PB. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFPB, 213f, 2012.

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa. **PMJP inaugura Cozinha Comunitária no Timbó**. João Pessoa, 29 de abril de 2011. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pmjp-inaugura-cozinha-comunitaria-no-timbo/. Acessado em 05 de abril de 2019.

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Obras de infraestrutura no Timbó foram antecipadas pela PMJP**. João Pessoa, 23 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/comunidade-do-timbo-e-a-primeira-da-capital-a-receber-iluminacao-de-led/. Acessado em 05 de abril de 2019.

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Comunidade do Timbó é a primeira da Capital a receber iluminação de LED**. João Pessoa, 31 de julho de 2014. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/lampadas-de-led-garantem-melhor-iluminacao-e-mais-economia/. Acessado em 05 de abril de 2019.

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Lâmpadas de LED garantem melhor iluminação e mais economia**. João Pessoa, 09 de agosto de 2014a. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/lampadas-de-led-garantem-melhor-iluminacao-e-mais-economia/. Acessado em 05 de abril de 2019.

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Novo Timbó:** moradores da comunidade recebem maior conjunto de intervenções de sua história. João Pessoa, 31 de agosto de 2015. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/novo-timbo-moradores-da-comunidade-recebem-maior-conjunto-de-intervencoes-de-sua-historia/. Acessado em 05 de abril de 2019.

PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa. **Prefeito entrega reforma de CREI no Timbó e amplia estruturação da Educação Infantil**. João Pessoa, 06 de maio de 2015a. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/prefeito-entrega-reforma-de-crei-no-timbo-e-amplia-estruturacao-da-educacao-infantil/. Acessado em 05 de abril de 2019.

PONTES, Williane Juvêncio. **Uma análise institucional do projeto guarda-chuva Medos Corriqueiros**: GREM Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções/UFPB. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – CCHLA/UFPB, 137f, 2017.

PONTES, Williane Juvêncio. **Medos Corriqueiros e Cidade:** Uma análise institucional do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções/UFPB. Recife: Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2017a.

PRADO, Roseane M. Cidade Pequena: paraíso e inferno da pessoalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 4, p. 31-56, 1998.

REGT, Ali de. Ofensiva civilizadora: do conceito sociológico ao apelo moral. Trad. De Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia das Emoções**, v. 16, n. 47, p. 137-153, 2017.

REZENDE, Claudia Barcellos. Mágoas de amizade: Um ensaio em antropologia das emoções. **Mana**, v. 8, n. 2, p. 69-86, 2002.

RIBEIRO, Nádia Oliveira Vizotto. **O novo olhar sobre a cidade:** Uma perspectiva histórica da Antropologia Urbana no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, UFJF, 2013.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. A narrativa e a captura do movimento da vida vivida. **Iluminuras**, v. 5, n. 9, p. 1-19, 2004.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Memória e ritmos temporais: o pluralismo coerente da duração no interior das dinâmicas da cultura urbano-contemporânea. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiros, v. 23, n. 43, p. 105-124, 2009.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração. **Revista Rua**, Campinas, n. 16, v. 1, p. 121-145, 2010.

ROSALDO, Michele. Toward na anthropologyof self and feeling. In: Richard A. Shweder; Robert A. Levine. **Culturetheory: essas onmind, self andemotion**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 137-157, 1984.

SANTOS, Eliane Campos dos. **Transformações na favela do Timbó em João Pessoa de 1980 a 2013**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geociências – CCEN/UFPB, 2013.

SCHWARCZ, Lília. Prefácio. In: Luís Felipe Kojima Hirano, Maurício Acunã, Bernardo Fonseca Machado (Orgs). **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, p. 8-19, 2019.

SILVA, Rivamar Guedes da. **Tambiá – medo, cultura e sociabilidade:** Um estudo sobre o bairro de Tambiá, João Pessoa-PB. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 98f, 2003.

SILVA, Andréia Vieira da. **Sob a ótica do medo:** Um estudo de caso no bairro dos Estados, João Pessoa – PB. Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 67f, 2004.

SILVA, Patrick Cézar da. **Memória social e sentimento de pertença:** Um estudo sobre o Parque Solon de Lucena, João Pessoa – PB. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 2006.

SILVA, Michael Lopes da. **A evolução do aumento do tráfego de veículos na zona sul de João Pessoa** – Caso do bairro Bancários. João Pessoa – PB. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia/UFPB, 2011.

SILVA, Milena Dutra da, et al. Crescimento da mancha urbana na cidade de João Pessoa, PB. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 22, n. 30, 2º ano, p. 65-83, 2015.

STARLING, Heloisa; SCHWARCZ, Lília. Lendo canções e arriscando um refrão. **Revista USP**, n. 68, p. 210-233, 2015-2006.

SIMMEL, George. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, V. 43, n. 1, p. 129-242, 2009.

SOARES, Cristiane Leal Rodrigues. **A violência da segregação.** Uma etnografia da Comunidade do Timbó localizada no bairro de Bancários em João Pessoa/PB. Mestrado em Sociologia – PPGS/UFPB, 136f, 2009.

SOARES, Cristiane Leal Rodrigues. **Entre viver para si e viver para os outros:** envelhecimento feminina e individualização. Doutorado em Sociologia – PPGS/UFPB, 291f, 2013.

SOUSA, Anne Gabriele Lima. **Tambaú: Pertença e fragmentação sob uma ótica do medo**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 150f, 2004.

SOUZA, Alessa Cristina Pereira de. **Uma análise do bairro de Cruz das Armas sob a ótica do medo**. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 103f, 2003.

SOUZA, Leandro Cunha de. **João Pessoa à noite:** Um estudo sobre vida noturna e sociabilidade, 1920 a 1980. Trabalhado de Conclusão de Curso de Ciências Sociais/UFPB, João Pessoa, 77f, 2005.

STRÔNGOLI, Maria Thereza de Queiroz Guimarães. A perspectiva antropológica na análise do discurso. **Signótica**, n. 5, p. 113-121, 1993.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, n. 11, 2012.

VALE, Kátia Cristina do; GARCIA, Maria Franco. A dinâmica geográfica da luta pela moradia em João Pessoa no último decênio (1998-2008): Dez anos de transformações (ou) mudanças e permanências. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de maio de 2008. **Anais do X Colóquio Internacional de Geocrítica**, p. 1-11, 2008.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. Moradia e pertencimento: A defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Caderno Metropolitano**, v. 18, n. 36, p. 535-557, 2016.

VEJA, Alexandre Paulino. **Estilo e marcadores sociais da diferença em contexto urbano:** Uma análise da desconstrução de diferenças entre jovens em São Paulo. Mestrado em Antropologia – PPGA/USP, 132f, 2008.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: Edson de Oliveira Nunes (Org). **A aventura sociológica.** Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa **Social**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46, 1978.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In:____. **O desafio da cidade.** Novas perspectivas da Antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, p. 13-20, 1980.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana. Encontros de tradições e novas perspectivas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 59, p. 11-18, 2009.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. Organização social do meio urbano. In: **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 71-82, 1976.

VELOSO, Wanessa Souto. **Mídia e Moralidade**: o caso do Bairro de São José, João Pessoa-PB. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais/UFPB, 2010.

VELOSO, Wanessa Souto. **Verdade e justiça ao meio-dia:** a construção da experiência moral num programa de TV. Mestrado em Sociologia – PPGS/UFPB, 110f, 2013.

VILLARREAL, Magdalena. Deudas, drogas, fiado y prestado em las tendas de abarrotes rurales. **Revista Ruris**, v. 1, n. 1, p. 99-128, 2008.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: Gabriel Cohn (Org). **Weber – Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 13-107, 2008.

WILLEMS, Emílio. Contribuição para a sociologia da vizinhança. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, p. 159-170, 2019.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia": O campesinado como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 87, p. 11-73, 1990.

WSCOM Inovação e Credibilidade. **Luciano Cartaxo inaugura intervenções no "Novo Timbó**. João Pessoa, 29 de agosto de 2015. Disponível em: https://wscom.com.br/luciano-cartaxo-inaugura-intervencoes-no-novo-timbo/. Acessado em 05 de abril de 2019.

WSCOM Inovação e Credibilidade. **"O Timbó saiu da área de risco", afirma Cartaxo durante entrega de intervenções**. João Pessoa, 31 de agosto de 2015. Disponível em: https://wscom.com.br/o-timbo-saiu-da-area-de-risco-afirma-cartaxo-durante-entrega-de-intervencoes/. Acessado em 05 de abril de 2019.